

RELATÓRIO & CONTAS 2016



ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	6
2. O BANCO ECONÓMICO	9
2.1 Missão	10
2.2 Identidade	10
2.3 Estratégia para o crescimento e sustentabilidade de longo prazo	12
2.4 Posicionamento	12
2.5 Accionistas	13
2.6 Participadas	13
2.7 Principais acontecimentos	14
3. MODELO DE GOVERNAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	17
3.1 Órgãos sociais	18
3.2 Comissão executiva	18
3.3 Fiscalização	18
4. ÉTICA E DEONTOLOGIA	20
4.1 Regulamento dos recursos humanos	21
4.2 Código de conduta	21
4.3 Política de conflito de interesses	21
4.4 Política de partes relacionadas	21
4.5 Política de prevenção e combate ao branqueamento de capitais	21
4.6 Comunicação de irregularidades	22
4.7 Reclamações	22

5. ACTIVIDADE	23
5.1 Enquadramento macroeconómico	24
5.2 Banca comercial	26
5.3 Banca seguros	31
5.4 Banca de investimento	32
5.5 Gestão de activos	33
5.6 Gestão financeira	34
5.7 Gestão de risco	36
5.8 Capital	37
5.9 Qualidade, Inovação e Tecnologia	38
5.10 Recursos humanos	41
5.11 Responsabilidade social	42
5.12 Reconhecimento	45
5.13 Resultados da actividade individual e consolidada	47
5.14 Perspectivas de evolução da actividade	48
6. APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	49
6.1 Relatório de gestão e documentos de prestação de contas	50
6.2 Proposta de distribuição de resultados	50
6.3 Nota de agradecimento	51



ÍNDICE

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015	52
Demonstrações Financeiras	53
Demonstração de Resultados	54
Balanço	55
Demonstração do Rendimento Integral	57
Demonstração de Alterações no Capital Próprio	58
Demonstração dos Fluxos de Caixa	62
Anexo às Demonstrações Financeiras	64
Nota 1. Nota Introdutória	64
Nota 2. Políticas Contabilísticas	64
2.1 Bases de apresentação	64
2.2 Transacções em moeda estrangeira	64
2.3 Crédito a clientes	65
2.4 Instrumentos financeiros	72
2.5 Contabilidade de Cobertura	76
2.6 Instrumentos de Capital	77
2.7 Outros activos tangíveis	77
2.8 Activos intangíveis	78
2.9 Propriedades de investimento	78
2.10 Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra	78
2.11 Investimentos em subsidiárias e associadas	78
2.12 Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	79
2.13 Locações	79
2.14 Impostos sobre lucros	80
2.15 Benefícios aos empregados	81
2.16 Provisões	82
2.17 Reconhecimento de Juros	82
2.18 Reconhecimento de dividendos	83
2.19 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões	83
2.20 Actividades fiduciárias	83
2.21 Resultados em operações financeiras	83
2.22 Caixa e seus equivalentes	83
2.23 Garantias Financeiras e Compromissos	83
2.24 Resultados por acção	84
Nota 3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras	84
3.1 Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda	84
3.2 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor	84
3.3 Perdas por imparidade em crédito a clientes	85
3.4 Outros Activos	88
3.5 Investimentos detidos até à maturidade	88
3.6 Impostos sobre os lucros	89
3.7 Pensões e outros benefícios a empregados	89

Nota 4.	Margem Financeira	90
Nota 5.	Resultados de serviços e comissões	92
Nota 6.	Resultados Cambiais	93
Nota 7.	Outros resultados de exploração	93
Nota 8.	Custos com pessoal	93
Nota 9.	Benefícios dos empregados	94
Nota 10.	Fornecimentos e serviços de terceiros	95
Nota 11.	Resultados por Acção	96
Nota 12.	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	97
Nota 13.	Disponibilidades em outras instituições de crédito	98
Nota 14.	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	99
Nota 15.	Activos financeiros disponíveis para venda	100
Nota 16.	Crédito a Clientes	103
Nota 17.	Activos não correntes detidos para venda	130
Nota 18.	Outros activos tangíveis	132
Nota 19.	Activos intangíveis	136
Nota 20.	Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	138
Nota 21.	Impostos	140
Nota 22.	Outros activos	142
Nota 23.	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	143
Nota 24.	Recursos de clientes e outros empréstimos	144
Nota 25.	Provisões	145
Nota 26.	Passivos subordinados	147
Nota 27.	Outros Passivos	148
Nota 28.	Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral	149
Nota 29.	Capital, Prémios de Emissão e Ações Próprias	150
Nota 30.	Garantias e outros compromissos	150
Nota 31.	Transacção com partes relacionadas	153
Nota 32.	Justo valor de activos e passivos financeiros	156
Nota 33.	Gestão de Riscos da Actividade	162
	Principais Categorias de Risco	162
	Organização Interna	162
	Avaliação de Riscos	163
	Relatórios e Gestão de Risco	196
	Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade	197
Nota 34.	Impactos da transição para as IFRS	199
Nota 35.	Eventos Subsequentes e Factos Relevantes	205
Nota 36.	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	210
8.	RELATÓRIO DO AUDITOR	216



1.

MENSAGEM
DO PRESIDENTE
DA COMISSÃO
EXECUTIVA

Angola registou em 2016, o segundo ano de um ciclo de forte adversidade económica e financeira. Tendo em conta a conjuntura macroeconómica nacional, o Banco Nacional de Angola exerceu um enorme esforço na compensação do desequilíbrio cambial, para garantir a estabilidade da moeda, conseguindo assim manter as taxas oficiais de conversão dólar/kwanza em níveis sustentáveis. Depois da depreciação inicial do kwanza, no primeiro trimestre do ano, a moeda manteve-se estável face ao dólar e a taxa de câmbio dólar/kwanza não registou grande volatilidade, nos últimos meses do ano, mesmo no mercado informal.

O Governo angolano ainda ponderou recorrer ao Fundo Monetário Internacional para um programa de assistência técnica ao País, porém, resistiu à possibilidade do apoio do FMI e optou por implementar uma forte estratégia de estímulo ao desenvolvimento da economia angolana, com particular destaque para as medidas de substituição da importação pela produção nacional e para o reforço dos programas de apoio à diversificação económica.

Os níveis de inflação, constantemente elevados, resultaram num aumento contínuo das taxas de juro, especialmente nas Obrigações do Tesouro, o que originou, consequentemente, um impacto negativo na economia.

Os níveis elevados das taxas de juro também não facilitaram o desempenho da indústria bancária, e, consequentemente, implicaram um contexto mais desafiante. O Banco Económico está ainda a finalizar a implementação dos últimos procedimentos inerentes à reestruturação, que serão completados no início do próximo ano, em 2017.

Não obstante, em 2016 o Banco Económico ainda capitalizou o impacto positivo decorrente do lançamento da marca, realizado no ano anterior, e da estratégia de posicionamento de mercado que o banco assumiu.

TRANSFORMAR A CRISE EM OPORTUNIDADES

Apesar dos doze desafiantes meses que se verificaram em 2016, o Banco Económico registou um crescimento anual superior à média da indústria bancária angolana, sobretudo, através do lançamento constante de novos produtos e serviços bancários.

A sólida estratégia de segmentação que o Banco Económico assumiu, para a criação e desenvolvimento de produtos customizados, em linha com as necessidades específicas de cada tipologia de cliente, permitiu também manter a preferência e confiança dos clientes, bem como o aumento do seu envolvimento com o banco.

Em 2016 o Banco Económico continuou o processo de consolidação da sua operação, através de uma estratégia centrada na rentabilidade. Esta opção conduziu à descontinuação de alguns balcões sem viabilidade e à expansão para áreas de negócio com maior potencial de crescimento.

E por que as crises também trazem oportunidades e maior motivação para inovar, o esforço do banco foi reconhecido, em 2016, com dois prémios internacionais. O Banco Económico foi considerado *"Best Bank Governance Angola 2016"* pelo programa de prémios da *Capital Finance International (CFI.co)*, e a estratégia de inovação tecnológica do banco também foi alvo de reconhecimento internacional, tendo o Banco Económico recebido a atribuição de *"Best Internet Bank Angola 2016"* pela *Global Banking & Finance Review*.

A componente do envolvimento do banco na sociedade angolana também foi um motivo de orgulho para toda a nossa equipa. A área de responsabilidade social do banco esteve bastante activa no desenvolvimento de iniciativas em prol da sociedade, sobretudo nas áreas da saúde, educação e literacia financeira.

Por outro lado, a Galeria de Arte Banco Económico recebeu, em 2016, diversas exposições de consagrados artistas angolanos e já é considerada um espaço de referência no panorama da arte e cultura nacional.



O contexto económico que se verificou em 2016 foi desafiante e intenso, contudo, o Banco Económico manteve o trajecto de consolidação da sua operação, sobretudo focado numa estratégia de inovação, através do desenvolvimento de produtos e serviços cada vez mais customizados e diversificados, para antecipar as necessidades dos clientes face às dinâmicas da economia angolana.

Os resultados da actividade do banco em 2016 traduzem, também, a extrema dedicação, elevado profissionalismo e sólida motivação de toda a equipa Banco Económico, que tenho a honra de liderar.

Agradeço, igualmente, aos nossos accionistas, o apoio incondicional que têm vindo a demonstrar a esta equipa de gestão.

CONTINUAREMOS
A FOCAR TODOS OS
NOSSOS ESFORÇOS
PARA FAZER DO
BANCO ECONÓMICO
UM CASO DE SUCESSO
DA INDÚSTRIA
BANCÁRIA
DE ANGOLA.



2.

O BANCO

ECONOMICO



O BANCO ECONÓMICO É UM BANCO DE DIREITO ANGOLANO QUE OPERA DESDE FINAL DE 2014 COM UMA LICENÇA UNIVERSAL ATRAVÉS DE UMA REDE DE 69 AGÊNCIAS E POSTOS DE ATENDIMENTO DISPERSOS POR 17 PROVÍNCIAS, 10 CENTROS DE EMPRESAS, UM CENTRO DE ATENDIMENTO PRIVATE BANKING, GRANDES EMPRESAS, EMPRESAS DO SECTOR PETROLÍFERO E CLIENTES INSTITUCIONAIS.

2.1 MISSÃO

O Banco Económico tem como objectivo central da sua actividade criar valor para os seus accionistas, através da adopção de estratégias que garantam o crescimento e a sustentabilidade a longo prazo.

É seu objectivo simultâneo, contribuir para o progresso das pessoas e das empresas, para valorização dos seus colaboradores e para o desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental do País e das comunidades em que exerce a sua actividade, em estrito respeito pelas regras de ética e deontologia profissional.

2.2 IDENTIDADE

O Banco Económico iniciou a sua operação com uma sólida identidade corporativa. O sector bancário angolano já estava, genericamente, indiferenciado e apresentava uma necessidade de diferenciação e segmentação. O Banco Económico tirou partido desta oportunidade para surgir com uma imagem corporativa, fortemente inovadora e exclusiva.

A identidade corporativa do Banco Económico inspirou-se, orgulhosamente, na cultura africana porque reafirma a sua angolanidade, ao mesmo tempo que transmite uma projecção aspiracional para o futuro.

Esta imagem, elegante e sofisticada, é composta por um símbolo sólido, formado por um B e um E, uma sigla forte, imperativa e positiva, realçada pelas cores escolhidas, a púrpura

escuro e o azul-cobalto. Duas cores elegantes e modernas, que criam um ambiente de marca muito sofisticado. A elegância da combinação desta imagem é distinta de todos os operadores e diferenciou o Banco Económico, no mercado bancário angolano.

A imagem de marca Banco Económico reflecte também o posicionamento diferenciador do banco, que assumiu o compromisso de se constituir o parceiro bancário preferencial para um segmento de consumidores, cada vez mais exigentes e sensíveis a soluções pensadas para satisfazer necessidades muito específicas.

O Edifício Sede incorpora-se também nesta estratégia. Inaugurado em final de 2015, o edifício concentrou os serviços centrais do banco e permitiu uma melhor optimização de recursos, através da interligação de todas as áreas de operação da instituição.

A Sede é um edifício inteligente, equipado com as melhores soluções de eficiência energética, sistemas integrados de gestão de edifícios e plataformas tecnológicas, que permitem potenciar as sinergias operacionais das equipas do banco, constituindo-se como um espaço único, com os mais modernos recursos da construção sustentável.

O Edifício Sede do Banco Económico é uma das maiores torres da cidade de Luanda, com uma altura de 111 metros acima do solo e com um total de área coberta de 41.684,90 m². O edificado, com 25 pisos à superfície do solo e cinco pisos subterrâneos, foi concebido para ser um edifício ultra moderno e dotado das mais avançadas soluções tecnológicas e arquitectónicas.

Para além dos espaços típicos de ambiente de trabalho e escritórios, no Piso 0 funciona a agência Sede do banco, o piso SL acolhe o espaço cultural e no piso 1 situa-se o Auditório Banco Económico e uma cafeteria de apoio.

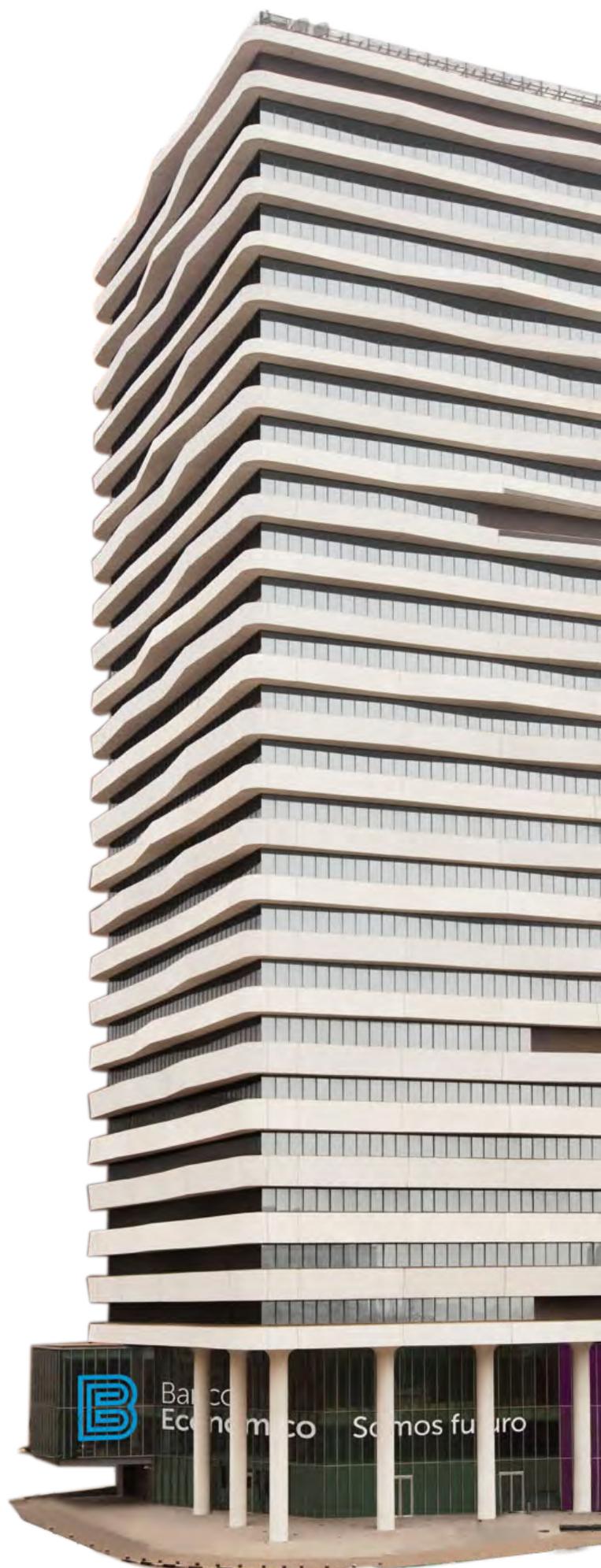
O perfil do edifício apresenta uma entrada que interage com a avenida, através de uma grande praça coberta, que caracteriza e protege as várias entradas da sede do banco, gerando um sofisticado diálogo entre a volumetria e a contemporaneidade. As linhas horizontais das lajes da fachada são expandidas para fora, para criarem zonas de sombra, que permitem uma gestão mais eficiente e sustentada dos recursos energéticos. As ligeiras alterações no desenho, de piso para piso, conferem uma volumetria

dinâmica, que traduzem, também, a imagem institucional e contemporânea do banco. A sede do Banco Económico integra estruturas modernas, nomeadamente o Centro de Formação, que vem dar continuidade à aposta do banco na qualidade dos seus recursos humanos, proporcionando planos de formação específicos para integração de novos colaboradores, novos módulos temáticos para reciclagem de conhecimentos e desenvolvimento de outras competências, essenciais para a capacitação e gestão de carreira dos quadros do banco.

Pensada para se tornar um espaço aberto à sociedade, a sede do Banco Económico possui espaços comuns que permitem a realização de eventos institucionais, empresariais, científicos, comerciais, culturais e sociais. O Edifício Sede do Banco Económico disponibiliza também um amplo conjunto de infraestruturas - salas de reunião, foyers, cafetaria, galeria de arte e grande auditório - equipados com sistemas tecnológicos altamente sofisticados, que asseguram os maiores níveis de qualidade, de acordo com os mais elevados padrões internacionais.

A Galeria de Arte do Banco Económico é um espaço contemporâneo e sofisticado. Actualmente é uma das maiores e melhor equipada sala de exposições de Angola, com características arquitectónicas ao nível dos melhores espaços expositivos, a nível mundial. A galeria expande-se ao longo de 763 m² e conta com acesso independente à rua. A enorme adaptabilidade deste espaço permite que seja usado na sua totalidade – uma área ampla, com capacidade para 300 pessoas – ou criar espaços mais pequenos, adaptados para ambientes específicos. A Galeria de Arte do Banco Económico torna-se, assim, uma solução inovadora e muito elegante para acolher a realização de diversos eventos.

O Grande Auditório do Banco Económico, com capacidade para 206 pessoas, é um espaço privilegiado, que permite a realização de uma vasta tipologia de encontros, nomeadamente, cimeiras, congressos, concertos, conferências, colóquios, workshops e acções de formação. Está equipado com sistemas da mais avançada tecnologia, que abrangem diversas áreas, como projecção de imagem, gravação vídeo em vários formatos, tradução simultânea, sonorização, gravação áudio e iluminação.





2.3 ESTRATÉGIA PARA O CRESCIMENTO E SUSTENTABILIDADE DE LONGO PRAZO

Para o alcance do crescimento e da sustentabilidade a longo prazo, o Banco Económico definiu as seguintes linhas de orientação estratégica:

- Aumento continuado da base de clientes, através do estabelecimento de relações de longo prazo;
- Financiamento maioritariamente assente em depósitos de clientes;
- Adopção de prudentes políticas de investimento e de risco;
- Eficiência operacional e cultura de controlo de custos;
- Qualidade, inovação e ética.

2.4 POSICIONAMENTO

O Banco Económico assenta a sua estratégia de abordagem ao mercado em cinco vectores principais:

SEGMENTAÇÃO

O Banco Económico adopta um modelo matricial na abordagem ao mercado, através da oferta de produtos e serviços financeiros orientados para os segmentos alvo e desenvolvimento de oferta especializada para determinados sectores de actividade.

Actualmente, o Banco Económico serve os segmentos e alguns sectores de actividade de maior valor e com maior potencial de crescimento. Na vertente de particulares serve os segmentos de private banking, afluentes e clientes de retalho de maior potencial. Na vertente das empresas, as grandes, médias e as pequenas empresas de maior dimensão, tendo desenvolvido uma abordagem especializada para instituições financeiras, institucionais e empresas do sector petrolífero.

Abordagem ao mercado



OFERTA

O Banco Económico posiciona-se como um banco multiespecialista, com uma oferta abrangente de produtos e serviços financeiros, capaz de responder de forma distintiva às necessidades dos clientes.

Os principais produtos e serviços prestados incluem o *leasing*, *trade finance*, banca de investimento, banca electrónica, produtos de investimento e poupança, produtos de cobertura cambial, seguros, fundos imobiliários e de pensões.

MARKETING

O Banco Económico utiliza a comunicação externa como factor fundamental para promover a marca, os valores, os produtos e os serviços prestados.

QUALIDADE

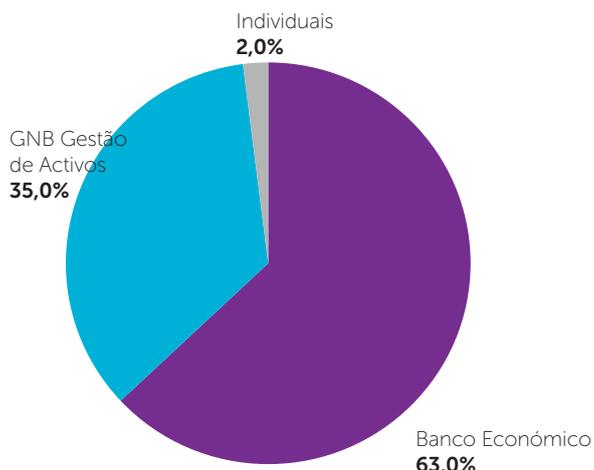
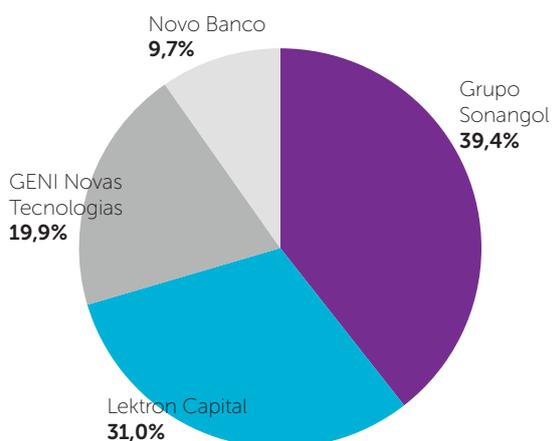
Proporcionar uma boa experiência no contacto dos clientes com o Banco, superando as suas expectativas é um dos designios do Banco Económico. Para o alcance deste objectivo, o Banco desenha produtos e serviços adaptados às necessidades dos clientes e forma os seus colaboradores para que proporcionem um atendimento excepcional, respondendo a todos os pedidos dos clientes de forma célere e eficaz. Para auxiliar o incremento da qualidade de serviço e da satisfação dos clientes, o Banco Económico realiza acções de monitorização do serviço prestado através de inquéritos de satisfação, programas de cliente mistério e medição dos tempos de resposta às diferentes solicitações.

VALORES

O completo respeito pelo cumprimento das regras de ética e deontologia profissional são

valores que todos os colaboradores do Banco Económico têm de respeitar, garantindo a observância pela absoluta independência entre os interesses do Banco, dos Clientes e dos Accionistas.

2.5 ACCIONISTAS



TRANQUILIDADE

A Tranquilidade, Corporação Angolana de Seguros S.A. é uma companhia seguradora que opera em Angola desde 2011 nos ramos vida não financeiro e não vida, com distribuição dos seus produtos assegurada através dos canais do Banco Económico.

A estrutura accionista da Sociedade é conforme segue:

2.6 PARTICIPADAS

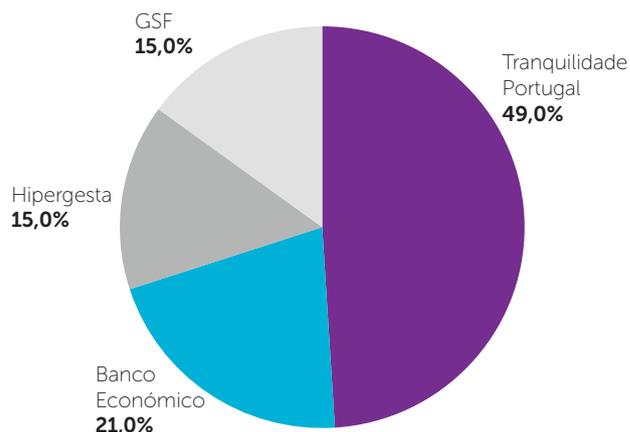
O Banco Económico complementa a sua actividade através de participações em duas Sociedades Gestoras de Fundos, uma relacionada com a gestão de fundos de investimento e outra com a gestão de fundos de pensões, e na companhia de seguros Tranquilidade.

ECONÓMICO FUNDOS

A Económico Fundos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo S.A. iniciou a sua actividade a 21 de Abril de 2008 e tem como finalidade a criação, desenvolvimento e gestão de fundos de investimento distribuídos através do Banco Económico.

A Económico Fundos, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões iniciou a sua actividade em Abril de 2009.

A estrutura accionista das Sociedades é conforme segue:





2.7 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

29 Outubro 2014

Constituição do Banco Económico

Março 2015

Abertura da agência do Cruzeiro

Junho 2015

Campanha de lançamento da marca e abertura da agência Nova Sede

Novembro de 2015

Inauguração do Edifício Sede

Novembro de 2015

Inauguração da Galeria Banco Económico

Dezembro 2015

Abertura de agência Xyami Nova Vida

2016

O ano de 2016 foi marcado por diversos desenvolvimentos estratégicos e operacionais, bem como pelo lançamento de novos produtos e serviços.

Logo em Fevereiro, o banco lançou o **primeiro cartão Multicaixa transparente** do mercado angolano, com um conceito visual inovador e características únicas. Para além de um design moderno, atractivo e diferenciador, o novo cartão Banco Económico integra um recorte lateral, que indica ao utilizador a posição correcta para a inserção nos terminais Multicaixa, o que permite que os clientes cegos, amblíopes, ou portadores de deficiência visual possam manusear facilmente o seu cartão Multicaixa, com autonomia.

No mês de Abril, o Banco Económico é admitido como **membro da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA)**. A assinatura do acordo de integração do banco na BODIVA foi realizada no dia 7 de Abril, data a partir da qual o Banco Económico foi autorizado a realizar operações sobre valores mobiliários, emitidos pelo Estado ou por empresas angolanas, por conta própria ou de terceiros, nomeadamente, junto dos seus clientes e de outras instituições bancárias e financeiras.

O registo do Banco Económico como membro da BODIVA permitiu acrescentar mais uma instituição bancária à lista de entidades autorizadas a transaccionar Obrigações do Tesouro e outros títulos de renda fixa.

A integração na BODIVA tornou-se um importante passo na estratégia de negócio do Banco Económico, dado que lhe permite transaccionar activos de dívida pública nos mercados financeiros e interbancários, o que consiste numa oportunidade para captar novos investidores para os mercados regulamentados de valores mobiliários, bem como para estimular um maior desenvolvimento sustentável das actividades económicas.

Ainda em Abril, o Banco Económico lançou uma nova aplicação a prazo, a 12 meses, com pagamento antecipado de juros no momento da subscrição e uma taxa especial de 10%.

Com o lançamento do depósito **Rendimento Imediato** o Banco disponibilizou mais um produto financeiro de elevada competitividade. Este produto foi concebido para promover hábitos de poupança e responder a novas necessidades de aplicações, em novos segmentos de clientes, em linha com as dinâmicas registadas na economia angolana.

Em Junho o Banco Económico **inaugura o seu primeiro balcão em N'Dalatando**, marcando assim o início da sua operação na província do Cuanza Norte.

Para assinalar a entrada de operação do Banco Económico na capital do Cuanza Norte, o banco criou um conjunto de condições especiais para os novos clientes da "Cidade Jardim", que incluía isenção da comissão de manutenção de conta para contas abertas neste balcão, até ao final de 2016. Para além disso, o banco marcou esta inauguração com a criação de uma aplicação a prazo exclusiva – **Depósito Boas Vindas N'Dalatando** - com maturidade de três meses e juros de 7% pagos no momento da subscrição, aos novos clientes desta cidade.

A inauguração do novo balcão na capital do Cuanza Norte foi mais um passo da estratégia de expansão geográfica do banco, que pretende estar cada vez mais perto dos seus clientes, para apoiar o aumento dos níveis de bancarização e estimular a economia regional.

Em Outubro, o **Banco Económico e a Associação Nacional do Ensino Particular (ANEP)**

assinaram um protocolo de prestação de serviços bancários com o objectivo de responder às necessidades financeiras da ANEP, dos seus associados e colaboradores.

O Banco Económico criou, assim, a “Solução Ensino Particular”, que integra um pacote de serviços bancários desenhado para dar resposta à gestão de instituições escolares que se deparam com desafios financeiros, de forma a manter o nível de excelência no ensino.

Com esta iniciativa, o Banco Económico reforçou a sua aposta no futuro e reafirmou o seu compromisso com o desígnio da diversificação económica de Angola, fomentando a excelência no ensino como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento económico-social do País.

Em Novembro, o **Banco Económico lançou o serviço EconómicoNet App**, uma solução de banca móvel, desenhada para telemóveis com sistemas operativos iOS e Android e disponível para todos os clientes particulares, empresas e institucionais. A **EconómicoNet App** é um serviço da família **EconómicoNet** e reflecte a constante aposta do Banco Económico na mobilidade, conveniência, inovação e proximidade aos seus clientes, para assegurar que têm “um balcão sempre à mão”, a qualquer hora em qualquer lugar, que disponibiliza inúmeras operações bancárias.

Com o serviço **EconómicoNet App** os clientes do Banco Económico podem aceder ao banco no trabalho, em casa, nas compras, em viagem, em qualquer lugar e a qualquer hora, a partir de um dispositivo móvel.

A **EconómicoNet App** foi concebida com recurso à mais recente tecnologia e à adopção de elevados padrões de segurança. Foi uma solução concebida de raiz para telemóveis, respeitando as regras de cada sistema operativo, para proporcionar uma usabilidade fácil, intuitiva e agradável.

No último trimestre, o Banco Económico lançou um **serviço inovador de pré-reserva de selos da Taxa de Circulação**. Especialmente vocacionado para empresas o serviço **Circula Fácil** permite que as empresas reservem os selos para a sua frota automóvel beneficiando de descontos de pré-reserva consoante o valor total dos selos requisitados. Esta campanha integra ainda uma vantagem adicional para particulares e empresas: ao subscrever o seguro da sua viatura no

pacote Valor ou Prestígio com a Tranquilidade, através do Banco Económico, será atribuído um desconto no prémio da apólice, equivalente ao valor do selo da viatura.

Desta forma, o Banco Económico suportou a Administração Geral Tributária no esforço de cobrança da Taxa de Circulação, apoiando os contribuintes a cumprir as suas obrigações fiscais, com maior comodidade e eficiência.

O ano de 2016 foi também marcado pelo lançamento do Banco Económico Umoxi. Na sequência da sua estratégia de segmentação, por forma a prestar um serviço adequado às expectativas dos diferentes tipos de cliente, o Banco Económico lançou em 2016 um novo serviço para um universo de clientes particulares *Affluent*. Esta tipologia de cliente é constituída por consumidores exigentes, informados, ambiciosos e com níveis de vida sofisticados. Tendo em conta as características destes clientes, o Banco Económico criou para eles um conceito de marca exclusivo. Foi assim lançado em Novembro o serviço **Umoxi**.

A oferta Umoxi, que significa único em quimbundo, assenta num serviço personalizado e exclusivo, espaços próprios, uma equipa focada e especializada, e um portfólio de soluções adaptadas para antecipar as necessidades de cada cliente.

O novo segmento Banco Económico Umoxi aporta uma sólida oportunidade de desenvolvimento para o banco. Esta estratégia de segmentação representa mais um passo do compromisso, assumido pelo Banco Económico, com a criação de soluções e serviços financeiros inovadores, que respondam às actuais necessidades e às tendências evolutivas de uma nova classe de clientes, mais exigente e desafiante, face à oferta tradicional da indústria bancária de Angola.

Ao longo de todo o ano o Banco Económico participou, activamente, em diversas feiras empresariais e eventos regionais, das quais se destacam a FIB, Expo Huíla, Festas do Namibe e Festas do Uíge. A presença do banco nestes encontros teve como objectivo contribuir para estimular o desenvolvimento económico regional e sectorial, bem como apresentar as soluções disponibilizadas pelo banco para apoiar os empreendedores nacionais na implementação dos seus projectos de negócio, para dinamizar as economias locais e potenciar a diversificação económica do tecido empresarial regional de Angola.



GALERIA DE ARTE BANCO ECONÓMICO

Não foi só nas áreas directamente ligadas ao sector bancário que o Banco Económico focou a sua intervenção ao longo de 2016. A cultura e a arte também marcaram presença constante na agenda de actividades do banco. A Galeria de Arte do Banco Económico, integrada no edifício sede, é um espaço contemporâneo e especialmente dedicado à promoção da cultura e da arte, que materializa o compromisso do Banco Económico para a valorização dos protagonistas e do património cultural de Angola. Na Galeria de Arte Banco Económico, em 2016, foram realizadas três grandes exposições.

“Fragmentação 1.0”

A primeira, inaugurada em Fevereiro de 2016, apresentou **Januário Jano** na sua primeira grande exposição individual em solo angolano, intitulada **“Fragmentação 1.0.”**, com cerca de 30 obras inéditas, entre elas, pinturas, instalação, *site-specific* e vídeo-arte.

A exposição foi inaugurada em 18 de Fevereiro de 2016 e esteve patente ao público durante dois meses na Galeria Banco Económico, na Rua do 1º Congresso do MPLA, nº 8, em Luanda.

“Conexões Femininas”

A partir de Julho e até ao final de Agosto de 2016, a **Galeria Banco Económico apresentou a exposição denominada “Conexões femininas”** das artistas Ana Maria Silva, Lola Keyezua e Rita GT.

Rita GT, Lola Keyezua e Ana Maria Silva, são três artistas de renome, a nível internacional, que exibiram cerca de 52 obras de arte em instalação, pintura, fotografia e vídeo, num ambiente descontraído cujo objectivo foi o de mostrar a arte do ponto de vista feminino.

“Not Bok Aglomeração no Espaço e nas Memórias”

Em Novembro de 2016, a Galeria de Arte Banco Económico acolheu a exposição “Not Bok Aglomeração no Espaço e nas Memórias”, do artista angolano Nelo Teixeira.

Esta exposição individual é o resultado da transformação de objectos que o artista encontra pelas ruas de Luanda, a cidade vertical (prédios altos) e horizontal (musseques).

A GALERIA DE ARTE BANCO ECONÓMICO É UM DOS MAIORES E MELHOR EQUIPADOS ESPAÇOS DE EXPOSIÇÕES EM ANGOLA, COM CARACTERÍSTICAS ARQUITECTÓNICAS DE QUALIDADE INTERNACIONAL, QUE JÁ SE TORNOU UMA REFERÊNCIA NO PANORAMA CULTURAL ANGOLANO.



3.

MODELO DE
GOVERNANÇA E
FISCALIZAÇÃO



3.1 ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Abílio Augusto Ferreira Lemos Almeida Gomes (Presidente)
Ana Paula Marques Godinho (Vice Presidente)
Domingos António Monteiro (Secretário)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Paulo Kassoma (Presidente)
Sanjay Bhasin
Inocêncio Francisco Miguel
Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho
Eduardo Araújo Nunes Pinto

COMISSÃO EXECUTIVA

Sanjay Bhasin (Presidente)
Inocêncio Francisco Miguel
Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho
Eduardo Araújo Nunes Pinto

CONSELHO FISCAL

Mazars Angola representada por Carlos Freitas (Presidente)
Mário Lourenço
Adilson Humberto Sá Nogueira

AUDITOR INDEPENDENTE

Ernst & Young Angola Lda

3.2 COMISSÃO EXECUTIVA

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva do Conselho de Administração a gestão corrente do Banco, à qual compete a implementação estratégica bem como a gestão de todas as actividades, operações e organização do Banco.

REUNIÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA

As matérias mais relevantes relacionadas com a gestão corrente do Banco, incluindo a implementação estratégica, são aprovadas colegialmente pela Comissão Executiva nas suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

COMITÉS DE ACOMPANHAMENTO DE ACTIVIDADE

Para acompanhamento das diversas actividades do Banco foram criados comités ao nível da Comissão Executiva com o seguinte âmbito:

Comité de Crédito: Analisa e aprova as operações de crédito propostas pelas

Direcções Comerciais com respectivo parecer da Direcção de Risco.

Comité de Negócio: Analisa a actividade comercial do Banco propondo medidas para a sua evolução.

Comité de Tesouraria: Analisa as condições dos mercados, a posição de tesouraria, monitoriza os fluxos financeiros e aprova pagamentos.

Comité ALCO: Analisa a evolução do balanço, nas suas diversas áreas de activos e passivos, e dos resultados e decide sobre a política financeira tendo em conta as perspectivas macroeconómicas.

Comité Risco: Analisa os diversos riscos inerentes à actividade bancária, com especial incidência para o risco da carteira de crédito, propondo a adopção de medidas com vista à melhoria do risco e do seu controlo.

Comité de Controlo: Analisa e acompanha as principais alterações regulamentares e os procedimentos de controlo interno.

Comité de Meios: Acompanha e decide sobre os principais projectos organizativos, operacionais e informáticos.

DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS

O Banco Económico estrutura as diversas áreas de negócio, de suporte e de controlo em Direcções e Gabinetes que por sua vez se encontram agrupadas por pelouros com reporte ao respectivo Administrador Executivo numa lógica de especialização e de segregação de funções.

3.3 FISCALIZAÇÃO

Adicionalmente às funções de fiscalização do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, o Banco Económico, em linha com a regulamentação em vigor, implementou as seguintes funções de controlo.

FUNÇÃO DE RISCO

A função de risco visa identificar, avaliar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que o Banco Económico se encontra sujeito, quer interna

como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham em níveis adequados de forma a não afectar negativamente a situação patrimonial do Banco.

O controlo do risco encontra-se organizado de forma a abranger os riscos estratégico, de crédito, de liquidez, de mercado, de taxa de juro e de câmbio da carteira bancária, operacional, reputacional e de compliance.

As principais estruturas que se dedicam à prevenção e controlo dos riscos são o Comité Risco, o Comité de Tesouraria, o Comité de Controlo, a Direcção de Risco e Controlo de Crédito, a Direcção de Compliance, a Direcção de Auditoria Interna, a Direcção de Controlo Interno e Risco Operacional e o Gabinete de Gestão de Risco.

FUNÇÃO DE COMPLIANCE

A Direcção de Compliance é responsável por assegurar que o Banco Económico, em todas as vertentes de negócio e, cumulativamente, todos os membros dos seus Órgãos Sociais, Directores e Colaboradores, cumprirão escrupulosamente, no âmbito da sua actividade, todas as exigências legais, estatutárias, operacionais, tutelares, éticas e de conduta que, a cada momento, lhes são aplicáveis, dentro do ambiente de controlo e supervisão institucional, pelas entidades reguladoras competentes, a que se encontra sujeito.

É responsável por promover e garantir a política de Compliance do Banco, numa perspectiva dinâmica face às suas obrigações legais e directrizes internas.

É também responsável pela avaliação dos processos de prevenção e detecção de actividades criminosas, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento de terrorismo.

Adicionalmente, a Direcção de Compliance planeia, desenvolve e mantém uma relação efectiva com os Reguladores e outras entidades. As Funções de controlo do Banco Económico emitiram, durante o ano e com referência a 30 de Novembro, os respectivos relatórios de actividade dirigidos ao Órgão de Administração e de Fiscalização do Banco.

O Relatório de Controlo Interno constitui a opinião afirmativa do Órgão de Administração do Banco sobre a qualidade do respectivo Sistema de Controlo Interno e a sua emissão é acompanhada por um Parecer do Conselho

Fiscal e dos Auditores Independentes sobre o respectivo conteúdo.

FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

A Direcção de Auditoria Interna actua de forma permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, com a missão de proporcionar ao Conselho de Administração garantia independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controlo interno, de gestão dos riscos (actuais ou emergentes) e de governação, contribuindo assim para a protecção do valor da organização, da sua solvência e reputação.

As equipas de Auditoria Interna do Banco Económico têm acesso completo, livre e sem restrições a toda a informação. Este acesso abrange documentos, suportes magnéticos e aplicações, arquivos físicos, informáticos ou virtuais.

A actuação das equipas de Auditoria Interna está alicerçada nos princípios dispostos no Aviso n.º 2/2013, de 19 de Abril, do Banco Nacional de Angola e nos documentos internos aprovados pelo Órgão de Administração, nomeadamente: Código de Conduta, Regulamento Interno de Auditoria e Manual de Auditoria Interna.

Em 2016, a Direcção de Auditoria Interna deu continuidade ao projecto de adopção plena dos standards internacionais para o desempenho da função, especialmente as "Normas Internacionais para a prática profissional de Auditoria Interna" emitidas pelo Institute of Internal Auditors (IIA).

Adicionalmente, reforçou o seu quadro de colaboradores, implementou ferramentas de análise preditiva de situações de alertas, bem como realizou formações e reforçou o processo de especialização por núcleos, com particular realce a criação da Unidade de Auditoria Informática.

As avaliações efectuadas contribuíram de forma substancial para mitigação dos riscos de negócio implícitos às unidades, para o reforço do Ambiente de Controlo e para o fortalecimento do Sistema de Controlo Interno.

Para 2017, perspectiva-se como principal desafio a implementação de uma plataforma de gestão integrada *end-to-end* dos processos de auditoria interna.



4. ETICA E DEONTOLOGIA

4.1 REGULAMENTO RECURSOS HUMANOS

O Banco Económico reconhece que o sucesso a longo prazo depende da capacidade para atrair, reter e desenvolver Colaboradores capazes de garantir a continuidade e o crescimento sustentável. Esta visão está transposta na Política de Recursos Humanos, definida e orientada em função da estratégia do Banco, que passa por contratar Colaboradores com atitudes pessoais e competências profissionais, garantindo um forte alinhamento entre os valores do candidato e a cultura do Banco.

Enquanto Instituição Financeira, o Banco Económico garante aos Colaboradores excelentes condições de trabalho, um ambiente seguro e saudável, formação periódica e políticas de flexibilidade que proporcionam um equilíbrio entre trabalho e família.

4.2 CÓDIGO DE CONDUTA

O Banco Económico tem como missão criar valor para os Clientes, através da oferta de produtos e serviços financeiros de qualidade, observando rigorosos padrões de conduta e responsabilidade corporativa, afirmando assim uma gestão transparente e isenta de conflitos de interesse.

No âmbito desta cultura de responsabilidade foi instituído um Código de Conduta, onde estão descritos os princípios e regras de conduta fundamentais a observar no exercício da actividade profissional dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, enquanto promotores de uma cultura ética na Instituição, e demais Colaboradores, no relacionamento com clientes, fornecedores, prestadores de serviços e concorrentes.

Os Colaboradores devem ser profissionais competentes, diligentes, leais, íntegros, bem como comportar-se de forma correcta, conscienciosa, cortês, acessível e disponível. O acompanhamento do Código de Conduta, no que se refere ao esclarecimento dos colaboradores relativamente ao respectivo conteúdo e aplicação, é efectuado pela Direcção de Compliance, que pode, sempre que necessário, recorrer a outras direcções, designadamente a Direcção de Auditoria Interna e a Direcção de Recursos Humanos.

4.3 POLÍTICA DE CONFLITO DE INTERESSES

Considerando a susceptibilidade de ocorrência de eventuais conflitos de interesses, o Banco Económico tem estabelecido regras e procedimentos internos, que obrigam que o comportamento dos seus colaboradores e membros dos Órgãos Sociais, sejam orientados por princípios de natureza ética e deontológica, que traduzem os mais elevados padrões de conduta moral e profissional.

Elenca como prioridade na condução e gestão dos seus negócios, a imparcialidade e independência na sua actuação, visando a prevenção e a gestão de conflitos de interesses, nos termos da legislação em vigor, quer entre os interesses do Banco e os dos clientes, quer entre os interesses dos seus diferentes clientes.

4.4 POLÍTICA DE PARTES RELACIONADAS

De forma a garantir a independência da instituição face aos seus accionistas, atendendo às melhores práticas de governação corporativa, o Banco Económico tem estabelecido regras e consolidado procedimentos para as transacções com partes relacionadas, com vista a mitigar os riscos envolvidos e identificar formas de garantir a segurança jurídica e a ordem económica.

4.5 POLÍTICA DE PREVENÇÃO AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

A capacidade de detectar e prevenir actividades passíveis de constituírem branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo decorre directamente do conhecimento, por parte dos bancos, de determinados elementos chave relativos às suas contrapartes e respectivas transacções. Por esse facto, o Banco Económico



desenvolve a sua actividade comercial seguindo políticas e critérios de prevenção de branqueamento de capitais e de combate ao financiamento do terrorismo, em conformidade com a legislação em vigor.

O Banco Económico está comprometido com os mais altos padrões de Prevenção ao Branqueamento de Capitais (AML). A sua Administração e os demais Colaboradores, observam as melhores práticas para prevenir o uso dos nossos serviços e produtos para fins de branqueamento de capitais, reconhecendo assim a importância do combate a esta tipologia de crime financeiro e os danos que podem advir pelo risco do não cumprimento destas práticas.

Face à crescente relevância do combate a estes fenómenos, o Banco tem tido um cuidado acrescido na identificação de fragilidades e de áreas de maior exposição, por forma a assegurar a existência de adequados métodos de controlo e mitigação de riscos inerentes a transacções e contrapartes, identificando dois momentos em que esse conhecimento deve ser especialmente cuidado:

- Abertura de contrato ou alterações de titularidade de contrato existente, através do que é referenciado por KYC (Conheça o seu Cliente) ou seja, assegurar comprovadamente a identificação dos titulares, representantes e beneficiários efectivos;
- Acompanhamento da transacionalidade do contrato, KYT (Conheça as suas Transacções), nomeadamente identificando situações atípicas, tanto antecipadamente como por contacto com o cliente após detecção da situação.

O Banco analisa as suas estratégias de Prevenção ao Branqueamento de Capitais, metas e objectivos numa base contínua e mantém um programa de AML eficaz para os negócios do Banco, que reflecte as melhores práticas para uma Instituição Financeira.

São regularmente promovidas acções de formação, para identificar potenciais situações suspeitas de branqueamento de capitais, sendo igualmente útil para o cumprimento dos deveres legais e regulamentares a que o Banco se encontra sujeito.

A prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo é um dos alicerces da confiança no sistema financeiro

e como tal, este tema continuará a merecer uma atenção permanente por parte do Banco Económico.

4.6 COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

O Banco Económico tem instituído uma política e procedimentos, aprovados pelo Conselho de Administração, no âmbito da comunicação interna e externa de operações suspeitas.

Todos os colaboradores têm o dever de comunicar as operações suspeitas à Direcção de Compliance, que por sua vez tem de as comunicar à Unidade de Informação Financeira – UIF.

Para além das operações suspeitas, todas as operações acima de USD 15.000 ou valor equivalente em AOA, são sujeitas ao preenchimento de uma declaração de origem e destino de fundos e reportadas à UIF, inclusive transacções repartidas por tranches cujo somatório é superior a USD 15.000 ou equivalente.

4.7 RECLAMAÇÕES

A qualidade do serviço prestado é considerada um factor fundamental na satisfação e fidelização dos seus clientes, pelo que o Banco Económico adoptou um sistema de gestão e monitorização das reclamações que assenta no seguinte modelo:

- Disponibilização de diversos canais de entrega de reclamações, incluindo canais remotos e digitais;
- Gestão centralizada das reclamações de clientes por área dedicada à Gestão da Qualidade;
- Registo das reclamações em sistema que permite gerir as diferentes etapas, monitorizar tempo de resposta e realizar estatísticas;
- Procedimentos que asseguram a resposta atempada ao cliente;
- Formação de colaboradores sobre normas de transparência, protecção do consumidor e demais legislação aplicável;
- Elaboração de estatísticas de reporte periódico ao Conselho de Administração e BNA.



5. ACTIVIDADE



5.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ECONOMIA MUNDIAL

A economia mundial registou um crescimento de 3,2% em 2016 o que representa um ligeiro abrandamento face aos 3,4% registados em 2015. Contribuíram para este resultado essencialmente os países emergentes e em vias de desenvolvimento que mantiveram uma taxa de crescimento de 4,3% em 2016. Enquanto as economias desenvolvidas registaram um abrandamento de cinco décimas para 1,7% em 2016, pesando no quadro global.

Nas economias desenvolvidas os EUA destacam-se pela negativa tendo crescido 1,6% em 2016 contra os 2,6% registados no ano anterior. Apesar da forte recuperação do mercado de trabalho, que se aproximou do pleno emprego ao atingir os 4,7% de taxa de desemprego, a baixa produtividade levou à estagnação dos salários afectando o crescimento do país. A actividade na segunda parte do ano foi mais forte talvez devido ao efeito "Trump". O novo Presidente dos EUA prometeu colocar a economia a crescer 4% ao ano e da sua agenda constava a redução dos impostos para empresas e particulares, o investimento público em infra-estruturas e a redução da regulamentação por forma a estimular o crescimento económico contrabalançando o plano de redução gradual de estímulos monetários que a Reserva Federal (FED) tem em curso.

A Zona Euro manteve um ritmo moderado de crescimento nos 1,8%, duas décimas abaixo do registado no período homólogo, mas dentro do esperado. O baixo preço das matérias-primas e a depreciação da moeda única ajudou a suportar o crescimento, mas o efeito foi diluído pela quebra no comércio e o aumento da incerteza política a nível global. O BCE continuou a ter um papel preponderante mantendo a política monetária acomodatória e as taxas de juro continuaram em terreno negativo. Surpreendendo o mercado, o Reino Unido votou em referendo pela saída da União Europeia (conhecido como "Brexit") levando à resignação do Primeiro-ministro David Cameron. No entanto, e apesar da incerteza que gerou e da forte desvalorização da libra, a procura doméstica não sofreu tanto como era previsto tendo o Reino Unido registado um crescimento sólido nos 1,8%.

Nos mercados emergentes e em vias de desenvolvimento o quadro é misto. O crescimento na China de 6,7% foi acima do esperado, suportado em políticas de estímulo ao crescimento. Mas na América Latina a actividade económica enfraqueceu estando a Argentina (-2,3%) e o Brasil (-3,6%) em recessão. Na Rússia a economia estagnou (-0,2%) o que na realidade representou uma melhoria face aos -2,8% registados em 2015, em parte devido ao comportamento do petróleo.

MERCADO PETROLÍFERO

Ao longo de 2016 assistimos à recuperação do preço do petróleo com os investidores a reagirem de forma positiva ao acordo assinado entre os principais produtores para reduzir a oferta. O acordo foi negociado entre os países da OPEP mas posteriormente alargado a outros produtores e, pela primeira vez em muitos anos, não houve quebras unilaterais. Também a expectativa de retoma da economia nos EUA, em consequência das novas políticas a serem implementadas por Donald Trump, assim como a erosão dos receios de "hard landing" na China, contribuíram para suportar a subida dos preços. O preço do barril de petróleo subiu mais de 50% durante o ano de 2016, recuperando assim quase na totalidade a queda sofrida no ano anterior.

Evolução do Preço do BRENT

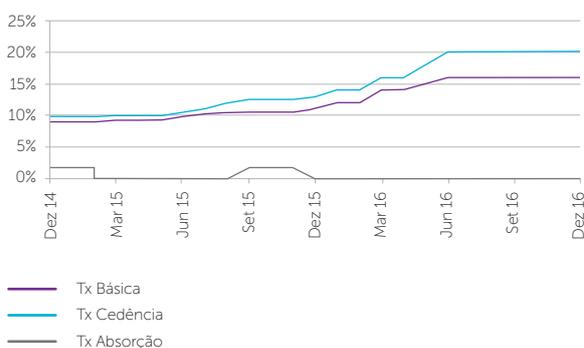


ECONOMIA ANGOLANA

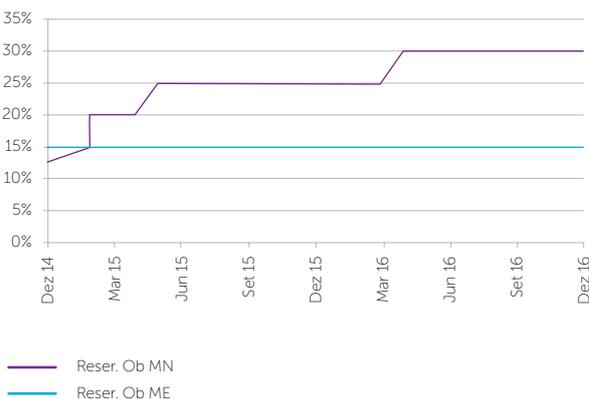
Os efeitos da descida do preço do petróleo iniciada em meados de 2014 continuaram a fazer-se sentir na economia Angolana ao longo de 2016 com impactos consideráveis nas receitas fiscais, nas exportações e na taxa de câmbio. O crescimento económico em 2016 estagnou o que compara com o crescimento de 3,0% registado em 2015. O sector não petrolífero cresceu 1,2%, pressionado pelo sector da indústria cujo crescimento esteve limitado pelas dificuldades de importação de matéria-prima e outras componentes industriais devido à escassez de divisas, isto apesar do potencial para substituição das importações. Já o sector petrolífero foi fortemente afectado por problemas operacionais em alguns blocos de produção, atrasos no arranque de alguns projectos e pelo impacto da redução do investimento no sector.

A política monetária restritiva adoptada em 2015 estendeu-se por 2016, tendo o Banco Nacional de Angola (BNA) aumentado a taxa de juro básica de 11,0% para 16,0% ao longo do ano. Também a Taxa de Cedência de Liquidez subiu de 13,0% para 20,0%, a Taxa de Redescuento subiu de 15,0% para 20,0% e as Reservas Obrigatórias em moeda nacional passaram de 25% para 30%.

Evolução das Taxas de Juro do BNA



Evolução das Taxas de Reserva

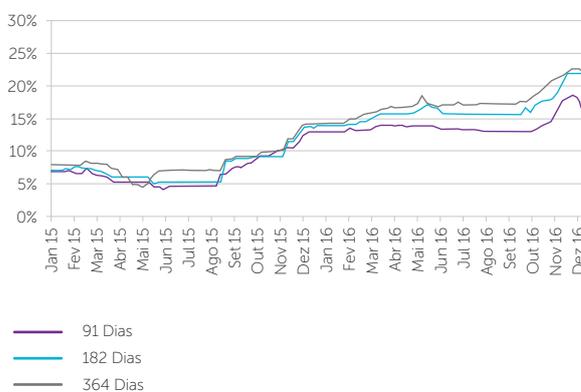


Em resultado desta política verificou-se um aumento das taxas de juro no mercado interbancário na ordem dos 5 a 6 pontos percentuais com destaque para o prazo *Overnight* que subiu 14 pontos percentuais encerrando o ano em 25%. Os Bilhetes de Tesouro acompanharam a tendência de subida enquanto as taxas das obrigações indexadas se mantiveram estáveis.

Evolução Luibor



Evolução BT's



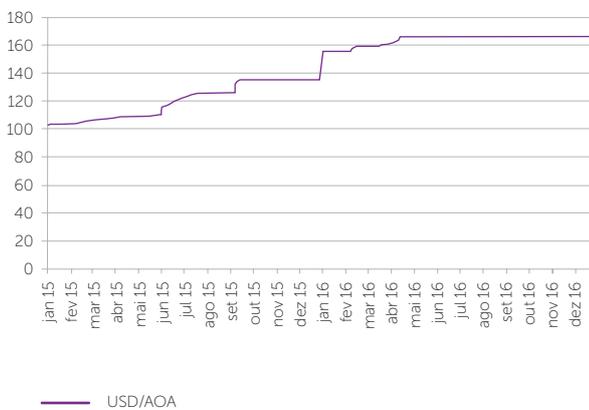
O BNA manteve-se vigilante do mercado cambial com gestão muito criteriosa da venda de divisas o que permitiu evitar uma descida demasiado pronunciada das reservas internacionais. No final do ano as reservas internacionais registavam um saldo de USD 21,4 mil milhões, com uma descida de USD 3,1 mil milhões face ao período homólogo permanecendo contudo em níveis relativamente confortáveis. Apesar de todos os esforços, o contexto internacional obrigou à continuação da desvalorização da moeda nacional (kwanza) em relação ao USD na ordem dos 22% essencialmente concentrada no primeiro trimestre de 2016. A partir daí a taxa de câmbio estabilizou tendo terminado o ano a cotar a 166,728 face ao USD. O volume total de divisas disponibilizado pelo BNA em 2016 foi de AOA 11,6 mil milhões, 30% abaixo do ano anterior.



Reservas Internacionais Líquidas (MM USD)



Evolução Taxa de Câmbio



A subida do preço dos combustíveis e os efeitos da desvalorização do kwanza no preço dos bens importados, parte substancial do consumo interno, fez disparar a inflação atingindo os 42% no final de 2016, a maior taxa em mais de uma década. É de esperar que estes factores percam gradualmente importância e que a inflação abra um pouco em 2017.

Relativamente à balança comercial, a queda do preço médio do petróleo e os constrangimentos na produção afectaram as exportações nacionais mas as importações também desceram 27,8% em resultado do ajuste que tem sido feito à situação de escassez de divisas. Já a balança de pagamentos registava no final de 2016 um défice de 4,3% do PIB, menos de metade do valor registado no ano anterior, devido ao grande esforço feito do lado da despesa. Ainda assim as necessidades de financiamento continuam avultadas tendo aumentado o nível geral de endividamento para mais de 70% essencialmente por recurso ao financiamento externo.

5.2 BANCA COMERCIAL

O ano de 2016 ficou marcado pelo fortalecimento do reconhecimento da marca Banco Económico, traduzido num incremento da base de clientes, aumento de recursos, maior dinâmica e foco comercial das equipas para satisfação das necessidades dos clientes.

No âmbito da estratégia de segmentação de serviços, foi lançado um novo segmento no universo dos clientes particulares. Sob a marca Umoxi, foi criado um novo serviço para clientes com rendimentos de valor médio-alto, que procuram um atendimento personalizado, níveis superiores de aconselhamento para a gestão do seu património e para o investimento em produtos e serviços financeiros. Os clientes Umoxi beneficiam de um espaço de atendimento diferenciado com gestor exclusivo focado na qualidade, satisfação e eficiência.



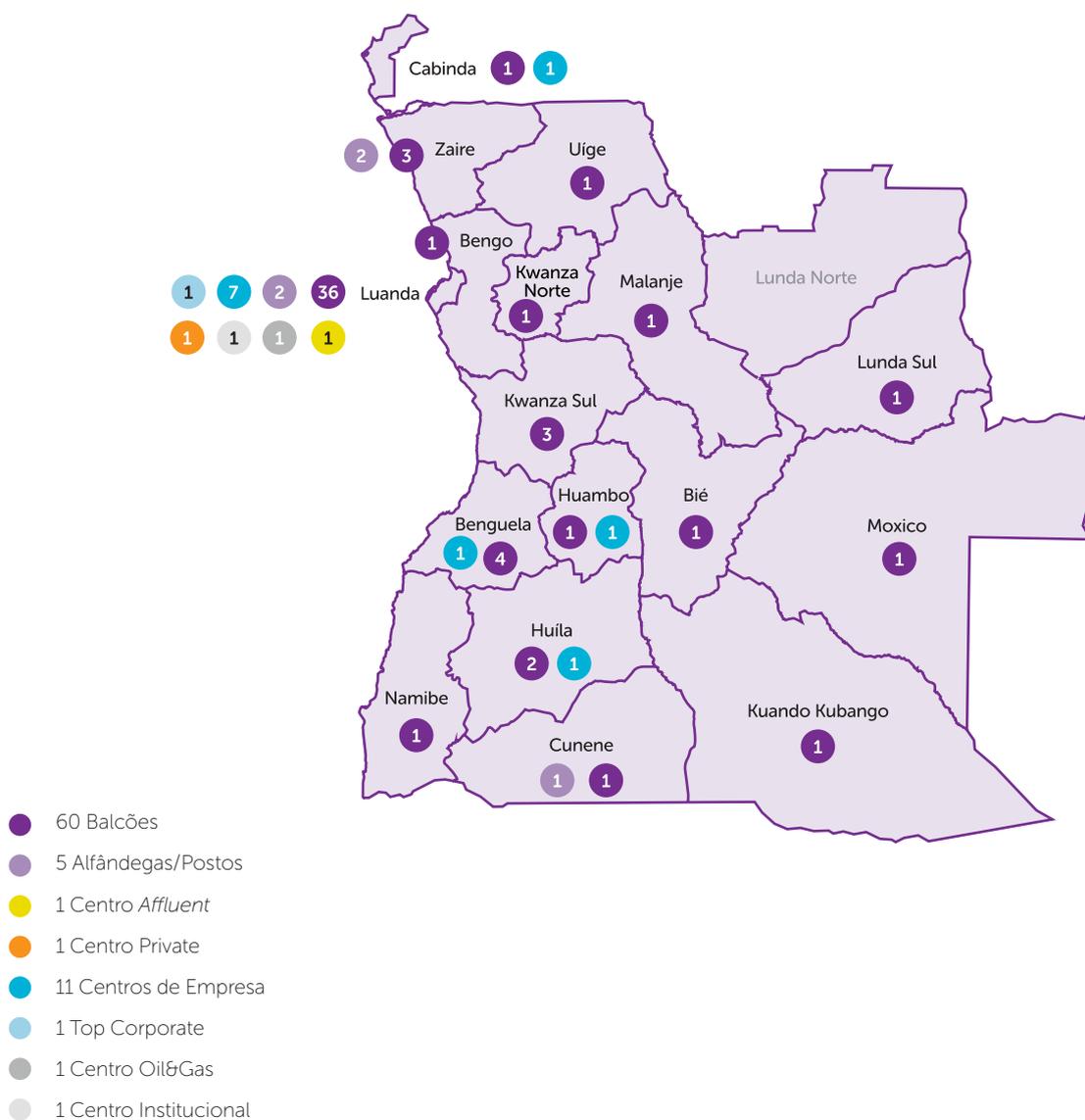
COBERTURA GEOGRÁFICA

Em 2016, o Banco Económico efectuou pequenos ajustamentos à sua estrutura de distribuição, otimizando o seu posicionamento de acordo com o perfil dos seus clientes.

Neste âmbito procedeu à abertura da sua primeira operação na província do Kwanza Norte, com a abertura de uma agência na cidade de N´dalatando. Em Luanda, foi aberto um novo centro de empresas, criado o primeiro centro de afluentes sob a marca Umoxi e encerradas

3 agências. Na província da Huíla, foi encerrada uma agência, passando a província a contar com duas agências e um centro de empresas, e foi encerrado um posto de atendimento na província de Benguela, com os serviços a serem integrados nas agências existentes.

O Banco Económico encerrou o ano de 2016 com 81 pontos de atendimento, com uma abrangência nacional e presença nas principais cidades.

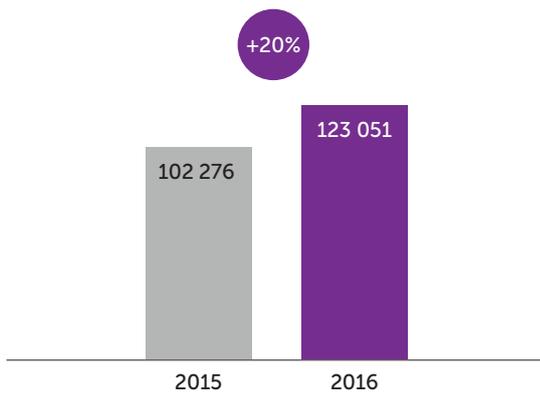




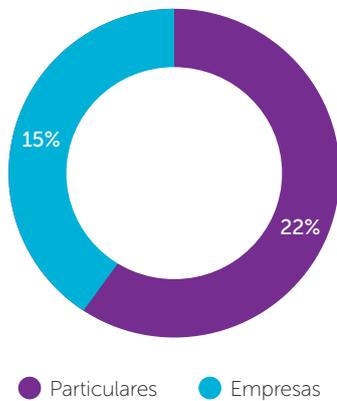
BASE DE CLIENTES

Voltou-se a verificar um crescimento expressivo na base de clientes (+20%; 2015: +18%), para um total de 123 mil clientes o que se traduz na captação de cerca de 20 mil novos clientes. O segmento de particulares registou um crescimento de 15%, enquanto que o segmento de empresas cresceu 22%.

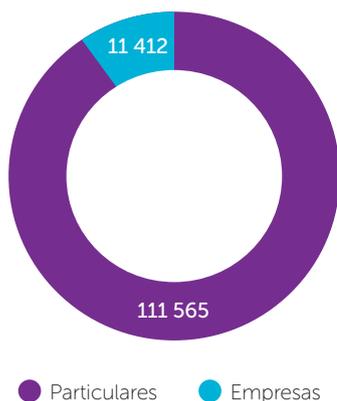
Base de Clientes



Crescimento da Base de Clientes



Base de Clientes por Segmento



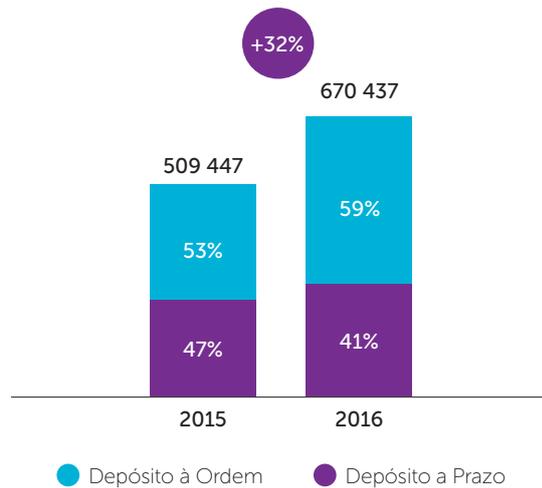
O crescimento da base de clientes é demonstrativo da confiança na marca BE, bem como o contínuo reforço na oferta de serviços financeiros e consolidação da rede de distribuição.

DEPÓSITOS DE CLIENTES

O sector bancário apresentou um crescimento do volume de Depósitos de Clientes de 15% para 7.043 mil milhões de Kwanzas.

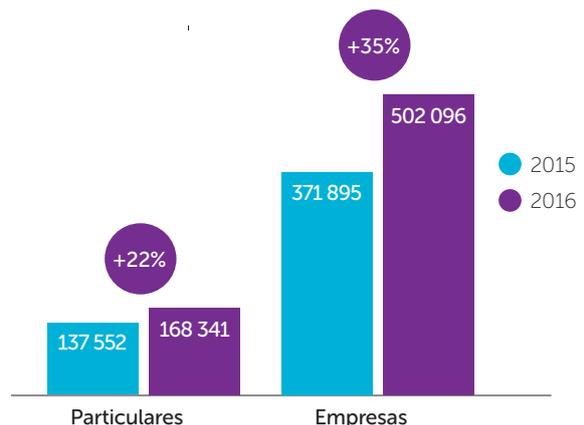
Neste período o BE apresentou um crescimento de 32%, correspondente a AOA 160 mil milhões, permitindo um reforço da sua quota de mercado de 8.3% para 9.4%, consolidando a sua posição de sexto maior banco do sistema em volume de depósitos.

Depósitos de clientes (AOA milhões)



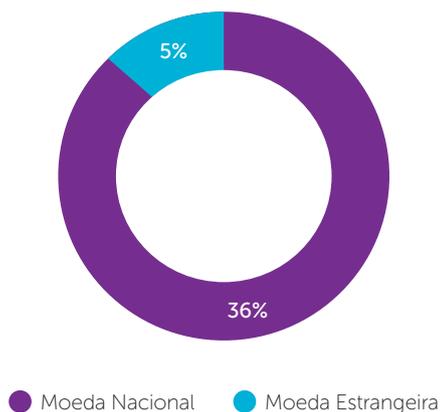
O crescimento verificado na base de depósitos ocorreu simultaneamente quer no segmento de Particulares (+21%) quer no segmento de Empresas (+35%).

Depósitos por Segmento



Os recursos de clientes denominados em moeda nacional cresceram 36% em 2016, enquanto que os recursos em moeda estrangeira cresceram 5%. Este comportamento originou uma redução de 2% no peso dos recursos de clientes em moeda estrangeira para 58% dos recursos totais.

Crescimento de depósitos por moeda



Para o alcance do crescimento da base de recursos de clientes, contribuiu o lançamento de diversos produtos de poupança e investimento.

Poupança

Rendimento Imediato
O DEPOSITO QUE SURPREENDE 10%
Depósito a 12 meses com juros pagos no primeiro dia. Exclusivo para novos fundos*.

DEPÓSITO BOAS FESTAS
REALIZE OS SEUS DESEJOS PARA O ANO NOVO

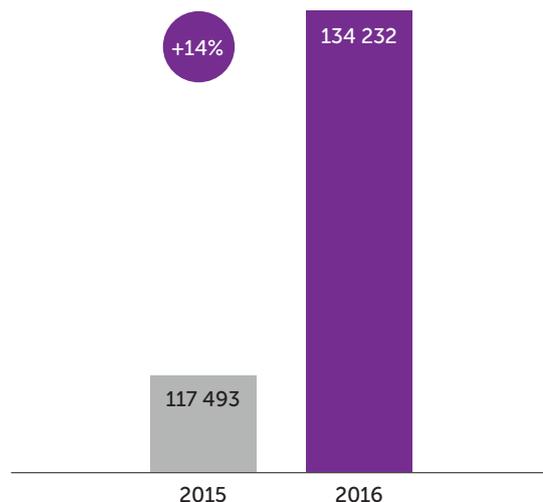
TAXA PROMOCIONAL 5%
Concretizar o sonho de viajar de carro, fazer aquela viagem ou comprar a tua primeira casa nunca foi com esta poupança especial.

BancoEconómico Somos futuro.

CRÉDITO A CLIENTES

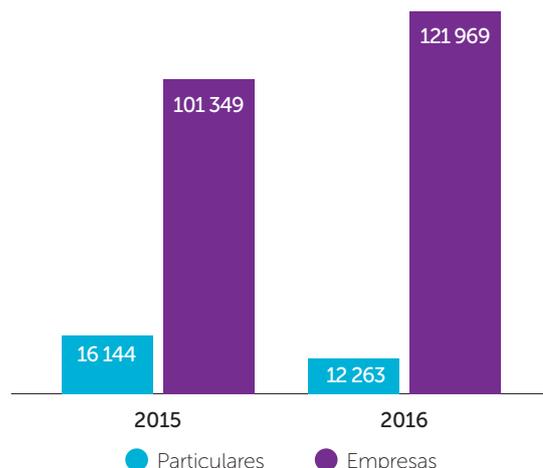
No exercício de 2016, o Banco Económico reforçou o seu apoio à economia, com o crédito concedido a apresentar um crescimento de 14% face ao ano de 2015, não obstante a contracção generalizada dos diversos sectores económicos e o aumento expressivo das taxas de juro originado pelo agravamento da política monetária.

Crédito a clientes (AOA milhões)



O crescimento do crédito centrou-se maioritariamente no suporte ao sector produtivo, com o crédito concedido a empresas a apresentar um crescimento de 20% e o crédito a particulares uma redução de 24%.

Crédito a Clientes por Segmento (AOA milhões)



O apoio ao sector produtivo tem sido efectuado preferencialmente através de operações de Leasing e do programa Angola Investe.

A rubrica de crédito inclui AOA 47 mil milhões de uma obrigação do tesouro e respectivos juros corridos, cujo saldo não foi considerado na presente análise em virtude da sua distinta natureza.



CANAIS DIRECTOS

Novos serviços e evolução dos serviços existentes

O Banco Económico prosseguiu a implementação da sua estratégia de desenvolvimentos de serviços multicanal, visando providenciar aos seus clientes o melhor serviço bancário em Angola, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

No âmbito desta estratégia, 2016 foi um ano de consolidação e fecho de ciclo, com o lançamento de três novos serviços:

- O serviço **EconomicoNet App**, uma solução de *mobile banking* (banca móvel) para particulares e empresas, disponível para telemóveis Android e iOS;
- O serviço **Consult@Cartão**, uma solução de *internet banking* (banca internet) para utilizadores de cartões de crédito Corporate;
- O serviço **EconomicoNet Balcão**, uma solução que disponibiliza os novos serviços da plataforma multicanal, às redes comerciais do Banco.

Em paralelo, prosseguiu a melhoria contínua dos dois serviços de *internet banking* existentes, o **EconomicoNet CORPORATE** (empresas) e o **EconomicoNet** (Particulares), com o lançamento de novas funcionalidades.

Todos os canais são desenvolvidos com a mais recente tecnologia e elevados padrões de segurança.

Prémios e distinções

A qualidade do trabalho no desenvolvimento dos serviços de *internet banking* foi reconhecida pela prestigiada publicação *Internacional Global Banking & Finance Review*, com a atribuição da distinção "*Best Internet Bank Angola 2016*". O prémio distingue a superior qualidade e performance do serviço de *internet banking* do banco, considerado, por aquela entidade, o melhor do mercado angolano, em 2016.

Esta distinção reconhece a riqueza funcional e a qualidade dos serviços de *internet banking*, do Banco Económico e a eficácia e solidez da estratégia de investimento em inovação tecnológica, que tem vindo a ser executada pelo banco.



Evolução dos Serviços

No final de 2016, o serviço de *internet banking* para as empresas (**EconomicoNet CORPORATE**) atingiu as 2.241 adesões acumuladas, o que representa um crescimento de 72% face a Dezembro de 2015, tendo a transaccionalidade crescido 30%, com quase 70.000 transacções financeiras.

Relativamente ao serviço *internet banking* para Particulares, o número de adesões cresceu 398%, face ao final de 2015, totalizando 9.752 adesões acumuladas. Na vertente transaccional, o serviço cresceu 2,626%, com o número de transacções executadas a atingir as 39.479.

No final de 2016, foi lançado o serviço **EconomicoNet App**, uma solução de *mobile banking* para particulares e empresas, complementar ao canal *internet*, tornando este serviço um dos mais completos do mercado angolano. O serviço está disponível para *smartphones* Android e iOS, oferecendo uma agradável experiência de utilização e a total portabilidade de serviço, aos clientes do Banco Económico.

MEIOS DE PAGAMENTO

Em 2016, manteve-se a trajectória de crescimento no que diz respeito a cartões, ATMs e TPAs/POSS.

Cartões de Débito e Crédito

Os cartões de débito Multicaixa tiveram um crescimento de 19,4% em número de cartões e de 63,7% na facturação, a qual atingiu os 27.249 milhões de Kwanzas.

Nos cartões de crédito, embora tenha havido um crescimento de 8,9% no número de cartões, houve um decréscimo de 24,7% na facturação, em virtude das limitações cambiais.

SERVIÇO E MÉTRICAS	2015	2016	Δ 2016/15	
			#	%
Cartões de Débito Multicaixa N° Cartões	45 434	54 248	+8 814	+19,4%
Cartões de Débito Multicaixa Facturação AOA (milhões)	16 649	27 249	+10 600	+63,7%
Cartões de Crédito Visa N° Cartões de Crédito	4 968	5 408	+440	+8,9%
Cartões de Crédito Visa Facturação AOA (milhões)	11 971	9 008	-2 963	-24,7%

Terminais de Pagamento Automático

No que respeita a terminais de pagamento automático (TPA), a actividade cresceu de forma significativa, com o aumento do número terminais em 29% e do valor transaccionado em TPA em 86,6%.

SERVIÇO E MÉTRICAS	2015	2016	Δ 2016/15	
			#	%
Terminais Pagamento Automático N°	1 735	2 238	+503	+29,0%
Terminais Pagamento Automático Facturação AOA (milhões)	28 380	52 958	+24 578	+86,6%

ATMs | Caixas Automáticas

Apesar do parque de Caixas Multicaixa do Banco ter crescido apenas em uma unidade, para 89 ATMs, o valor das transacções financeiras cresceu 44,1%, fruto da maior disponibilidade e operacionalidade do parque, que se reflectiu na melhoria dos indicadores de qualidade de serviço das Caixas Automáticas no que respeita à taxa de operacionalidade, falta de notas e falta de papel.

SERVIÇO E MÉTRICAS	2015	2016	Δ 2016/15	
			#	%
Indicadores de Actividade				
Caixas Automáticas – ATM N°	88	89	+1	+1,2%
Caixas Automáticas – ATM Facturação AOA (milhões)	42 601	61 399	+18 798	+44,1%
Indicadores de Qualidade de Serviço				
Caixas Automáticas – ATM Taxa de Operacionalidade (TOR)	94,69%	96,37%	+1,68%	-1,77%
Caixas Automáticas – ATM % <i>Down Time</i> por Falta de Notas	16,10%	13,82%	-2,28%	-14,16%
Caixas Automáticas – ATM % <i>Down Time</i> por Falta de Papel	8,21%	6,18%	-2,03%	-24,73%

5.3 BANCA SEGUROS

O exercício de 2016 foi o segundo ano do projecto de *bancassurance* com a Tranquilidade Angola, no qual foi consolidado o conhecimento da rede de distribuição sobre os produtos e respectivas coberturas, tendo sido reforçada a dinamização comercial e a revisão de algumas coberturas de riscos na vertente não vida.

Os seguros vendidos no exercício de 2016, representaram um volume de vendas em prémios, equivalente a AOA 432 milhões, com alguma predominância na vertente não vida, representando 96% do volume de vendas. A taxa de penetração dos seguros é de apenas 1,4% da base actual de clientes representando ainda um grande potencial para crescimento neste ramo.



5.4 BANCA DE INVESTIMENTO

Numa conjuntura macroeconómica adversa e muito desafiante para a área de *Corporate & Investment Banking*, a Direcção de Banca de Investimento (DBI) focou a sua actividade no apoio aos promotores de projectos de investimento que melhor se enquadram na aposta governamental de inversão do ciclo e estímulo ao crescimento económico.

Desta forma, foi dada prioridade aos sectores prioritários da agricultura e agro-indústria, pescas e piscicultura, exploração de recursos naturais não-petrolíferos (madeiras, rochas ornamentais, etc.), indústria transformadora (nos subsectores menos dependentes de importações), turismo e serviços.

Procurou-se dirigir os recursos financeiros disponíveis para sectores com maior potencial de crescimento, baseados na exploração sustentada dos recursos naturais de Angola, na substituição de importações e no fomento da exportação de produtos com vantagens competitivas nos mercados regionais da África Subsariana. Apesar das dificuldades dos últimos anos, Angola apresenta uma redução da parcela do PIB originada no sector petrolífero e diamantes: 30% em 2016, contra 46% em 2010. Contudo este espaço tem sido ocupado pelos sectores de serviços (mais de 40% do PIB) e não pelos sectores produtivos que continuam com reduzida expressão: Agricultura (11%) e Indústria (7%).

Neste cenário, a DBI reforçou o apoio às áreas comerciais do Banco para compreender as necessidades dos clientes e responder às suas expectativas de uma forma realista e adaptada ao actual contexto económico. A oferta de produtos de crédito é sempre precedida de uma criteriosa avaliação dos projectos e dos promotores, numa relação equilibrada em que o cliente tem de assegurar a gestão, a viabilidade e sustentabilidade do seu negócio e aportar capitais próprios para não depender exclusivamente do financiamento bancário, bastante oneroso na conjuntura actual.

Para além de financiador, o Banco Económico pretende ser parceiro e assessor financeiro dos clientes, procurando estabelecer uma relação de médio e longo prazo, visando o sucesso dos seus negócios e garantir a capacidade de cumprir os compromissos financeiros assumidos

com o Banco e os demais *stakeholders* do projecto.

Para compensar a redução da actividade na área dos grandes projectos de investimento em Angola, a DBI reforçou a sua aposta no financiamento às MPME ao abrigo do Programa Angola Investe. A DBI é a unidade responsável pela gestão do Programa, pela organização e estruturação dos financiamentos aos empresários angolanos, incluindo a monitoria operacional dos projectos com o apoio dos consultores externos e o acompanhamento institucional com as entidades governamentais (MINEC, INAPEM, FGC).

No total, em 2016, a DBI aprovou 18 projectos, com um financiamento total de AOA 6,9 mil milhões, dos quais 13 em fase de desembolso. Para 2017, prevê-se a continuidade da execução do Programa em parceria com o MINEC, tendo a DBI já assegurado um bom *pipeline* de projectos em fase de análise.

Têm vindo também a aumentar as solicitações da prestação de serviços de apoio a empresas, nomeadamente, na preparação de dossiers de informação (as suas credenciais, dimensão, relevância sectorial e económica) para apresentação junto das autoridades governamentais (Ministério da Economia e Ministérios da Tutela) para fundamentação das necessidades de divisas para assegurar a continuidade da sua laboração.

Apesar da retracção das intenções de investimento externas, a DBI continua a fazer o acompanhamento de investidores internacionais interessados, com intenções de investir em Angola, prestando informação detalhada sobre a realidade económica, financeira, fiscal, legal e regulamentar, etc., aconselhando sobre as melhores soluções para o desenvolvimento dos projectos de investimento, sobre possibilidades de parceria, potenciando futuras oportunidades de implantação e de *cross selling*.

Finalmente, através da sua área de Mercado de Capitais, a DBI acompanhou e apoiou as realizações do Regulador (CMC) e da Entidade Gestora do Mercado Regulamentado (BODIVA) no lançamento do novo Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro (MBTT), com a integração das emissões de títulos públicos (Obrigações e Bilhetes do Tesouro) na nova Central de Valores Mobiliários (CEVAMA). Este novo mercado de títulos de dívida pública foi oficialmente lançado em 15 de Novembro de 2016, incluindo na

sua plataforma (SIMER), quer os serviços de negociação bolsista, quer os serviços de pós-negociação, liquidação e custódia.

A DBI pretende intervir activamente nesta nova área de negócio, proporcionando aos clientes uma oferta integrada de serviços de Mercado de Capitais, quer de mercado primário (organização de ofertas públicas e privadas de valores mobiliários, de renda fixa e variável), quer de mercado secundário (intermediação de valores mobiliários em mercado organizado), para cujo exercício o Banco está registado na CMC e credenciado na BODIVA, como Membro Negociador e Liquidador.

5.5 GESTÃO DE ACTIVOS

Através das sociedades gestoras a operar sob a marca Económico Fundos, são actualmente geridos 2 fundos de investimento imobiliários, um destinado ao arrendamento e outro à valorização, e 5 fundos de pensões.

O total de activos sob gestão é de AOA 90 mil milhões, repartidos da seguinte forma:

Activos em Gestão (AOA milhões)



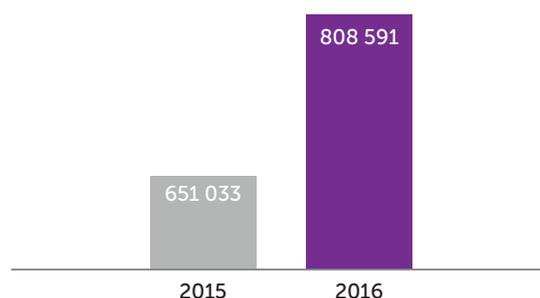
Ao nível dos fundos de investimento imobiliário destaca-se a gestão e comercialização de seis edifícios de referência em Luanda, que são conforme segue:

- Torres Oceano
- Torres Loanda
- Torre ESCOM
- Edifício Vitória
- Quinta da Rosa Linda
- Acquaville



No que se refere às comissões de gestão, as mesmas apresentam um crescimento de 24% face a 2015.

Comissões de Gestão (AOA milhões)





5.6 GESTÃO FINANCEIRA

O Banco Económico estabelece e adequa a sua gestão financeira ao plano de negócio de médio prazo e ao contexto macroeconómico, instituindo estratégias nas vertentes da gestão de liquidez, gestão de taxa de juro e gestão cambial.

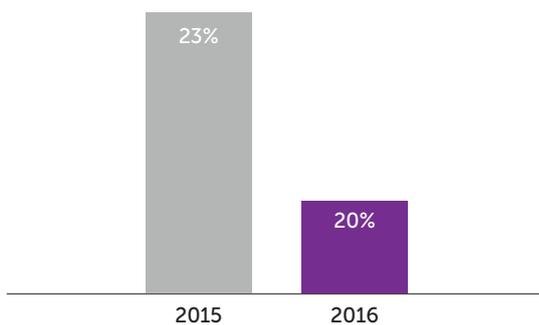
GESTÃO DE LIQUIDEZ

No capítulo da gestão de liquidez, o Banco Económico tem vindo a adoptar diversas medidas com vista à redução do risco de liquidez e à consolidação dos níveis de tesouraria, das quais se destacam as seguintes:

- Aumento de base de clientes;
- Aumento do peso dos recursos de clientes no total das fontes de financiamento;
- Limites à concessão de novos financiamentos;
- Alocação dos excedentes de liquidez em activos líquidos.

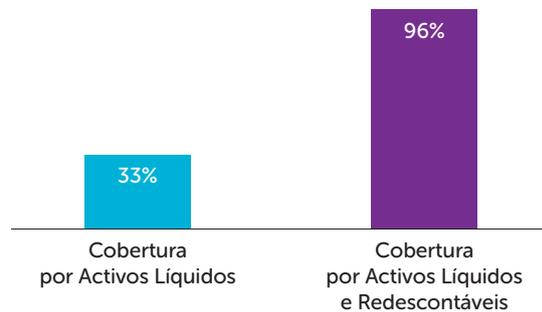
A adopção destas medidas resultou num aumento de 32% nos recursos de clientes no exercício de 2016, que conjugado com o incremento de 14% no crédito concedido permitiu reduzir o rácio de transformação em 3 pp, para 20% no final de 2016.

Rácio de Transformação



As políticas adoptadas têm também permitido a manutenção de bons rácios de liquidez. Os activos líquidos e os activos elegíveis para desconto permitem uma cobertura substancial dos passivos financeiros não subordinados, isto é recursos de clientes e de financiamento não subordinado.

Rácio de Liquidez



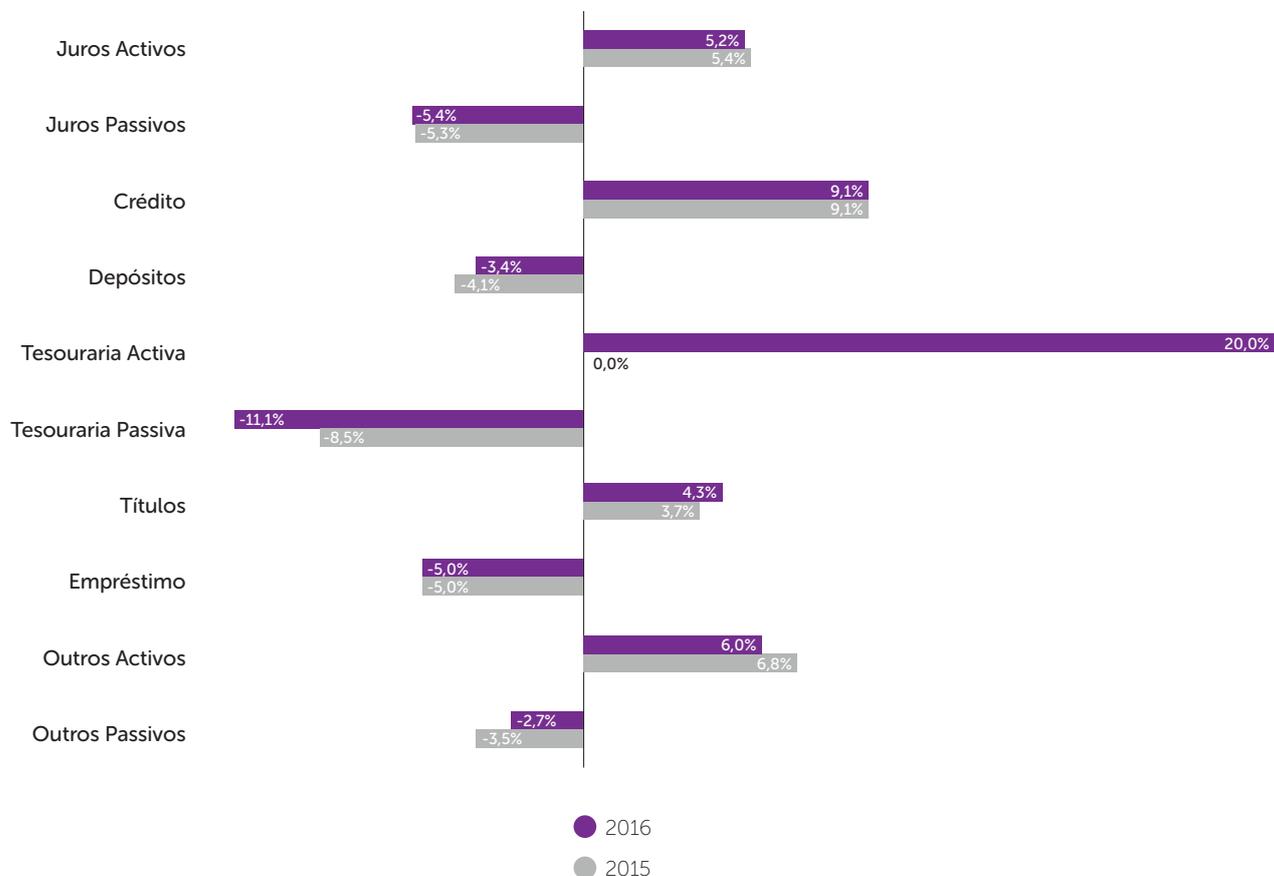
GESTÃO DE ACTIVOS E PASSIVOS

No âmbito da gestão integrada de activos e passivos, o Banco Económico procede ao acompanhamento sistemático da evolução da sua actividade financeira, com especial ênfase para a gestão do resultado financeiro.

Neste contexto, tem vindo a introduzir medidas de gestão dos níveis de taxas de juro activas e passivas, tendo procedido a diversos ajustamentos em função da alteração das taxas de juro praticadas no mercado.

O exercício de 2016 ficou marcado pelo aumento significativo do custo de financiamento da liquidez obtida junto do Banco Nacional de Angola, em face do aumento da taxa de juro de cedência de fundos do Banco Central no período de 13% para 20%. Este aumento, embora atenuado pelo aumento da taxa de juro média do crédito em 1.9 pp e a redução da taxa de juro média dos recursos em 0.7 pp, origina um resultado financeiro negativo em cerca de AOA 2.5 mil milhões em 2016. Em Março de 2017, o Banco efectuou a liquidação integral do financiamento obtido junto do Banco Nacional de Angola, o que irá permitir a recuperação de margem financeira no decurso do exercício de 2017.

Taxas de Juro Médias de Activos e Passivos

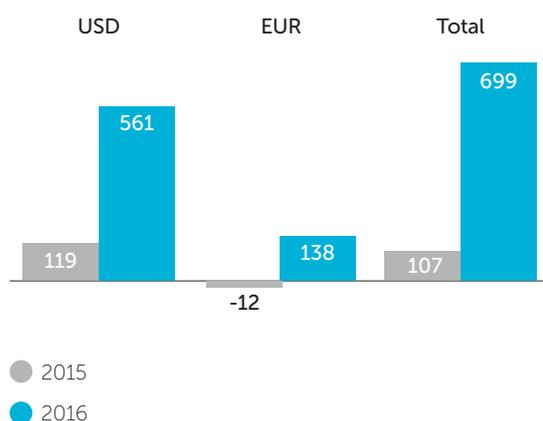


GESTÃO CAMBIAL

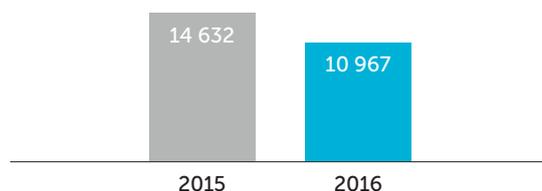
Ao nível da gestão cambial, o Banco Económico efectua uma monitorização permanente da sua exposição cambial por forma a garantir o correcto posicionamento macroeconómico, nomeadamente adoptando estratégias de neutralização do risco de desvalorização da moeda nacional.

Resultante da estrutura da posição cambial e das oscilações verificadas nas taxas de câmbio, os resultados cambiais de 2016 foram de cerca de AOA 11 mil milhões, menos 25% que os verificados em 2015, essencialmente pela menor desvalorização ocorrida na moeda nacional em 2016.

Posição Cambial (USD milhões)



Resultados Cambiais (AOA milhões)





5.7 GESTÃO DE RISCO

A política de gestão de risco desenvolvida pelo Banco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco face ao retorno de cada linha de negócio.

No decorrer do exercício de 2016, o Banco Nacional de Angola emitiu um conjunto de regulamentação com enfoque na gestão e reporte de risco por parte das instituições financeiras.

No âmbito do novo enquadramento regulamentar, o Banco Económico estabeleceu um novo Sistema de Gestão Integrada de Risco, que contempla políticas, procedimentos, processos, limites, controlos e sistemas, de modo a identificar, avaliar e monitorizar informações sobre as diferentes naturezas de riscos.

Neste contexto, foi criado em 2016 o Gabinete de Gestão de Risco (GGR), que tem como funções coordenar e supervisionar as políticas de gestão de risco e práticas de governo de risco, bem como criar ferramentas e modelos para gestão de risco e análise de exposição.

RISCO ESTRATÉGICO

No âmbito da gestão do Risco Estratégico, o Gabinete de Gestão de Risco procede à identificação dos riscos estratégicos a que o Banco está sujeito, avaliando quantitativa e qualitativamente os seus efeitos potenciais, de forma a determinar o grau de tolerância ao risco.

Neste âmbito, monitoriza os indicadores económicos, simula cenários de *stress test* e monitoriza a eficácia do modelo de gestão de risco de estratégia, garantindo a manutenção da exposição conforme o grau de tolerância estabelecido e identificando oportunidades de melhoria ao nível da resposta às condições de mercado e das premissas utilizadas na tomada de decisão.

RISCO REPUTACIONAL

No âmbito da gestão do Risco Reputacional, o Gabinete de Gestão de Risco adopta os seguintes princípios:

- Identificação do risco decorrente da percepção negativa sobre o Banco por parte

dos seus *stakeholders* e avaliação quantitativa e qualitativa do seu efeito potencial;

- Prevenção do risco através da monitorização das relações mantidas com Clientes e das transacções registadas através dos relatórios de actividade produzidos pelas demais Direcções/Gabinetes;
- Criação e implementação de mecanismos de mitigação do impacto de riscos reputacionais;
- Registo e controlo de variáveis caracterizadoras da reputação do Banco, de forma a garantir a manutenção da exposição conforme o nível de tolerância estabelecido e mitigar atempadamente potenciais desvios.

RISCO DE LIQUIDEZ

Adicionalmente às políticas de gestão de liquidez mencionadas, o Banco tem vindo a adoptar as medidas prudenciais introduzidas pelo Banco Nacional de Angola, nomeadamente o rácio de liquidez regulamentar e os rácios de observação.

RISCO DE MERCADO

Fruto da política de gestão de liquidez, que privilegia o investimento dos excedentes de liquidez em activos líquidos e passíveis de redesconto junto do Banco Central, os únicos activos sujeitos a variação de preço são as obrigações do tesouro emitidas pela República de Angola, denominadas em moeda nacional e moeda estrangeira.

O Banco Económico procede à valorização a preços de mercado da sua carteira de obrigações do tesouro e realiza análises de sensibilidade da carteira a potenciais variações de preço para determinar potenciais impactos em resultados e em capital.

RISCO DE TAXA DE JURO

Em complemento à gestão integrada dos activos e passivos referida, o Banco Económico procede regularmente à análise de sensibilidade do balanço ao risco de taxa de juro, através da quantificação do efeito em resultados de subidas e descidas nas taxas de juro dos diversos activos e passivos.

RISCO CAMBIAL

Também no caso do risco cambial e complementarmente à estratégia de gestão financeira, o Banco quantifica regularmente o efeito em resultados de variações hipotéticas nas taxas de câmbio.

RISCO DE CRÉDITO

A Direcção de Risco e Controlo de Crédito concentra as responsabilidades do processo de crédito e da monitorização do risco.

O processo de crédito

A Direcção de Risco e Controlo de Crédito analisa todas as propostas de crédito das áreas comerciais, nomeadamente quanto à capacidade dos mutuários satisfazerem o serviço da dívida e o suporte por garantias, dando o seu parecer.

Todas as propostas de crédito são analisadas e aprovadas em Conselho de Crédito, tendo por base a fundamentação da operação e o respectivo parecer do analista de crédito.

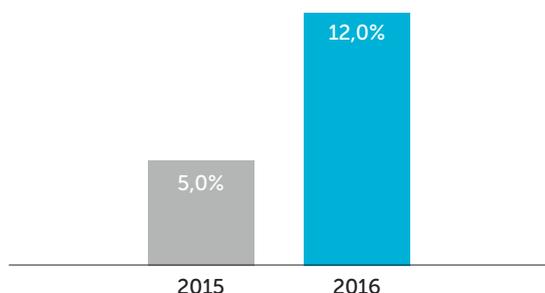
A Direcção de Risco e Controlo de Crédito em conjunto com as áreas comerciais monitoriza permanentemente a carteira e o risco de crédito. Com uma periodicidade mensal, reúne o Comité de Risco onde são analisados os principais indicadores e posições de risco.

A recuperação extrajudicial e judicial é assegurada pela Direcção de Risco e Controlo de Crédito em conjunto com a Direcção Jurídica, após esgotadas todas as possibilidades de recuperação comercial.

Qualidade da carteira de crédito

A carteira de crédito sofreu um aumento dos níveis de crédito vencido e em risco face a 2015, em virtude da degradação das condições económicas, sobretudo no segmento empresarial.

Rácio de crédito vencido em crédito em risco



RISCO OPERACIONAL

Para endereçar o sistema de controlo interno e o risco operacional, o Banco Económico criou a Direcção de Controlo Interno e Risco Operacional.

Neste âmbito, o Banco Económico tem vindo a reforçar o seu Sistema de Controlo Interno (SCI), de acordo com as melhores práticas internacionais e em cumprimento dos requisitos regulamentares, dispostos no Aviso do BNA n.º 02/2013, de 22 de Março, sistematizado nas componentes de Ambiente de Controlo Interno, Sistema de Gestão de Risco, Sistema de Informação de Gestão e Monitorização.

Em 2016, deu-se início ao processo de implementação de gestão de Risco Operacional com vista a identificar, mensurar, controlar e monitorizar os riscos decorrentes da sua actividade.

Nesta vertente, definiu uma metodologia baseada no mapeamento de riscos e controlos dos processos do Banco, na análise dos dados recolhidos nos questionários de avaliação (qualitativos) e no registo de eventos (quantitativos). Compreende ainda, a monitorização dos indicadores de risco e controlo, bem como a definição de planos de acção para mitigação dos riscos identificados e a produção de reportes internos e externos. Para a identificação dos riscos, foi elaborado um catálogo de riscos de acordo com as boas práticas emanadas do comité de Basileia II, sendo que o 1º e 2º nível encontram-se alinhados com o definido no respectivo acordo e o 3º nível ajustado à realidade do Banco.

5.8 CAPITAL

A redução do rácio de solvabilidade face a 2015, deve-se ao aumento da exposição cambial e à dedução dos grandes riscos, ambos os efeitos associados à participação no programa de importação de bens prioritários.

Rácio de Solvabilidade

	2015	2016	var
Activos de risco	574 382	822 760	43%
Risco crédito	486 092	648 960	33%
Risco cambial	88 290	173 800	97%
Média risco	67%	75%	8%
Capital regulamentar	102 306	98 383	-4%
Tier 1	44 313	39 838	-10%
Tier 2	57 993	71 013	22%
Grandes riscos	0	-12 468	100%
Rácio solvabilidade	17,81%	11,96%	-5,83%

5.9 QUALIDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

PLANO DE TRANSFORMAÇÃO OPERACIONAL

Em 2016, o Banco Económico continuou com a execução do Plano de Transformação Operacional, com quatro objectivos centrais:

- Modernização tecnológica e transformação digital do modelo operacional;
- Inovação na oferta e nos canais de distribuição;
- Eficiência operativa e qualidade de serviço;
- Redução de riscos e reforço do modelo de controlo.

Em paralelo, o Banco Económico intensificou o esforço de capacitação das suas equipas e o reforço do modelo de governo IT (tecnologias de informação e comunicações), visando aumentar a eficácia e eficiência de processos e equipas.

Ao longo de 2016, os projectos decorreram organizados em 6 iniciativas de transformação:



Modernização e reforço da capacidade e segurança da infra-estrutura

Em 2016, a Direcção de Informática renovou a sua liderança e iniciou a renovação do modelo de gestão das tecnologias de informação no banco (governo IT) e o reforço da capacitação dos recursos humanos. Em paralelo, reforçou a capacidade e resiliência da infra-estrutura de comunicação de dados e dos centros de processamento de dados (CPDs), tendo levado a cabo iniciativas que visaram a convergência

de soluções tecnológicas e a redução de custos operacionais, com o compromisso de melhorar a qualidade dos serviços. Das medidas implementadas destacam-se:

- **Na modernização e optimização das comunicações de dados**
 - Finalizada a reorganização da rede de dados WAN, de ligação aos Balcões, com substituição da tecnologia VSat por MPLS, redução de custos e melhoria de serviço;
 - Redesenho e optimização dos circuitos redundantes (de *backup*);
- **Modernização dos Centros de Processamento de Dados (CPDs)**
 - Migração do Centro de Processamento de Dados principal para novas instalações desenhadas de raiz e implementadas com a mais moderna tecnologia APC e as melhores práticas, eliminando o risco operacional da anterior infra-estrutura;
 - Lançamento do projecto de externalização do Centro de Processamento de Dados de Contingência, com a reestruturação da arquitectura de *Disaster Recovery* e a separação de ambientes não produtivos e de *Disaster Recovery*;
 - Início da modernização da arquitectura de armazenamento de dados, com a aquisição e instalação de novos equipamentos HP 3 Par, mais modernos e capazes de responder às necessidades de crescimento e de performance, a médio prazo;
- **Na gestão da infra-estrutura**
 - Reforço de processos de monitorização e alarmística da infra-estrutura, visando atingir de forma consistente os níveis de disponibilidade e qualidade de serviço objectivo;
 - Reforço na monitorização da rede WAN, com aumento da disponibilidade de serviços.

Reforço do Governo IT e capacitação de equipas

Em 2016, o Banco Económico continuou o trabalho de revisão e reforço de políticas, processos, ferramentas e competências, visando gerir de forma mais eficaz e eficiente as infra-estruturas, aplicações e o processo de inovação, destacando-se as seguintes iniciativas:

- **Reforço do governo IT**
 - Implementação de um plano de carreiras e nomeação de coordenadores de áreas e unidades, nas Direcções de Informática e de Organização;

- Formalização da área de gestão de portfólio de projectos, para aumento da eficácia na gestão e resposta aos clientes internos;
- Reforço no controlo de custos, alinhado com o modelo corporativo de gestão orçamental;
- Aquisição e início de implementação da nova aplicação ITSM (gestão IT);

• Reforço de competências

- Contratação de recursos críticos nas áreas de administração de sistemas e gestão de base de dados;
- Elaboração de plano de formação ambicioso, adequado às necessidades de médio prazo do banco, com execução de acções em área críticas.

Actualização do catálogo, evolução do normativo e modelo de controlo

Actualização do catálogo e evolução do normativo

Continuou o esforço de actualização do catálogo de processos e a melhoria do normativo do Banco, com a criação de novas políticas e procedimentos, bem como a reformulação de algumas das normas existentes, face a alterações legais, regulamentares, aplicacionais, processuais e comerciais. Ao longo de 2017 foram publicadas 84 normas e 49 formulários:

Processos e Procedimentos		Formulários	
Novas	Reformuladas	Digitalizados	Alterados
35	49	25	24

Modelo de controlo

O trabalho de melhoria do Sistema de Controlo Interno reflectiu-se no sistema normativo, com o reforço dos controlos em processos e o desenvolvimento de controlos independentes.

Reforço da qualidade de serviço e da relação com o cliente

O reforço da qualidade do serviço prestado ao cliente é uma preocupação central das direcções de informática, organização e qualidade, que se tem vindo a reforçar na cultura do Banco. A preocupação com o serviço ao cliente e a qualidade de tudo o que fazemos, reflectiu-se na inclusão de indicadores de qualidade na avaliação das direcções comerciais e centrais, em 2016.

• Inquérito de satisfação

O Banco Económico reforçou a aposta na qualidade e na satisfação dos clientes na utilização dos seus produtos e serviços, com o objectivo de ser o melhor Banco no território nacional. Em 2016, o Banco realizou o primeiro inquérito global de satisfação dos clientes, com objectivos de medir o seu grau de satisfação e poder agir sobre as causas de menor satisfação. O inquérito aferiu o grau de satisfação global tendo em conta o atendimento, imagem, oferta, preço e outras dimensões do serviço. A medição do grau de satisfação dos clientes permitiu ao Banco implementar melhorias que se revelaram necessárias para corresponder às suas expectativas.

• Reclamações

O Banco melhorou os processos de recepção, registo e tratamento das reclamações, por forma a melhor dar resposta aos anseios dos seus clientes, reduzindo os tempos de resposta. Em adição, foi implementado um sistema de alertas que permite evitar o incumprimento de prazos interno e regulamentares.

Digitalização de processos e da distribuição (multicanalidade)

A transformação digital dos modelos operacional e de distribuição continuou a ser um dos principais pilares da transformação do Banco com três objectivos centrais: elevar a qualidade de serviço ao patamar de excelência, eliminar o risco operacional e de fraude e aumentar a eficiência operacional.

Digitalização de processos | Workflow e gestão documental

Desde de 2014 que o banco tem vindo a digitalizar os seus processos, baseado em duas ferramentas: o *Workflow* (BPM) e a Gestão Documental Digital (ECM/DMS).

Em 2016 prosseguiu-se o esforço de digitalização do modelo operacional, com 45 novos processos no *Workflow*, atingindo-se um total de 115 processos digitais.

Em paralelo, o acelerador de desenvolvimento (Gx BPM), que permite desenvolver e executar os Workflows na plataforma IBM BPM, foi reforçado com novas funcionalidades: integração com o sistema bancário para consultas e operações, envio de comunicações aos clientes (SMS/E-mail), para informação sobre o estado dos pedidos, regras de encaminhamento automático dos pedidos e regras de confidencialidade e visibilidade dos pedidos.



A digitalização de processos no *Workflow*, veio trazer um controlo rigoroso do estado de todos os pedidos e dos respectivos níveis de serviço, permitindo melhorar a qualidade de serviço ao cliente e actuar sobre os processos que têm níveis de serviço abaixo do objectivo.

Após 3 anos de exploração da plataforma, desenhou-se um plano para a sua actualização, que será executado em 2017, permitindo a portabilidade da solução, através de terminais móveis, a criação de uma solução corporativa (única) de gestão documental digital e a implementação de um motor de regras de negócio.

Modelo de distribuição de Multicanal

O Banco Económico prosseguiu a implementação da sua estratégia de desenvolvimento de serviços multicanal, visando providenciar aos seus clientes o melhor serviço bancário em Angola, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

No âmbito desta estratégia, 2016 foi um ano de consolidação e fecho de ciclo, com o lançamento de três novos serviços:

- O serviço **EconomicoNet** App, uma solução de *mobile banking* (banca móvel) para particulares e empresas, disponível para telemóveis Android e iOS;
- O serviço **Consult@Cartão**, uma solução de *internet banking* (banca internet) para utilizadores de cartões de crédito Corporate;
- O serviço **EconomicoNet** Balcão, uma solução que disponibiliza os novos serviços da plataforma multicanal, às redes comerciais do Banco.

Em paralelo, prosseguiu a melhoria contínua dos dois serviços de *internet banking* existentes, o **EconomicoNet** CORPORATE (empresas) e o **EconomicoNet** (Particulares), com o lançamento de novas funcionalidades.

Melhoria na informação de gestão e nas ferramentas comerciais

Continuou o investimento na plataforma de informação de gestão, que produz o *reporting* regulamentar, comercial, de risco e de gestão do banco.

O Banco relançou o projecto MAC – Modelo de Acompanhamento Comercial, uma solução de CRM (*Customer Relationship Management*) que irá ajudar as suas Direcções de clientes numa prestação de serviço mais eficaz ao cliente (CRM

operacional) e na evolução dos números do negócio face aos objectivos definidos.

Inovação na oferta e distribuição multicanal, melhoria da qualidade de serviço, redução de riscos e aumento da eficiência

O trabalho em políticas, processos, metodologias, ferramentas e infra-estruturas tem como objectivo dar ao Banco um modelo operacional robusto, eficiente e conforme às regras, bem como prestar um serviço de excelência aos clientes e criar as condições para inovar na oferta de serviços e produtos.

Na vertente das aplicações de suporte ao negócio, o Banco apostou fortemente no reforço dos serviços na plataforma multicanal (**EconomicoNet**), seja na relação com o cliente através da disponibilização das APP para Android e iOS, seja na reutilização da arquitectura do **EconomicoNet** para reforçar os serviços disponíveis no 'canal interno' denominado **EconomicoNet** Balcão, que permite disponibilizar serviços de pagamento (impostos e serviços), que integram em real time com os sistemas das entidades (AGT ou fornecedores de bens e serviços).

Na componente de oferta de serviços alargou-se a oferta de produtos de depósitos a prazo, de tipos de conta, de protocolos, adicionalmente efectuou-se uma revisão profunda e fiabilização do preçário do Banco. Em 2016 criaram-se cerca de 160 novos produtos e modificaram-se características de cerca de outros 160 produtos.

Principais projectos de 2016 por tipologia:

Estratégicos

- Novo Flexcube | Preparação do projecto de modernização do sistema bancário *core*

Inovação na oferta de produtos e serviços

- Gestão de Carteira de Títulos | Custódia para cliente e carteira própria
- Circula Fácil | Comercialização de taxa de circulação
- Autorização de Débito em Conta (ADC) | Cobrança periódica de facturas de serviços prestados por empresas
- Protocolos e conta salário
- Novos produtos de poupança

Distribuição multicanal

- **EconomicoNet** Mobile | Apps para telemóveis IOS e Android
- **EconomicoNet** | Portal **Consult@Cartão** para consulta de cartões de crédito Corporate

- **EconomicoNet Balcão** | Liquidação de impostos, em tempo real, de forma simples e segura, em todos os balcões

Eficiência operacional

- Novos Standard SWIFT | Actualização do formato das mensagens SWIFT
- Workflow | Integração com Flexcube (core bancário)
- Workflow | Alarmística SMS / e-mail para clientes

Legal e Regulamentar

- SWIFT *Sanctions Screening* | Ferramenta de filtragem de operações, no âmbito do AML
- Plataforma Kiwi | Implementação do módulo de tratamento de Imparidade
- Impostos | Implementação da Contribuição Especial Sobre Operações Bancárias (CEOB) e melhorias no tratamento de Isenções subjectivas

Controlo Interno

- Cartões de Crédito | Reforço dos relatórios de controlo operacional e processo de reconciliação contabilística

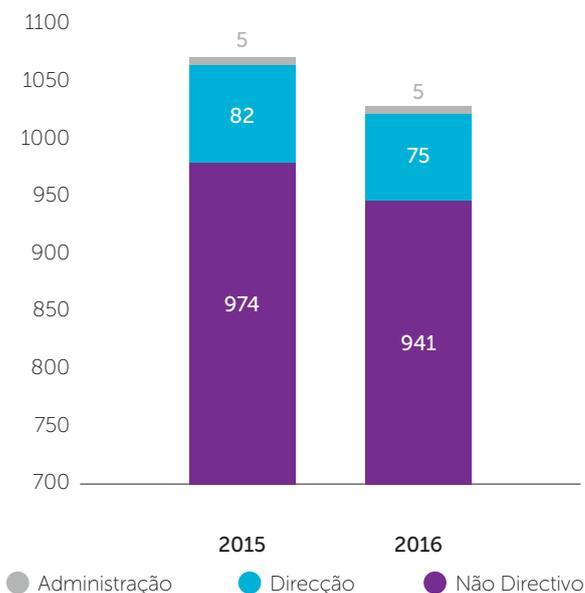
5.10 RECURSOS HUMANOS

Consciente da importância e da estratégia que os Recursos Humanos encerram no alcance dos seus objectivos, o Banco Económico levou a cabo, durante o ano de 2016, um programa de transformação das suas políticas de Recursos Humanos. Esta transformação incidiu sobre os pilares chave das políticas da área, com o objectivo de acompanhar as boas práticas do sector tornando o Banco Económico numa referência em matérias de Capital Humano no sector Bancário Angolano.

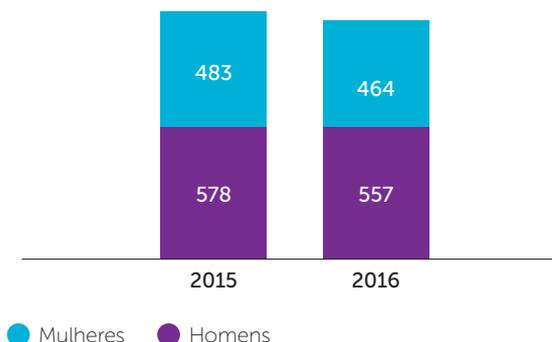
A nova política de funções e competências, o modelo de avaliação de desempenho, a reestruturação dos processos internos e o processo de comunicação interna são o exemplo de algumas das iniciativas levadas a cabo nesta transformação que tem contribuído para potenciar a utilização do portal do Colaborador e criar uma dinâmica de maior proximidade entre os Colaboradores e a Direcção de Recursos Humanos.

Em 2016, o quadro de Recursos Humanos apresenta uma ligeira redução de 3,8%, sendo actualmente constituído por 1021 Colaboradores (97% Colaboradores Nacionais), dos quais 464 (45%) são mulheres e 557 (55%) são homens.

Total de Recursos Humanos



Distribuição dos Recursos Humanos por Sexo



Distribuição dos Recursos Humanos por Nacionalidade



Para 2017, o Banco Económico irá dar continuidade à transformação das Políticas de Recursos Humanos, actuando em novos vectores estratégicos de desenvolvimento dos Colaboradores por forma a promover a excelência das suas pessoas como factor de diferenciação no mercado.



5.11 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Banco Económico assumiu, desde o início da sua actividade, um sólido compromisso com a promoção da responsabilidade social empresarial. O posicionamento de cidadania corporativa do banco desenvolve-se pela criação de uma estreita relação de proximidade e de envolvimento com a sociedade, através da participação dos seus colaboradores, das suas famílias e da comunidade.

Em 2016, o Banco Económico desenvolveu inúmeras actividades de responsabilidade social focadas, sobretudo, nas áreas da saúde, literacia financeira, educação e cultura.

CAMPANHA CONTRA A FEBRE-AMARELA

Respondendo a um pedido de ajuda lançado pelo Ministério da Saúde, o Banco Económico doou um valor equivalente a USD 50.000 ao Ministério da Saúde para compra de vacinas; esta doação foi suportada pelo Fundo de Solidariedade do Banco.

A nível externo, a campanha foi realizada em vários locais, de acordo com as necessidades mais eminentes. No Município do Camama foi efectuada uma doação de lanches para apoio ao Ministério da Saúde. No Município do Kilamba Kiayi foram doados 300 lanches, bem como mesas e cadeiras para suporte administrativo à campanha de vacinação realizada neste município, em apoio da Delegacia de Saúde.

Internamente, foi divulgada informação e implementada uma acção de vacinação destinada a colaboradores, familiares e empresas prestadoras de serviços. A actividade foi realizada no Consultório Médico do Banco Económico, onde foram vacinadas 408 pessoas. Esta campanha foi realizada em parceria com a Delegacia de Saúde.

CAMPANHA HPV

O HPV, ou Vírus do Papiloma Humano, é responsável por um elevado número de infecções. Homens e mulheres são transmissores da infecção por HPV, na maior parte dos casos sem o saberem, porque não apresentam qualquer sintoma. A transmissão pode ocorrer muito facilmente. Basta o contacto

através da pele, ou outro. Só a vacinação contra o HPV permite uma protecção eficaz contra os tipos de HPV incluídos na vacina.

O Banco Económico realizou uma campanha de informação para prevenção do HPV, que incluiu uma palestra sobre o tema e a apresentação da possibilidade de redução do custo das vacinas contra o HPV para colaboradores, familiares e amigos. Esta iniciativa contou com a participação de cerca de 100 pessoas.

APADRINHAMENTO MUSEU REGIONAL DA HUÍLA

O Banco Económico associou-se ao Museu Regional da Huíla através de uma iniciativa que visou a recolha de livros infantis para o novo espaço "Contador de Histórias" do museu. Esta iniciativa foi desenvolvida no âmbito do Fundo de Solidariedade do Banco Económico e mobilizou colaboradores e clientes do banco a doarem livros infantis ao Museu Regional da Huíla, uma instituição pública, de carácter pedagógico e científico, que tem por objectivo investigar, recolher, classificar, conservar, expor e divulgar a cultura das comunidades pastoris do sul de Angola.

O "Contador de Histórias" veio dinamizar o sector educativo do museu, promovendo o gosto pela literatura junto das crianças. O espaço funciona ainda como atelier para o desenvolvimento de trabalhos manuais, projecção de documentários e filmes pedagógicos, centrados na importância da preservação do património, do meio ambiente e das espécies. Estas actividades permitem estimular a criatividade das crianças e tornar o espaço mais atractivo e dinâmico.

Para além da angariação dos livros, o Banco Económico também doou ao espaço "Contador de Histórias" diversos materiais e equipamentos - cerca de 250 livros, 20 cadeiras, 3 mesas, 2 estantes, 1 laptop, 1 projector, 1 televisão, 50 cadernos, 10 caixas de lápis de cor, 50 caixas de lápis e 8 quadros - para tornar o espaço completamente funcional.

O Banco Económico apoiou o espaço "Contador de Histórias", dado que a dinamização cultural da literatura tradicional infantil permite também apoiar, divulgar e valorizar os escritores infantis nacionais. Esta é uma iniciativa alinhada com a estratégia de responsabilidade social do banco, que aposta na promoção da cultura e do conhecimento, na sociedade angolana.

CAMPANHA DE DOAÇÃO DE SANGUE "GOTA A GOTA"

O Banco Económico realizou uma parceria com o Instituto Nacional de Sangue (INS) para a realização de uma campanha de recolha de sangue, com o objectivo de apoiar o INS que registava um preocupante défice de sangue nos hospitais públicos, em todo o País.

A campanha de doação de sangue foi implementada pela Direcção de Responsabilidade Social do Banco Económico, em estreita ligação com o Instituto Nacional de Sangue. A actividade teve início em Luanda e estendeu-se, posteriormente, a mais duas províncias de Angola.

Na iniciativa participaram os colaboradores do banco, aos quais se juntaram os cidadãos interessados, dado que o Banco Económico apelou à participação massiva da sociedade angolana, durante o período em que decorreu esta missão de angariação de sangue, para os hospitais públicos de Angola.

A primeira fase da campanha foi realizada em Luanda, nas instalações da sede do Banco Económico, de 20 de Junho a 1 de Julho, e contou com a participação de 119 dadores de sangue, foram angariados – considerados aptos – 88 balões de sangue, o que equivale a cerca de 370 vidas salvas.

A segunda fase da campanha de doação de sangue foi realizada na província do Zaire, entre 10 e 22 de Outubro, sempre em parceria com o Instituto Nacional de Sangue. A actividade foi realizada durante 2 semanas, sendo que na primeira semana foram desenvolvidas as iniciativas de divulgação, sensibilização e estudo de campo. Na segunda semana realizaram-se as acções de recolha efectiva do sangue, nas instalações do Hospital Geral do Soyo. Na campanha realizada no Zaire participaram 83 voluntários e foram obtidos 80 balões de sangue, o que pode equivaler à quantidade necessária para o salvamento de cerca 360 vidas.

A terceira fase da campanha de doação de sangue foi realizada na província de Benguela, de 7 a 19 de Novembro. A campanha decorreu durante duas semanas, com base na metodologia aplicada na edição anterior. Na primeira semana foram desenvolvidas as iniciativas de divulgação, sensibilização e estudo de campo. Na segunda semana realizaram-se as acções de recolha efectiva do sangue, nas instalações do Hospital Geral de Benguela e no Centro da Nossa Senhora da Graça.

Em Benguela participaram 117 voluntários, que permitiram angariar 106 balões de sangue, quantidade que pode equivaler ao salvamento de 430 vidas.

O INS reencaminhou 70% do sangue recolhido para os serviços de Pediatria e o restante foi distribuído para as áreas de Obstetrícia, Acidentes, Hemodiálise e Cirurgias Cardíacas.

O Banco Económico considera que doar sangue é uma questão de responsabilidade social. Dar sangue é um acto de generosidade pessoal, mas é, sobretudo, um acto de humanidade e de solidariedade com quem mais precisa.

PROCOLOS COM ÓPTICA OKUTALA, CLÍNICAS MIRADENTE E MALÓ CLINIC

O Banco Económico considera prioritário contribuir para o bem – estar e qualidade de vida dos seus colaboradores e familiares. Neste sentido, a Direcção de Responsabilidade Social realizou protocolos com diversas entidades de áreas da saúde, complementares aos Seguros de Saúde, para assegurar maiores benefícios para os seus públicos internos.

Em 2016, os protocolos efectuados pelo banco permitiram descontos de 20% nos actos clínicos realizados pelos seus colaboradores e familiares directos na Óptica Okutala, bem como um desconto de 10% nas clínicas dentárias Miradente e Maló Clinic.

APADRINHAMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CACUACO

Ao longo de 2016, o Banco Económico foi apoiando causas sociais na área da saúde, como a luta contra a febre-amarela e a doação de sangue. Contudo, sentiu que ainda havia muito por fazer para reduzir o número elevado de mortes verificadas no contexto nacional.

Por esta razão, o banco decidiu apadrinhar o Hospital Municipal de Cacuaco, após a realização de uma visita e constatação *in loco* das dificuldades verificadas, neste centro hospitalar. O apoio foi realizado através do Fundo de Solidariedade do Banco Económico e consistiu na doação de equipamentos, consumíveis e na realização de voluntariado no hospital, efectuado por colaboradores do banco.

Para a doação de equipamentos, foi definida a oferta, duas vezes por ano, do equipamento necessário para os cuidados prioritários aos pacientes. Foram ainda definidas doações



trimestrais dos consumíveis identificados como essenciais.

Foram também efectuadas visitas aos pacientes hospitalizados, para concretizar a doação dos bens supra citados, e realizar actividades de voluntariado hospitalar por parte de um grupo de colaboradores do Banco Económico.

No mês de Setembro, foi efectuada a celebração do protocolo de cooperação com o referido hospital e descerrada a placa comemorativa. O projecto teve um custo total de AOA 8 milhões.

BE - SOMOS SOLIDÁRIOS

Em 2016, o Banco Económico decidiu celebrar o seu segundo aniversário de uma forma diferente e especial. Este não foi um ano fácil em Angola e o banco optou por realizar uma iniciativa em linha com a sua estratégia de responsabilidade social.

Neste sentido, desenvolveu uma campanha de solidariedade para angariação de bens alimentares, vestuário e brinquedos, através de um desafio lançado a todos os colaboradores do banco, clientes, amigos, familiares, fornecedores e à sociedade em geral.

Os destinatários da angariação de bens foram as Aldeias SOS - em Benguela, Huambo e na Huíla - o Centro Social Santa Bárbara, em Luanda, e o Centro de Caridade das Irmãs Mercedárias de Cabinda. Estas organizações trabalham, sobretudo, com crianças carenciadas, facultando apoio em termos de alojamento, refeições, cuidados de saúde, educação e ajuda social às famílias.

O aniversário foi do banco, mas os presentes foram para quem mais deles precisava. Foram angariados mais de 1500 quilos de alimentos base - arroz, feijão, açúcar, fuba, farinha, grão-de-bico, sal de cozinha - e mais 600 litros de alimentos líquidos - óleo, leite, água e sumos - bem como mais de 2800 unidades de produtos alimentares em caixas, pacotes e enlatados - massas, cereais, papas, bolachas, leite achocolatado, tulicreme, iogurtes, leite em pó, chouriço, margarina, frango, molhos - entre diversos outros alimentos.

Foram igualmente recolhidos mais 280 quilos de roupa para meninas, 200 quilos de roupa para meninos, cinco sacos de sapatos para meninas e dois sacos de sapatos para meninos, para além de dezenas de biberons, babetes e chupetas,

bem como oito caixas de brinquedos. A campanha conseguiu, também, doar duas máquinas de lavar roupa, centenas de caixas de detergente em pó, sabão, creme dental e dragão. Foi realizada a cerimónia de entrega dos bens doados ao Centro Social de Santa Bárbara, em Luanda, a 29 de Outubro, dia do aniversário do Banco Económico. A Direcção de Responsabilidade Social e um grupo de voluntários do banco efectuaram a entrega formal numa actividade realizada com as crianças da instituição, à qual foi também entregue uma viatura custeada em 50% pelo Banco Económico.

Os valores monetários angariados atingiram um total de AOA 4.180.500 milhões, que foram revertidos em alimentação e vestuário, e distribuídos pelas instituições beneficiárias das restantes províncias do país.

ACTUALIZAÇÃO DO REGISTO ELEITORAL

Enquanto instituição financeira, o Banco Económico assume o dever de apoiar os princípios básicos de cidadania. Assim, e em parceria com a Comissão Nacional Eleitoral, foi efectuada uma campanha para actualização do registo eleitoral dos colaboradores e seus familiares, de modo a que estes estejam aptos para exercer os seus direitos de cidadania.

Na iniciativa participaram colaboradores e familiares interessados em efectuar a sua prova de vida, bem como em actualizar o seu cartão de eleitor, ou solicitar a segunda via do cartão. A campanha realizou-se nos dias 3, 4 e 9 de Novembro, nas instalações do Banco Económico, e contou com a participação de 240 cidadãos.

CONSULTÓRIO MÉDICO

No dia 8 de Novembro, foi inaugurado o Consultório Médico do Banco Económico, na sua sede, no piso 7. Este espaço foi criado para disponibilizar recursos médicos, inicialmente, aos colaboradores do banco e, posteriormente, para alargar o acesso à assistência médica, neste consultório, aos familiares directos dos colaboradores, disponibilizando também consultas de medicina interna e familiar.

O Consultório Médico do Banco Económico é composto por três gabinetes - triagem, enfermagem e médico - completamente equipados para cada área de intervenção, aos quais se juntam uma zona de recepção e uma sala de espera.

A gestão administrativa é assegurada pela Direcção de Responsabilidade Social do Banco Económico e a gestão clínica e a manutenção dos equipamentos médicos está a cargo da empresa especializada na prestação de cuidados de saúde - Luanda Medical Center - que alocou a este consultório uma equipa multidisciplinar de profissionais, composta por um recepcionista, um enfermeiro e um médico especializado em medicina interna e familiar, decorrente da parceria estabelecida entre as duas instituições.

Esta é mais uma iniciativa do Banco Económico, integrada na estratégia de valorização dos seus recursos humanos. O banco considera que os colaboradores são o seu activo mais importante, por isso, assumiu o investimento na saúde e bem-estar das suas equipas, através da implementação de um modelo de medicina preventiva.

CONTA POUPANÇA DE NATAL

A Conta Poupança de Natal consiste num presente custeado pelo Banco Económico para todos os filhos dos colaboradores, com menos de 12 anos, a quem o banco atribuiu um depósito a prazo no valor de AOA 10.000 mil. Para além disso, ofereceu cadernetas de poupança e possibilitou aos filhos dos colaboradores visitas guiadas a uma agência do Banco Económico.

O projecto foi lançado no dia 1 de Dezembro de 2016 e decorreu até 15 de Janeiro de 2017. A 5 de Dezembro de 2016, realizou-se um seminário sobre o tema "Poupança", cujos objetivos passaram por incentivar a educação financeira dos filhos dos colaboradores do banco, através da sensibilização para os conceitos básicos de poupança.

NATAL DAS CRIANÇAS

No âmbito do projecto em curso com o Hospital Municipal de Cacuaco (HMC), um grupo de voluntários do Banco Económico - embaixadores da responsabilidade social de cada direcção - definiu que a acção de Natal deveria ocorrer no HMC e destinar-se às crianças que se encontrassem internadas nesta instituição.

Neste sentido, foi efectuada no dia 17 de Dezembro de 2016 a acção de Natal para as crianças internadas, que consistiu na realização de uma festa de Natal, na qual foi oferecido um lanche e desenvolvidas diversas actividades recreativas - montagem da árvore de Natal, música, teatro e pinturas faciais - tendo a

apresentação da festa sido feita pelo Pai Natal do Banco Económico.

Os colaboradores presentes na actividade tiveram, também, a oportunidade de participar numa visita ao hospital, podendo desta forma conhecer, mais detalhadamente, o projecto que apoiam, e que é custeado pelo Fundo de Solidariedade do Banco.

Nesta actividade participaram cerca de 200 crianças e mais de 50 colaboradores.

CELEBRAÇÃO ÉPOCA FESTIVA

O ano de 2016 não poderia terminar sem que se realizasse uma actividade alusiva à época festiva para os colaboradores do Banco Económico e respectivas famílias. Assim, a Direcção de Responsabilidade Social e o Grupo Recreativo Desportivo e Cultural juntaram-se para a realização de um dia de celebração.

A actividade realizou-se no dia 18 de Dezembro de 2016, e integrou uma manhã de convívio entre colaboradores e filhos, numa praia da Ilha de Luanda, onde foram dinamizadas várias actividades como ginástica, orientada pelo Bruno Samora, jogos de gincana e barra do lenço. Todas as actividades contaram com intensa interação entre pais e filhos.

A manhã recreativa contou ainda com o som do DJ Mauro Maurício (colaborador e parceiro da DRS) e foram oferecidos lanches e presentes aos filhos dos colaboradores.

A celebração da Época Festiva contou com cerca de 140 participantes.

5.12 RECONHECIMENTO

BANCO ECONÓMICO CONSIDERADO UM DOS TRÊS BANCOS ANGOLANOS QUE MELHOR TRATAM OS CONSUMIDORES

A empresa de estudos de mercado - Multimétrica - tem vindo a desenvolver um trabalho de análise ao atendimento dos bancos angolanos. No âmbito deste estudo, foi visitada a totalidade dos balcões nas diferentes províncias, aplicando um conjunto de critérios respeitantes ao modo como se apresentam aos clientes (visibilidade, multicaixa, aspecto interior), o melhor ou pior funcionamento do caixa e o



nível de atendimento, em que, entre outros factores, contam o tempo que se espera para ser atendido, a postura, a atitude e agilidade do funcionário, os argumentos que utiliza.

De acordo com o estudo independente realizado pela Multimétrica em 2015, o Banco Económico é um dos três bancos que melhor atendem os consumidores.

Na análise detalhada sobre as três vertentes de análise - aspectos físicos, caixa e atendimento - o Banco Económico foi considerado o melhor banco, no que respeita a 'aspectos físicos', seguido do Standard Bank e do Millennium Atlântico.

Nas questões relacionadas com a caixa, o Banco Económico ficou classificado na terceira posição. No critério 'atendimento', o Banco Económico foi considerado o segundo melhor do *ranking*.

A média do mercado bancário angolano, no capítulo do atendimento, registou um desempenho muito fraco (32,6%), em contraste com os 85,89% obtidos nos 'aspectos físicos' e os 85,43% decorrentes da avaliação do 'caixa' nos balcões visitados. Também o nível de 'desempenho médio' conseguido nos critérios 'aspectos físicos' e no 'caixa' é bastante superior ao verificado no 'atendimento', com as instituições mais bem classificadas nestas vertentes, o Banco Económico e o BANC, respectivamente, a conseguirem um desempenho médio de 95,76% e 98,67%.

BEST INTERNET BANK ANGOLA 2016



Em 2016 o Banco Económico viu reconhecida a qualidade do seu serviço de *internet banking* ao receber o prémio de "Best Internet Bank Angola 2016" pela prestigiada publicação internacional *Global Banking & Finance Review*. O prémio distingue a superior performance do sistema de *internet banking* do Banco Económico, que foi considerado, por esta entidade, o melhor do mercado angolano, em 2016.

Com esta distinção, o Banco Económico viu, assim, certificada a qualidade do seu serviço de *internet banking*, o que traduz, também, a eficiência e solidez da estratégia de investimento em inovação tecnológica, que tem vindo a ser desenvolvida pelo banco.

Os prémios *Global Banking & Finance Review* foram criados para reconhecer empresas da comunidade financeira, a nível global, que se destacam em termos de excelência e especialização. Estes galardões reflectem a inovação, os resultados, a estratégia, as mudanças progressivas e inspiracionais que se registam no sector financeiro.

BEST BANK GOVERNANCE ANGOLA 2016

Também a vertente de *Corporate Governance* foi reconhecida neste ano com o prémio de "Best Bank Governance Angola 2016" pelo programa de prémios da *Capital Finance International* (CFI.co), o jornal e portal especializado em economia, negócios e finanças, com sede em Londres, que disponibiliza notícias, análise e comentários sobre mercados, a nível global.

Anualmente, o CFI.co identifica indivíduos e organizações que contribuem, de forma significativa, para a convergência das economias e aportam valor acrescentado para todos os stakeholders. O CFI.co defende que as melhores práticas podem ser encontradas um pouco por todo o mundo e, por isso, implementou um programa de prémios que visa reconhecer e distinguir a excelência, acreditando que a partilha das boas práticas pode influenciar outros operadores de mercado a melhorar o seu desempenho.

Este ano, o painel de júris do CFI.co *Awards Program* considerou que o Banco Económico se posiciona como um banco centrado no cliente, ao mesmo tempo que afecta um investimento financeiro considerável no apoio ao desenvolvimento de grandes projectos, em Angola. Depois de um processo de reestruturação da sua estrutura accionista, seguido da criação de uma nova imagem corporativa, o banco foi completamente revitalizado e orienta a sua especialização operacional para criar uma oferta diversificada de produtos e serviços financeiros, em linha com os mais elevados padrões da indústria bancária, a nível nacional e internacional.

Através de uma estrutura operacional com áreas de negócio especializadas, o Banco Económico

disponibiliza distintas tipologias de produtos e serviços, adaptadas às necessidades específicas de diversos sectores - petróleo e gás, *trade finance*, banca de investimento, empresas e empreendedorismo – e outras áreas de actividade económica de importância vital para o País.

O painel de júris do CFI.co reconheceu que o Banco Económico prioriza a necessidade de adoptar os mais rigorosos padrões de governança corporativa e que, efectivamente, integrou a conformidade regulatória no centro do seu modelo de negócio.

5.13 RESULTADOS DA ACTIVIDADE INDIVIDUAL E CONSOLIDADA

O Banco Económico registou um resultado negativo no período de AOA 4.329 milhões em base individual e AOA 4.327 milhões em base consolidada.

Demonstração de Resultados

Resultados AOA Milhões	Individuais			Consolidados		
	2015	2016	Var.	2015	2016	Var.
Resultado Financeiro	3 656	-2 478	-168%	3 697	-2 431	-166%
Comissões	3 185	4 807	51%	3 836	5 578	45%
Resultados Cambiais	14 632	10 967	-25%	14 858	11 185	-25%
Outros	347	-101	-129%	-5	-457	9040%
Produto Bancário Total	21 819	13 195	-40%	22 386	13 875	-38%
Custos Operativos	15 438	16 714	8%	15 586	16 978	9%
Provisões	-2 935	810	-128%	-2 935	811	-128%
Impostos	0	0	0%	221	226	2%
Minoritários	0	0	0%	198	-187	-6%
Resultado Líquido	9 317	-4 329	-146%	9 316	-4 327	-146%

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado negativo deve-se fundamentalmente ao efeito adverso do aumento do custo de financiamento junto do Banco Nacional de Angola. A taxa de juro para cedência de fundos do banco central subiu no período de 13% para 20%, o que originou um aumento médio do custo de financiamento interbancário de 8,5%, verificado em 2015, para 11,0% em 2016.

Considerando o efeito negativo que a alteração da política monetária teve na margem financeira, o Banco Económico iniciou em meados de 2016 um plano para redução do financiamento junto do Banco Central, tendo procedido ao seu reembolso integral em Março de 2017.

COMISSÕES

As comissões bancárias registaram um crescimento assinalável, essencialmente devido à recuperação das operações internacionais, nomeadamente com meios de pagamento e operações de comércio internacional (*trade finance*).

AOA Milhões	2015	2016	Var.
Comissões	3.185	4.807	51%
<i>Trade Finance</i>	337	1 224	263%
Cartões Débito e Crédito	750	1 066	42%
Transferências	485	594	23%
Crédito e Garantias	371	427	15%
Cobrança Impostos	589	231	-61%
Outros	653	1 265	94%

As comissões originadas pela actividade de gestão de activos, desenvolvidas pelas Sociedades Gestoras de Fundos de Investimentos e Fundos de Pensões, contribuem para o aumento das comissões em base consolidada assim como para o aumento do resultado líquido.



RESULTADO CAMBIAL

Os resultados cambiais registaram um decréscimo de 25% face a 2015, justificado pela menor desvalorização verificada na moeda nacional em 2016, de 23%, quando comparada com a ocorrida em 2015, de 32%. Não obstante a redução observada, o resultado cambial foi cerca de AOA 11 mil milhões, também impulsionado pela recuperação da actividade internacional relacionada com os meios de pagamento e operações de comércio internacional.

CUSTOS OPERATIVOS

O programa de redução e controlo de custos iniciado em 2015, continuou a evidenciar bons resultados, com os custos totais a crescerem 5% em 2016, muito abaixo da inflação de 42% registada no período.

AOA Milhões	2015	2016	Var.
Custos Pessoal	6 821	6 917	1%
Serviços	6 598	6 891	4%
Amortizações	2 019	2 389	18%
Total	15 438	16 198	5%

O aumento de 18% verificado nas amortizações deve-se à entrada em funcionamento do novo Edifício Sede do Banco Económico.

PROVISÕES

Ao nível das provisões, o exercício de 2016 ficou marcado pelo reforço de provisões de crédito representativo de 3.4% do total da carteira.

AOA Milhões	2015	2016	Var.
Provisões	-2 935	810	-128%
Crédito	2 739	4 618	69%
Gerais	-5 674	-3 807	-33%

5.14 PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE

Conforme estabelecido no Plano de Negócios, o Banco Económico prevê a preservação da autonomia ao nível da liquidez e do capital, não se encontrando previstas medidas extraordinárias nestas vertentes.

Continuará a ser privilegiado o crescimento através do incremento da base de clientes e seus recursos, por via da introdução de novos produtos, serviços, melhoria do desempenho comercial e da qualidade de atendimento.

O financiamento à economia será assegurado em função do crescimento da base de financiamento, salvaguardando a manutenção do actual nível de rácio de transformação.

A liquidação integral do financiamento concedido pelo Banco Nacional de Angola, ocorrida em Março de 2017, e a redução e contenção de custos permitiu ao banco Económico regressar ao lucro a partir da referida data.

O aumento da rendibilidade, prevista com o desenvolvimento comercial do Banco Económico, irá reforçar progressivamente os níveis de solvabilidade.



6. APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



6.1 RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e objectividade das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e demais informações contidas neste relatório.

Dentro das boas práticas de Governo Corporativo, o Conselho de Administração declara que não tem conhecimento de quaisquer aspectos que obstem a sua convicção que:

- O Banco e as suas subsidiárias dispõem de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os respectivos activos sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e procedimentos adoptados.
- As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, auditadas e preparadas em conformidade com o normativo em vigor em Angola, dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo, Passivo, Fundos Próprios, Resultados e dos Fluxos de caixa em termos Individuais e consolidados.
- O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira em termos individual e consolidado no exercício de 2015 e 2014.

6.2 PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da sua competência estatutária, o Conselho de Administração apresenta à Assembleia Geral a proposta de incorporação dos resultados do exercício de 2016 em Resultados Transitados.

6.3 NOTA DE AGRADECIMENTO

O Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento pela confiança dos seus Clientes, Fornecedores e Accionistas, pela lealdade e dedicação dos seus Colaboradores e pela cooperação das Autoridades Governamentais e de Supervisão.

Luanda, 12 de Dezembro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Paulo Kassoma (Presidente)

Sanjay Bhasin

Inocência Francisco Miguel

Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho

Eduardo Araújo Nunes Pinto

7. DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2016 E 2015

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(milhares de Kwanzas)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015 Pró-forma
Juros e rendimentos similares	4	54 306 149	41 285 449
Juros e encargos similares	4	(56 783 680)	(37 629 926)
Margem financeira		(2 477 531)	3 655 523
Rendimentos de serviços e comissões	5	5 369 879	3 493 298
Encargos com serviços e comissões	5	(562 676)	(308 704)
Resultados cambiais	6	10 967 281	14 631 592
Outros resultados de exploração	7	(483 484)	(179 764)
Produto da actividade bancária		12 813 469	21 291 945
Produto da actividade bancária e seguradora		12 813 469	21 291 945
Custos com pessoal	8	(7 433 592)	(6 820 886)
Fornecimentos e serviços de terceiros	10	(6 891 448)	(6 598 259)
Depreciações e amortizações do exercício	18 e 19	(2 389 098)	(2 018 816)
Provisões líquidas de anulações	27	82 952	9 522 568
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	16	(4 617 769)	(2 738 652)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	15 e 22	3 724 327	(3 848 729)
Resultados de Associadas e Empreendimentos Conjuntos	20	382 135	527 055
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO		(4 329 024)	9 316 226
Impostos sobre os resultados		-	-
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO		(4 329 024)	9 316 226
Resultado de operações descontinuadas e/ou em descontinuação			
RESULTADO LÍQUIDO		(4 329 024)	9 316 226
Número médio de acções ordinárias emitidas		75 000 000	75 000 000
Resultados por acção básico	18	(0,06)	0,12
Resultados por acção diluído	18	(0,06)	0,12

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(milhares de Kwanzas)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015 Pró-forma
Juros e rendimentos similares	4	54 303 813	41 284 024
Juros e encargos similares	4	(56 734 835)	(37 586 681)
Margem financeira		(2 431 022)	3 697 343
Rendimentos de serviços e comissões	5	6 177 610	4 144 332
Encargos com serviços e comissões	5	(599 232)	(308 704)
Resultados cambiais	6	11 184 908	14 857 856
Outros resultados de exploração	7	(520 123)	(194 231)
Produto da actividade bancária		13 812 141	22 196 596
Margem técnica da actividade de seguros		-	-
Produto da actividade bancária e seguradora		13 812 141	22 196 596
Custos com pessoal	8	(7 519 232)	(6 867 470)
Fornecimentos e serviços de terceiros	10	(7 061 584)	(6 694 256)
Depreciações e amortizações do exercício	18 e 19	(2 397 165)	(2 024 186)
Provisões líquidas de anulações	27	82 952	9 522 568
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	16	(4 615 634)	(2 738 651)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	15 e 22	3 721 972	(3 848 729)
Resultados de Associadas e Empreendimentos Conjuntos	20	63 160	189 372
Resultado na posição monetária líquida ¹			
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO		(3 913 390)	9 735 244
Impostos sobre os resultados			
Correntes	21	(226 163)	(220 696)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO		(4 139 553)	9 514 548
Resultado de operações descontinuadas e/ou em descontinuação			
Interesses Minoritários		(187 335)	(198 322)
RESULTADO LÍQUIDO		(4 326 888)	9 316 226
Número médio de acções ordinárias emitidas		75 000 000	75 000 000
Resultados por acção básico	18	(0,06)	0,12
Resultados por acção diluído	18	(0,06)	0,12

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

¹ Esta rubrica é aplicável apenas em situações de hiperinflação, devendo as instituições considerar os requisitos da IAS 29 - Relato financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

BALANÇO

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014

(milhares de Kwanzas)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015 Pró-forma	01.01.2015 Pró-forma
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	72 344 391	79 618 280	61 544 475
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	69 847 033	4 196 022	3 592 746
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	14	56 070 540	23 319 330	617 255
Activos financeiros disponíveis para venda	15	133 507 887	104 945 220	84 041 104
Crédito a clientes	16	163 997 223	103 961 180	77 601 561
Activos não correntes detidos para venda	17	414 534	160 125	-
Outros activos tangíveis	18	46 367 972	48 438 116	49 189 912
Activos intangíveis	19	1 463 292	1 239 404	1 349 252
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	20	1 216 878	919 169	509 864
Outros activos	22	558 594 598	490 740 163	383 867 910
Total de Activo		1 103 824 348	857 537 009	662 314 079
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	23	267 585 362	205 291 700	168 671 287
Recursos de clientes e outros empréstimos	24	670 436 508	509 446 914	374 587 235
Provisões	25	4 004 022	1 646 212	8 393 394
Passivos por impostos correntes	27	22 972	19 823	2 734 116
Passivos subordinados	26	71 092 571	57 993 020	44 084 809
Outros passivos	27	48 243 893	36 651 608	25 482 949
Total do Passivo		1 061 385 328	811 049 277	623 953 790
Capital Social	29	72 000 000	72 000 000	72 000 000
Reservas de justo valor	28	(79 567)	104 605	1 293 388
Outras reservas	28	23 903 096	21 908 865	21 908 865
Resultados transitados	28	(49 055 485)	(56 841 964)	(56 841 964)
Resultado líquido		(4 329 024)	9 316 226	-
CAPITAL PRÓPRIO				
Total do capital próprio		42 439 020	46 487 732	38 360 289
Total do passivo e do capital próprio		1 103 824 348	857 537 009	662 314 079

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.



BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014

(milhares de Kwanzas)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015 Pró-forma	01.01.2015 Pró-forma
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	72 344 393	79 618 283	61 544 648
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	69 847 033	4 467 097	3 594 462
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	14	56 070 540	23 319 330	617 255
Activos financeiros disponíveis para venda	15	133 509 334	104 946 666	84 042 550
Crédito a clientes	16	163 945 978	103 961 180	77 601 561
Activos não correntes detidos para venda	17	414 534	160 125	-
Outros activos tangíveis	18	46 381 453	48 456 896	49 198 200
Activos intangíveis	19	1 465 225	1 244 104	1 352 962
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	20	166 427	173 186	73 582
Outros activos	22	558 849 483	490 674 685	383 898 979
Total de Activo		1 102 994 400	857 021 552	661 924 199
Passivo e capital próprio				
-				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	23	267 585 362	205 291 700	168 671 287
Recursos de clientes e outros empréstimos	24	668 408 829	508 177 512	373 743 074
Provisões	25	3 987 211	1 650 116	8 322 149
Passivos por impostos correntes	27	432 146	233 575	2 867 467
Passivos subordinados	26	71 092 571	57 993 020	44 084 809
Outros passivos	27	48 463 462	36 761 180	25 658 478
Total do Passivo		1 059 969 581	810 107 103	623 347 264
Capital Social	29	72 000 000	72 000 000	72 000 000
Reservas de justo valor	28	(79 567)	104 605	1 293 388
Outras reservas	28	23 903 096	22 067 511	22 024 384
Resultados transitados	28	(49 055 485)	(57 000 610)	(56 936 035)
Interesses Minoritários		583 663	426 715	195 198
Resultado líquido		(4 326 888)	9 316 226	-
CAPITAL PRÓPRIO				
Total do capital próprio		43 024 819	46 914 449	38 576 935
Total do passivo e do capital próprio		1 102 994 400	857 021 552	661 924 199

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(milhares de Kwanzas)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Resultado Líquido do Exercício		(4 329 024)	9 316 226
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Pensões		-	-
		-	-
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Activos financeiros disponíveis para venda			
Ganhos e perdas do exercício	15	(184 172)	(1 188 783)
Impostos diferidos		-	-
		(184 172)	(1 188 783)
Total do rendimento integral do exercício		(4 513 196)	8 127 443

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(milhares de Kwanzas)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Resultado Líquido do Exercício		(4 326 888)	9 316 226
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Pensões		-	-
		-	-
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Activos financeiros disponíveis para venda			
Ganhos e perdas do exercício	15	(184 172)	(1 188 783)
Impostos diferidos		-	-
		(184 172)	(1 188 783)
Total do rendimento integral do exercício		(4 511 060)	8 127 443



DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 INDIVIDUAL

	Reservas, resultados transitados e outros rendimento integral							(milhares de Kwanzas)	
	Capital	Prémios de Emissão	Acções Próprias	Reservas de Justo Valor	Outras reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	Total	Resultados Exercício	Total Fundos Próprios	
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	72 000 000	-	-	1 293 388	(34 933 099)	(33 639 711)	-	38 360 289	
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	(1 188 783)	-	(1 188 783)	-	(1 188 783)	
Desvios Actuarias	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	9 316 226	9 316 226	
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	(1 188 783)	-	(1 188 783)	9 316 226	8 127 443	
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros Movimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	72 000 000	-	-	104 605	(34 933 099)	(34 828 494)	9 316 226	46 487 732	
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	(184 172)	-	(184 172)	-	(184 172)	
Desvios Actuarias	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(4 329 024)	(4 329 024)	
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	(184 172)	-	(184 172)	(4 329 024)	(4 513 196)	
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de Reservas	-	-	-	-	9 316 226	9 316 226	(9 316 226)	-	
Outros Movimentos	-	-	-	-	464 484	464 484	-	464 484	
31 de Dezembro de 2016	72 000 000	-	-	(79 567)	(25 152 389)	(25 231 956)	(4 329 024)	42 439 020	



DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
CONSOLIDADA

	Capital	Prémios de Emissão	Acções Próprias	Reservas, resultados transitados e outros rendimento integral			Interesses Minoritários	Resultados Exercício	Total Fundos Próprios
				Reservas de Justo Valor	Outras reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	Total			
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	72 000 000	-	-	1 293 388	(34 911 651)	(33 618 263)	195 198	-	38 576 935
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	(1 188 783)	-	(1 188 783)	-	-	(1 188 783)
Desvios Actuarias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	9 316 226	9 316 226
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	(1 188 783)	-	(1 188 783)	-	9 316 226	8 127 443
Interesses Minoritários							231 517		231 517
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Movimentos	-	-	-	-	(21 448)	(21 448)	-	-	(21 448)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	72 000 000	-	-	104 606	(34 933 099)	(34 828 494)	426 715	9 316 226	46 914 449
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	(184 172)	-	(184 172)	-	-	(184 172)
Desvios Actuarias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(4 326 888)	(4 326 888)
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	(184 172)	-	(184 172)	-	(4 326 888)	(4 511 060)
Interesses Minoritários							156 948		156 948
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	9 316 226	9 316 226	-	(9 316 226)	-
Outros Movimentos	-	-	-	-	464 484	464 484	-	-	464 484
31 de Dezembro de 2016	72 000 000	-	-	(79 567)	(25 152 389)	(25 231 956)	583 663	(4 326 888)	43 024 819



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Descritivo	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Fluxo Caixa Margem Financeira		-34 585 987	-27 660 896
Recebimentos Proveitos Instrum. Financeiros Activos		20 852 834	9 926 610
Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez		309 601	10 248
Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		5 774 880	3 042 566
Recebimentos de Proveitos de Créditos		14 768 353	6 873 796
(-) Pagamentos Custos Instrum. Financeiros Passivos		-55 438 820	-37 587 507
Pagamentos de Custos de Depósitos		-22 411 817	-18 577 306
Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez		-29 495 463	-15 969 443
Pagamentos de Custos de Outras Captações		-3 531 541	-3 040 758
Fluxo Caixa Resultados de Operações Cambiais		300 574	14 631 592
Fluxo Caixa Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		4 807 203	3 335 953
FLUXO CAIXA OPERACIONAL INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-29 478 210	-9 693 351
(-) Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização		-14 325 040	-13 002 120
Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos		-278 242	-1 679 944
Fluxo de Caixa dos Outros Valores e Outras Obrigações		-56 262 150	-67 983 398
Recebimentos de Proveitos de Imobilizações Financeiras		382 135	527 055
Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais		-483 484	-80 725
RECEB. E PAGAM. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS		-70 966 781	-82 219 132
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES		-100 444 990	-91 912 483
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez		-32 751 210	-22 697 596
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos		-28 773 251	-21 689 807
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações Cambiais		0	-352
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos		-15 925 986	-29 797 566
FLUXO CAIXA INVESTIMENTOS INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-77 450 447	-74 185 322
FLUXO CAIXA INVESTIMENTOS EM OUTROS VALORES		-254 409	-160 125
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações		144 162	-2 069 035
Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações		0	-21 780
FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES		144 162	-2 090 815
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS		-77 560 694	-76 436 262
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos		160 989 594	135 570 164
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações para Liquidez		62 293 662	37 668 093
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações		13 099 551	13 787 569
FLUXO CAIXA FINANC. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		236 382 807	187 025 826
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS		236 382 807	187 025 826
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	12 e 13	83 814 302	65 137 221
SALDO EM DISPONIBILIDADES AO FINAL DO PERÍODO	12 e 13	142 191 424	83 814 302
VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES		58 377 122	18 677 081

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Descritivo	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Fluxo Caixa Margem Financeira		-34 857 065	-27 389 820
Recebimentos Proveitos Instrum. Financeiros Activos		20 852 834	9 926 610
Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez		309 601	10 248
Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		5 774 880	3 042 566
Recebimentos de Proveitos de Créditos		14 768 353	6 873 796
(-) Pagamentos Custos Instrum. Financeiros Passivos		-55 709 898	-37 316 430
Pagamentos de Custos de Depósitos		-22 411 817	-18 577 306
Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez		-29 495 463	-15 969 443
Pagamentos de Custos de Outras Captações		-3 802 619	-2 769 681
Fluxo Caixa Resultados de Operações Cambiais		300 574	14 631 592
Fluxo Caixa Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		4 807 203	3 335 953
FLUXO CAIXA OPERACIONAL INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-29 749 288	-9 422 275
(-) Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização		-14 325 040	-13 002 292
Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos		-278 240	-1 681 660
Fluxo de Caixa dos Outros Valores e Outras Obrigações		-56 262 150	-67 983 398
Recebimentos de Proveitos de Imobilizações Financeiras		382 135	527 055
Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais		-483 484	-80 725
RECEB. E PAGAM. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS		-70 966 779	-82 221 020
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES		-100 716 066	-91 643 295
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez		-32 751 210	-22 697 596
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos		-28 773 251	-21 689 807
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações Cambiais		0	-352
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos		-15 925 986	-29 797 566
FLUXO CAIXA INVESTIMENTOS INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-77 450 447	-74 185 321
FLUXO CAIXA INVESTIMENTOS EM OUTROS VALORES		-254 409	-160 125
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações		144 162	-2 069 035
Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações		0	-21 780
FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES		144 162	-2 090 815
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS		-77 560 694	-76 436 261
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos		160 989 594	135 570 164
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações para Liquidez		62 293 662	37 668 093
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações		13 099 551	13 787 569
FLUXO CAIXA FINANC. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		236 382 807	187 025 826
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS		236 382 807	187 025 826
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	12 e 13	84 085 380	65 139 110
SALDO EM DISPONIBILIDADES AO FINAL DO PERÍODO	12 e 13	142 191 426	84 085 380
VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES		58 106 046	18 946 270



ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**PARA OS PERÍODOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

NOTA 1 - NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Económico, SA ("Banco" ou "BE") é um banco comercial universal que opera e tem sede social em Angola, na Rua do 1º Congresso, Nº 27, Ingombota, Luanda. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das entidades Angolanas competentes, nomeadamente a concedida pelo Banco Nacional de Angola ("BNA" ou "Banco Central").

O BE passou a assumir a nova designação, em 28 de Outubro de 2014, após as medidas de saneamento aplicadas pelo BNA. O BE surge da redenominação do Banco Espírito Santo Angola S.A., originalmente criado em Agosto de 2001, tendo iniciado a sua actividade operacional em 24 de Janeiro de 2002. Desde o seu início o BE assume-se como uma instituição bancária de capitais privados de direito angolano e o seu objecto social é a actividade bancária universal nos termos e na amplitude permitida por lei. O capital do BE, encontra-se repartido por seis entidades, sendo que o Grupo Sonangol detém a maior percentagem (39,40%) sendo os outros accionistas, a Lektron Capital, SA (30,98%), a GENI (19,90%), e o Novo Banco, S.A. (9,72%) o seu único accionista bancário (ver nota explicativa 40 às Demonstrações Financeiras).

O Capital do BE encontra-se totalmente subscrito e realizado, e corresponde, à data de realização, a AOA 72.000.000.000, sendo representado por 75.000.000 acções, nominativas, com valor nominal unitário de AOA 960 e, com o contravalor em USD 9,51 à data de emissão.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Aviso nº 6/2016 de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola, as demonstrações financeiras do Banco Económico, S.A. (Banco ou Económico) são preparadas de acordo com os *International*

Financial Reporting Standards.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Económico agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Considerando que até 31 de Dezembro de 2015 o Banco preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com o CONTIF, as demonstrações financeiras para o exercício findo naquela data, apresentadas neste relatório foram reexpressas (pró-forma) de acordo com as IFRS para efeitos meramente comparativos em cumprimento da IFRS 1 (vide nota 4).

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Kwanzas, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 14 de Dezembro de 2017.

2.2 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanza) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

2.3 Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente. O crédito a clientes é inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Banco consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são

registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Banco avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade.

Na determinação das perdas por imparidade, em termos individuais, são considerados os seguintes factores:

- a exposição total de cada cliente junto do Banco e a existência de crédito vencido;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no rating do cliente;
- o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- a montante e os prazos de recuperação estimados; e
- outros factores.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade



é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

(ii) Análise colectiva

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Banco o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva são calculadas através de duas perspectivas:

- Para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- Em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade.

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- Experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- Conhecimento das actuais envolventes económicas e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

Segmentação da carteira de crédito para análise colectiva

De acordo com a IAS 39, os clientes não significativos são incluídos em segmentos homogéneos com risco de crédito semelhante, tendo em conta o modelo de gestão do Banco, e sujeitos à determinação de imparidade em base colectiva. Desta forma, pretende-se assegurar que, para efeitos de análise destas exposições e determinação dos parâmetros de risco, as mesmas apresentam características de risco semelhantes.

Relativamente à segmentação de exposições para efeitos de cálculo dos parâmetros de risco, o Banco decidiu realizar a mesma com base em dois vectores, nomeadamente, segmentação com base no tipo de cliente e

produto (populações homogéneas) e *buckets* de risco. Os clientes/operações são classificados em cada momento temporal com base nesses dois vectores, sendo os mesmos a base para a posterior estimativa dos parâmetros de risco por segmento.

Para efeitos de definição das populações homogéneas, no âmbito da estimativa dos parâmetros de risco, foram consideradas como factores relevantes de segmentação algumas características das operações de crédito, tais como o tipo de cliente e o tipo de produto.

Com vista a assegurar a existência de uma segmentação da carteira consistente com os requisitos regulamentares e com a relevância estatística necessária para a determinação de parâmetros de risco robustos, foi determinada a seguinte segmentação:

Tipo de cliente	Segmento
	Crédito a Colaboradores
	Crédito ao consumo
	Crédito à habitação
PARTICULAR	Descobertos – Particulares
	Garantias bancárias, CDIs e SBLC
	Empréstimos - Particulares
	Leasing - Particulares
	Contas correntes
	Descobertos – Empresas
EMPRESAS	Empréstimos – Empresas
	Garantias bancárias, CDIs e SBLC
	Leasing - Empresas
SECTOR PÚBLICO	Sector Público

Indícios de imparidade

De acordo com as IFRS, um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros está em imparidade e incorre-se em perdas por imparidade se, e apenas se, existir prova objectiva de imparidade, como resultado de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o reconhecimento inicial do activo e se esse acontecimento de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou do grupo de activos financeiros, que possa ser fiavelmente estimado.

As instituições devem assegurar a identificação tempestiva das perdas incorridas e o respectivo reconhecimento contabilístico da imparidade associada adoptando indícios de imparidade

conservadores e apropriados a cada segmento de crédito. Desta forma, o Banco efectuou uma análise do perfil da sua carteira de crédito de forma a identificar os factores mais relevantes para a identificação de situações de degradação da situação creditícia dos seus clientes.

(i) Indícios de imparidade primários

Na identificação dos indícios de imparidade que são relevantes para a sua carteira, o Banco definiu um conjunto de factores baseados em informação que está residente nos sistemas de informação e que, por isso, podem ser detectados através de processos automáticos.

O banco considerou, de acordo com a sua capacidade de extracção de informação, como indícios de imparidade primários os seguintes:

Indício	#	Segmento	Responsabilidade	aplicação	Suporte	Critério de entrada	Critério de saída
Incumprimento	T1	Todos os segmentos	DRCC	Flexcube		Existência de pelo menos uma operação com capital/juros vencidos, isto é, uma prestação de capital/juros exigível e não paga há pelo menos 30 dias.	1 ano
Operações reestruturadas	T2	Todos os segmentos	DRCC	Flexcube		Operações reestruturadas por dificuldades financeiras dos clientes, marcadas em sistema.	2 anos
Informação interna sobre cheques devolvidos	T4	Todos os segmentos	DOP	Flexcube		Clientes com cheques devolvidos no banco.	Não aplicável
Descobertos não autorizados	T6	Todos os segmentos	DRCC	KIWI		Descoberto Não autorizado existente há pelo menos 30 dias.	1 ano
Decréscimo material do valor da garantia real	T8	Todos os segmentos	DRCC	KIWI		Crédito com decréscimo material do valor da garantia real (superior a 20%), quando tal resulte num rácio financiamento-garantia superior a 80%.	Não aplicável
Operação de Crédito em Contencioso nos últimos 5 anos	T9	Todos os segmentos	DRCC	KIWI		Cliente com pelo menos uma operação de crédito em situação de contencioso nos últimos 5 anos.	Não aplicável
classificação interna de risco inferior a X (a definir)	T11	Todos os segmentos	DRCC	KIWI		Cliente com classificação interna de risco inferior a X (a definir), com base em relatórios de acompanhamento preparados e/ou a preparar pela DRCC.	Não aplicável



A identificação dos indícios de imparidade primários é efectuada de forma automática pelo sistema de gestão de colaterais do Banco no âmbito do processo de integração com o sistema-core do Banco.

(ii) Indícios de imparidade complementares

De forma a poder identificar um conjunto mais alargado de indícios de imparidade o Banco definiu um processo através do qual são identificados, de forma regular, um conjunto de factores para os clientes significativos e que não apresentam indícios de imparidade primários. Esses indícios encontram-se descritos como segue:

Indício	#	Segmento	Responsabilidade	aplicação Suporte	Critério de entrada	Critério de saída
Incumprimento da CIRC	T3	Todos os segmentos	DRCC	KIWI (1)	Cliente com pelo menos uma operação de crédito com atraso superior a 90 dias na CIRC (grau de risco D), desde que representativo de 2% das responsabilidades do Cliente junto do sistema financeiro.	Não aplicável
Utilização excessiva de limites	T5	Todos os segmentos	DRCC	KIWI (2)	Utilização de operações de crédito renováveis, designadamente contas correntes e descobertos, utilizadas de forma permanente em, pelo menos 95% do limite inicialmente contratualizado nos últimos 12 meses.	Não aplicável
Informação externa sobre cheques devolvidos	T7	Todos os segmentos	DRCC	KIWI (1)	Clientes com cheques devolvidos a outras OIC.	Não aplicável
Expectativa de insolvência	T10	Todos os segmentos	DRCC	KIWI	Clientes com expectativa de insolvência ou objecto de processo de recuperação/reorganização financeira e/ou operacional.	Não aplicável
Existência de dívidas fiscais e/ou à Segurança social	T12	Todos os segmentos	DRCC	KIWI	Identificação de existência de dívidas fiscais e/ou à Segurança Social.	Não aplicável
Cliente em situação de desemprego ou doença prolongada	T13	Particulares	DRCC	KIWI	Identificação de existência de situações de desemprego ou doenças.	Não aplicável
Penhora de contas bancárias	T14	Todos os segmentos	DRCC	KIWI	Identificação de existência de penhora de contas bancárias do cliente.	Não aplicável

(1): Indício verificado na revisão de risco do cliente, enquanto não for indício automático.

(2): Indício verificado na revisão de risco do cliente.

Critérios de materialidade

De acordo com os requisitos definidos pela IAS 39 uma entidade deve avaliar primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente para activos financeiros que sejam individualmente significativos, devendo ser analisados individualmente as exposições que sejam significativas face ao perfil e à dimensão da carteira de crédito.

De forma a identificar as exposições individualmente significativas o Banco definiu o montante de fundos próprios da instituição como o referencial para a identificação de exposições significativas. Os critérios definidos pelo Banco para a identificação de clientes ou grupos económicos individualmente significativos foram os seguintes¹:

(i) Segmento	Critério
CLIENTES/GRUPOS ECONÓMICOS COM INDÍCIOS DE IMPARIDADE	0,25% do montante de fundos próprios contabilísticos da instituição
CLIENTES/GRUPOS ECONÓMICOS SEM INDÍCIOS DE IMPARIDADE	1% do montante de fundos próprios contabilísticos da instituição

O montante global de exposição de cada cliente / grupo económico não considera a aplicação de factores de conversão para as exposições extrapatrimoniais.

Definição de classes de risco

No âmbito da determinação das perdas por imparidade para créditos analisados em base colectiva, em linha com os requisitos regulamentares, o Banco efectua a classificação das exposições nas seguintes classes de risco:



¹ Note-se que o limiar de 0,25% estabelecido se situa acima do valor de 0,1% estabelecido no âmbito do Anexo III do Instrutivo *draft* do BNA (parte 3, ponto 2). O motivo desta decisão prende-se com a necessidade de garantir que o número de avaliações individuais realizadas pelos técnicos especializados da DRCC se encontra dentro de um limiar aceitável tendo em conta a capacidade instalada do Banco (número de recursos e tempo médio de análise numa fase de implementação do modelo). Salientamos que a conjugação dos dois critérios utilizados já origina a categorização de clientes como individualmente significativos de uma percentagem muito significativa da carteira de crédito (acima de 80%).



Os critérios de entrada e saída em cada bucket de risco são os seguintes:

Bucket de risco	Critérios de entrada	Critérios de saída
(D) INCUMPRIMENTO	<ul style="list-style-type: none">- Operações em incumprimento com atraso superior a 90 dias.- Descobertos não autorizados ou utilizações de linhas de crédito acima do limite aprovado há mais de 90 dias.- Clientes em situação de falência ou liquidação. <p>Toda a exposição do devedor deve ser considerada em incumprimento, sempre que as exposições vencidas há mais de 90 dias excedam 20% do total da exposição do devedor.</p>	<p>Um crédito poderá sair da situação de incumprimento para quarentena, quando verificar menos de 30 dias de atraso e redução do montante em dívida.</p> <p>Período de quarentena de um ano (12 meses) durante o qual a operação deverá sempre registar atraso inferior a 30 dias (a contagem é reiniciada sempre que este atraso for ultrapassado).</p>
(V) VENCIDO ATÉ 90 DIAS	Operações com atraso de 30 a 90 dias.	Saída para crédito regular e sem indícios em que se verifique: i) diminuição do atraso para inferior a 30 dias, ou ii) inexistência de indícios de imparidade para operações com atraso inferior a 30 dias.
(IND) CUMPRIMENTO COM INDÍCIOS	Operações com atraso inferior a 30 dias e com indícios de imparidade.	Saída para crédito regular e sem indícios em que se verifique: i) diminuição do atraso para inferior a 30 dias, ou ii) inexistência de indícios de imparidade para operações com atraso inferior a 30 dias.
(R) REESTRUTURADO	Créditos reestruturados por dificuldades financeiras.	<p>Desmarcação quando decorrer um período mínimo de 2 anos desde a data da reestruturação até que verifiquem cumulativamente as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none">a) pagamento regular de prestações de capital durante esse período, num valor cumulativo equivalente a, pelo menos, metade do montante de capital que seria devido se fosse aplicado um plano de pagamento de prestações constantes;b) inexistência de qualquer prestação vencida de capital ou juros, por período superior a trinta dias, relativamente a qualquer operação de crédito do cliente;c) não ter havido qualquer recurso a mecanismos de reestruturação da dívida por parte do cliente nesse período.
CURADO	Operações que saíram da situação de incumprimento, tendo-se verificado simultaneamente uma melhoria da situação do devedor, que devedor não apresenta qualquer valor vencido e tenha decorrido um período de quarentena de 1 ano.	Saída para crédito regular ao fim de 12 meses.
REGULAR	Operações com atraso inferior a 30 dias e sem indícios de imparidade.	N/A

Período de emergência

O processo de cálculo do parâmetro de risco probabilidade de incumprimento (PD) tem por base a segmentação definida pelo Banco, sendo que cada segmento representa um grupo homogéneo de clientes/operações. É necessário assegurar que cada segmento de cálculo de PD é homogéneo face aos seus clientes e heterogéneo entre si. Desta forma é possível assegurar que o risco é gerido de forma homogénea nos diversos segmentos da carteira, logo dois clientes com perfis de risco idênticos terão probabilidade de incumprimento idênticas.

O apuramento de imparidade para perdas incorridas mas não reportadas depende da definição do período de emergência que corresponde ao período de tempo entre o evento de incumprimento e a observação desse incumprimento pelo Banco.

O Banco assumiu como período de emergência um período de 12 meses.

Processo de avaliação de colaterais

A avaliação das garantias é assegurada de forma regular para que o Banco disponha de informação actualizada sobre o valor destes instrumentos e, conseqüentemente, da sua capacidade de mitigação do risco das operações de crédito.

O sistema KIWI gera, de forma automática, alertas para a reavaliação de colaterais.

Fase de Concessão de crédito

No âmbito das condições de aprovação das operações de crédito, sempre que é definida a necessidade de obter uma garantia por parte do cliente, caso a tipologia da garantia ou colateral identificada implique um pedido de avaliação para a definição e validação do seu valor, é solicitado um pedido de avaliação da garantia à Direcção de Património Manutenção e Importação (DPMI) no caso de imóveis, como forma de esta contactar e desencadear o processo junto de empresas de avaliação externa devidamente certificadas. Para os restantes colaterais é solicitado o pedido de avaliação à DRCC.

Fase de Acompanhamento de Crédito

Relativamente ao processo de reavaliação periódica de colaterais, tendo por base os requisitos do Aviso 10/2014, nomeadamente no que respeita aos critérios que foram definidos

para a realização de uma nova avaliação dos colaterais hipotecários, foi definido que a Direcção Comercial será responsável pela identificação das garantias que são sujeitas a reavaliação (com base em avisos do sistema de gestão de colaterais) e comunicada à DPMI a qual desencadeia o respectivo processo junto de avaliadores externos.

Fase de Recuperação de crédito

Sempre que relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, a Direcção de Risco e Controlo de Crédito (DRCC) pode solicitar a reavaliação das garantias associadas às operações sob sua gestão.

O valor de avaliação de cada tipo de garantia é determinado tendo por base as especificidades de cada um destes instrumentos, considerando os seguintes critérios:

(ii) Imóveis

O valor de avaliação é considerado como valor garantido o valor mínimo entre o valor de avaliação e o Montante Máximo de Hipoteca, ao qual é previamente subtraído o montante de outras hipotecas não pertencentes ao Banco e com prioridade sobre o mesmo, sempre que essa informação estiver disponível.

De acordo com o Aviso 10/2014, emitido em Dezembro de 2014, sobre as garantias aceites para fins prudenciais, os Direitos sobre propriedade imobiliária devem ser objecto de reavaliação, no mínimo, de 2 em 2 anos, sempre que a posição em risco represente:

- Um montante igual ou superior a 1% do total da carteira de crédito da instituição ou igual ou superior a AOA 100.000.000; ou
- Situações de crédito vencido há mais de 90 dias e/ou outros indícios materiais de imparidade desde que a última data de avaliação seja superior a 6 meses; ou
- Situações em que sejam identificadas alterações de outra natureza nas condições de mercado com um potencial impacto relevante no valor dos activos imobiliários e/ou num grupo ou mais de activos imobiliários com características semelhantes.

Os valores e datas de avaliação das garantias são registados no sistema de gestão de colaterais, que emite avisos sobre as datas para reavaliação.



(iii) Penhor de Depósitos a Prazo

O valor da garantia será o valor nominal do depósito, bem com os respectivos juros (caso se encontrem igualmente empenhados).

Outras Garantias Recebidas

Relativamente a outras garantias recebidas, designadamente penhores de equipamentos, de marcas e de obras de arte, é considerado o valor de mercado determinado com base numa avaliação actualizada, com uma antiguidade inferior a 1 ano, a ser realizada por uma entidade idónea e com competência específica tendo em conta a natureza particular de cada garantia recebida. É condição necessária para a avaliação desta tipologia de garantias, a validação da propriedade, salvaguarda e condições de funcionamento dos bens subjacentes.

As eventuais excepções a esta regra são sujeitas a julgamento profissional, e são aplicados descontos ajustados à natureza específica dos activos.

No caso de não existir uma avaliação da garantia, ou não se conseguir garantir a propriedade e salvaguarda dos bens, o valor da garantia recebida não é considerado para efeitos de apuramento de perdas por imparidade.

Tendo em conta as dificuldades subjacentes a uma correcta e criteriosa avaliação deste tipo de garantias recebidas, o Banco tem optado por seguir uma abordagem conservadora e não as considerar enquanto mitigadores de risco de crédito.

Outros activos financeiros empenhados

No caso de títulos e participações sociais cotados o valor a considerar será o valor de mercado à data de referência do reporte. Para títulos e participações sociais não cotados, são consideradas avaliações através do método dos fluxos de caixa descontados, ou outro método alternativo caso se considere mais aplicável. As avaliações, efectuadas através do método dos fluxos de caixa descontados, realizadas através do recurso a entidades idóneas com base nas últimas contas auditadas com data de referência não superior a 18 meses, sendo que eventuais excepções a esta regra são sujeitas a um julgamento profissional de acordo com as circunstâncias específicas de avaliação e as características de cada tipologia de activo financeiro considerado.

Como métodos alternativos de avaliação de

títulos e participações sociais não cotadas, o Banco utiliza (i) o método dos múltiplos ou em alternativa (ii) o método do valor patrimonial ajustado, sendo que a escolha do respectivo método de avaliação encontra-se dependente da informação disponível e características específicas de cada instrumento, no momento dessa avaliação, sendo que a cada momento o Banco decide qual o método mais apropriado a ser empregue.

De forma a adoptar uma abordagem conservadora na incorporação do valor das garantias para a carteira de crédito, o Banco definiu um conjunto de coeficientes de desvalorização (haircuts) que pretendem reflectir o risco na utilização das garantias e que se pode traduzir em duas dimensões, nomeadamente: i) os obstáculos legais e processuais à sua execução; ii) a volatilidade do seu valor de mercado.

Reversão de imparidade

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição puder ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida. A quantia da reversão é reconhecida nos resultados do exercício.

Créditos abatidos ao activo

A anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

2.4 Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

O Banco reconhece contas a receber e a pagar, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos na data da transacção, que é o momento a partir do qual o Banco se torna parte integrante do contracto e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente:

- Activos financeiros ao justo valor através de resultados, e dentro desta categoria como:
 - Detidos para negociação;
 - Designados ao justo valor através de resultados.
- Investimentos detidos até à maturidade;
- Activos financeiros disponíveis para venda;
- Passivos Financeiros.

Um activo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou emissão, excepto se forem itens registados ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos como gastos do exercício.

1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos ou derivados, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo.

Derivados detidos para negociação

Os derivados de que não sejam considerados numa relação de cobertura são considerados como outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. Quando o justo valor dos instrumentos for positivo, são apresentados no activo, quando o seu justo valor for negativo são classificadas no passivo, em ambos os casos na rubrica de derivados detidos para negociação

Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são separados contabilisticamente sempre que:

- os riscos e benefícios económicos do derivado não estejam relacionados com os do instrumento principal (host contract), e
- o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados.

Os derivados embutidos são apresentados na rubrica derivados de negociação, registados ao justo valor com as variações reflectidas em resultados do período.

1b) Designados ao justo valor através de resultados

A designação de activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos ou passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transacções; ou
- os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contractos originais (*host contracts*).

Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Investimentos detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Banco tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes activos financeiros são reconhecidos ao custo amortizado no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Banco a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.



3) Activos financeiros disponíveis para venda

São activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas. Esta categoria pode incluir títulos de dívida ou de capital.

Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Instrumentos de capital que não sejam cotados e cujo justo valor não é possível ser calculado com fiabilidade são registados ao custo.

Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração dos resultados. A flutuação cambial dos títulos de dívida em moeda estrangeira são registados na demonstração de resultados. Para os instrumentos de capital, por se tratarem de activos não monetários, a flutuação cambial é reconhecida na Reserva de justo valor (Capitais próprios), como uma componente integrante do respectivo justo valor.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva na margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

4) Passivos Financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação a ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recurso de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

O Banco classifica os seus passivos financeiros que não garantias e compromissos, mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva ou ao justo valor através de resultados.

(ii) Custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual um activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido ou deduzido de amortizações acumuladas usando o método da taxa de juro efectiva, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido e o montante na maturidade, menos as reduções decorrentes de perdas por imparidade.

(iii) Mensuração ao justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido ao vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção corrente entre participantes de mercado à data da mensuração ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso a que o Banco tem acesso para efectuar a transacção aquela data. O justo valor de um passivo reflecte o risco de crédito do próprio Banco.

Quando disponível, o justo valor de um investimento é mensurado utilizando a sua cotação de mercado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado activo se houver frequência e volume de transacções suficientes de forma a que exista uma cotação de preços numa base constante.

Se não houver cotação num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de valorização que maximizem a utilização de dados de mercado observáveis e minimizem a utilização de dados não observáveis em mercado. A técnica de valorização escolhida incorpora todos os

factores que um participante no mercado levaria em consideração para calcular um preço para a transacção.

Hierarquia de valorização

Nível 1 - Cotações em mercado activo - valorização com base em preços observáveis em mercados activos divulgados através de fornecedores de conteúdos financeiros tais como a Reuters e a Bloomberg;

Nível 2 - Dados observáveis de mercado – valorização de instrumentos financeiros, que não tendo mercado activo, são mensurados através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares, incluindo preços observáveis no mercado para instrumentos em que se tenha verificado reduções significativas no volume de transacções. Devem ser também considerados neste nível, os instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que utilizem maioritariamente dados observáveis no mercado e os instrumentos mensurados através de preços de compra indicativos de terceiros (“bids”) baseados em dados observáveis no mercado;

Nível 3 - Outras técnicas de valorização - deve incluir (i) títulos não cotados valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar, e (ii) títulos valorizados através de preços de compra indicativos baseados em modelos teóricos, divulgados por terceiros e considerados fidedignos.

(iv) Identificação e mensuração de imparidade

Adicionalmente à análise de imparidade sobre os créditos a clientes, em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para todos os restantes activos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tenham impacto nos fluxos de caixa futuros do activo que possam ser estimados com fiabilidade.

Em conformidade com os IFRS, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de

que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contracto. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as



mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

(v) Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

(vi) Desreconhecimento

O Banco desreconhece os seus activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou na qual o Banco nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios e não mantém controlo dos activos financeiros.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expirados.

(vii) Compensação de instrumentos financeiros

O Banco procede à compensação de activos e passivos financeiros, apresentando um valor líquido no balanço quando, e apenas quando, o Banco tem o direito irrevogável de os compensar numa base líquida e tem a intenção de os liquidar numa base líquida ou de receber o valor do activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ganhos e perdas apenas são compensados quando tal é permitido pelas IFRS ou para ganhos e perdas decorrentes de um grupo de transacções de natureza similar.

2.5 Contabilidade de Cobertura

O Banco designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial, resultantes do seu negócio. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

i. Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

ii. Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa,

são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do período nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

Quando o instrumento de cobertura é desreconhecido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura ou é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou
- reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

iii. Efectividade de cobertura

O Banco executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre. A IAS 39 estipula a obrigatoriedade da demonstração da efectividade da relação de cobertura tanto prospectivamente como retrospectivamente.

2.6 Instrumentos de Capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser

efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

2.7 Outros activos tangíveis

i. Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

ii. Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

iii. Amortizações

Os terrenos não são amortizados. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Nº de anos
Edifícios próprios	8 a 50
Transporte	3 a 5
Mobiliário e material	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 5
Equipamento informático	4 a 8
Instalações interiores	1 a 10
Equipamento de segurança	1 a 8
Beneficiações em edifícios próprios e arrendados	5 a 8



Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.8 Activos intangíveis

Software

Os custos incorridos com a aquisição e *software* a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período da vida útil estimado, a qual se situa normalmente 5 e 10 anos.

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.9 Propriedades de investimento

O Banco classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

2.10 Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.4. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.11 Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Banco e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão; e
- fornecimento de informação técnica essencial.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.12 Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são

classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Banco classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Banco.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

2.13 Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de



um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Na óptica do locatário os contractos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.14 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

i. Imposto corrente

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Com a publicação da Lei 19/14 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o imposto Industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês

de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais, independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

ii. Imposto diferido

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

2.15 Benefícios aos empregados

Responsabilidades com pensões de reforma

A Lei nº 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei nº 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários líquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade.

De acordo com o Decreto nº 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

Por deliberação do Conselho de Administração do Banco, em 1 de Fevereiro de 2010, o BE aderiu, com um plano colectivo constituído pelos seus colaboradores efectivos, ao fundo de pensões aberto e de contribuição definida, BESA Opções de Reforma.

Na sequência dessa adesão os colaboradores efectivos do BE que ao completarem 60 anos e tiverem pelo menos cinco anos de antiguidade no Banco, irão beneficiar de um complemento da reforma do INSS (Instituto Nacional de Segurança Social), que receberão através de uma entrega única ou através de uma pensão (opcional). São excepção os casos de invalidez. O Fundo não cobre quaisquer benefícios de saúde. O BE passou a contribuir com uma percentagem fixa da massa salarial dos seus colaboradores, podendo esta ser acrescida de 50% do valor que cada colaborador vier a contribuir voluntariamente até ao limite de 5% do vencimento de cada colaborador.

A responsabilidade pelas contribuições a efectuar pelo BE, como Associado, não têm efeito retroactivo à data de adesão ao Fundo. Assim, e pelas características deste Fundo, os custos anuais do Banco resultante desta contribuição corresponderão ao valor efectivamente contribuído em cada ano, reconhecidos em resultados do exercício na rubrica Custos Administrativos e de Comercialização – Pessoal.

i. Planos de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Banco são reconhecidas

como um gasto do exercício quando devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um activo se estiver disponível uma restituição ou redução de pagamentos futuros.

ii. Planos de benefício definido

A responsabilidade líquida do Banco relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca do seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do plano.

As responsabilidades do Banco com pensões de benefício definido são calculadas anualmente, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos activos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de re-mensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

iii. Benefícios de longo prazo aos empregados

A responsabilidade líquida do Grupo relativa a benefícios de longo prazo a empregados



é o montante de benefício futuro que os empregados se estima que irão usufruir em troca do seu serviço no período corrente e em períodos passados. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. As re-mensurações são reconhecidas nos resultados do exercício.

iv. Benefícios associados à cessação de funções

Os benefícios associados à cessação de funções são reconhecidos como custo, no momento que ocorrer mais cedo, entre o momento em que o Banco já não pode retirar a oferta desses benefícios ou no momento em que o grupo reconhece custos associados a uma reestruturação. Se não é expectável que os benefícios sejam líquidos no prazo até 12 meses, então são descontados.

v. Benefícios de curto prazo aos empregados

Os benefícios de curto prazo a empregados são registados como custo assim que o serviço associado tiver sido prestado. É reconhecido um passivo pelo montante expectável a ser liquidado, se o grupo tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar este montante como resultado de um serviço prestado no passado pelo colaborador e essa obrigação possa ser fiavelmente estimada.

2.16 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de

resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

2.17 Reconhecimento de Juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados

de acordo com a IAS 18 – Rédito no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recupera o; e

- Os juros já reconhecidos e n  pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que n  estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18 – Rédito, que a sua recupera o   remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excep o daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro n    autonomizada das altera es no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro   reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (margem financeira).

2.18 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos (rendimento de instrumentos de capital) são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento. Os dividendos são apresentados nos resultados de opera es financeiras, resultados líquidos de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados ou outros rendimentos, dependendo da classifica o do instrumento que lhe está subjacente.

2.19 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos   medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados   efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma presta o de serviços, o seu reconhecimento   efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

2.20 Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstra es financeiras do Banco. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstra o de resultados no período em que ocorrem.

2.21 Resultados em opera es financeiras

Os resultados em opera es financeiras incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negocia o e de outros activos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras.

Estes resultados incluem igualmente as valias nas vendas de activos financeiros disponíveis para venda, e de activos financeiros detidos até   maturidade. As varia es de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e dos instrumentos cobertos, quando aplicável a rela es de cobertura de justo valor, têm aqui são reconhecidas.

2.22 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstra o dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras institui es de crédito.

A Caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto dos Bancos Centrais.

2.23 Garantias Financeiras e Compromissos

Garantias financeiras são contractos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condi es pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou



compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

2.24 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras. Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração

considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como indicadores da existência de imparidade:

- i. Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao custo de aquisição.
- ii. Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*), os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as

condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 Perdas por imparidade em crédito a clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 2.3.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

Na ausência de histórico para o cálculo da Probabilidade de Incumprimento (PD's) e de perda dado o Incumprimento (LGD's), o Banco recorreu a informação disponibilizada por um consultor externo, e que teve por base os seguintes pressupostos:

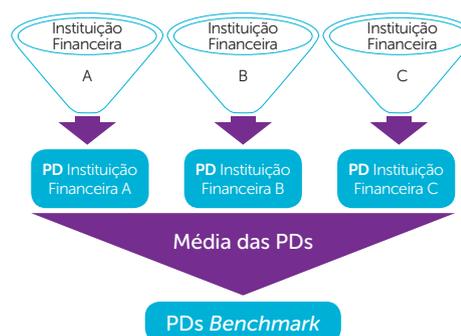
(i) O cálculo das PD's (probabilidades de Incumprimento) de mercado resultaram da média das PD's estimadas para um conjunto de Bancos.

Para cada Banco considerado no *benchmark*, foram calculadas PDs com base em informação histórica das respectivas carteiras de crédito, tendo em conta a seguinte metodologia:

- PD's por segmento (e.g. Crédito Habitação, Crédito Consumo, Contas Correntes Caucionadas);

- PD's por *bucket* de risco (Regular, Curado, Com Indícios – 30 a 60 dias de incumprimento, Com Indícios – 60 a 90 dias de incumprimento, *Default* e Quarentena);
- Período de emergência de 12 meses.

Com base nas PD's históricas estimadas para cada Banco, foi feito o cálculo do *benchmark*:



Segmento de Crédito Habitação					
	R	C	I1	I2	D/Q
Banco A	5,21%	7,64%	43,97%	63,10%	100%
Banco B	2,06%	8,67%	8,67%	35,00%	100%
Banco C	0,30%	0,30%	34,30%	70,90%	100%
Banco D	3,10%	30,00%	56,90%	76,40%	100%
Banco E	-	-	-	-	-
Banco F	-	-	-	-	-
Benchmark DEZ 2015	1,86%	10,80%	17,07%	46,60%	100%



As PD's apuradas para 2016 e 2015 são:

PD BENCHMARK DEZ16

Segmento <i>Benchmark</i>	Regular	Incumprimento de 30 a 60 dias	Incumprimento de 60 a 90 dias	Curado	Cumprimento com Índícios	Reestruturado	Default
Colaborador	2,8%	62,7%	85,3%	21,1%	37,1%	37,1%	100,0%
Empréstimos Particulares	3,9%	49,5%	80,5%	8,6%	29,1%	29,1%	100,0%
Crédito Habitação	3,8%	49,7%	73,4%	19,9%	27,0%	27,0%	100,0%
Crédito Consumo	8,8%	56,4%	84,2%	13,8%	35,1%	35,1%	100,0%
Descobertos - Particulares	3,9%	45,8%	69,8%	13,5%	29,6%	29,6%	100,0%
Garantias prestadas e CD - Particulares	0,0%	35,8%	65,5%	14,3%	25,0%	25,0%	100,0%
Garantias prestadas e CD - Empresas	4,4%	54,7%	66,8%	21,3%	29,7%	29,7%	100,0%
Contas Correntes	9,9%	58,5%	81,4%	30,0%	44,3%	44,3%	100,0%
Empréstimos Empresas	5,8%	44,9%	74,8%	20,4%	32,6%	32,6%	100,0%
Descobertos - Empresas	15,3%	49,8%	71,2%	32,5%	41,2%	41,2%	100,0%
Leasing - Particulares	3,8%	50,0%	76,5%	15,2%	30,5%	30,5%	100,0%
Leasing - Empresas	8,8%	52,0%	73,6%	26,1%	36,9%	36,9%	100,0%

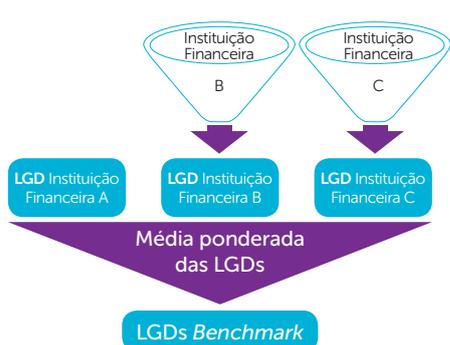
PD BENCHMARK DEZ15

Segmento <i>Benchmark</i>	Regular	Incumprimento de 30 a 60 dias	Incumprimento de 60 a 90 dias	Curado	Cumprimento com Índícios	Reestruturado	Default
Crédito Colaborador	3,14%	60,84%	81,20%	20,35%	40,60%	40,60%	100,0%
Empréstimos - Particulares	4,28%	51,40%	80,92%	14,28%	32,84%	32,84%	100,0%
Crédito Habitação	1,86%	17,07%	46,60%	10,80%	13,94%	13,94%	100,0%
Crédito Consumo	8,54%	43,11%	67,85%	14,56%	28,83%	28,83%	100,0%
Descobertos - Particulares	1,11%	28,63%	55,80%	18,92%	23,77%	23,77%	100,0%
Garantias Bancárias e CDI - Particulares	0,00%	50,09%	68,86%	25,05%	37,57%	37,57%	100,0%
Garantias Bancárias e CDI - Empresas	0,32%	25,00%	58,33%	12,66%	18,83%	18,83%	100,0%
Contas caucionadas	6,54%	43,21%	63,95%	6,54%	24,88%	24,88%	100,0%
Empréstimos - Empresas	7,67%	51,37%	70,77%	12,81%	32,09%	32,09%	100,0%
Descobertos - Empresas	9,24%	47,06%	67,97%	9,24%	28,15%	28,15%	100,0%
Leasing - Particulares	3,14%	39,30%	61,22%	21,22%	30,26%	30,26%	100,0%
Leasing - Empresas	3,86%	50,09%	68,86%	26,98%	38,54%	38,54%	100,0%

(ii) O cálculo da LGD (perda dado o incumprimento) de mercado resulta da média ponderada das LGD's estimadas para cada Banco.

Para cada Banco considerado no benchmark, foram calculadas LGDs por tipo de contraparte (Particulares, Empresas) com base em informação histórica das respectivas carteiras de crédito.

Com base nas LGDs históricas estimadas para cada Banco, foi feito o cálculo do *benchmark* (LGD média de todos os Bancos, ponderada pelo montante de exposição na carteira a Dezembro de 2015 e 2016):



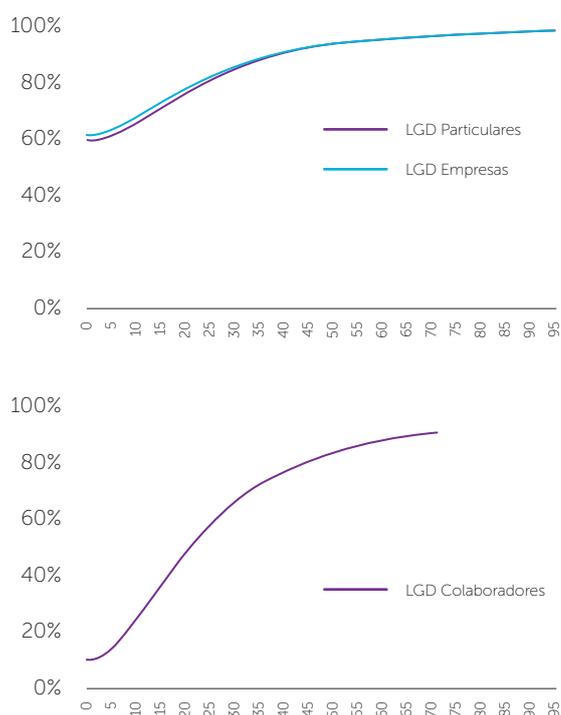
	LGD		
	Particulares	Empresas	Colaboradores
Banco A	54,90%	65,98%	10,00%
Banco B	68,41%	55,56%	10,00%
Banco C	50,74%	52,72%	10,00%
Banco D	-	-	-
Banco E	-	-	-
Banco F	-	-	-
Benchmark DEZ 2015	58,84%	60,87%	10,00%

Parâmetro teórico para a LGD de colaboradores no momento 0 igual a 10%.

Based on estimated parameters of LGD for moment 0, and considering 1) the reduced number of defaults and ii) the absence of materiality to estimate the LGD for the other moments, it was estimated the LGD curve according to the following assumptions:

- The recuperation process ends (LGD=100%) after 6 and 8 years to particular/employees and companies, respectively;
- Half of adjustment is made in the first two years.

Descrição	Particulares	Empresas	Colaboradores
0m	58,84%	60,87%	10,00%
(0-3m)	59,17%	61,18%	10,72%
(3-6m)	60,59%	62,53%	13,82%
(6-9m)	62,98%	64,80%	19,05%
(9-12m)	66,00%	67,67%	25,65%
(12-18m)	70,94%	72,37%	36,45%
(18-24m)	77,12%	78,24%	49,96%
(24-36m)	84,08%	84,86%	65,18%
(36-48m)	89,95%	90,44%	78,02%
(48-60m)	93,26%	93,59%	85,27%
(60-72m)	95,23%	95,46%	89,56%
(72-84m)	100%	96,64%	100%
(84-96m)	100%	97,42%	100%





Para 2016 as LGD's são as seguintes:

Descrição	LGD Particulares (média buckets)	LGD Empresas (média buckets)	LGD colaboradores (média buckets)
0m	62,16%	60,77%	10,00%
]0-3m]	62,47%	61,09%	10,72%
]3-6m]	63,79%	62,45%	13,82%
]6-9m]	65,99%	64,74%	19,05%
]9-12m]	68,76%	67,61%	25,65%
]12-18m]	73,30%	72,31%	36,45%
]18-24m]	78,96%	78,19%	49,96%
]24-36m]	85,35%	84,82%	65,18%
]36-48m]	90,75%	90,40%	78,02%
]48-60m]	93,79%	93,57%	85,27%
]60-72m]	100,00%	95,44%	89,56%
]72-84m]	100,00%	96,62%	100,00%
]84-96m]	100,00%	100,00%	100,00%

3.4 Outros Activos

Encontra-se registado na rubrica de Outros Devedores o valor a receber resultante de operações de transmissão de direitos económicos sobre uma carteira de crédito e unidades de participação em fundo e de venda de activos, realizada pelo Banco Económico a entidade não relacionada pertencente ao sector público (ver Nota 35).

Considerando que (i) as referidas operações foram aprovadas pelo Banco Nacional de Angola, no âmbito das medidas de saneamento sobre o Banco Espírito Santo Angola; (ii) por Decreto Presidencial 196/15, complementado com o Decreto Presidencial 123/16, o Ministério das Finanças foi autorizado a emitir títulos de dívida pública para liquidar o pagamento inicial da referida venda de activos; (iii) o Ministério das Finanças, por Despacho do Sr. Ministro das Finanças datado de 8 de Outubro, instruiu o alargamento do prazo de pagamento da referida Operação de transmissão de direitos económicos sobre Activos de forma a reduzir a probabilidade de emitir novos títulos de dívida pública para fazer face aos pagamentos acordados, é entendimento do Banco que os valores a receber por parte da entidade compradora dos activos não envolvem risco de incumprimento.

3.5 Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados. Em 31 de Dezembro de 2016 o Banco não detinha instrumentos classificados nesta categoria de activos.

3.6 Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

3.7 Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.



NOTA 4 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica em termos individuais é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016			31.12.2015		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e rendimentos similares						
Juros de crédito	14 768 353	-	14 768 353	9 023 973	-	9 023 973
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	309 601	-	309 601	14 727	-	14 727
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	5 774 880	-	5 774 880	3 345 174	-	3 345 174
Outros juros e proveitos similares	33 453 315	-	33 453 315	28 901 576	-	28 901 576
	54 306 149	-	54 306 149	41 285 449	-	41 285 449
Juros e encargos similares						
Juros de recursos de bancos centrais	27 074 704	-	27 074 704	11 773 522	-	11 773 522
Juros de outras instituições de crédito	2 420 759	-	2 420 759	4 055 564	-	4 055 564
Juros de recursos de clientes	22 411 817	-	22 411 817	17 866 821	-	17 866 821
Juros de passivos subordinados	3 531 541	-	3 531 541	2 612 784	-	2 612 784
Outros juros e custos similares	1 344 860	-	1 344 860	1 321 235	-	1 321 235
	56 783 680	-	56 783 680	37 629 926	-	37 629 926
MARGEM FINANCEIRA	(2 477 531)	-	(2 477 531)	3 655 523	-	3 655 523

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016			31.12.2015		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e rendimentos similares						
Juros de crédito	14 766 017	-	14 766 017	9 022 548	-	9 022 548
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	309 601	-	309 601	14 727	-	14 727
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	5 774 880	-	5 774 880	3 445 963	-	3 445 963
Outros juros e proveitos similares	33 453 315	-	33 453 315	28 800 787	-	28 800 787
	54 303 813	-	54 303 813	41 284 024	-	41 284 024
Juros e encargos similares						
Juros de recursos de bancos centrais	27 074 704	-	27 074 704	11 773 522	-	11 773 522
Juros de outras instituições de crédito	2 371 914	-	2 371 914	4 055 564	-	4 055 564
Juros de recursos de clientes	22 411 817	-	22 411 817	17 823 575	-	17 823 575
Juros de passivos subordinados	3 531 541	-	3 531 541	2 612 784	-	2 612 784
Outros juros e custos similares	1 344 860	-	1 344 860	1 321 235	-	1 321 235
	56 734 835	-	56 734 835	37 586 681	-	37 586 681
MARGEM FINANCEIRA	(2 431 022)	-	(2 431 022)	3 697 343	-	3 697 343

A margem do Banco em 2016 é negativa essencialmente devido ao aumento significativo do custo de financiamento da liquidez obtida junto do Banco Nacional de Angola, em face do aumento da taxa de juro de cedência de fundos do Banco Central no período de 13% para 20%.

A rubrica de juros de crédito inclui o montante de AOA 3.556.688 milhares (2015: AOA 1.908.612 milhares) relativos a proveitos de crédito com sinais de imparidade (análise individual e colectiva).

Estes valores correspondem essencialmente a contratos, que apesar de terem indícios, não estão ainda vencidos. A recuperabilidade destes valores é analisado no âmbito do processo de imparidade, que incide sobre a probabilidade de recuperação de valores vencidos.

As rubricas de juros de crédito a clientes incluem o montante positivo de AOA 437.829 milhares relativo a comissões e outros proveitos contabilizados de acordo com a taxa de juro efectiva.



A rubrica de Outros juros e proveitos similares diz respeito exclusivamente ao montante de juros periodificados sobre o valor dos activos a receber do Grupo ENSA no âmbito da operação de transmissão de direitos económicos sobre Activos, conforme referido na Nota 35.

A rubrica de Outros juros e custos similares concerne essencialmente aos valores a liquidar ao Grupo ENSA, por conta dos montantes recuperados de activos envolvidos na operação acima referida, e não liquidados à data de 31 de Dezembro de 2016. É de referir, que no âmbito da reestruturação ocorrida em 5 de Outubro de 2017, a totalidade dos juros a receber foram capitalizados.

NOTA 5 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica em termos individuais é composto por:

	31.12.2016	31.12.2015
Rendimentos de serviços e comissões	5 369 879	3 493 298
Cobrança de Valores	16 069	9 557
Operações Sobre títulos	20 348	4 851
Garantias Prestadas	81 981	430 458
Gestão de Meios de Pagamento	654 076	486 855
Comissões sobre Empréstimos e similares	101 819	7 142
Créditos Documentários	1 223 605	275 122
Cartões	1 374 339	1 042 024
Bancasseguros	27 888	1 886
Proveitos por Serviços prestados ao Estado	506 299	589 435
Outros Serviços	1 363 455	645 969
Encargos com serviços e comissões	(562 676)	(308 704)
Gestão de Meios de Pagamento	(4 838)	(2 108)
Cartões	(357 660)	(292 239)
Outros Serviços	(200 178)	(14 357)
	4 807 203	3 184 594

(milhares de Kwanzas)

E em termos consolidados:

	31.12.2016	31.12.2015
Rendimentos de serviços e comissões	6 177 610	4 144 332
Cobrança de Valores	16 069	9 557
Operações Sobre títulos	20 348	4 851
Garantias Prestadas	81 981	430 458
Gestão de Meios de Pagamento	654 076	486 855
Comissões sobre Empréstimos e similares	101 819	7 142
Créditos Documentários	1 223 605	275 122
Cartões	1 374 339	1 042 024
Bancasseguros	27 888	1 886
Proveitos por Serviços prestados ao Estado	506 299	589 435
Gestão de Activos	808 591	651 033
Outros Serviços	1 362 595	645 969
Encargos com serviços e comissões	(599 232)	(308 704)
Gestão de Meios de Pagamento	(4 838)	(2 108)
Cartões	(357 660)	(292 239)
Outros Serviços	(236 734)	(14 357)
	5 578 378	3 835 628

(milhares de Kwanzas)

Durante o ano de 2016, verificou-se um crescimento do comissionamento, maioritariamente explicado pelo aumento verificado nas operações de crédito documentário à importação, efectuados pelo Banco.

No âmbito da implementação das IAS/IFRS, conforme referido na nota 2, o Banco apurou um ajustamento relativo a comissões associadas a operações de crédito, que deveriam ser reconhecidas em margem, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Esta questão originou um decréscimo significativo das comissões de 2015, aquando da sua reexpressão.

NOTA 6 – RESULTADOS CAMBIAIS

O valor desta rubrica em termos individuais é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	2016	2015
Reavaliação cambial	10 666 707	12 674 408
Operações Cambiais	300 574	1 957 184
	10 967 281	14 631 592

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	2016	2015
Reavaliação cambial	10 884 334	12 900 672
Operações Cambiais	300 574	1 957 184
	11 184 908	14 857 856

Os resultados cambiais apurados estão essencialmente relacionados com a reavaliação cambial dos activos e passivos no balanço, denominados em moeda estrangeira, em resultado da desvalorização do AOA face a outras moeda, nomeadamente EUR e USD.

É de ressaltar que o efeito cambial da reavaliação dos valores a receber da operação de transmissão de direitos económicos sobre Activos (ver Nota 35), é de AOA 58.867.427 milhares em termos de Capital e AOA 4.458.407 milhares em termos de juros a receber, totalizando AOA 63.325.834 milhares, constituindo em 2015 esse valor de forma global, AOA 66.440.261 milhares.

Moeda	31-12-2015	31-12-2016
USD	135,32	165,90
EUR	147,83	185,38

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 7 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica em termos individuais é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Impostos diretos e indiretos	(308 531)	(72 382)
Quotizações e donativos	(21 094)	(69 135)
Outros	(153 858)	(38 247)
	(483 484)	(179 764)

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Impostos diretos e indiretos	(329 816)	(77 067)
Quotizações e donativos	(21 094)	(69 135)
Outros	(169 212)	(48 029)
	(520 123)	(194 231)

NOTA 8 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto em termos individuais por:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Vencimentos e salários	5 907 455	5 932 886
Remunerações	4 860 312	3 987 386
Subsídio de Férias	458 178	383 135
Subsídio de Natal	400 368	385 983
Subsídio de Almoço	151 434	149 193
Remuneração Variável	37 162	1 027 188
Encargos sociais obrigatórios	339 330	256 258
Outros custos	1 186 806	631 742
	7 433 592	6 820 886



E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Vencimentos e salários	5 993 095	5 979 470
Remunerações	4 945 953	4 003 971
Subsídio de Férias	458 178	383 135
Subsídio de Natal	400 368	385 983
Subsídio de Almoço	151 434	149 193
Remuneração Variável	37 162	1 027 188
Encargos sociais obrigatórios	343 164	256 258
Outros custos	1 182 972	631 742
	7 519 232	6 867 470

O aumento significativo da rubrica Outros custos deve-se em grande parte, ao início do registo do acréscimo de custo referente a direitos adquiridos relativos a férias, no montante de AOA 282.454 milhares.

Esta rubrica inclui contribuições efectuadas pelo Grupo para o fundo de pensões de contribuição definida, conforme referido na Nota 9, no montante de AOA 155.884 milhares para 2016 e AOA 14.909 milhares para 2015.

O número de colaboradores do Banco, considerando os efectivos e os contratados a termo, apresenta a seguinte desagregação por categoria profissional em termos individuais:

	31.12.2016	31.12.2015
Funções directivas	85	85
Funções de chefia	150	132
Funções específicas	295	298
Funções administrativas e outras	491	546
	1 021	1 061

E em termos consolidados:

	31.12.2016	31.12.2015
Funções directivas	88	87
Funções de chefia	152	134
Funções específicas	302	301
Funções administrativas e outras	492	547
	1 034	1 069

NOTA 9 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Conforme referido na Nota 2.15, o Banco tem um plano de contribuição definida, ou seja, atribui uma percentagem ou montante

fixo, a todos os participantes incluídos no plano que será rentabilizado até ao momento do reembolso previsto por lei. Este custo é reconhecido como custo com pessoal.

Não carece de nenhum estudo actuarial, como acontece no benefício definido.

Os participantes no plano de pensões do Banco Económico são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2016	31.12.2015
Activos	901	1 002
Reformados e sobreviventes	1	-
	902	1 002

O total de participantes no fundo em 31 de Dezembro de 2016 é 1.008.

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016 pode ser analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldos do fundo no início do exercício	790 334	545 727
Rendimento real do fundo	62 487	54 979
Contribuições do Grupo	155 884	14 909
Contribuições dos participantes	20 501	89 942
Pensões pagas pelo fundo	(74 489)	(1 871)
Outros	2 310	86 648
Encargos sociais obrigatórios	957 023	790 334

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações		
Outros títulos de rendimento variável		
Aplicações em bancos e outras OIC's	644 596	457 155
Acções		
Imóveis	305 468	329 737
	950 065	786 893

Carteira de Activos Global do Fundo, não só do Banco.

Os activos do fundo de pensões utilizados pelo Banco ou representativos de títulos emitidos por entidades relacionadas do Banco são detalhados como seguem:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações		
Outros títulos de rendimento variável		
Aplicações em bancos e outras OIC's	644 596	457 155
Acções		
Imóveis	305 468	329 737
	950 065	786 893

A 31 de Dezembro de 2016, os activos do fundo de pensões, repartidos entre com e sem cotação de mercado podem ser analisados como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Activos do Fundo	Com cotação de mercado	Sem cotação de mercado
Título de rendimento variável			
Acções			
Fundos de investimento de acções			
Títulos de participação			
Obrigações			
Imóveis	305 468	-	305 468
Fundos de investimento imobiliário			
Fundos de investimento mobiliário			
Fundos de capital de risco			
<i>Hedge funds</i> - Inv. Não correlacionados			
Aplicações em bancos e outras OIC's	644 596	-	644 596
Total	950 065	-	950 065

NOTA 10 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

O valor desta rubrica, em termos individuais é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Rendas e alugueres	1 110 041	1 157 501
Publicidade e publicações	210 227	258 624
Comunicações e expedição	577 594	610 762
Conservação e reparação	432 081	409 884
Deslocações e representação	369 064	594 986
Água, energia e combustíveis	300 518	218 396
Transporte de valores	483 289	427 236
Material de consumo corrente	292 397	148 988
Serviços Informáticos	349 690	372 306
Serviços de Limpeza	149 937	170 479
Seguros	717 500	500 147
Judiciais, contencioso e notariado	162 159	63 061
Consultoria e auditoria	492 944	241 190
Segurança e vigilância	795 930	682 927
Outros custos	448 078	741 772
	6 891 448	6 598 259



E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Rendas e alugueres	1 110 041	1 157 501
Publicidade e publicações	210 317	259 614
Comunicações e expedição	579 043	612 215
Conservação e reparação	434 359	411 464
Deslocações e representação	391 445	622 963
Água, energia e combustíveis	301 018	219 155
Transporte de valores	483 289	427 236
Material de consumo corrente	293 969	149 548
Serviços Informáticos	349 690	372 306
Serviços de Limpeza	149 937	170 479
Seguros	719 057	501 444
Judiciais, contencioso e notariado	162 159	63 061
Consultoria e auditoria	633 252	302 470
Segurança e vigilância	795 930	682 927
Outros custos	448 078	741 873
	7 061 584	6 694 256

Durante o ano de 2016, a rubrica de Fornecimentos de serviços de terceiros registou um crescimento de 4% face ao período homólogo, essencialmente explicado pelo ajustamento dos preços, mas dentro do processo de contenção de custos em implementação no Banco.

As rubricas que mais cresceram, em termos homólogos, foram as despesas com Contencioso e Notariado e com Consultoria e Auditoria.

Nesta última rubrica especificamente, o aumento deveu-se essencialmente à necessidade do Banco em recorrer a um serviço externo para apoio na adopção das IAS/IFRS, na elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com o requerido no aviso nº6/2016, de 22 de Junho, emitido pelo Banco Nacional de Angola.

NOTA 11 – RESULTADOS POR ACÇÃO

De acordo com a nota 2.24, os Resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano, excluindo desta forma as acções próprias detidas pelo Banco.

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	(4 329 024)	9 316 226
(-) Remuneração das obrigações perpétuas	-	-
(+) Ganhos e perdas realizados registados em reservas	-	-
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco ajustado	(4 329 024)	9 316 226
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	75 000 000	75 000 000
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)		
Número médio de acções ordinárias em circulação (milhares)	75 000 000	75 000 000
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (milhares de Kwanzas)	-0,06	0,12

NOTA 12 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

O valor desta rubrica em termos individuais é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	5 549 516	5 567 464
Depósitos em bancos centrais	66 794 875	74 050 816
Banco Nacional de Angola	66 794 875	74 050 816
Outros bancos centrais	-	-
	72 344 391	79 618 280

E em termos consolidados:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	5 549 518	5 567 467
Depósitos em bancos centrais	66 794 875	74 050 816
Banco Nacional de Angola	66 794 875	74 050 816
Outros bancos centrais	-	-
	72 344 393	79 618 283

A rubrica de Depósitos à ordem no Banco Central reflecte os saldos originados pelo regime de constituição de Reservas mínimas obrigatórias em vigor no país na data do Balanço e é constituída por depósitos não remunerados junto do BNA. As disponibilidades no Banco Central dizem respeito a reservas obrigatórias que visam cumprir o disposto nos instrutivos nº 02 e 04 /2016, de 11 de Abril e 13 de Maio de 2016, do BNA, que estabelecem que as reservas obrigatórias devem ser constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem. De acordo com este instrutivo, a exigibilidade para a base de incidência em moeda nacional e estrangeira é de 30% e 15%, respectivamente, exceptuando os depósitos do Governo Local, em que se aplica uma taxa de 50% para moeda nacional e 100% para moeda estrangeira, e Governo Central, em que se aplica uma taxa de 75% para moeda nacional e 100% para moeda estrangeira. Este instrutivo refere ainda que o Banco poderá usar até 20% do cumprimento das reservas obrigatórias recorrendo a Obrigações do Tesouro (conforme cumprimento integral à disposição regulamentar acima mencionada).

		Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Taxas sobre Base de Incidência			
Governo Central, Governos Locais e Administradores Municipais	Apuramento Diário	50%/75%	100%
Outros Sectores	Apuramento Semanal	30%	15%

O Banco Económico ficou dispensado do cumprimento das reservas obrigatórias, no decurso do período de adopção das medidas de saneamento do Banco Nacional de Angola. Com referência a 31 de Dezembro de 2016, a insuficiência no cumprimento das reservas em moeda nacional era de AOA 27 mil

milhões e em moeda estrangeira de USD 305 milhões. Com a liquidação das operações de financiamento concedidas pelo Banco Nacional de Angola, ocorrida em Março de 2017, o Banco Económico passou a cumprir com os requisitos de reservas obrigatórias.



NOTA 13 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O saldo da rubrica Depósitos é composto em termos individuais, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	1 312 451	772 621
Depósitos à ordem	-	-
	1 312 451	772 621
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Cheques a cobrar	-	-
Depósitos à ordem	68 534 582	3 423 400
	68 534 582	3 423 400
	69 847 033	4 196 022

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	1 312 451	1 043 697
Depósitos à ordem	-	-
	1 312 451	1 043 697
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Cheques a cobrar	-	-
Depósitos à ordem	68 534 582	3 423 400
	68 534 582	3 423 400
	69 847 033	4 467 097

O valor em Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro cresceu significativamente no ano de 2016, em virtude do aumento de transações de crédito documentários à importação, conforme referido na nota 5.

O valor de disponibilidades em outras instituições de crédito no país – cheques a cobrar, respeita a cheques que se encontram a aguardar compensação à data de apresentação do Balanço, sendo enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes à data de referência.

NOTA 14 – APLICAÇÕES EM BANCOS CENTRAIS E EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, em termos individuais e consolidados é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	-	-
Mercado monetário interbancário	56 070 540	23 319 330
Aplicações de muito curto prazo	-	-
Operações com acordo de revenda	-	-
Empréstimos	-	-
Outras aplicações	-	-
	56 070 540	23 319 330
Perdas por imparidade		
	56 070 540	23 319 330

O valor das aplicações em instituições de crédito no estrangeiro inclui os valores de juros a receber acrescidos, até à data de apresentação do Balanço.

O escalonamento das aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito por prazos residuais de vencimento, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	33 174 581	16 240 003
De 3 meses a 1 ano	22 895 959	7 079 327
De 1 a 5 anos	-	-
Mais de 5 anos	-	-
Duração indeterminada	-	-
	56 070 540	23 319 330

As aplicações em Bancos Centrais e Outras Instituições de Crédito no estrangeiro, em 31 de Dezembro de 2016 venciam juro à taxa média de 0,688% (31 de Dezembro de 2015: 0,30%), sendo estas taxas de mercado onde o Banco opera.



NOTA 15 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 em termos individuais é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Custo ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	133 566 615	46 462	(126 029)	-	133 487 048
De outros emissores	-	-	-	-	-
Acções	47 253	-	-	(26 414)	20 839
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	133 613 867	46 462	(126 029)	(26 414)	133 507 887
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	104 798 234	105 489	(886)	-	104 902 837
De outros emissores	-	-	-	-	-
Acções	42 383	-	-	-	42 383
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	104 840 616	105 489	(886)	-	104 945 220

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	Custo ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	133 566 615	46 462	(126 029)	-	133 487 048
De outros emissores	-	-	-	-	-
Acções	48 699	-	-	(26 414)	22 286
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	133 615 314	46 462	(126 029)	(26 414)	133 509 334
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	104 798 234	105 489	(886)	-	104 902 837
De outros emissores	-	-	-	-	-
Acções	43 829	-	-	-	43 829
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	104 842 063	105 489	(886)	-	104 946 666

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida

O Banco mantém ao Custo de Aquisição um título em USD, denominado "Fomento Empresarial", pelo facto de não existirem no Mercado referências comparáveis.

As taxas de remuneração médias, bem como as moedas em que os Títulos e valores mobiliários estão contratados e expressos, encontram-se detalhadas infra:

(milhares de Kwanzas)

Natureza e Espécie dos Títulos	Moeda	Taxa Juro Média	Valor de Aquisição Amortizado	Proveitos a Receber	Reservas de Justo Valor	Valor de Balanço 2016	Valor de Balanço 2015
OT's Indexadas ao USD	AOA	7,09%	14 352 433	177 407	(79 567)	14 450 274	8 085 580
OT's em USD	USD	4,26%	116 973 228	2 064 399	-	119 037 627	96 818 908
Total			131 325 661	2 241 806	(79 567)	133 487 901	104 904 488

Os títulos existentes na carteira do Banco de disponíveis para venda são os seguintes:

Código ISIN	Descrição	Tipo	Valor de Balanço 2016
AOTNOI416N13	Indexadas a taxa Câmbio	Obrigações do Tesouro	123 849
AOTNTX618B11	Indexadas a taxa Câmbio	Obrigações do Tesouro	9 211 070
AOTNFE100808	Fomento Empresarial	Obrigações do Tesouro	119 037 627
AOTNTX201M16	Indexadas a taxa Câmbio	Obrigações do Tesouro	752 024
AOTNTX224I16	Indexadas a taxa Câmbio	Obrigações do Tesouro	1 013 494
AOTNOI070916	Indexadas a taxa Câmbio	Obrigações do Tesouro	3 349 837
	BVDA	Acção	(0)
	EMIS	Acção	102 117

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.1, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.2.

Em 31 de Dezembro de 2016 encontravam-se penhorados a favor do Banco Nacional de Angola o montante de AOA 75.317 milhões da carteira de títulos do Banco. Conforme descrito na Nota 35, em Março de 2017 foram entregues em dação àquela entidade títulos no valor de 14.086 milhões de Kwanzas.

Adicionalmente, existe também um total de títulos dado em colateral ao Novo Banco, no âmbito do empréstimo comum com esta entidade, no valor de AOA 35.038 milhões.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda, líquida de imparidade, por níveis de valorização, em termos individuais, com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é apresentado como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo ⁽¹⁾	Imparidade	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	14 449 421	-	119 037 627		133 487 048
De outros emissores	-	-	-	-		-
Acções	-	-	-	47 253	(26 414)	20 839
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	-	14 449 421	-	119 084 880		133 507 887
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	8 083 929	-	96 818 907		104 902 837
De outros emissores	-	-	-	-		-
Acções	-	-	-	42 383		42 383
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	-	8 083 929	-	96 861 290		104 945 220

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo ⁽¹⁾	Imparidade	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	14 449 421	-	119 037 627		133 487 048
De outros emissores	-	-	-	-		-
Acções	-	-	-	48 699	(26 414)	22 286
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	-	14 449 421	-	119 086 327		133 509 334
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	8 083 929	-	96 818 907		104 902 837
De outros emissores	-	-	-	-		-
Acções	-	-	-	42 829		43 829
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	-	8 083 929	-	96 862 737		104 946 666

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida



De acordo com a nota 2.4 e à luz da IFRS 13, os instrumentos financeiros são classificados de acordo com a hierarquia de valorização (Nível 1, 2 ou 3), dependendo da informação considerada para a sua avaliação a cada data de apresentação do Balanço.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Dotações	(26 414)	-
Utilizações (alienações)	-	-
Reversões	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	(26 414)	-

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos residuais de vencimento, em termos individuais, é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Duração indeterminada	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	9 334 066	120 803 145	3 349 837	-	133 487 048
De outros emissores	-	-	-	-	-	-
Acções	-	-	-	-	20 839	20 839
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	-	9 334 066	120 803 145	3 349 837	20 839	133 507 887
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	403 870	104 498 967	-	-	104 902 837
De outros emissores	-	-	-	-	-	-
Acções	-	-	-	-	42 383	42 383
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	-	403 870	104 498 967	-	42 383	104 945 220

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Duração indeterminada	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	9 334 066	120 803 145	3 349 837	-	133 487 048
De outros emissores	-	-	-	-	-	-
Acções	-	-	-	-	22 286	22 286
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	-	9 334 066	120 803 145	3 349 837	22 286	133 509 334
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	403 870	104 498 967	-	-	104 902 837
De outros emissores	-	-	-	-	-	-
Acções	-	-	-	-	43 829	43 829
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	-	403 870	104 498 967	-	43 829	104 946 666

NOTA 16 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, em termos individuais, é analisada como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
(milhares de Kwanzas)		
Crédito interno vivo		
A empresas		
Créditos em conta corrente	9 361 329	12 188 046
Empréstimos	63 554 467	53 298 454
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	-	-
<i>Factoring</i>	-	-
Descobertos	18 147	430 235
Locação financeira	3 082 361	4 339 719
Outros créditos	121 549	-
A particulares	-	-
Habitação	6 122 646	5 536 353
Consumo e outros	2 818 476	6 144 423
	85 078 973	81 937 230
Crédito interno vencido		
A empresas		
Empréstimos	34 394 210	22 755 379
Créditos em conta corrente	4 144 043	3 485 847
Descobertos	4 974 644	3 574 530
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	-	-
Locação financeira	2 430 366	1 265 364
<i>Factoring</i>	-	-
Outros créditos	-	-
A particulares		
Habitação	1 607 546	2 126 218
Consumo e outros	1 713 600	2 337 863
	49 264 408	35 545 201
Outros Créditos Titulados	47 974 356	-
	182 317 738	117 482 431
Perdas por imparidade	(18 320 515)	(13 521 251)
	163 997 223	103 961 180



E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Crédito interno vivo		
A empresas		
Créditos em conta corrente	9 361 329	12 188 046
Empréstimos	63 501 087	53 298 454
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	-	-
<i>Factoring</i>	-	-
Descobertos	18 147	430 235
Locação financeira	3 082 361	4 339 719
Outros créditos	121 549	-
A particulares	-	-
Habitação	6 122 646	5 536 353
Consumo e outros	2 818 476	6 144 423
	85 025 593	81 937 230
Crédito interno vencido		
A empresas		
Empréstimos	34 394 210	22 755 379
Créditos em conta corrente	4 144 043	3 485 847
Descobertos	4 974 644	3 574 530
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	-	-
Locação financeira	2 430 366	1 265 364
<i>Factoring</i>	-	-
Outros créditos	-	-
A particulares		
Habitação	1 607 546	2 126 218
Consumo e outros	1 713 600	2 337 863
	49 264 408	35 545 201
Outros Créditos Titulados	47 974 356	-
	182 264 357	117 482 431
Perdas por imparidade	(18 318 379)	(13 521 251)
	163 945 978	103 961 180

É de referir que rubrica de Outros Créditos Titulados refere-se ao valor de AOA 47.040.000 milhares de capital e juros corridos no valor de AOA 934.356 milhares, relativos à Obrigação emitida pelo Estado no âmbito da transmissão de direitos económicos sobre activos (ver Nota 35), a qual tem maturidade no ano de 2040 e cupão de juro anual de 5%.

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, em termos individuais, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	16 170 054	16 945 997
De 3 meses a 1 ano	15 150 657	19 776 264
De 1 a 5 anos	30 394 590	21 982 828
Mais de 5 anos	109 670 926	55 032 529
Duração indeterminada	10 931 510	3 744 813
	182 317 738	117 482 431

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	16 170 054	16 945 997
De 3 meses a 1 ano	15 150 657	19 776 264
De 1 a 5 anos	30 394 590	21 982 828
Mais de 5 anos	109 670 926	55 032 529
Duração indeterminada	10 878 130	3 744 813
	182 264 357	117 482 431

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito foram os seguintes, em termos individuais:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	13 521 251	11 936 842
Dotações	18 272 703	76 809 657
Utilizações	-	(1 936 327)
Reversões	(15 844 460)	(73 704 072)
Diferenças de câmbio e outras	2 371 021	415 151
Saldo final	18 320 515	13 521 251

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	13 521 251	11 936 842
Dotações	18 270 568	76 809 657
Utilizações	-	(1 936 327)
Reversões	(15 844 460)	(73 704 072)
Diferenças de câmbio e outras	2 371 021	415 151
Saldo final	18 318 379	13 521 251

A distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa, e em termos individuais, é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Taxa fixa	152 025 299	93 492 671
Taxa variável	30 292 439	23 989 760
	182 317 738	117 482 431

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Taxa fixa	151 971 919	93 492 671
Taxa variável	30 292 439	23 989 760
	182 264 357	117 482 431



O crédito de locação financeira, por prazos residuais, é apresentado como segue, e não difere em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Rendas e valores residuais vincendos		
Até 1 ano	744 482	1 053 032
De 1 a 5 anos	7 247 742	5 150 812
Mais de 5 anos	-	-
	7 992 224	6 203 844
Juros vincendos		
Até 1 ano	-	57 178
De 1 a 5 anos	212 136	427 636
Mais de 5 anos	-	-
	212 136	484 814
Capital vincendo		
Até 1 ano	-	664 188
De 1 a 5 anos	1 397 904	1 575 590
Mais de 5 anos	-	-
	1 397 904	2 239 778
Imparidade	1 397 904	2 239 778

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 não existem contratos que individualmente sejam superiores a 5% do total do crédito de locação financeira. Não existem contratos de locação financeira com rendas contingentes.

O detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso é como segue, para 2016:

Segmento	Exposição Ano 2016						Imparidade Ano 2016		
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
E - Contas caucionadas – Empresas	13 511 858	9 268 859	-	-	4 242 999	-	3 510 624	472 140	3 038 484
E - Descobertos – Empresas	5 112 924	16 577	-	-	5 096 347	-	4 182 784	12 183	4 170 601
E - Empréstimos – Empresas	92 011 498	60 681 100	-	-	31 330 398	-	8 689 031	6 077 928	2 611 103
E - Leasing – Empresas	3 997 667	3 030 489	-	-	967 178	-	413 069	76 281	336 788
E - Sector Público	55 427 518	51 015 106	-	-	4 412 412	-	-	-	-
P - Colaboradores	4 891 014	4 618 541	-	-	272 474	-	150 073	26 390	123 684
P - Crédito à habitação	2 060 512	1 142 943	-	-	917 569	-	574 442	112 529	461 913
P - Crédito ao consumo	283 601	127 890	-	-	155 711	-	134 474	8 680	125 795
P - Descobertos – Particulares	43 547	1 175	-	-	42 372	-	29 750	265	29 485
P - Empréstimos – Particulares	4 645 529	2 819 489	-	-	1 826 040	-	629 989	158 119	471 870
P - Leasing – Particulares	332 069	331 161	-	-	908	-	6 278	5 958	320
Total	182 317 738	133 053 330	-	-	49 264 408	-	18 320 515	6 950 472	11 370 043



E para 2015:

Segmento	Exposição Ano 2015						Imparidade Ano 2015		
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
E - Contas caucionadas – Empresas	15 680 865	12 188 046	-	-	3 492 819	-	2 894 725	523 745	2 370 980
E - Descobertos – Empresas	4 090 954	430 225	-	-	3 660 728	-	2 136 192	39 594	2 096 598
E - Empréstimos – Empresas	75 128 571	52 490 459	-	-	22 638 111	-	4 238 662	2 578 237	1 660 425
E - Leasing – Empresas	5 538 966	4 245 957	-	-	1 293 010	-	808 842	241 201	567 641
E - Sector Público	4 235 548	4 235 548	-	-	-	-	-	-	-
P - Colaboradores	4 360 329	4 351 669	-	-	8 660	-	23 295	21 481	1 815
P - Crédito à habitação	3 869 472	1 743 254	-	-	2 126 218	-	2 070 976	32 163	2 038 813
P - Crédito ao consumo	240 864	104 295	-	-	136 569	-	66 548	5 601	60 947
P - Descobertos – Particulares	1 159 568	449 384	-	-	710 184	-	722 244	15 080	707 164
P - Empréstimos – Particulares	3 075 984	1 600 508	-	-	1 475 477	-	554 604	76 820	477 783
P - Leasing – Particulares	101 309	97 885	-	-	3 424	-	5 162	3 136	2 026
Total	117 482 431	81 937 230	-	-	35 545 201	-	13 521 251	3 537 060	9 984 191

E em termos consolidados:

Segmento	Exposição Ano 2016						Imparidade Ano 2016		
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
E - Contas caucionadas – Empresas	13 458 478	9 215 479	-	-	4 242 325	-	3 508 489	472 140	3 038 484
E - Descobertos – Empresas	5 112 924	16 577	-	-	5 096 347	-	4 182 784	12 183	4 170 601
E - Empréstimos – Empresas	92 011 498	60 681 100	-	-	31 330 398	-	8 689 031	6 077 928	2 611 103
E - Leasing – Empresas	3 997 667	3 030 489	-	-	967 852	-	413 069	76 281	336 788
E - Sector Público	55 427 518	51 015 106	-	-	4 412 412	-	-	-	-
P - Colaboradores	4 891 014	4 618 541	-	-	272 474	-	150 073	26 390	123 684
P - Crédito à habitação	2 060 512	1 142 943	-	-	917 569	-	574 442	112 529	461 913
P - Crédito ao consumo	283 601	127 890	-	-	155 711	-	134 474	8 680	125 795
P - Descobertos – Particulares	43 547	1 175	-	-	42 372	-	29 750	265	29 485
P - Empréstimos – Particulares	4 645 529	2 819 489	-	-	1 826 040	-	629 989	158 119	471 870
P - Leasing – Particulares	332 069	331 161	-	-	908	-	6 278	5 958	320
Total	182 264 357	132 999 950	-	-	49 264 408	-	18 318 379	6 950 472	11 370 043

Segmento	Exposição Ano 2015						Imparidade Ano 2015		
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
E - Contas caucionadas – Empresas	15 680 865	12 188 046	-	-	3 492 819	-	2 894 725	523 745	2 370 980
E - Descobertos – Empresas	4 090 954	430 225	-	-	3 660 728	-	2 136 192	39 594	2 096 598
E - Empréstimos – Empresas	75 128 571	52 490 459	-	-	22 638 111	-	4 238 662	2 578 237	1 660 425
E - Leasing – Empresas	5 538 966	4 245 957	-	-	1 293 010	-	808 842	241 201	567 641
E - Sector Público	4 235 548	4 235 548	-	-	-	-	-	-	-
P - Colaboradores	4 360 329	4 351 669	-	-	8 660	-	23 295	21 481	1 815
P - Crédito à habitação	3 869 472	1 743 254	-	-	2 126 218	-	2 070 976	32 163	2 038 813
P - Crédito ao consumo	240 864	104 295	-	-	136 569	-	66 548	5 601	60 947
P - Descobertos – Particulares	1 159 568	449 384	-	-	710 184	-	722 244	15 080	707 164
P - Empréstimos – Particulares	3 075 984	1 600 508	-	-	1 475 477	-	554 604	76 820	477 783
P - Leasing – Particulares	101 309	97 885	-	-	3 424	-	5 162	3 136	2 026
Total	117 482 431	81 937 230	-	-	35 545 201	-	13 521 251	3 537 060	9 984 191



O Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações é como segue:

Ano de concessão		n-5 e anteriores	n-4	n-3	n-2	n-1	n	Total
E - Contas caucionadas – Empresas	Número de operações	5	7	8	9	8	6	43
	Montante	2 547 976	448 128	1 407 406	453 713	3 353 241	5 301 395	13 511 858
	Imparidade constituída	2 526 452	63 606	324 853	176 846	202 323	216 544	3 510 624
E - Descobertos – Empresas	Número de operações	86	21	36	25	19	17	204
	Montante	4 908 265	566	4 953	65 948	11 551	121 641	5 112 924
	Imparidade constituída	4 131 291	298	3 520	40 444	7 203	29	4 182 784
E - Empréstimos – Empresas	Número de operações	9	3	5	12	18	23	70
	Montante	16 129 043	12 645 315	4 755 502	7 958 644	32 279 594	18 243 400	92 011 498
	Imparidade constituída	418 349	900 464	185 614	1 029 802	1 933 052	4 221 749	8 689 031
E - Leasing – Empresas	Número de operações	-	4	16	108	80	41	249
	Montante	-	11 325	232 274	1 605 220	998 647	1 150 201	3 997 667
	Imparidade constituída	-	4 736	95 771	177 369	94 537	40 656	413 069
E - Sector Público	Número de operações	-	-	-	2	7	15	24
	Montante	-	-	-	1 475 082	3 365 410	2 612 670	7 453 162
	Imparidade constituída	-	-	-	-	-	-	-
P - Colaboradores	Número de operações	6	-	1	307	156	111	581
	Montante	270 862	-	49 251	2 684 576	806 794	760 942	4 572 425
	Imparidade constituída	123 465	-	4 201	16 733	3 257	2 417	150 073
P - Crédito à habitação	Número de operações	16	1	6	5	6	11	45
	Montante	1 110 258	55 260	175 208	198 252	211 560	309 974	2 060 512
	Imparidade constituída	312 188	34 233	43 246	62 950	9 877	111 948	574 442
P - Crédito ao consumo	Número de operações	98	21	46	38	21	30	254
	Montante	108 811	15 573	3 227	336 290	52 988	85 302	602 190
	Imparidade constituída	96 777	13 087	1 914	4 620	5 187	12 889	134 474
P - Descobertos – Particulares	Número de operações	91	23	71	77	79	84	425
	Montante	1 552	3 838	1 984	1 723	31 126	3 324	43 547
	Imparidade constituída	1 076	2 805	1 361	1 297	21 342	1 869	29 750
P - Empréstimos – Particulares	Número de operações	33	-	4	7	4	2	50
	Montante	2 604 273	-	1 853	125 218	334 470	1 579 715	4 645 529
	Imparidade constituída	520 787	-	1 239	54 200	42 867	10 895	629 989
P - Leasing – Particulares	Número de operações	-	-	1	12	5	13	31
	Montante	-	-	269	26 018	6 136	299 646	332 069
	Imparidade constituída	-	-	86	1 810	476	3 906	6 278



E em termos consolidados:

Ano de concessão		n-5 e anteriores	n-4	n-3	n-2	n-1	n	Total
E - Contas caucionadas – Empresas	Número de operações	5	7	8	9	8	6	43
	Montante	2 547 976	448 128	1 407 406	453 713	3 353 241	5 248 015	13 458 478
	Imparidade constituída	2 526 452	63 606	324 853	176 846	202 323	214 409	3 508 489
E - Descobertos – Empresas	Número de operações	86	21	36	25	19	17	204
	Montante	4 908 265	566	4 953	65 948	11 551	121 641	5 112 924
	Imparidade constituída	4 131 291	298	3 520	40 444	7 203	29	4 182 784
E - Empréstimos – Empresas	Número de operações	9	3	5	12	18	23	70
	Montante	16 129 043	12 645 315	4 755 502	7 958 644	32 279 594	18 243 400	92 011 498
	Imparidade constituída	418 349	900 464	185 614	1 029 802	1 933 052	4 221 749	8 689 031
E - Leasing – Empresas	Número de operações	-	4	16	108	80	41	249
	Montante	-	11 325	232 274	1 605 220	998 647	1 150 201	3 997 667
	Imparidade constituída	-	4 736	95 771	177 369	94 537	40 656	413 069
E - Sector Público	Número de operações	-	-	-	2	7	15	24
	Montante	-	-	-	1 475 082	3 365 410	50 587 026	55 427 518
	Imparidade constituída	-	-	-	-	-	-	-
P - Colaboradores	Número de operações	6	-	1	307	156	111	581
	Montante	270 862	-	49 251	2 684 576	806 794	760 942	4 572 425
	Imparidade constituída	123 465	-	4 201	16 733	3 257	2 417	150 073
P - Crédito à habitação	Número de operações	16	1	6	5	6	11	45
	Montante	1 110 258	55 260	175 208	198 252	211 560	309 974	2 060 512
	Imparidade constituída	312 188	34 233	43 246	62 950	9 877	111 948	574 442
P - Crédito ao consumo	Número de operações	98	21	46	38	21	30	254
	Montante	108 811	15 573	3 227	336 290	52 988	85 302	602 190
	Imparidade constituída	96 777	13 087	1 914	4 620	5 187	12 889	134 474
P - Descobertos – Particulares	Número de operações	91	23	71	77	79	84	425
	Montante	1 552	3 838	1 984	1 723	31 126	3 324	43 547
	Imparidade constituída	1 076	2 805	1 361	1 297	21 342	1 869	29 750
P - Empréstimos – Particulares	Número de operações	33	-	4	7	4	2	50
	Montante	2 604 273	-	1 853	125 218	334 470	1 579 715	4 645 529
	Imparidade constituída	520 787	-	1 239	54 200	42 867	10 895	629 989
P - Leasing – Particulares	Número de operações	-	-	1	12	5	13	31
	Montante	-	-	269	26 018	6 136	299 646	332 069
	Imparidade constituída	-	-	86	1 810	476	3 906	6 278



O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas, individual e colectivamente, por segmento, sector de actividade e geografia é como segue, para 2016:

2016		Imparidade individual	Imparidade colectiva	Imparidade IBNR	Total
E - Contas caucionadas – Empresas	Exposição total	12 607 877	903 981	-	13 511 858
	Imparidade	3 323 572	187 053	-	3 510 624
E - Descobertos – Empresas	Exposição total	4 596 258	516 666	-	5 112 924
	Imparidade	3 692 434	490 350	-	4 182 784
E - Empréstimos – Empresas	Exposição total	88 532 310	3 479 188	-	92 011 498
	Imparidade	8 443 352	245 679	-	8 689 031
E - Leasing – Empresas	Exposição total	1 839 725	2 157 942	-	3 997 667
	Imparidade	212 619	200 450	-	413 069
E - Sector Público	Exposição total	55 427 504	14	-	55 427 518
	Imparidade	-	-	-	-
P - Colaboradores	Exposição total	238 300	4 334 126	-	4 572 426
	Imparidade	119 150	30 924	-	150 073
P - Crédito à habitação	Exposição total	665 416	1 395 096	-	2 060 512
	Imparidade	173 829	400 613	-	574 442
P - Crédito ao consumo	Exposição total	21 090	581 100	-	602 190
	Imparidade	9 579	124 895	-	134 474
P - Descobertos – Particulares	Exposição total	22	43 525	-	43 547
	Imparidade	8	29 742	-	29 750
P - Empréstimos – Particulares	Exposição total	3 501 783	1 143 745	-	4 645 529
	Imparidade	381 926	248 062	-	629 989
P - Leasing – Particulares	Exposição total	-	332 069	-	332 069
	Imparidade	-	6 278	-	6 278
Total	Exposição total	167 430 285	14 887 453	-	182 317 738
	Imparidade	16 356 470	1 964 045	-	18 320 515

E para 2015:

2015		Imparidade individual	Imparidade colectiva	Imparidade IBNR	Total
E - Contas caucionadas – Empresas	Exposição total	14 277 089	1 403 777	-	15 680 865
	Imparidade	2 580 019	314 706	-	2 894 725
E - Descobertos – Empresas	Exposição total	4 055 546	35 408	-	4 090 954
	Imparidade	2 129 097	7 095	-	2 136 192
E - Empréstimos – Empresas	Exposição total	71 192 231	3 936 340	-	75 128 571
	Imparidade	3 551 688	686 974	-	4 238 662
E - Leasing – Empresas	Exposição total	2 716 215	2 822 752	-	5 538 966
	Imparidade	279 345	529 497	-	808 842
E - Sector Público	Exposição total	4 235 548	-	-	4 235 548
	Imparidade	-	-	-	-
P - Colaboradores	Exposição total	-	4 360 329	-	4 360 329
	Imparidade	-	23 295	-	23 295
P - Crédito à habitação	Exposição total	2 365 984	1 503 488	-	3 869 472
	Imparidade	1 912 073	158 902	-	2 070 976
P - Crédito ao consumo	Exposição total	-	240 864	-	240 864
	Imparidade	-	66 548	-	66 548
P - Descobertos – Particulares	Exposição total	703 762	455 806	-	1 159 568
	Imparidade	703 758	18 486	-	722 244
P - Empréstimos – Particulares	Exposição total	1 239 703	1 836 282	-	3 075 984
	Imparidade	345 035	209 568	-	554 604
P - Leasing – Particulares	Exposição total	-	101 309	-	101 309
	Imparidade	-	5 162	-	5 162
Total	Exposição total	100 786 077	16 696 354	-	117 482 431
	Imparidade	11 501 016	2 020 235	-	13 521 251



E em termos consolidados em 2016 e 2015 respectivamente:

2016		Imparidade individual	Imparidade colectiva	Imparidade IBNR	Total
E - Contas caucionadas – Empresas	Exposição total	12 554 497	903 981	-	13 458 478
	Imparidade	3 321 437	187 053	-	3 508 489
E - Descobertos – Empresas	Exposição total	4 596 258	516 666	-	5 112 924
	Imparidade	3 692 434	490 350	-	4 182 784
E - Empréstimos – Empresas	Exposição total	88 532 310	3 479 188	-	92 011 498
	Imparidade	8 443 352	245 679	-	8 689 031
E - Leasing – Empresas	Exposição total	1 839 725	2 157 942	-	3 997 667
	Imparidade	212 619	200 450	-	413 069
E - Sector Público	Exposição total	55 427 504	14	-	55 427 518
	Imparidade	-	-	-	-
P - Colaboradores	Exposição total	238 300	4 334 126	-	4 572 426
	Imparidade	119 150	30 924	-	150 073
P - Crédito à habitação	Exposição total	665 416	1 395 096	-	2 060 512
	Imparidade	173 829	400 613	-	574 442
P - Crédito ao consumo	Exposição total	21 090	581 100	-	602 190
	Imparidade	9 579	124 895	-	134 474
P - Descobertos – Particulares	Exposição total	22	43 525	-	43 547
	Imparidade	8	29 742	-	29 750
P - Empréstimos – Particulares	Exposição total	3 501 783	1 143 745	-	4 645 528
	Imparidade	381 926	248 062	-	629 989
P - Leasing – Particulares	Exposição total	-	332 069	-	332 069
	Imparidade	-	6 278	-	6 278
Total	Exposição total	167 376 904	14 887 453	-	182 264 357
	Imparidade	16 354 334	1 964 045	-	18 318 379

2015		Imparidade individual	Imparidade colectiva	Imparidade IBNR	Total
E - Contas caucionadas – Empresas	Exposição total	14 277 089	1 403 777	-	15 680 865
	Imparidade	2 580 019	314 706	-	2 894 725
E - Descobertos – Empresas	Exposição total	4 055 546	35 408	-	4 090 954
	Imparidade	2 129 097	7 095	-	2 136 192
E - Empréstimos – Empresas	Exposição total	71 192 231	3 936 340	-	75 128 571
	Imparidade	3 551 688	686 974	-	4 238 662
E - Leasing – Empresas	Exposição total	2 716 215	2 822 752	-	5 538 966
	Imparidade	279 345	529 497	-	808 842
E - Sector Público	Exposição total	4 235 548	-	-	4 235 548
	Imparidade	-	-	-	-
P - Colaboradores	Exposição total	-	4 360 329	-	4 360 329
	Imparidade	-	23 295	-	23 295
P - Crédito à habitação	Exposição total	2 365 984	1 503 488	-	3 869 472
	Imparidade	1 912 073	158 902	-	2 070 976
P - Crédito ao consumo	Exposição total	-	240 864	-	240 864
	Imparidade	-	66 548	-	66 548
P - Descobertos – Particulares	Exposição total	703 762	455 806	-	1 159 568
	Imparidade	703 758	18 486	-	722 244
P - Empréstimos – Particulares	Exposição total	1 239 703	1 836 282	-	3 075 984
	Imparidade	345 035	209 568	-	554 604
P - Leasing – Particulares	Exposição total	-	101 309	-	101 309
	Imparidade	-	5 162	-	5 162
Total	Exposição total	100 786 077	16 696 354	-	117 482 431
	Imparidade	11 501 016	2 020 235	-	13 521 251



E por sector de actividade:

2016		Imparidade individual	Imparidade colectiva	Imparidade IBNR	Total
Actividades imobiliárias , alugueres e serviços prestados às empresas	Exposição total	51 911 380	812 744	-	52 724 124
	Imparidade	10 382 977	479 595	-	10 862 572
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	Exposição total	1 495 682	87 021	-	1 582 704
	Imparidade	673 064	62 921	-	735 985
Comércio por grosso e a retalho	Exposição total	12 937 414	344 673	-	13 282 087
	Imparidade	1 087 567	31 615	-	1 119 182
Construção	Exposição total	4 252 609	561 090	-	4 813 698
	Imparidade	1 554 827	15 071	-	1 569 899
Consumo	Exposição total	132 626	1 207 645	-	1 340 271
	Imparidade	4 786	43 546	-	48 332
Educação	Exposição total	1 961 440	89 184	-	2 050 623
	Imparidade	475	2 402	-	2 877
Habitação	Exposição total	394 044	6 880 854	-	7 274 898
	Imparidade	141 900	241 436	-	383 336
Indústrias alimentares , das bebidas e do tabaco	Exposição total	2 005 811	-	-	2 005 811
	Imparidade	190 213	-	-	190 213
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	Exposição total	519 794	-	-	519 794
	Imparidade	363 856	-	-	363 856
Indústrias transformadoras	Exposição total	18 890 091	383 029	-	19 273 120
	Imparidade	313 644	-	-	313 644
Outras actividades de serviços colectivos , sociais e pessoais	Exposição total	58 863 657	4 773 791	-	63 637 448
	Imparidade	194 213	526 994	-	721 207
Transportes , armazenagem e comunicações	Exposição total	8 107 100	-	-	8 107 100
	Imparidade	911 141	-	-	911 141
Outros fins	Exposição total	3 889 941	1 806 177	-	5 706 058
	Imparidade	537 807	560 464	-	1 098 271
Total	Exposição total	165 371 589	16 946 149	-	182 317 738
	Imparidade	16 356 470	1 964 045	-	18 320 515

E para 2015:

2015		Imparidade individual	Imparidade colectiva	Imparidade IBNR	Total
Actividades imobiliárias , alugueres e serviços prestados às empresas	Exposição total	41 278 440	235 858	-	41 514 298
	Imparidade	5 278 192	150 297	-	5 428 489
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	Exposição total	1 452 755	90 822	-	1 543 576
	Imparidade	748 375	56 589	-	804 964
Comércio por grosso e a retalho	Exposição total	16 687 829	515 909	-	17 203 738
	Imparidade	814 933	40 859	-	855 792
Construção	Exposição total	3 156 526	437 330	-	3 593 855
	Imparidade	268 165	21 051	-	289 215
Consumo	Exposição total	-	922 641	-	922 641
	Imparidade	-	32 823	-	32 823
Educação	Exposição total	1 631 645	208	-	1 631 853
	Imparidade	86 051	10	-	86 060
Habitação	Exposição total	1 636 056	7 088 829	-	8 724 885
	Imparidade	2 215 246	175 928	-	2 391 174
Indústrias alimentares , das bebidas e do tabaco	Exposição total	2 250 000	191 670	-	2 441 670
	Imparidade	93 948	117 266	-	211 214
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	Exposição total	726 840	-	-	726 840
	Imparidade	72 684	-	-	72 684
Indústrias transformadoras	Exposição total	8 340 011	-	-	8 340 011
	Imparidade	371 290	-	-	371 290
Outras actividades de serviços colectivos , sociais e pessoais	Exposição total	13 344 975	4 398 397	-	17 743 372
	Imparidade	477 173	1 152 971	-	1 630 144
Transportes , armazenagem e comunicações	Exposição total	8 211 114	-	-	8 211 114
	Imparidade	329 339	-	-	329 339
Outros fins	Exposição total	2 069 887	2 814 692	-	4 884 579
	Imparidade	745 621	272 440	-	1 018 061
Total	Exposição total	100 786 077	16 696 354	-	117 482 431
	Imparidade	11 501 016	2 020 235	-	13 521 251



E em termos consolidados em 2016 e 2015 respectivamente:

2016		Imparidade individual	Imparidade colectiva	Imparidade IBNR	Total
Actividades imobiliárias , alugueres e serviços prestados às empresas	Exposição total	51 911 380	812 744	-	52 724 124
	Imparidade	10 382 977	479 595	-	10 862 572
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	Exposição total	1 495 682	87 021	-	1 582 704
	Imparidade	673 064	62 921	-	735 985
Comércio por grosso e a retalho	Exposição total	12 937 414	344 673	-	13 282 087
	Imparidade	1 087 567	31 615	-	1 119 182
Construção	Exposição total	4 252 609	561 090	-	4 813 698
	Imparidade	1 554 827	15 071	-	1 569 899
Consumo	Exposição total	132 626	1 207 645	-	1 340 271
	Imparidade	4 786	43 546	-	48 332
Educação	Exposição total	1 961 440	89 184	-	2 050 623
	Imparidade	475	2 402	-	2 877
Habitação	Exposição total	394 044	6 880 854	-	7 274 898
	Imparidade	141 900	241 436	-	383 336
Indústrias alimentares , das bebidas e do tabaco	Exposição total	2 005 811	-	-	2 005 811
	Imparidade	190 213	-	-	190 213
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	Exposição total	519 794	-	-	519 794
	Imparidade	363 856	-	-	363 856
Indústrias transformadoras	Exposição total	18 890 091	383 029	-	19 273 120
	Imparidade	313 644	-	-	313 644
Outras actividades de serviços colectivos , sociais e pessoais	Exposição total	58 810 277	4 773 791	-	63 584 068
	Imparidade	192 078	526 994	-	719 072
Transportes , armazenagem e comunicações	Exposição total	8 107 100	-	-	8 107 100
	Imparidade	911 141	-	-	911 141
Outros fins	Exposição total	3 899 941	1 806 117	-	5 706 058
	Imparidade	537 807	560 464	-	1 098 271
Total	Exposição total	165 318 208	16 946 149	-	182 264 357
	Imparidade	16 354 334	1 964 045	-	18 318 379

2015		Imparidade individual	Imparidade colectiva	Imparidade IBNR	Total
Actividades imobiliárias , alugueres e serviços prestados às empresas	Exposição total	41 278 440	235 858	-	41 514 298
	Imparidade	5 278 192	150 297	-	5 428 489
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	Exposição total	1 452 755	90 822	-	1 543 576
	Imparidade	748 375	56 589	-	804 964
Comércio por grosso e a retalho	Exposição total	16 687 829	515 909	-	17 203 738
	Imparidade	814 933	40 859	-	855 792
Construção	Exposição total	3 156 526	437 330	-	3 593 855
	Imparidade	268 165	21 051	-	289 215
Consumo	Exposição total	-	922 641	-	922 641
	Imparidade	-	32 823	-	32 823
Educação	Exposição total	1 631 645	208	-	1 631 853
	Imparidade	86 051	10	-	86 060
Habitação	Exposição total	1 636 056	7 088 829	-	8 724 885
	Imparidade	2 215 246	175 928	-	2 391 174
Indústrias alimentares , das bebidas e do tabaco	Exposição total	2 250 000	191 670	-	2 441 670
	Imparidade	93 948	117 266	-	211 214
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	Exposição total	726 840	-	-	726 840
	Imparidade	72 684	-	-	72 684
Indústrias transformadoras	Exposição total	8 340 011	-	-	8 340 011
	Imparidade	371 290	-	-	371 290
Outras actividades de serviços colectivos , sociais e pessoais	Exposição total	13 344 975	4 398 397	-	17 743 372
	Imparidade	477 173	1 152 971	-	1 630 144
Transportes , armazenagem e comunicações	Exposição total	8 211 114	-	-	8 211 114
	Imparidade	329 339	-	-	329 339
Outros fins	Exposição total	2 069 887	2 814 692	-	4 884 579
	Imparidade	745 621	272 440	-	1 018 061
Total	Exposição total	100 786 077	16 696 354	-	117 482 431
	Imparidade	11 501 016	2 020 235	-	13 521 251

Por geografia, em termos individuais:

2016	Angola	
	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	165 371 589	16 356 470
Imparidade colectiva	16 946 149	1 964 045
Imparidade IBNR	-	-
Total	182 317 738	18 320 515

2015	Angola	
	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	100 786 077	11 501 016
Imparidade colectiva	16 696 354	2 020 235
Imparidade IBNR	-	-
Total	117 482 431	13 521 251

E em termos consolidados:

2016	Angola	
	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	165 318 208	16 354 334
Imparidade colectiva	16 946 149	1 964 045
Imparidade IBNR	-	-
Total	182 264 357	18 318 379

2015	Angola	
	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	100 786 077	11 501 016
Imparidade colectiva	16 696 354	2 020 235
Imparidade IBNR	-	-
Total	117 482 431	13 521 251



A distribuição da carteira de crédito em termos de crédito e imparidade, medida por graus de risco internos é como segue em 2016, sendo que o grau de cobertura no grau de risco G encontra-se positivamente influenciado pelo valor dos colaterais associados, essencialmente no segmento de Empréstimos – empresas. Neste segmento estão incluídos créditos no valor de 10.286 milhões de AOA cujos direitos económicos foram transmitidos à GRUPO ENSA com opção de compra do Banco (Nota 27):

Ano 2016		Grau de risco Baixo		Grau de risco Médio			Grau de risco Elevado		Total
Segmento		A	B	C	D	E	F	G	
E - Contas caucionadas – Empresas	Exposição	8 238 852	967 512	241 746	118 933	502 828	-	3 441 312	13 511 183
	Imparidade	388 661	12 018	115 752	58 854	43 571	-	2 891 769	3 510 624
E - Descobertos – Empresas	Exposição	353 999	11	5 614	69	115	178	4 752 938	5 112 924
	Imparidade	352 592	0	2 787	28	67	109	3 827 201	4 182 784
E - Empréstimos – Empresas	Exposição	49 640 366	4 367 841	8 391 238	2 459 829	87 180	-	27 065 043	92 011 498
	Imparidade	5 533 669	286 814	257 445	215 199	10 057	-	2 385 846	8 689 031
E - Leasing – Empresas	Exposição	2 948 858	-	170 237	3 656	197 767	-	677 824	3 998 342
	Imparidade	73 075	-	12 222	817	60 408	-	266 547	413 069
E - Sector Público	Exposição	50 848 695	-	1 514 387	-	-	-	3 064 435	55 427 518
	Imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
P - Colaboradores	Exposição	4 426 388	54 231	-	34 702	23 252	324	352 117	4 891 014
	Imparidade	21 350	335	-	88	142	35	128 124	150 073
P - Crédito à habitação	Exposição	1 048 189	55 049	-	84 189	-	56 594	816 491	2 060 512
	Imparidade	97 893	9 226	-	35 995	-	29 688	401 640	574 442
P - Crédito ao consumo	Exposição	98 176	24 636	2 607	2 373	4 145	13 414	138 250	283 601
	Imparidade	6 340	286	918	1 119	2 501	2 736	120 574	134 474
P - Descobertos – Particulares	Exposição	757	91	426	73	992	17	41 191	43 547
	Imparidade	203	17	121	32	620	10	28 747	29 750
P - Empréstimos – Particulares	Exposição	2 645 209	-	99 993	74 287	178 401	-	1 647 639	4 645 529
	Imparidade	59 049	-	61 879	37 191	107 471	-	364 399	629 989
P - Leasing – Particulares	Exposição	328 353	-	2 809	-	-	-	908	332 069
	Imparidade	5 522	-	436	-	-	-	320	6 278
Total	Exposição	120 577 843	5 469 371	10 429 058	2 778 112	994 679	70 526	41 998 149	182 317 738
	Imparidade	6 538 352	308 696	451 560	349 323	224 838	32 578	10 415 168	18 320 515
Cobertura		5,42%	5,64%	4,33%	12,57%	22,60%	46,19%	24,80%	10,05%



E em 2015:

Ano 2015		Grau de risco Baixo		Grau de risco Médio			Grau de risco Elevado		Total
Segmento		A	B	C	D	E	F	G	
E - Contas caucionadas – Empresas	Exposição	8 187 577	41 898	3 958 571	730 459	34 677	268 562	2 459 122	15 680 865
	Imparidade	346 020	2 553	175 172	76 125	21 216	140 661	2 132 978	2 894 725
E - Descobertos – Empresas	Exposição	338 220	-	92 006	723 178	9 130	430 165	2 498 255	4 090 954
	Imparidade	35 890	-	3 705	73 027	1 027	43 518	1 979 026	2 136 192
E - Empréstimos – Empresas	Exposição	49 663 221	2 827 238	-	866	140 362	10 829 552	11 667 330	75 128 571
	Imparidade	2 339 055	239 183	-	373	85 875	1 288 326	285 851	4 238 662
E - Leasing – Empresas	Exposição	5 538 966	-	-	-	-	-	-	5 538 966
	Imparidade	808 842	-	-	-	-	-	-	808 842
E - Sector Público	Exposição	4 235 548	-	-	-	-	-	-	4 235 548
	Imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
P - Colaboradores	Exposição	4 350 798	-	871	638	3 461	374	4 187	4 360 329
	Imparidade	21 428	-	53	52	371	40	1 352	23 295
P - Crédito à habitação	Exposição	955 091	637 048	151 115	6 567	45 691	73 061	2 000 899	3 869 472
	Imparidade	10 449	6 534	15 179	1 801	27 035	43 230	1 966 746	2 070 976
P - Crédito ao consumo	Exposição	222 689	-	1 781	4 949	1 149	5 535	4 760	240 864
	Imparidade	56 409	-	452	1 976	680	3 275	3 756	66 548
P - Descobertos – Particulares	Exposição	359 522	64 001	25 938	1 884	487	126	707 610	1 159 568
	Imparidade	9 148	1 610	4 370	619	287	75	706 136	722 244
P - Empréstimos – Particulares	Exposição	1 312 381	158 749	129 378	64 359	1 077 693	15 655	317 770	3 075 984
	Imparidade	33 695	3 993	39 132	30 644	123 517	9 263	314 359	554 604
P - Leasing – Particulares	Exposição	101 309	-	-	-	-	-	-	101 309
	Imparidade	5 162	-	-	-	-	-	-	5 162
Total	Exposição	75 265 321	3 728 935	4 359 659	1 532 901	1 312 652	11 623 031	19 659 933	117 482 431
	Imparidade	3 666 098	253 873	238 062	184 617	260 009	1 528 388	7 390 203	13 521 251
Cobertura		4,87%	6,81%	5,46%	12,04%	19,81%	13,15%	37,59%	11,51%



E em termos consolidados, para 2016 e 2015 respectivamente:

Ano 2016		Grau de risco Baixo		Grau de risco Médio			Grau de risco Elevado		Total
Segmento		A	B	C	D	E	F	G	
E - Contas caucionadas – Empresas	Exposição	8 238 852	967 512	241 746	118 933	502 828	-	3 441 312	13 511 183
	Imparidade	386 526	12 018	115 752	58 854	43 571	-	2 891 769	3 508 489
E - Descobertos – Empresas	Exposição	353 999	11	5 614	69	115	178	4 752 938	5 112 924
	Imparidade	352 592	0	2 787	28	67	109	3 827 201	4 182 784
E - Empréstimos – Empresas	Exposição	49 586 986	4 367 841	8 391 238	2 459 829	87 180	-	27 065 043	91 958 118
	Imparidade	5 533 669	286 814	257 445	215 199	10 057	-	2 385 846	8 689 031
E - Leasing – Empresas	Exposição	2 948 858	-	170 237	3 656	197 767	-	677 824	3 998 342
	Imparidade	73 075	-	12 222	817	60 408	-	266 547	413 069
E - Sector Público	Exposição	50 848 695	-	1 514 387	-	-	-	3 064 435	55 427 518
	Imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
P - Colaboradores	Exposição	4 426 388	54 231	-	34 702	23 252	324	352 117	4 891 014
	Imparidade	21 350	335	-	88	142	35	128 124	150 073
P - Crédito à habitação	Exposição	1 048 189	55 049	-	84 189	-	56 594	816 491	2 060 512
	Imparidade	97 893	9 226	-	35 995	-	29 688	401 640	574 442
P - Crédito ao consumo	Exposição	98 176	24 636	2 607	2 373	4 145	13 414	138 250	283 601
	Imparidade	6 340	286	918	1 119	2 501	2 736	120 574	134 474
P - Descobertos – Particulares	Exposição	757	91	426	73	992	17	41 191	43 547
	Imparidade	203	17	121	32	620	10	28 747	29 750
P - Empréstimos – Particulares	Exposição	2 645 209	-	99 993	74 287	178 401	-	1 647 639	4 645 529
	Imparidade	59 049	-	61 879	37 191	107 471	-	364 399	629 989
P - Leasing – Particulares	Exposição	328 353	-	2 809	-	-	-	908	332 069
	Imparidade	5 522	-	436	-	-	-	320	6 278
Total	Exposição	120 524 463	5 469 371	10 429 058	2 778 112	994 679	70 526	41 998 149	182 264 357
	Imparidade	6 536 217	308 696	451 560	349 323	224 838	32 578	10 415 167	18 318 379
Cobertura		5,42%	5,64%	4,33%	12,57%	22,60%	46,19%	24,80%	10,05%



Ano 2015		Grau de risco Baixo		Grau de risco Médio			Grau de risco Elevado		Total
Segmento		A	B	C	D	E	F	G	
E - Contas caucionadas – Empresas	Exposição	8 187 577	41 898	3 958 571	730 459	34 677	268 562	2 459 122	15 680 865
	Imparidade	346 020	2 553	175 172	76 125	21 216	140 661	2 132 978	2 894 725
E - Descobertos – Empresas	Exposição	338 220	-	92 006	723 178	9 130	430 165	2 498 255	4 090 954
	Imparidade	35 890	-	3 705	73 027	1 027	43 518	1 979 026	2 136 192
E - Empréstimos – Empresas	Exposição	49 663 221	2 827 238	-	866	140 362	10 829 552	11 667 330	75 128 571
	Imparidade	2 339 055	239 183	-	373	85 875	1 288 326	285 851	4 238 662
E - Leasing – Empresas	Exposição	5 538 966	-	-	-	-	-	-	5 538 966
	Imparidade	808 842	-	-	-	-	-	-	808 842
E - Sector Público	Exposição	4 235 548	-	-	-	-	-	-	4 235 548
	Imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
P - Colaboradores	Exposição	4 350 798	-	871	638	3 461	374	4 187	4 360 329
	Imparidade	21 428	-	53	52	371	40	1 352	23 295
P - Crédito à habitação	Exposição	955 091	637 048	151 115	6 567	45 691	73 061	2 000 899	3 869 472
	Imparidade	10 449	6 534	15 179	1 801	27 035	43 230	1 966 746	2 070 976
P - Crédito ao consumo	Exposição	222 689	-	1 781	4 949	1 149	5 535	4 760	240 864
	Imparidade	56 409	-	452	1 976	680	3 275	3 756	66 548
P - Descobertos – Particulares	Exposição	359 522	64 001	25 938	1 884	487	126	707 610	1 159 568
	Imparidade	9 148	1 610	4 370	619	287	75	706 136	722 244
P - Empréstimos – Particulares	Exposição	1 312 381	158 749	129 378	64 359	1 077 693	15 655	317 770	3 075 984
	Imparidade	33 695	3 993	39 132	30 644	123 517	9 263	314 359	554 604
P - Leasing – Particulares	Exposição	101 309	-	-	-	-	-	-	101 309
	Imparidade	5 162	-	-	-	-	-	-	5 162
Total	Exposição	75 265 321	3 728 935	4 359 659	1 532 901	1 312 652	11 623 031	19 659 933	117 482 431
	Imparidade	3 666 098	253 873	238 062	184 617	260 009	1 528 388	7 390 203	13 521 251
Cobertura		4,87%	6,81%	5,46%	12,04%	19,81%	13,15%	37,59%	11,51%



A distribuição da imparidade por segmento, e por bucket de risco é como segue, em termos individuais e consolidados:

Segmento	Imparidade 2016							
	Regular	Incumprimento de 30 a 60 dias	Incumprimento de 60 a 90 dias	Curado	Cumprimento com Indícios	Reestruturado	Default	
E - Contas caucionadas – Empresas	9,93%	58,51%	81,44%	30,01%	44,26%	44,26%	100,00%	
E - Descobertos – Empresas	15,25%	49,81%	71,19%	32,53%	41,17%	41,17%	100,00%	
E - Empréstimos – Empresas	5,77%	44,89%	74,75%	20,39%	32,64%	32,64%	100,00%	
E - Leasing – Empresas	8,84%	51,98%	73,55%	26,05%	36,93%	36,93%	100,00%	
E - Sector Público	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
P - Colaboradores	2,79%	62,75%	85,29%	21,06%	37,07%	37,07%	100,00%	
P - Crédito à habitação	3,77%	49,66%	73,44%	19,92%	26,96%	26,96%	100,00%	
P - Crédito ao consumo	8,75%	56,44%	84,22%	13,77%	35,11%	35,11%	100,00%	
P - Descobertos – Particulares	3,87%	45,79%	69,85%	13,50%	29,64%	29,64%	100,00%	
P - Empréstimos – Particulares	3,87%	49,49%	80,54%	8,61%	29,05%	29,05%	100,00%	
P - Leasing – Particulares	3,84%	49,98%	76,48%	15,20%	30,48%	30,48%	100,00%	

Segmento	Imparidade 2015							
	Regular	Incumprimento de 30 a 60 dias	Incumprimento de 60 a 90 dias	Curado	Cumprimento com Indícios	Reestruturado	Default	
E - Contas caucionadas – Empresas	6,54%	43,21%	63,95%	6,54%	24,88%	24,88%	100,00%	
E - Descobertos – Empresas	9,24%	47,06%	67,97%	9,24%	28,15%	28,15%	100,00%	
E - Empréstimos – Empresas	7,67%	51,37%	70,77%	12,81%	32,09%	32,09%	100,00%	
E - Leasing – Empresas	3,86%	50,09%	68,86%	26,98%	38,54%	38,54%	100,00%	
E - Sector Público	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
P - Colaboradores	3,14%	60,84%	81,20%	20,35%	40,60%	40,60%	100,00%	
P - Crédito à habitação	1,86%	17,07%	46,60%	10,80%	13,94%	13,94%	100,00%	
P - Crédito ao consumo	8,54%	43,11%	67,85%	14,56%	28,83%	28,83%	100,00%	
P - Descobertos – Particulares	1,11%	28,63%	55,80%	18,92%	23,77%	23,77%	100,00%	
P - Empréstimos – Particulares	4,28%	51,40%	80,92%	14,28%	32,84%	32,84%	100,00%	
P - Leasing – Particulares	3,14%	39,30%	61,22%	21,22%	30,26%	30,26%	100,00%	

NOTA 17 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Activos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	414 534	160 125
Equipamento	-	-
Outras imobilizações	-	-
	414 534	160 125
Perdas por imparidade	-	-
	414 534	160 125

O Banco no decorrer de 2016 iniciou um processo de legalização dos activos imobiliários, no entanto, a extensão e complexidade deste procedimento não permitiu a sua conclusão até 31 de Dezembro de 2016. O valor de Activos não correntes detidos para venda, ainda em processo de registo legal à data de 31 de Dezembro de 2016 é de AOA 52.625 milhares .

A rubrica de Activos não correntes detidos para venda é exclusivamente composta por imóveis e equipados, que não são parte integrante das instalações do Banco, nem se destinam à prossecução do seu objecto social, tendo a sua origem em dações em cumprimento de contratos de crédito e instalações do Banco descontinuadas.

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício de 2016 e 2015 foi como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	160 125	-
Entadas	361 909	160 125
Vendas	(107 500)	-
Outros movimentos	-	-
Saldo final	414 532	160 125

NOTA 18 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, em termos individuais, é apresentada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015
Imóveis		
De serviço próprio	44 893 582	44 928 162
Obras em imóveis arrendados	2 442 047	2 418 238
Outros	-	-
	47 335 629	47 346 400
Equipamento		
Equipamento informático	1 924 527	1 989 693
Instalações interiores	1 577 496	1 543 492
Mobiliário e material	1 726 495	1 714 259
Equipamento de segurança	1 797 783	1 793 117
Máquinas e ferramentas	434 015	431 768
Material de transporte	1 543 027	1 392 398
Outros	-	-
	9 003 343	8 864 727
Imobilizado em curso		
Obras em imóveis arrendados		
Imóveis	13 251	407 820
Equipamento	20 607	52 710
Outros	-	-
	33 858	460 530
Outras imobilizações		
Outros	-	-
	-	-
	56 372 830	56 671 657
Depreciação acumulada		
Relativas ao exercício corrente	(1 771 317)	(1 670 416)
Relativas a exercício anteriores	(8 233 541)	(6 563 125)
	(10 004 858)	(8 233 541)
Imparidade	-	-
	46 367 972	48 438 116

E em termos consolidados:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015
Imóveis		
De serviço próprio	44 893 582	44 928 162
Obras em imóveis arrendados	2 442 047	2 418 238
Outros	-	-
	47 335 629	47 346 400
Equipamento		
Equipamento informático	1 924 527	1 989 693
Instalações interiores	1 577 496	1 543 492
Mobiliário e material	1 761 837	1 749 601
Equipamento de segurança	1 797 783	1 793 117
Máquinas e ferramentas	434 015	431 768
Material de transporte	1 543 027	1 392 398
Outros	-	-
	9 038 685	8 900 069
Imobilizado em curso		
Obras em imóveis arrendados	13 251	
Imóveis	20 607	407 820
Equipamento	-	52 710
Outros	33 858	-
	33 858	460 530
Outras imobilizações		
Outros	-	-
	-	-
	56 408 172	56 706 999
Depreciação acumulada		
Relativas ao exercício corrente	(1 776 616)	(1 675 788)
Relativas a exercício anteriores	(8 250 103)	(6 574 315)
	(10 026 719)	(8 250 103)
Imparidade	-	-
	46 381 453	48 456 896

O Banco no decorrer de 2016 iniciou um processo de legalização dos activos imobiliários, no entanto, a extensão e complexidade deste procedimento não permitiu a sua conclusão até 31 de Dezembro de 2016.

O valor de activos imobiliários não legalizados à data de 31 de Dezembro de 2016 é de AOA 42.298.891 milhares, e corresponde a 38 de 47 imóveis afectos à actividade do Banco.

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, em termos individuais, durante o ano de 2016, são analisados como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Saldo em 01.01.2016	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e alterações de perímetro	Saldo em 31.12.2016
Imóveis					
De serviço próprio	44 928 162	6 736	(82 143)	40 827	44 893 582
Obras em imóveis arrendados	2 418 238	68 468	(258 007)	213 348	2 442 047
Outros	-	-	-	-	-
	47 346 400	75 204	(340 150)	254 175	47 335 629
Equipamento					
Equipamento informático	1 989 693	111 320	(176 551)	65	1 924 527
Instalações interiores	1 543 492	34 004	-	-	1 577 496
Mobiliário e material	1 714 259	20 106	(8 800)	930	1 726 495
Equipamento de segurança	1 793 117	4 666	-	-	1 797 783
Máquinas e ferramentas	431 768	2 247	-	-	434 015
Material de transporte	1 392 398	177 948	(27 319)	-	1 543 027
Outros	-	-	-	-	-
	8 864 727	350 290	(212 669)	995	9 003 343
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis arrendados	-	-	-	-	-
Imóveis	407 820	-	(183 959)	(210 609)	13 251
Equipamento	52 710	-	(32 103)	-	20 607
Outros	-	-	-	-	-
	460 530	-	(216 062)	(210 609)	33 858
Outras imobilizações					
Outros	-	-	-	-	-
	56 671 657	425 494	(768 881)	44 561	56 372 831
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(1 378 973)	(783 999)	17 201	-	(2 145 771)
Obras em imóveis arrendados	(1 360 411)	(243 085)	157 351	-	(1 446 144)
Outros	-	-	-	-	-
	(2 739 384)	(1 027 083)	174 552	-	(3 591 915)
Equipamento					
Equipamento informático	(1 413 711)	(239 774)	176 442	-	(1 477 043)
Instalações interiores	(765 383)	(195 614)	-	-	(960 997)
Mobiliário e material	(685 202)	(205 846)	8 596	-	(882 452)
Equipamento de segurança	(1 317 984)	(289 799)	-	-	(1 607 783)
Máquinas e ferramentas	(319 575)	(43 302)	-	-	(362 877)
Material de transporte	(992 302)	(156 802)	27 312	-	(1 121 791)
Outros	-	-	-	-	-
	(5 494 157)	(1 131 137)	212 351	-	(6 412 943)
	(8 233 541)	(2 158 220)	386 903	-	(10 004 858)
	48 438 116	(1 732 726)	(381 979)	44 561	46 367 972

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	Saldo em 01.01.2016	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e alterações de perímetro	Saldo em 31.12.2016
Imóveis					
De serviço próprio	44 928 162	6 736	(82 143)	40 827	44 893 582
Obras em imóveis arrendados	2 418 238	68 468	(258 007)	213 348	2 442 047
Outros	-	-	-	-	-
	47 346 400	75 204	(340 150)	254 175	47 335 629
Equipamento					
Equipamento informático	1 989 693	111 320	(176 551)	65	1 924 526
Instalações interiores	1 543 492	34 004	-	-	1 577 496
Mobiliário e material	1 749 601	20 106	(8 800)	930	1 761 836
Equipamento de segurança	1 793 117	4 666	-	-	1 797 784
Máquinas e ferramentas	431 768	2 247	-	-	434 015
Material de transporte	1 392 398	177 948	(27 319)	-	1 543 027
Outros	-	-	-	-	-
	8 900 069	350 291	(212 670)	995	9 038 684
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis arrendados	-	-	-	-	-
Imóveis	407 820	-	(183 959)	(210 609)	13 251
Equipamento	52 710	-	(32 103)	-	20 607
Outros	-	-	-	-	-
	460 530	-	(216 062)	(210 609)	33 858
Outras imobilizações					
Outros	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
	56 706 999	425 495	(768 882)	44 560	56 408 172
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(1 378 973)	(783 999)	17 201	-	(2 145 771)
Obras em imóveis arrendados	(1 362 395)	(243 085)	159 335	-	(1 446 144)
Outros	-	-	-	-	-
	(2 741 368)	(1 027 083)	176 536	-	(3 591 915)
Equipamento					
Equipamento informático	(1 413 711)	(239 774)	176 442	-	(1 477 043)
Instalações interiores	(765 383)	(195 614)	-	-	(960 997)
Mobiliário e material	(699 780)	(213 129)	8 596	-	(904 312)
Equipamento de segurança	(1 317 984)	(289 799)	-	-	(1 607 783)
Máquinas e ferramentas	(319 575)	(43 302)	-	-	(362 877)
Material de transporte	(992 302)	(156 802)	27 312	-	(1 121 791)
Outros	-	-	-	-	-
	(5 508 735)	(1 138 420)	212 351	-	(6 434 804)
	(8 250 103)	(2 165 503)	388 887	-	(10 026 719)
	48 456 896	(1 740 008)	(379 995)	44 560	46 381 453

NOTA 19 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é apresentada em termos individuais como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	-	-
Outros	-	-
	-	-
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	2 758 878	2 433 644
Outros	117 755	-
	2 876 633	2 433 644
Relativas ao exercício corrente	(219 101)	(215 756)
Relativas as exercícios anteriores	(1 401 080)	(1 185 324)
	(1 620 181)	(1 401 080)
	1 256 452	1 032 564
Subsidiárias		
Tranquilidade Angola S.A.	206 840	206 840
Outros	-	-
	206 840	206 840
Imparidade	-	-
	206 840	206 840
	1 463 292	1 239 404

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Activos intangíveis		
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	-	-
Outros	-	-
	-	-
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	2 785 292	2 460 057
Outros	117 755	-
	2 903 047	2 460 057
Amortização acumulada		
Relativas ao exercício corrente	(221 868)	(215 756)
Relativas as exercícios anteriores	(1 422 794)	(1 207 038)
	(1 644 662)	(1 422 794)
	1 258 385	1 037 264
Diferenças de consolidação e de reavaliação (Goodwill)		
Subsidiárias		
Tranquilidade Angola S.A.	206 840	206 840
Outros	-	-
	206 840	206 840
Imparidade	-	-
	206 840	206 840
	1 465 225	1 244 104

A rubrica Diferenças de consolidação e de reavaliação (*Goodwill*) corresponde à diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total dos activos e passivos e passivos contingentes.

Estes activos intangíveis não possuem vida útil finita, pelo que, o seu valor recuperável é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 2.11.

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, em termos individuais, durante o ano de 2016, são analisados como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Saldo em 01.01.2016	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e alterações de perímetro	Saldo em 31.12.2016
Gerados internamente					
Sistema de tratamento automático de dados	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	2 433 644	346 020	(20 786)	-	2 758 878
Outros	-	117 755	-	-	117 755
	2 433 644	463 775	(20 786)	-	2 876 633
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(1 401 080)	(219 101)	-	-	(1 620 181)
Outros	-	-	-	-	-
	(1 401 080)	(219 101)	-	-	(1 620 181)
Diferenças de consolidação e de reavaliação (<i>Goodwill</i>)	206 840	-	-	-	206 840
Imparidade	-	-	-	-	-
Saldo líquido a 31 de Dezembro	1 239 404	244 674	(20 786)	-	1 463 292

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	Saldo em 01.01.2016	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e alterações de perímetro	Saldo em 31.12.2016
Activos intangíveis					
Gerados internamente					
Sistema de tratamento automático de dados	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	2 460 057	346 020	(20 786)	-	2 785 291
Outros	-	117 755	-	-	117 755
	2 460 057	463 775	(20 786)	-	2 903 046
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(1 422 794)	(221 868)	-	-	(1 644 662)
Outros	-	-	-	-	-
	(1 422 794)	(221 868)	-	-	(1 644 662)
Diferenças de consolidação e de reavaliação (<i>Goodwill</i>)	206 840	-	-	-	206.840
Imparidade	-	-	-	-	-
Saldo líquido a 31 de Dezembro	1 244 104	241 907	(20 786)	-	1 465 226

NOTA 20 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são apresentados no quadro seguinte em termos individuais:

	31.12.2016							31.12.2015						
	Nº de Acções	Capital Social	Participação Directa no Capital	Valor Nominal AOA	Custo da Participação	Resultados atribuíveis ao BE	Valor de Balanço	Nº de Acções	Capital Social	Participação Directa no Capital	Valor Nominal AOA	Custo da Participação	Resultados atribuíveis ao BE	Valor de Balanço
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.	1 000	90 000	63,00%	56 700	56 700	993 751	1 050 451	1 000	90 000	63,00%	55 800	55 800	690 184	745 983
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	1 000	105 000	63,00%	66 150	66 150	-122 797	66 150	1 000	105 000	63,00%	65 100	65 100	-85 565	65 100
Tranquilidade Angola S.A.	1 050	747 790	21,00%	157 035	363 876	9 392	166 427	1 050	747 790	21,00%	157 035	363 876	16 150	173 186
					486 726	880 346	1 283 028					484 776	620 769	984 269
Perdas por Imparidade							-66 150							-65 100
							1 216 878							919 169

E em termos consolidados:

	31.12.2016							31.12.2015						
	Nº de Acções	Capital Social	Participação Directa no Capital	Valor Nominal AOA	Custo da Participação	Resultados atribuíveis ao BE	Valor de Balanço	Nº de Acções	Capital Social	Participação Directa no Capital	Valor Nominal AOA	Custo da Participação	Resultados atribuíveis ao BE	Valor de Balanço
Tranquilidade Angola S.A.	1 050	747 790	21,00%	157 035	363 876	9 392	166 427	1 050	747 790	21,00%	157 035	363 876	16 150	173 186
					363 876	9 392	166 427					363 876	16 150	173 186
Perdas por Imparidade							-							-
							166 427							173 186

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos foi como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(65 100)	(65 100)
Dotações	-	-
Reversões	-	-
Flutuação Cambial	(1 050)	
Saldo final	(66 150)	(65 100)
	122 797	85 565

O valor registado em perdas por imparidade refere-se ao investimento na entidade ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Conforme referido na nota 25, foi constituída uma provisão associada à participação no Económico Fundos de Pensões no montante de AOA 56.647 (2015: AOA 19.415) em resultado dos seus capitais próprios negativos.

NOTA 21 – IMPOSTOS

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de imposto industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foi apurado nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 4.º, da Lei n.º 19 / 14, de 22 de Outubro, sendo a taxa de imposto aplicável de 30%.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2012 a 2016. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações Financeiras.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. De qualquer modo, para o exercício de 2016 e 2015, o Banco não registou qualquer valor em impostos diferidos.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue, em termos individuais:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016		31.12.2015	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		(4 329 024)		9 316 226
		-		-
Taxa de imposto	30,0	-	30,0	-
Imposto apurado com base na taxa de imposto		(1 298 707)		2 794 868
Rendimentos excluídos de tributação	139,3	(6 032 458)	(152,3)	(14 191 774)
(Mais)/Menos valias fiscais versus contabilísticas	-	-	-	-
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-	-	-	-
Juros de empréstimos (detentores de capital ou suprimentos)	(81,6)	3 531 541	28,0	2 612 784
Provisões não previstas	-	-	47,9	4 458 301
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	(4,8)	207 097	0,5	44 547
Alteração de estimativas	-	-	-	-
Alteração de taxas e base tributável decorrente de Reforma do Imposto Industrial	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Imposto apurado	83,0	(3 592 528)	(46,0)	(4 281 274)
Imposto do exercício	-	-	-	-

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016		31.12.2015	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		(4 326 888)		9 316 226
		-		-
Taxa de imposto	30,0	-	30,0	-
Imposto apurado com base na taxa de imposto		(1 298 066)		2 794 868
Rendimentos excluídos de tributação	139,3	(6 032 458)	(152,3)	(14 191 774)
(Mais)/Menos valias fiscais versus contabilísticas	-	-	-	-
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-	-	-	-
Juros de empréstimos (detentores de capital ou suprimentos)	(81,6)	3 531 541	28,0	2 612 784
Provisões não previstas	-	-	47,9	4 458 301
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	(4,8)	207 097	0,5	44 547
Alteração de estimativas	-	-	-	-
Alteração de taxas e base tributável decorrente de Reforma do Imposto Industrial	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Imposto apurado	83,0	(3 591 887)	(46,0)	(4 281 274)
Imposto do exercício	-	-	-	-

O Banco optou por não efectuar qualquer registo de imposto diferido activo, face aos resultados obtidos em 2014 e 2016.

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, até 31 de Dezembro de 2012, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 18/92, de 3 de Julho), em vigor até 31 de Dezembro de 2014, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2012 estão sujeitos a tributação em Imposto de Aplicação de Capitais, conforme definido na alínea k) do número 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2014 de 20 de Outubro. Os rendimentos tributados em sede de Imposto de Aplicação de Capitais não estão sujeitos a Imposto Industrial, conforme disposto no artigo 47º do Código de Imposto Industrial (Lei n.º 19/14 de 12 de Outubro).

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

De igual forma, o custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais, está excluído dos custos fiscalmente aceites para apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

NOTA 22 – OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros activos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada em termos individuais, como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
(milhares de Kwanzas)		
Contas caução		
Colaterais no âmbito de operações de Cartas de Crédito	14 346 554	-
Setor público administrativo	1 240 346	2 737 956
Outros devedores	526 344 218	475 335 459
Proveitos a receber	-	-
Despesas com custo diferido	865 347	901 729
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	32 346	32 346
Outras operações a regularizar	(16 210)	659 921
Outros activos	17 816 155	16 718 099
	560 628 755	496 385 510
Perdas por imparidade	(2 034 157)	(5 645 347)
	558 594 598	490 740 163

E em termos consolidados:

	31.12.2016	31.12.2015
(milhares de Kwanzas)		
Contas caução		
Colaterais no âmbito de operações de Cartas de Crédito	14 346 554	-
Setor público administrativo	1 240 346	2 737 956
Outros devedores	526 616 712	475 295 101
Proveitos a receber	-	-
Despesas com custo diferido	880 083	908 956
Outras operações a regularizar	(16 210)	659 921
Outros activos	17 816 155	16 718 099
	560 883 640	496 320 032
Perdas por imparidade	(2 034 157)	(5 645 347)
	558 849 483	490 674 685

O valor presente na rubrica de Outros Devedores concerne essencialmente à Operação de transmissão de direitos económicos sobre Activos ocorrida em 2014. O valor referido é de AOA 523.822.261 milhares, em termos de Capital. Juro Corrido e outros valores suportados pelo Banco, à data de 31 de Dezembro de 2016 (2015: AOA 473.172.450 milhares).

Este valor reparte-se entre AOA 454.196.127 milhares em termos de Capital e AOA 69.002.321 milhares em termos de Juro Corrido e AOA 623.813 milhares relativos a valores suportados pelo Banco, sendo em 2015, respectivamente, AOA 442.206.546 milhares e AOA 30.965.963 milhares. Para melhor compreensão da operação como todo ver Nota 35.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos, em termos individuais e consolidados, são detalhadas como se segue:

	31.12.2016	31.12.2015
(milhares de Kwanzas)		
Saldo inicial	(5 645 347)	(1 631 103)
Dotações	(418 422)	(3 862 798)
Utilizações	-	115 243
Reversões	4 169 163	15 255
Transferências	512 085	-
Variação Cambial	(651 636)	(281 944)
Saldo final	(2 034 157)	(5 645 347)

NOTA 23 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito, em termos individuais e consolidados, é apresentada como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
(milhares de Kwanzas)		
Recursos de Bancos Centrais		
Mercado monetário interbancário	230 371 815	143 762 224
Depósitos	-	-
Operações com acordo de recompra	-	-
Outros recursos	-	-
	230 371 815	143 762 224
Recursos de outras instituições de crédito		
Mercado monetário interbancário	23 117	(1)
Depósitos	-	-
Empréstimos	35 453 940	61 002 795
Operações com acordo de recompra	-	-
Outros recursos	1 736 490	526 682
	37 213 547	61 529 476
Correcções de valor por operações de cobertura	-	-
	267 585 362	205 291 700

Em termos de residência é apresentada como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
(milhares de Kwanzas)		
No país		
Depósitos	-	-
Mercado monetário interbancário	230 371 815	143 762 224
Recursos a muito curto prazo	-	-
Operações com acordo de recompra	-	-
Outros recursos	1 736 490	526 682
	232 108 305	144 288 906
No estrangeiro		
Depósitos	23 117	(1)
Empréstimos	35 453 940	61 002 795
Recursos a muito curto prazo	-	-
Operações com acordo de recompra	-	-
Outros recursos	-	-
	35 477 057	61 002 794
	267 585 362	205 291 700

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito por prazos residuais de vencimento, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Até 3 meses	185 116 068	146 795 323
De 3 meses a 1 ano	47 015 354	-
De 1 a 5 anos	35 453 940	58 496 377
Mais de 5 anos	-	-
Duração indeterminada	-	-
	267 585 362	205 291 700

Em 20 de Março de 2017 foi liquidada a totalidade da dívida junto do Banco Nacional de Angola por dação em pagamento de activos (Nota 35).

NOTA 24 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

O saldo da rubrica recursos de clientes e outros empréstimos é composta, quanto à sua natureza, e em termos individuais, como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	396 715 896	280 829 468
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	273 720 612	228 617 446
Depósitos com pré-aviso	-	-
Outros		
	273 720 612	228 617 446
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra		
Outros recursos		
	-	-
	670 436 508	509 446 914

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	395 886 726	280 648 515
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	272 522 103	227 528 997
Depósitos com pré-aviso	-	-
Outros		
	272 522 103	227 528 997
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra		
Outros recursos		
	-	-
	668 408 829	508 177 512

O escalonamento dos recursos de clientes e outros empréstimos por prazos residuais de vencimento, e em termos individuais, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Exigível à vista	396 715 896	280 829 468
Exigível a prazo		
Até 3 meses	172 328 329	84 840 726
De 3 meses a 1 ano	95 382 128	135 949 458
De 1 a 5 anos	5 622 901	7 785 326
Mais de 5 anos	387 255	41 936
	273 720 612	228 617 446
	670 436 508	509 446 914

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Exigível à vista	395 886 726	280 648 515
Exigível a prazo		
Até 3 meses	171 129 820	84 842 512
De 3 meses a 1 ano	95 382 128	134 859 233
De 1 a 5 anos	5 622 901	7 785 316
Mais de 5 anos	387 255	41 936
	272 522 104	227 528 997
	668 408 829	508 177 512

NOTA 25 – PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Provisões em termos individuais apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de Kwanzas)

	Provisões para garantias e outros compromissos	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	512 743	7 880 651	8 393 394
Dotações	2 687 297	225 783	2 913 080
Reversões	(3 054 230)	(9 761 912)	(12 816 141)
Transferências	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras regularizações	283 091	2 872 789	3 155 880
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	428 901	1 217 311	1 646 212
Dotações	5 175 808	11 755	5 187 562
Reversões	(2 986 281)	(82 952)	(3 069 233)
Transferências	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras regularizações	-	239 480	239 480
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	2 618 428	1 385 594	4 004 022

O saldo relativo a Outras provisões para riscos e encargos inclui o montante de AOA 56.647 milhares referente a uma provisão associada à participação no Económico Fundo de Pensões S.A., em resultado dos seus capitais próprios negativos.

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	Provisões para garantias e outros compromissos	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	512 743	7 809 406	8 322 149
Dotações	2 687 297	202 972	2 890 268
Reversões	(3 054 230)	(9 725 541)	(12 779 771)
Transferências	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras regularizações	283 091	2 934 379	3 217 470
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	428 901	1 221 215	1 650 116
Dotações	5 175 808	16 517	5 192 325
Reversões	(2 986 282)	(82 952)	(3 069 233)
Transferências	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras regularizações	-	214 003	214 003
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	2 618 427	1 368 784	3 987 211

O saldo desta rubrica, visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

Os principais saldos são como segue, em termos individuais:

	31.12.2016	31.12.2015
Provisões para responsabilidades prováveis:		
Provisões para Garantias prestadas	2 618 428	428 900
Provisões para participações financeiras	56 647	19 415
Provisões para contingência legais	165 903	202 973
Provisões para disponibilidades em OIC	45 010	36 712
Provisões para cartas de crédito	1 118 035	958 212
	4 004 022	1 646 212

E em termos consolidados:

	31.12.2016	31.12.2015
Provisões para responsabilidades prováveis:		
Provisões para Garantias prestadas	2 618 428	428 900
Provisões para contingência legais	165 903	202 973
Provisões para disponibilidades em OIC	84 845	60 031
Provisões para cartas de crédito	1 118 035	958 212
	3 987 211	1 650 116

NOTA 26 – PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica é analisada como segue, em termos individuais e consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações não perpétuas	71 092 571	57 993 020
Obrigações perpétuas	-	-
	71 092 571	57 993 020

principais características dos passivos subordinados são apresentados como segue:

(milhares de Kwanzas)

Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	31.12.2016		Taxa de juro	Maturidade
				Valor de Emissão	Valor de Balanço		
Banco Económico, S.A.	Empréstimo Subordinado	USD	30-10-2014	70 485 612	71 092 571	5,00%	30-10-2024
				70 485 612	71 092 571		

O movimento ocorrido durante o exercício de 2016, na rubrica de Outros passivos subordinados, foi o seguinte:

(milhares de Kwanzas)

	Saldo em 01.01.2016	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos (a)	Saldo em 31.12.2016
Obrigações	57 993 020	-	-	-	13 099 551	71 092 571
Obrigações perpétuas	-	-	-	-	-	-
	57 993 020	-	-	-	13 099 551	71 092 571

a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor, variação cambial e a alienação de passivos subordinados.

Este empréstimo, contraído junto do Novo Banco, decorre da resolução de 4 de Agosto de 2014 do BNA, resultante da conversão do montante de AOA 41.595 milhões do empréstimo interbancário sénior num empréstimo subordinado em dólares norte-americanos com uma taxa de 5%, com pagamentos trimestrais, reembolsável em 10 anos, com a possibilidade de conversão futura em capital social, até ao final do prazo de reembolso, desde que a participação do titular do empréstimo se mantenha abaixo dos 19,99%.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, este empréstimo está coberto em 50% por títulos, com penhor de primeiro grau sobre 21.244 obrigações do tesouro, com o valor nominal de USD 10.000, com maturidade em 2018, emitidas pela República de Angola.

NOTA 27 – PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Passivos por impostos correntes e outros passivos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada em termos individuais, como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015
Passivos por impostos correntes	22 972	19 823
Credores diversos	43 991 235	31 858 349
Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiros	679 089	577 810
Fornecedores	1 316 971	1 760 804
Contribuição para a Segurança Social	40 077	38 961
Outros	11	-
Provisões para encargos com benefícios aos empregados	2 216 510	2 415 684
Outros passivos	48 243 893	36 651 608
	48 266 865	36 671 431

E em termos consolidados:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015
Passivos por impostos correntes	432 146	233 575
Credores diversos	44 175 484	31 937 898
Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiros	684 707	580 969
Fornecedores	1 316 971	1 760 803
Contribuição para a Segurança Social	40 077	38 961
Dividendos	21 832	21 832
Outros	11	-
Provisões para encargos com benefícios aos empregados	2 224 380	2 420 717
Outros passivos	48 463 462	36 761 180
	48 895 608	36 994 755

O valor registado na rubrica de Credores Diversos corresponde essencialmente à responsabilidade do Banco perante o Grupo ENSA, em resultado da Operação de transmissão de direitos económicos sobre Activos (ver Nota 35).

Estes montantes respeitam essencialmente a contratos de crédito com opção de recompra, liquidações ocorridas nos créditos cedidos e os correspondentes juros a pagar, totalizando em 31 de Dezembro de 2016 AOA 43.270.760 milhares, e em 2015 a AOA 31.172.611 milhares (ver Nota 35).

NOTA 28 – RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Reserva legal

Esta rubrica é constituída integralmente pela Reserva legal, que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o Capital.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de Kwanzas)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Ativos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal e outras reservas	Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	1 293 388	-	1 293 388	21 908 865	3 995 756	25 904 621
Alterações de justo valor	(1 188 783)	-	(1 188 783)	-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	(60 837 720)	(60 837 720)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	104 605	-	104 605	21 908 865	(56 841 964)	(34 933 099)
Alterações de justo valor	(184 172)	-	(184 172)	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	1 994 231	(1 994 231)	-
Transferência para Resultados Transitados	-	-	-	-	9 316 226	9 316 226
Outros movimentos	-	-	-	-	464 484	464 484
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(79 567)	-	(79 567)	23 903 096	(49 055 485)	(25 152 389)

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Ativos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal e outras reservas	Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	1 293 388	-	1 293 388	22 024 384	(56 936 034)	(34 911 650)
Alterações de justo valor	(1 188 783)	-	(1 188 783)	-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	(21 448)	(21 448)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	104 605	-	104 605	22 024 384	(56 957 482)	(34 933 098)
Alterações de justo valor	(184 172)	-	(184 172)	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	1 994 231	(1 994 231)	-
Transferência para Resultados Transitados	-	-	-	-	9 316 226	9 316 226
Outros movimentos	-	-	-	-	464 484	464 484
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(79 567)	-	(79 567)	24 018 615	(49 171 003)	(25 152 388)

A Assembleia Geral do Banco deliberou que a distribuição de resultados de 2015 seria efectuada da seguinte forma:

- (i) Reforço da Reserva Legal em 20% do Resultado (apurado segundo o plano contabilístico para as Instituições Financeiras) no montante de AOA 1.994.231 milhares;
- (ii) e os restantes 80%, AOA 7.976.926 milhares, a abater aos Resultados Transitados Negativos.

A rubrica de Outros movimentos respeitam a ajustamentos efectuados aos saldos de anos anteriores, associados essencialmente ao valor das participações financeiras e prémios de desempenho dos colaboradores.

NOTA 29 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E ACÇÕES PRÓPRIAS

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital social do Banco, no valor de AOA 72.000 milhões, encontrava-se representado por 75.000 milhões de acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, de acordo com a lista infra:

	% Capital	
	31.12.2016	31.12.2015
Lektron Capital, S.A.	30,98%	30,98%
Geni, Novas Tecnologias, S.A.	19,90%	19,90%
Sonangol E.P.	16,00%	16,00%
Sonangol Vida, S.A.	16,00%	16,00%
Sonangol Holding, Lda.	7,40%	7,40%
Novo Banco, S.A.	9,72%	9,72%
	100,00%	100,00%

NOTA 30 – GARANTIAS E OUTROS COMPROMISSOS

Esta rubrica é apresentada como segue, em termos individuais e consolidados:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2016	31.12.2015
Garantias e avales prestados	100 638 085	20 441 102
Compromissos assumidos perante terceiros	11 998 874	16 757 391
Valores depositados na Central de valores	-	-
Outras contas extrapatrimoniais	-	-
	112 636 959	37 198 493

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Garantias e avales prestados		
Garantias e avales	11 148 035	13 097 659
Activos financeiros dados em garantia	-	-
Créditos documentários	89 490 050	7 343 442
Outros	-	-
	100 638 085	20 441 102
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis	-	-
Linhas de crédito irrevogáveis	9 709 397	16 757 391
Outros	-	-
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	2 289 477	-
Outros	-	-
	11 998 874	16 757 391

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, do cliente, do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística presente na Nota 3.3 a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

O Banco presta serviços de custódia, gestão de património, gestão de investimentos e serviços de assessoria que envolvem a tomada de decisões de compra e venda de diversos tipos de instrumentos financeiros. Para determinados serviços prestados são estabelecidos objectivos e níveis de rendibilidade para os activos sob gestão.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Depósito e guarda de valores	134 169 991	126 805 933
Valores recebidos para cobrança	152 882	50 296
Crédito securitizado sob gestão (<i>servicing</i>)	-	-
Outras responsabilidades por prestação de serviços	(15 662)	(173 230)
	134 307 211	126 683 000

O Banco, no âmbito da actividade fiduciária procede à custódia de valores de clientes.

O reconhecimento nas rubricas extrapatrimoniais encontra-se descrito na política contabilística da Nota 2.20.

NOTA 31 – TRANSACÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade relacionada com a entidade que está a preparar as suas Demonstrações Financeiras.

Entende-se por parte relacionada:

(a) Uma pessoa ou um membro íntimo da sua família é relacionado com uma entidade relatora se tiver o controlo ou controlo conjunto da entidade relatora, se tiver uma influência significativa sobre a entidade relatora ou se for membro do pessoal chave da gerência da entidade relatora ou de uma empresa-mãe dessa entidade relatora;

(b) Uma entidade é relacionada com uma entidade relatora se estiver cumprida qualquer uma das seguintes condições:

- i) A entidade e a entidade relatora são membros de um mesmo grupo (o que implica que as empresas-mãe, subsidiárias e subsidiárias colegas estão relacionadas entre si);
- ii) Uma entidade é associada ou constitui um empreendimento comum da outra entidade (ou é associada ou constitui um empreendimento comum de um membro de um grupo a que pertence a outra entidade);
- iii) Ambas as entidades são empreendimentos comuns da mesma parte terceira;
- iv) Uma entidade representa um empreendimento comum da entidade terceira e a outra entidade é associada da entidade terceira;
- v) A entidade é um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados da entidade relatora ou de uma entidade relacionada com a entidade relatora. Se uma entidade relatora for ela própria um plano desse tipo, os empregadores promotores são também relacionados com a entidade relatora;
- vi) A entidade é controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa identificada na alínea a);
- vii) Uma pessoa identificada na alínea (a)(i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal chave da gerência da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016					31.12.2015				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas subsidiárias										
Economico Fundos Investimento	-	(2 004 981)	-	54	48 730	43 640	(3 020)	-	589	-
Economico Fundos Pensões	51 245	(22 698)	-	239	-	-	(1 272 270)	-	-	(44 209)
	51 245	(2 027 679)	-	293	48 730	43 640	(1 275 290)	-	589	(44 209)
Empresas associadas										
Tranquilidade	-	(4 310 293)	-	508	175 599	3 287	(2 865 449)	-	357	(103 324)
	-	(4 310 293)	-	508	175 599	3 287	(2 865 449)	-	357	(103 324)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o montante global dos activos e passivos do Banco que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo, para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de Kwanzas)

31.12.2016									
Ativos									
	Aplicações em instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
Accionistas									
NOVO BANCO S.A.	21 549 045				21 549 045		(106 569 491)	12 726	(5 955 921)
GENI, S.A.R.L							(36 177)	39	(2 190)
LEKTRON CAPITAL SA							(437 464)	20	-
Fundo de Pensões									
BESA OPCOES DE REFORMA							(646 135)	755	(20 506)
TOTAL	21 549 045	-	-	-	21 549 045	-	(107 689 266)	13 539	(5 978 617)

(milhares de Kwanzas)

31.12.2015									
Ativos									
	Aplicações em instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
Accionistas									
NOVO BANCO S.A.	7 011 050				7 011 050		(118 505 981)	5 864	(5 040 139)
GENI, S.A.R.L							(27 945)	4 423	(1 676)
LEKTRON CAPITAL SA							(437 484)	15	-
Fundo de Pensões									
BESA OPCOES DE REFORMA							(488 566)	187	(103 324)
TOTAL	7 011 050	-	-	-	7 011 050	-	(119 459 976)	10 488	(5 145 139)

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco (de curto e longo prazo) são apresentados como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Conselho de Administração				
	Comissão Executiva	Outros Elementos	Total	Outro pessoal chave da gestão	Total
31 de Dezembro de 2016					
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	125 654	3 713 731	3 839 385	1 620 293	5 459 678
Remunerações variáveis	-	32 037	32 037	5 665	37 702
Sub total	125 654	3 745 768	3 871 422	1 625 958	5 497 380
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	42 863	617 549	660 412	382 785	1 043 197
Outras remunerações e prémios de antiguidade	-	-	-	-	-
Total	168 517	4 363 316	4 531 834	2 008 743	6 540 577
31 de Dezembro de 2015					
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	121 184	2 978 155	3 099 339	1 432 976	4 532 315
Remunerações variáveis	-	11 850	11 850	475	12 325
Sub total	121 184	2 990 005	3 111 189	1 433 451	4 544 640
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	41 858	459 328	501 186	295 430	796 615
Outras remunerações e prémios de antiguidade	-	-	-	-	-
Total	163 042	3 449 332	3 612 374	1 728 881	5 341 255

Considera-se "Outro pessoal chave da gestão" os Directores Coordenadores e os Assessores do Conselho de Administração.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

NOTA 32 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. No entanto, o mercado financeiro local é pouco dinâmico e o maior número de transacções financeiras ainda é feito em OTC (mercado de balcão) existindo um número reduzido de operações efectuadas na Bolsa de Valores (BODIVA). Tal realidade faz com que as cotações de mercado, na maioria das vezes, não representam o valor efectivo dos activos/ou títulos avaliados tendo em conta a realidade em que a instituição opera.

Neste contexto e com a informação de mercado disponível, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é apresentado em termos individuais como segue:

(milhares de Kwanzas)

Valorizados ao Justo Valor						
	Custo de Aquisição / Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
31 de Dezembro de 2016						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	72 344 391	-	-	-	72 344 391	72 344 391
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69 847 033	-	-	-	69 847 033	69 847 033
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	56 070 540	-	-	-	56 070 540	56 070 540
Activos financeiros disponíveis para venda	119 058 466	-	14 449 421	-	133 507 887	133 507 887
Obrigações de emissores públicos	119 037 627	-	14 449 421	-	133 487 048	133 487 048
Acções	20 839	-	-	-	20 839	20 839
Crédito a clientes	163 997 223	-	-	-	163 997 223	151 985 991
Outros activos	558 594 598	-	-	-	558 594 598	558 594 598
Activos financeiros	1039 912 251	-	14 449 421	-	1054 361 672	1042 350 439
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	267 585 362	-	-	-	267 585 362	267 585 362
Recursos de clientes e outros empréstimos	670 436 508	-	-	-	670 436 508	670 436 508
Passivos subordinados	71 092 571	-	-	-	71 092 571	71 092 571
Outros passivos	48 243 893	-	-	-	48 243 893	48 243 893
Passivos financeiros	1057 358 334	-	-	-	1057 358 334	1057 358 334

E em 2015:

(milhares de Kwanzas)

Valorizados ao Justo Valor						
	Custo de Aquisição / Custo Amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Total Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2015						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79 618 280	-	-	-	79 618 280	79 618 280
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 196 022	-	-	-	4 196 022	4 196 022
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	23 319 330	-	-	-	23 319 330	23 319 330
Activos financeiros disponíveis para venda	42 383	-	104 902 837	-	104 945 220	104 945 220
Obrigações de emissores públicos	-	-	104 902 837	-	104 902 837	104 902 837
Acções	42 383	-	-	-	42 383	42 383
Crédito a clientes	103 961 180	-	-	-	103 961 180	103 961 180
Outros activos	490 740 163	-	-	-	490 740 163	490 740 163
Activos financeiros	701 877 358	-	104 902 837	-	806 780 195	806 780 195
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	205 291 700	-	-	-	205 291 700	205 291 700
Recursos de clientes e outros empréstimos	509 446 914	-	-	-	509 446 914	509 446 914
Passivos subordinados	57 993 020	-	-	-	57 993 020	57 993 020
Outros passivos	36 651 608	-	-	-	36 651 608	36 651 608
Passivos financeiros	809 383 242	-	-	-	809 383 242	809 383 242

E em termos consolidados em 2016:

(milhares de Kwanzas)

Valorizados ao Justo Valor						
	Custo de Aquisição / Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
31 de Dezembro de 2016						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	72 344 393	-	-	-	72 344 393	72 344 393
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69 847 033	-	-	-	69 847 033	69 847 033
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	56 070 540	-	-	-	56 070 540	56 070 540
Activos financeiros disponíveis para venda	119 059 913	-	14 449 421	-	133 509 334	133 509 334
Obrigações de emissores públicos	119 037 627	-	14 449 421	-	133 487 048	133 487 048
Acções	22 286	-	-	-	22 286	22 286
Crédito a clientes	163 945 978	-	-	-	163 945 978	151 985 991
Outros activos	558 849 483	-	-	-	558 849 483	558 849 483
Activos financeiros	1 040 117 340	-	14 449 421	-	1 054 566 760	1 042 606 773
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	267 585 362	-	-	-	267 585 362	267 585 362
Recursos de clientes e outros empréstimos	668 408 829	-	-	-	668 408 829	668 408 829
Passivos subordinados	71 092 571	-	-	-	71 092 571	71 092 571
Outros passivos	48 463 462	-	-	-	48 463 462	48 463 462
Passivos financeiros	1 055 550 224	-	-	-	1 055 550 224	1 055 550 224

E em 2015:

(milhares de Kwanzas)

Valorizados ao Justo Valor						
	Custo de Aquisição / Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
31 de Dezembro de 2015						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79 618 283	-	-	-	79 618 283	79 618 283
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 467 097	-	-	-	4 467 097	4 467 097
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	23 319 330	-	-	-	23 319 330	23 319 330
Activos financeiros disponíveis para venda	96 862 736	-	8 083 929	-	104 946 666	104 946 666
Obrigações de emissores públicos	96 818 907	-	8 083 929	-	104 902 837	104 902 837
Acções	43 829	-	-	-	43 829	43 829
Crédito a clientes	103 961 180	-	-	-	103 961 180	103 961 180
Outros activos	490 674 685	-	-	-	490 674 685	490 674 685
Activos financeiros	798 903 311	-	8 083 929	-	806 987 241	806 987 241
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	205 291 700	-	-	-	205 291 700	205 291 700
Recursos de clientes e outros empréstimos	508 177 512	-	-	-	508 177 512	508 177 512
Passivos subordinados	57 993 020	-	-	-	57 993 020	57 993 020
Outros passivos	36 761 180	-	-	-	36 761 180	36 761 180
Passivos financeiros	808 223 413	-	-	-	808 223 413	808 223 413

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, *spreads*, entre outras informações) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida;

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e,
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Activos financeiros disponíveis para venda e Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*Bid-price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros [Reuters, Bloomberg ou outros] mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfólio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais do Banco.

Os principais parâmetros utilizados, durante os exercícios de 2016 e 2015 nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para swap de taxa de juro para os respectivos prazos:

(%)

	31.12.2016			31.12.2015		
	AOA	EUR	USD	AOA	EUR	USD
<i>Overnight</i>	24,91%	0,00%	0,69%	11,32%	0,00%	0,37%
1 mês	17,11%	-0,37%	0,77%	11,43%	-0,21%	0,43%
3 meses	18,04%	-0,32%	1,00%	11,85%	-0,13%	0,61%
6 meses	17,96%	-0,22%	1,32%	12,19%	-0,04%	0,84%
9 meses	19,55%	-0,14%	0,00%	12,48%	0,00%	0,00%
1 ano	20,07%	-0,08%	1,69%	12,75%	0,06%	1,17%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Nacional de Angola) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	Volatilidade (%)						
	31.12.2016	31.12.2015	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
AOA/USD	165,903	135,315	0,00%	0,00%	0,00%	0,90%	32,09%
AOA/EUR	185,379	147,832	0,00%	0,00%	0,00%	0,90%	34,66%

NOTA 33 – GESTÃO DE RISCOS DA ACTIVIDADE

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada em relação aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção regular da adequação dos seus capitais próprios à actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por segmento de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos - estratégico, crédito, mercado, liquidez, imobiliário, operacional e reputacional - a que se encontra sujeita a actividade do Banco.

Principais Categorias de Risco

Estratégico – Os elementos-chave da estratégia envolvem a definição de áreas de crescimento do negócio, metas de rentabilidade, liquidez e gestão de capital. A estratégia do banco é definida pelo CEO e Comissão Executiva. “Risco estratégico” significa o risco de impacto actual ou potencial nos proveitos, capital, reputação do Banco, ou capacidade de sobrevivência, decorrente de mudanças no ambiente, de decisões estratégicas adversas, implementação inadequada de decisões, ou a falta de capacidade de resposta às mudanças sociais, económicas ou tecnológicas.

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade quer de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Imobiliário - O risco imobiliário resulta de possíveis impactos negativos nos resultados ou nível de capital do Banco, devido a oscilações no preço de mercado dos bens imobiliários.

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Reputacional – A reputação desempenha um papel fundamental na sustentabilidade de qualquer Banco. A Gestão do Risco Reputacional é na sua essência uma forma de proteger o Banco face a potenciais ameaças de reputação e servir de alerta ou aviso para a possibilidade de ocorrer uma crise com impactos na percepção e expectativas do meio envolvente do Banco.

Organização Interna

No decorrer do exercício de 2016, o Banco Nacional de Angola emitiu um conjunto de Avisos e Instrutivos com especial enfoque na gestão e reporte de risco por parte das Instituições Financeiras. O Banco encontra-se na fase final de implementação dos mesmos no sentido de ajustar as suas práticas à legislação criada e de proceder ao reporte dentro dos prazos legalmente aplicáveis.

De acordo com o enquadramento regulamentar definido pelo BNA, o Banco Económico estabeleceu um Sistema de Gestão de Risco, com um conjunto integrado de políticas e processos, incluindo procedimentos, limites, controlos e sistemas, de modo a identificar, avaliar e monitorizar informações sobre diferentes riscos.

Neste contexto, em 2016, o Banco Económico criou o Gabinete de Gestão de Risco (GGR). O GGR coordena e fornece supervisão sobre as políticas de gestão de risco e práticas de governo de risco, bem como, cria ferramentas e modelos para gestão de risco e análise de carteira. Desta forma, o objectivo das funções do GGR inclui a cobertura de diferentes áreas de risco como, Risco Estratégico, Risco Reputacional, Risco de Concentração e Gestão de Capital.

Compete ao Gabinete de Gestão de Riscos, através da gestão e monitorização dos riscos acima enumerados, dar suporte à Comissão Executiva nas políticas e práticas da gestão de risco, centralizando em si a coordenação das actividades de gestão de risco.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* relativo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes).

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de rating interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção e o terceiro sector dos restantes sectores de actividade, enquanto para clientes Empresários em nome individual (ENI) e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito para 2016 e 2015, em termos individuais:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Crédito a clientes	182 317 738	(18 320 515)	163 997 223
Disponibilidades em Bancos Centrais e Instituições de Crédito	135 329 457	-	135 329 457
Carteira de Títulos	133 534 301	(26 414)	133 507 887
Aplicações interbancárias	56 070 540	-	56 070 540
Outros Activos	523 822 261	-	523 822 261
	1 031 074 296	(18 346 929)	1 012 727 368
Extrapatrimoniais			
Garantias e avales	11 148 035	(924 683)	10 223 352
Créditos documentários	89 490 050	(1 693 743)	87 796 307
	100 638 086	(2 618 426)	98 019 659
	1 131 712 382	(20 965 355)	1 110 747 027

E em 2015:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2015		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Crédito a clientes	117 482 431	(13 521 251)	103 961 180
Disponibilidades em Bancos Centrais e Instituições de Crédito	77 474 217	-	77 474 217
Carteira de Títulos	104 945 220	-	104 945 220
Aplicações interbancárias	23 319 330	-	23 319 330
Outros Activos	473 172 450	-	473 172 450
	796 393 648	(13 521 251)	782 872 397
Extrapatrimoniais			
Garantias e avales	13 097 659	(366 104)	12 731 555
Créditos documentários	7 343 442	(62 796)	7 280 647
	20 441 102	(428 900)	20 012 202
	816 834 750	(13 950 151)	802 884 599

O valor presente na rubrica de Outros Activos concerne aos valores a receber no âmbito da Operação com o Grupo ENSA (ver Nota 35).

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Crédito a clientes	182 264 358	(18 318 379)	163 945 979
Disponibilidades em Bancos Centrais e Instituições de Crédito	136 641 908	-	136 641 908
Carteira de Títulos	133 535 748	(26 414)	133 509 334
Aplicações interbancárias	56 070 540	-	56 070 540
Outros Activos	523 822 261	-	523 822 261
	1 032 334 815	(18 344 793)	1 013 990 022
Extrapatrimoniais			
Garantias e avales	11 148 035	(924 683)	10 223 352
Créditos documentários	89 490 050	(1 693 743)	87 796 307
	100 638 086	(2 618 426)	98 019 659
	1 132 972 900	(20 963 219)	1 112 009 681

E em 2015:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2015		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Crédito a clientes	117 482 431	(13 521 251)	103 961 180
Disponibilidades em Bancos Centrais e Instituições de Crédito	78 517 913	-	78 517 913
Carteira de Títulos	104 946 666	-	104 946 666
Aplicações interbancárias	23 319 330	-	23 319 330
Outros Activos	473 172 450	-	473 172 450
	797 438 790	(13 521 251)	783 917 539
Extrapatrimoniais			
Garantias e avals	13 097 659	(366 104)	12 731 555
Créditos documentários	7 343 442	(62 796)	7 280 647
	20 441 102	(428 900)	20 012 202
	817 879 892	(13 950 151)	803 929 741

Relativamente ao nível da qualidade do risco de crédito dos activos financeiros, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é como segue, em termos individuais:

(milhares de Kwanzas)

	Origem do rating	"Nível de rating"	2016		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
1.70 - Crédito a Clientes	Rating interno	Baixo	125 933 748	6 847 049	119 086 699
		Médio	14 316 230	1 025 721	13 290 509
		Elevado	42 067 760	10 447 745	31 620 015
		Total	182 317 738	18 320 515	163 997 223

(milhares de Kwanzas)

	Origem do rating	"Nível de rating"	2015		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
1.70 - Crédito a Clientes	Rating interno	Baixo	78 832 581	3 919 972	74 912 610
		Médio	7 718 184	682 688	7 035 495
		Elevado	30 931 666	8 918 591	22 013 075
		Total	117 482 431	13 521 251	103 961 180

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	Origem do rating	"Nível de rating"	2016		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
1.70 - Crédito a Clientes	Rating interno	Baixo	125 880 368	6 844 913	119 035 455
		Médio	14 316 229	1 025 721	13 290 508
		Elevado	42 067 760	10 447 745	31 620 015
		Total	182 264 357	18 318 379	163 945 978

(milhares de Kwanzas)

	Origem do rating	"Nível de rating"	2015		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
1.70 - Crédito a Clientes	Rating interno	Baixo	78 832 581	3 919 972	74 912 610
		Médio	7 718 184	682 688	7 035 495
		Elevado	30 931 666	8 918 591	22 013 075
		Total	117 482 431	13 521 251	103 961 180

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para os exercícios findos em 2016 e 2015, encontra-se apresentada como segue, em termos individuais:

(milhares de Kwanzas)

	Crédito a clientes		2016			Imparidade	
	Vincendo	Vencido	Garantias e outros compromissos	Exposição total	Peso relativo	Valor	Imparidade / Exposição total
Empresas							
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura Pesca	-	-	32 948	32 948	0,01%	-	0,00%
Indústrias extractivas	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústrias transformadoras	19 272 567	-	18 342 789	37 615 356	12,75%	557 678	1,48%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	1 816 094	189 717	331 806	2 337 617	0,79%	190 213	8,14%
Indústria têxtil	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústria do couro e dos produtos do couro	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	519 794	-	519 794	0,18%	363 856	70,00%
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Construção	1 882 787	2 930 895	10 891 642	15 705 324	5,32%	2 456 802	15,64%
Comércio por grosso e a retalho	12 201 483	1 080 590	80 396 807	93 678 880	31,76%	2 540 489	2,71%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	1 582 704	-	1 582 704	0,54%	735 985	46,50%
Transportes, armazenagem e comunicações	7 882 294	224 806	318 648	8 425 748	2,86%	912 853	10,83%
Actividades financeiras	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	25 653 039	30 174 320	-	55 827 359	18,93%	10 921 485	19,56%
Educação	332 264	1 718 360	-	2 050 623	0,70%	2 877	0,14%
Saúde e acção social	-	-	599 379	599 379	0,20%	-	0,00%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	53 012 984	7 522 078	1 266 708	61 801 769	20,95%	726 764	1,18%
Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Particulares							
Consumo	1 285 112	55 155	-	1 340 267	0,45%	48 332	3,61%
Habituação	6 835 542	439 268	-	7 274 810	2,47%	383 336	5,27%
Outros fins	2 879 162	2 826 722	456 233	6 162 118	2,09%	1 098 271	17,82%
Total	133 053 330	49 264 408	112 636 959	294 954 697		20 938 941	

	2015						
	Crédito a clientes		Garantias e outros compromissos	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade / Exposição total
Empresas							
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura Pesca	-	-	26 874	26 874	0,02%	-	0,00%
Indústrias extractivas	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústrias transformadoras	406 840	8 806 171	-	9 213 012	5,96%	380 866	4,13%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	2 291 568	191 670	545 352	3 028 590	1,96%	211 214	6,97%
Indústria têxtil	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústria do couro e dos produtos do couro	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	726 840	-	726 840	0,47%	72 684	10,00%
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Construção	2 820 489	844 750	13 246 888	16 912 127	10,93%	729 108	4,31%
Comércio por grosso e a retalho	16 487 223	864 327	3 463 441	20 814 990	13,46%	1 068 694	5,13%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	7	1 589 243	-	1 589 251	1,03%	806 609	50,75%
Transportes, armazenagem e comunicações	8 233 466	-	67 946	8 301 412	5,37%	381 828	4,60%
Actividades financeiras	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	23 217 210	15 767 214	16 757 391	55 741 815	36,04%	5 634 085	10,11%
Educação	1 842 273	-	-	1 842 273	1,19%	239	0,01%
Saúde e acção social	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	15 923 934	2 290 905	2 718 486	20 933 326	13,53%	1 219 531	5,83%
Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Particulares							
Consumo	884 235	40 940	-	925 175	0,60%	36 013	3,89%
Habitação	6 927 889	3 109 551	-	10 037 440	6,49%	3 094 933	30,83%
Outros fins	2 902 095	1 313 589	372 116	4 587 801	2,97%	314 347	6,85%
Total	81 937 230	35 545 201	37 198 493	154 680 924		13 950 151	

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	2016						
	Crédito a clientes		Garantias prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade / Exposição total
Empresas							
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura Pesca	-	-	32 948	32 948	0,01%	-	0,00%
Indústrias extractivas	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústrias transformadoras	19 272 567	-	18 342 789	37 615 356	12,76%	557 678	1,48%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	1 816 094	189 717	331 806	2 337 617	0,79%	190 213	8,14%
Indústria têxtil	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústria do couro e dos produtos do couro	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	519 794	-	519 794	0,18%	363 856	70,00%
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Construção	1 882 787	2 930 895	10 891 642	15 705 324	5,33%	2 456 802	15,64%
Comércio por grosso e a retalho	12 201 483	1 080 590	80 396 807	93 678 880	31,77%	2 540 489	2,71%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	1 582 704	-	1 582 704	0,54%	735 985	46,50%
Transportes, armazenagem e comunicações	7 882 294	224 806	318 648	8 425 748	2,86%	912 853	10,83%
Actividades financeiras	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	25 599 659	30 174 320	-	55 773 979	18,91%	10 919 350	19,58%
Educação	332 264	1 718 360	-	2 050 623	0,70%	2 877	0,14%
Saúde e acção social	-	-	599 379	599 379	0,20%	-	0,00%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	53 012 984	7 522 078	1 266 708	61 801 769	20,96%	726 764	1,18%
Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Particulares							
Consumo	1 285 112	55 155	-	1 340 267	0,45%	48 332	3,61%
Habitação	6 835 542	439 268	-	7 274 810	2,47%	383 336	5,27%
Outros fins	2 879 162	2 826 722	456 233	6 162 118	2,09%	1 098 271	17,82%
Total	132 999 950	49 264 408	112 636 959	294 901 317		20 936 806	

	2015							
	Crédito a clientes		Garantias prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade		
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade / Exposição total	
Empresas								
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura Pesca	-	-	26 874	26 874	0,02%	-	0,00%	
Indústrias extractivas	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
Indústrias transformadoras	406 840	8 806 171	-	9 213 012	5,96%	380 866	4,13%	
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	2 291 568	191 670	545 352	3 028 590	1,96%	211 214	6,97%	
Indústria têxtil	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
Indústria do couro e dos produtos do couro	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	726 840	-	726 840	0,47%	72 684	10,00%	
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
Construção	2 820 489	844 750	13 246 888	16 912 127	10,93%	729 108	4,31%	
Comércio por grosso e a retalho	16 487 223	864 327	3 463 441	20 814 990	13,46%	1 068 694	5,13%	
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	7	1 589 243	-	1 589 251	1,03%	806 609	50,75%	
Transportes, armazenagem e comunicações	8 233 466	-	67 946	8 301 412	5,37%	381 828	4,60%	
Actividades financeiras	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	23 217 210	15 767 214	16 757 391	55 741 815	36,04%	5 634 085	10,11%	
Educação	1 842 273	-	-	1 842 273	1,19%	239	0,01%	
Saúde e acção social	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	15 923 934	2 290 905	2 718 486	20 933 326	13,53%	1 219 531	5,83%	
Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%	
Particulares								
Consumo	884 235	40 940	-	925 175	0,60%	36 013	3,89%	
Habituação	6 927 889	3 109 551	-	10 037 440	6,49%	3 094 933	30,83%	
Outros fins	2 902 095	1 313 589	372 116	4 587 801	2,97%	314 347	6,85%	
Total	81 937 230	35 545 201	37 198 493	154 680 924		13 950 151		

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros titulados mantém a sua posição predominantemente em obrigações soberanas da República de Angola.

A concentração geográfica do risco de crédito em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, em termos individuais:

(milhares de Kwanzas)

	2016				
	Área geográfica				
	Angola	Outros países de África	Europa	Outros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	72 344 391	0	0	0	72 344 391
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 312 451	8 235 634	60 245 755	53 193	69 847 033
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	37 236	0	56 033 304	0	56 070 540
Activos financeiros disponíveis para venda	133 507 887	0	0	0	133 507 887
Crédito a clientes	163 997 223	0	0	0	163 997 223
Activos não correntes detidos para venda	414 534	0	0	0	414 534
Outros activos tangíveis	46 367 972	0	0	0	46 367 972
Activos intangíveis	1 463 292	0	0	0	1 463 292
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 216 878	0	0	0	1 216 878
Outros activos	544 248 044	0	14 346 554	0	558 594 598
Passivos					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	232 087 206	0	35 498 157	0	267 585 362
Recursos de clientes e outros empréstimos	670 436 508	0	0	0	670 436 508
Provisões	4 004 022	0	0	0	4 004 022
Passivos por impostos correntes	22 972	0	0	0	22 972
Passivos subordinados	0	0	71 092 571	0	71 092 571
Outros passivos	48 243 893	0	0	0	48 243 893
Exposição Líquida	10 115 308	8 235 634	24 034 886	53 193	42 439 020

(milhares de Kwanzas)

	2015				
	Área geográfica				
	Angola	Outros países de África	Europa	Outros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79 618 280	0	0	0	79 618 280
Disponibilidades em outras instituições de crédito	772 621	1 666 190	1 713 752	43 458	4 196 022
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	23 319 330	0	0	0	23 319 330
Activos financeiros disponíveis para venda	104 945 220	0	0	0	104 945 220
Crédito a clientes	103 961 180	0	0	0	103 961 180
Activos não correntes detidos para venda	160 125	0	0	0	160 125
Outros activos tangíveis	48 438 116	0	0	0	48 438 116
Activos intangíveis	1 239 404	0	0	0	1 239 404
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	919 169	0	0	0	919 169
Outros activos	490 740 163	0	0	0	490 740 163
Passivos					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	144 288 906	0	61 002 795	0	205 291 700
Recursos de clientes e outros empréstimos	509 446 914	0	0	0	509 446 914
Provisões	1 646 212	0	0	0	1 646 212
Passivos por impostos correntes	19 823	0	0	0	19 823
Passivos subordinados	0	0	57 993 020	0	57 993 020
Outros passivos	36 651 608	0	0	0	36 651 608
Exposição Líquida	162 060 147	1 666 190	-117 282 063	43 458	46 487 732

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	2016				
	Área geográfica				
	Angola	Outros países de África	Europa	Outros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	72 344 393	0	0	0	72 344 393
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 312 451	8 235 634	60 245 755	53 193	69 847 033
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	37 236	0	56 033 304	0	56 070 540
Activos financeiros disponíveis para venda	133 509 334	0	0	0	133 509 334
Crédito a clientes	163 945 978	0	0	0	163 945 978
Activos não correntes detidos para venda	414 534	0	0	0	414 534
Outros activos tangíveis	46 381 453	0	0	0	46 381 453
Activos intangíveis	1 465 225	0	0	0	1 465 225
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	166 427	0	0	0	166 427
Outros activos	544 502 929	0	14 346 554	0	558 849 483
Passivos					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	232 087 206	0	35 498 157	0	267 585 362
Recursos de clientes e outros empréstimos	668 408 829	0	0	0	668 408 829
Provisões	3 987 211	0	0	0	3 987 211
Passivos por impostos correntes	432 146	0	0	0	432 146
Passivos subordinados	0	0	71 092 571	0	71 092 571
Outros passivos	48 463 462	0	0	0	48 463 462
Exposição Líquida	10 701 108	8 235 634	24 034 886	53 193	43 024 819

(milhares de Kwanzas)

	2015					Total
	Área geográfica					
	Angola	Outros países de África	Europa	Outros		
Activos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79 618 283	0	0	0	79 618 283	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 043 697	1 666 190	1 713 752	43 458	4 467 097	
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	23 319 330	0	0	0	23 319 330	
Activos financeiros disponíveis para venda	104 946 666	0	0	0	104 946 666	
Crédito a clientes	103 961 180	0	0	0	103 961 180	
Activos não correntes detidos para venda	160 125	0	0	0	160 125	
Outros activos tangíveis	48 456 896	0	0	0	48 456 896	
Activos intangíveis	1 244 104	0	0	0	1 244 104	
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	173 186	0	0	0	173 186	
Outros activos	490 674 685	0	0	0	490 674 685	
Passivos						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	144 288 906	0	61 002 795	0	205 291 700	
Recursos de clientes e outros empréstimos	508 177 512	0	0	0	508 177 512	
Provisões	1 650 116	0	0	0	1 650 116	
Passivos por impostos correntes	233 575	0	0	0	233 575	
Passivos subordinados	0	0	57 993 020	0	57 993 020	
Outros passivos	36 761 181	0	0	0	36 761 181	
Exposição Líquida	162 486 865	1 666 190	-117 282 063	43 458	46 914 449	

Para efeitos de redução do risco de crédito são relevantes as garantias reais hipotecárias e os colaterais financeiros, que permitam redução directa do valor da posição. São ainda consideradas tanto as garantias de protecção pessoal com efeito de substituição na posição em risco.

Em termos de redução directa, estão contempladas as operações de crédito colateralizadas por cauções financeiras, nomeadamente, depósitos, obrigações do estado angolano entre outras similares.

Relativamente às garantias reais hipotecárias, as avaliações dos bens são realizadas por avaliadores independentes ou por unidade de estrutura da própria Instituição, independente da área comercial.

A reavaliação dos bens é efectuada pela realização de avaliações no local, por técnico avaliador, de acordo com as melhores práticas adoptadas no mercado.

A política do Banco consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito, e está descrita na Nota 2.3.

Risco de Mercado

A política de gestão do risco de mercado do banco está alinhada com as melhores práticas de gestão de risco. Neste contexto, o Banco cumpre estritamente a legislação do BNA em matéria de risco, incluindo o Aviso nº 08/2016 de 16 de Maio referente ao Risco de Taxa de juro na carteira bancária (instrumentos financeiros não detidos na carteira de negociação).

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o reporte regular sobre as carteiras de activos financeiros. Ao nível da carteira própria, encontram-se definidos diversos limites de risco, incluindo os limites de exposição por Emitente/Contraparte e nível de qualidade de crédito (rating).

A carteira de investimento está concentrada em obrigações do Tesouro Nacionais, sendo que em Dezembro 2016 representavam AOA 181.333.047 (2015: AOA 104.904.488).

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efectuada por análise de sensibilidade ao risco.

Com base nas características financeiras de cada contracto, é feita a respectiva projecção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e eventuais pressupostos comportamentais considerados.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de refixação.

No seguimento das recomendações da Instrução n.º 06/2016 de 08 de Agosto, do Banco Nacional de Angola, para o cálculo da exposição ao risco de taxa de juro no balanço, os activos e passivos do Banco foram decompostos por tipo de taxa (fixa e variável) e por prazos ou momentos de refixação (ou repricing).

Detalhe dos activos e passivos agrupados por tipo de taxa à data de 31 de Dezembro de 2016 e 2015 como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Exposição a		2016		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	
Activos	881 234 112	149 330 066	36 568 493	-	1 067 132 670
Crédito a clientes	152 025 299	30 292 439	-	-	182 317 738
Disponibilidades	135 329 457	-	1 312 451	-	136 641 908
Carteira de Títulos	14 449 421	119 037 627	20 839	-	133 507 887
Aplicações interbancárias	56 070 540	-	-	-	56 070 540
Outros Activos	523 359 395	-	35 235 203	-	558 594 598
Passivos	1 020 300 409	32 372 724	4 685 201	-	1 057 358 333
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	265 535 401	-	2 049 961	-	267 585 362
Recursos de clientes e outros empréstimos	638 063 784	32 372 724	-	-	670 436 508
Passivos subordinados	71 092 571	-	-	-	71 092 571
Outros Passivos	45 608 653	-	2 635 240	-	48 243 893
Total	(139 066 297)	116 957 343	31 883 292	-	9 774 337

(milhares de Kwanzas)

	Exposição a		2015		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	
	Activos	678 478 329	120 808 668	15 446 986	
Crédito a clientes	93 492 671	23 989 760	-	-	117 482 431
Disponibilidades	77 474 217	-	772 621	-	78 246 838
Carteira de Títulos	8 083 930	96 818 907	42 383	-	104 945 220
Aplicações interbancárias	23 319 330	-	-	-	23 319 330
Outros Activos	476 108 181	-	14 631 982	-	490 740 163
Passivos	799 467 181	3 856 105	6 059 955	-	809 383 241
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	204 765 018	-	526 682	-	205 291 700
Recursos de clientes e outros empréstimos	505 590 809	3 856 105	-	-	509 446 914
Passivos subordinados	57 993 020	-	-	-	57 993 020
Outros Passivos	31 118 335	-	5 533 273	-	36 651 608
Total	(120 988 853)	116 952 563	9 387 031	-	5 350 742

Detalhe dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, em termos individuais:

(milhares de Kwanzas)

	2016								Total
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	72 344 391	0	0	0	0	0	0	0	72 344 391
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69 847 033	0	0	0	0	0	0	0	69 847 033
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	8 332 991	24 841 590	22 774 194	121 765	0	0	0	0	56 070 540
Activos financeiros disponíveis para venda	0	119 037 627	0	0	14 449 421	0	0	20 839	133 507 887
Crédito a clientes	23 537 119	12 371 240	14 331 915	904 178	11 755 219	19 271 590	81 825 963	0	163 997 223
Outros activos	0	0	0	104 671 879	209 343 758	209 343 758	0	35 235 203	558 594 598
Passivos									
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	185 116 068	0	47 015 354	0	35 453 940	0	0	0	267 585 362
Recursos de clientes e outros empréstimos	424 943 142	90 819 129	40 539 881	78 393 870	35 144 137	211 568	384 781	0	670 436 508
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	71 092 571	0	71 092 571
Outros passivos	0	0	0	45 608 653	0	0	0	2 635 240	48 243 893
Exposição líquida	-435 997 676	65 431 329	-50 449 126	-18 304 701	164 950 321	228 403 780	10 348 610	32 620 802	-2 996 661

(milhares de Kwanzas)

	2015								Total
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79 618 280	0	0	0	0	0	0	0	79 618 280
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 196 022	0	0	0	0	0	0	0	4 196 022
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	16 240 003	7 079 328	0	0	0	0	0	0	23 319 330
Activos financeiros disponíveis para venda	0	96 818 908	0	0	8 083 929	0	0	42 383	104 945 220
Crédito a clientes	9 301 095	8 130 345	8 293 353	5 901 141	12 332 955	6 693 644	53 308 648	0	103 961 180
Outros activos	0	0	0	50 323 779	170 313 761	170 313 761	85 156 880	14 631 982	490 740 163
Passivos									
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	146 795 324	0	0	0	58 496 376	0	0	0	205 291 700
Recursos de clientes e outros empréstimos	319 441 450	15 558 167	88 886 494	77 681 097	4 145 780	3 312 591	421 335	0	509 446 914
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	57 993 020	0	57 993 020
Outros passivos	0	0	0	31 118 335	0	0	0	5 533 273	36 651 608
Exposição líquida	-356 881 374	96 470 413	-80 593 141	-52 574 512	128 088 488	173 694 813	80 051 173	9 141 092	-2 603 047

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	2016								Total
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	72 344 393	0	0	0	0	0	0	0	72 344 393
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69 847 033	0	0	0	0	0	0	0	69 847 033
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	8 332 991	24 841 590	22 774 194	121 765	0	0	0	0	56 070 540
Activos financeiros disponíveis para venda	0	119 037 627	0	0	14 449 421	0	0	22 286	133 509 334
Crédito a clientes	23 485 874	12 371 240	14 331 915	904 178	11 755 219	19 271 590	81 825 963	0	163 945 978
Outros activos	0	0	0	104 671 879	209 343 758	209 343 758	0	35 490 088	558 849 483
Passivos									
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	185 116 068	0	47 015 354	0	35 453 940	0	0	0	267 585 362
Recursos de clientes e outros empréstimos	422 915 463	90 819 129	40 539 881	78 393 870	35 144 137	211 568	384 781	0	668 408 829
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	71 092 571	0	71 092 571
Outros passivos	0	0	0	45 608 653	0	0	0	2 831 837	48 440 490
Exposição líquida	-434 021 240	65 431 329	-50 449 126	-18 304 701	164 950 321	228 403 780	10 348 610	32 680 537	-960 490

(milhares de Kwanzas)

	2015								Total
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79 618 282	0	0	0	0	0	0	0	79 618 282
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 467 097	0	0	0	0	0	0	0	4 467 097
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	16 240 003	7 079 328	0	0	0	0	0	0	23 319 330
Activos financeiros disponíveis para venda	0	96 818 908	0	0	8 083 929	0	0	43 829	104 946 666
Crédito a clientes	9 301 095	8 130 345	8 293 353	5 901 141	12 332 955	6 693 644	53 308 648	0	103 961 180
Outros activos	0	0	0	50 323 779	170 313 761	170 313 761	85 156 880	14 566 504	490 674 685
Passivos									
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	146 795 324	0	0	0	58 496 376	0	0	0	205 291 700
Recursos de clientes e outros empréstimos	318 172 048	15 558 167	88 886 494	77 681 097	4 145 780	3 312 591	421 335	0	508 177 512
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	57 993 020	0	57 993 020
Outros passivos	0	0	0	31 118 335	0	0	0	5 642 845	36 761 180
Exposição líquida	-355 340 895	96 470 413	-80 593 141	-52 574 512	128 088 488	173 694 813	80 051 173	8 967 488	-1 236 172

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço, é calculada pela diferença entre o valor actual do mismatch de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando deslocações paralelas da curva de taxa de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros a variações de taxa de juro são como segue, em termos individuais:

(milhares de Kwanzas)

	2016					
	Variação das taxas de juro					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	72 402 267	72 373 329	72 358 860	72 329 922	72 315 453	72 286 516
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69 902 911	69 874 972	69 861 002	69 833 063	69 819 094	69 791 155
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	56 322 415	56 196 477	56 133 509	56 007 571	55 944 602	55 818 665
Activos financeiros disponíveis para venda	134 392 482	133 939 765	133 713 407	133 281 528	133 055 170	132 602 453
Crédito a clientes	180 777 898	172 387 561	168 192 392	159 802 054	155 606 885	147 216 548
Outros activos	546 952 437	535 155 916	529 257 656	552 696 338	546 798 077	535 001 557
Passivos						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	269 358 944	268 472 153	268 028 758	267 141 967	266 698 571	265 811 781
Recursos de clientes e outros empréstimos	673 840 193	672 138 350	671 287 429	669 585 586	668 734 665	667 032 822
Passivos subordinados	83 990 185	77 541 378	74 316 975	67 868 167	64 643 764	58 194 957
Outros passivos	46 260 856	45 934 754	45 771 704	48 080 842	47 917 791	47 591 689
Impacto líquido	-9 703 107	-21 161 954	-26 891 378	-5 729 424	-11 458 847	-22 917 694

(milhares de Kwanzas)

	2015					
	Variação das taxas de juro					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79 681 975	79 650 128	79 634 204	79 602 357	79 586 433	79 554 586
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 199 378	4 197 700	4 196 861	4 195 182	4 194 343	4 192 665
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	23 354 976	23 337 153	23 328 242	23 310 419	23 301 508	23 283 685
Activos financeiros disponíveis para venda	105 506 104	105 204 470	105 053 653	104 794 403	104 643 586	104 341 953
Crédito a clientes	114 721 212	109 341 196	106 651 188	101 271 172	98 581 164	93 201 148
Outros activos	510 253 589	493 180 885	484 644 533	482 203 810	473 667 458	456 594 754
Passivos						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	207 532 555	206 412 128	205 851 914	204 731 487	204 171 273	203 050 846
Recursos de clientes e outros empréstimos	511 959 403	510 703 158	510 075 036	508 818 792	508 190 669	506 934 425
Passivos subordinados	68 514 113	63 253 566	60 623 293	55 362 746	52 732 473	47 471 926
Outros passivos	31 563 327	31 340 831	31 229 583	36 540 360	36 429 112	36 206 615
Impacto líquido	20 750 884	5 804 896	-1 668 098	-7 472 994	-14 945 988	-29 891 976

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	2016					
	Variação das taxas de juro					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	72 402 269	72 373 331	72 358 862	72 329 924	72 315 455	72 286 518
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69 902 911	69 874 972	69 861 002	69 833 063	69 819 094	69 791 155
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	56 322 415	56 196 477	56 133 509	56 007 571	55 944 602	55 818 665
Activos financeiros disponíveis para venda	134 392 482	133 939 765	133 713 407	133 260 689	133 034 331	132 581 614
Crédito a clientes	180 726 612	172 336 295	168 141 137	159 750 819	155 555 661	147 165 344
Outros activos	546 952 437	535 155 916	529 257 656	517 461 135	511 562 875	499 766 354
Passivos						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	269 358 944	268 472 153	268 028 758	267 141 967	266 698 571	265 811 781
Recursos de clientes e outros empréstimos	671 810 892	670 109 860	669 259 344	667 558 313	666 707 797	665 006 765
Passivos subordinados	83 990 185	77 541 378	74 316 975	67 868 167	64 643 764	58 194 957
Outros passivos	46 260 856	45 934 754	45 771 704	45 445 602	45 282 551	44 956 449
Impacto líquido	-9 761 261	-21 220 899	-26 950 718	-38 410 355	-44 140 174	-55 599 812

(milhares de Kwanzas)

	2015					
	Variação das taxas de juro					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79 681 977	79 650 130	79 634 206	79 602 359	79 586 435	79 554 588
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 470 670	4 468 883	4 467 990	4 466 203	4 465 310	4 463 523
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	23 354 976	23 337 153	23 328 242	23 310 419	23 301 508	23 283 685
Activos financeiros disponíveis para venda	105 506 104	105 204 470	105 053 653	104 752 020	104 601 203	104 299 569
Crédito a clientes	114 721 212	109 341 196	106 651 188	101 271 172	98 581 164	93 201 148
Outros activos	510 253 589	493 180 885	484 644 533	467 571 828	459 035 476	441 962 772
Passivos						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	207 532 555	206 412 128	205 851 914	204 731 487	204 171 273	203 050 846
Recursos de clientes e outros empréstimos	510 688 985	509 433 249	508 805 380	507 549 643	506 921 775	505 666 038
Passivos subordinados	68 514 113	63 253 566	60 623 293	55 362 746	52 732 473	47 471 926
Outros passivos	31 563 327	31 340 831	31 229 583	31 007 087	30 895 839	30 673 342
Impacto líquido	20 925 720	5 979 116	-1 494 186	-16 440 790	-23 914 092	-38 860 696

Face aos gaps de taxa de juro observados, em 31 de Dezembro de 2016, uma variação positiva instantânea e paralela das taxas de juro em 200 pontos base motivaria uma variação (+/-) do valor económico esperado da carteira bancária de cerca de AOA 3.581.730 milhares (2015: AOA 3.808.441 milhares). Os resultados apresentados estão dentro dos limites fixados pelo BNA, no Aviso nº 08/2016 de 16 de Maio, para este risco específico.

Nos termos do Artigo 6º do Aviso nº 08/2016 de 16 de Maio, o Banco deverá informar o Banco Nacional de Angola sempre que se verifique uma redução potencial do valor económico igual na sua carteira bancária ou superior a 20% dos fundos próprios regulamentares. No decorrer do exercício de 2016, o Banco cumpriu com este requisito.

A carteira bancária do banco tem uma componente considerável em Moeda Estrangeira, o que torna imperioso, a luz dos regulamentos, uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros por moeda.

A repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, por moeda, é analisado como segue, em termos individuais:

(milhares de Kwanzas)

	2016					Total
	Kwanzas	Dólares dos Estados Unidos da América	Euros	Outras moedas		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17 195 603	54 586 216	560 753	1 819	72 344 391	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	171 059	53 899 411	15 751 448	25 116	69 847 033	
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	0	44 947 445	11 123 095	0	56 070 540	
Activos financeiros disponíveis para venda	9 230 830	124 277 057	0	0	133 507 887	
Crédito a clientes	135 198 301	28 731 675	67 247	0	163 997 223	
Activos não correntes detidos para venda	414 534	0	0	0	414 534	
Outros activos tangíveis	46 367 972	0	0	0	46 367 972	
Activos intangíveis	1 433 030	0	30 262	0	1 463 292	
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 216 878	0	0	0	1 216 878	
Outros activos	168 235 088	390 540 965	-182 034	578	558 594 598	
Activos	379 463 295	696 982 769	27 350 770	27 513	1 103 824 348	
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	184 778 018	82 470 894	313 471	22 980	267 585 362	
Recursos de clientes e outros empréstimos	279 148 724	384 244 979	7 031 401	11 404	670 436 508	
Provisões	2 926 265	1 077 756	0	0	4 004 022	
Passivos por impostos correntes	22 972	0	0	0	22 972	
Passivos subordinados	0	71 092 571	0	0	71 092 571	
Outros passivos	18 862 089	28 992 201	386 138	3 465	48 243 893	
Passivos	485 738 068	567 878 401	7 731 010	37 850	1 061 385 328	
Posição por moeda	-106 274 772	129 104 369	19 619 760	-10 337	42 439 020	

(milhares de Kwanzas)

	2015				
	Kwanzas	Dólares dos Estados Unidos da América	Euros	Outras moedas	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	34 843 484	44 731 411	39 068	4 318	79 618 280
Disponibilidades em outras instituições de crédito	221 252	2 470 860	1 434 127	69 782	4 196 022
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	0	23 319 330	0	0	23 319 330
Activos financeiros disponíveis para venda	8 104 768	96 840 452	0	0	104 945 220
Crédito a clientes	78 538 899	25 364 089	58 193	0	103 961 180
Activos não correntes detidos para venda	160 125	0	0	0	160 125
Outros activos tangíveis	48 438 116	0	0	0	48 438 116
Activos intangíveis	1 235 567	0	3 837	0	1 239 404
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	919 169	0	0	0	919 169
Outros activos	203 243 444	287 474 108	22 610	1	490 740 163
Activos	375 704 824	480 200 249	1 557 835	74 101	857 537 010
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	144 287 713	59 689 791	1 314 197	0	205 291 700
Recursos de clientes e outros empréstimos	204 612 202	299 679 163	5 142 864	12 684	509 446 914
Provisões	699 506	946 705	0	0	1 646 212
Passivos por impostos correntes	19 823	0	0	0	19 823
Passivos subordinados	0	57 993 020	0	0	57 993 020
Outros passivos	16 105 775	20 063 938	481 894	0	36 651 608
Passivos	365 725 020	438 372 618	6 938 955	12 684	811 049 276
Posição por moeda	9 979 804	41 827 632	-5 381 120	61 418	46 487 733

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	2016				
	Kwanzas	Dólares dos Estados Unidos da América	Euros	Outras moedas	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17 195 605	54 586 216	560 753	1 819	72 344 393,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	171 059	53 899 411	15 751 448	25 116	69 847 032,88
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	0	44 947 445	11 123 095	0	56 070 539,92
Activos financeiros disponíveis para venda	9 232 277	124 277 057	0	0	133 509 334,02
Crédito a clientes	135 147 056	28 731 675	67 247	0	163 945 978,07
Activos não correntes detidos para venda	414 534	0	0	0	414 534,37
Outros activos tangíveis	46 381 453	0	0	0	46 381 452,61
Activos intangíveis	1 434 963	0	30 262	0	1 465 224,95
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	166 427	0	0	0	166 427,38
Outros activos	168 489 974	390 540 965	-182 034	578	558 849 483,00
Activos	378 633 348	696 982 769	27 350 770	27 513	1 102 994 400
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	184 778 018	82 470 894	313 471	22 980	267 585 362
Recursos de clientes e outros empréstimos	277 121 045	384 244 979	7 031 401	11 404	668 408 829
Provisões	2 909 455	1 077 756	0	0	3 987 211
Passivos por impostos correntes	432 146	0	0	0	432 146
Passivos subordinados	0	71 092 571	0	0	71 092 571
Outros passivos	19 081 658	28 992 201	386 138	3 465	48 463 462
Passivos	484 322 321	567 878 401	7 731 010	37 850	1 059 969 581
Posição por moeda	-105 688 974	129 104 369	19 619 760	-10 337	43 024 819

(milhares de Kwanzas)

	2015				
	Kwanzas	Dólares dos Estados Unidos da América	Euros	Outras moedas	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	34 843 485	44 731 411	39 068	4 319	79 618 283
Disponibilidades em outras instituições de crédito	492 327	2 470 860	1 434 127	69 782	4 467 097
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	0	23 319 330	0	0	23 319 330
Activos financeiros disponíveis para venda	8 106 215	96 840 452	0	0	104 946 666
Crédito a clientes	78 538 899	25 364 089	58 193	0	103 961 180
Activos não correntes detidos para venda	160 125	0	0	0	160 125
Outros activos tangíveis	48 456 896	0	0	0	48 456 896
Activos intangíveis	1 240 267	0	3 837	0	1 244 104
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	173 186	0	0	0	173 186
Outros activos	203 177 966	287 474 108	22 610	2	490 674 685
Activos	375 189 366	480 200 249	1 557 835	74 103	857 021 553
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	144 287 713	59 689 791	1 314 197	0	205 291 700
Recursos de clientes e outros empréstimos	203 342 801	299 679 163	5 142 864	12 684	508 177 512
Provisões	703 411	946 705	0	0	1 650 116
Passivos por impostos correntes	233 575	0	0	0	233 575
Passivos subordinados	0	57 993 020	0	0	57 993 020
Outros passivos	16 215 347	20 063 938	481 894	0	36 761 180
Passivos	364 782 846	438 372 618	6 938 955	12 684	810 107 103
Posição por moeda	10 406 519	41 827 632	-5 381 120	61 419	46 914 450

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é apresentada como segue, em termos individuais:

(milhares de Kwanzas)

	2016					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	25 820 874	12 910 437	6 455 218	-6 455 218	-12 910 437	-25 820 874
Euros	7 798 448	3 899 224	1 949 612	-1 949 612	-3 899 224	-7 798 448
Outras moedas	0	0	0	0	0	0

(milhares de Kwanzas)

	2015					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	8 365 526	4 182 763	2 091 382	-2 091 382	-4 182 763	-8 365 526
Euros	-1 076 224	-538 112	-269 056	269 056	538 112	1 076 224
Outras moedas	0	0	0	0	0	0

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	2016					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	25 820 874	12 910 437	6 455 218	-6 455 218	-12 910 437	-25 820 874
Euros	7 798 448	3 899 224	1 949 612	-1 949 612	-3 899 224	-7 798 448
Outras moedas	0	0	0	0	0	0

(milhares de Kwanzas)

	2015					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	8 365 526	4 182 763	2 091 382	-2 091 382	-4 182 763	-8 365 526
Euros	-1 076 224	-538 112	-269 056	269 056	538 112	1 076 224
Outras moedas	0	0	0	0	0	0

O resultado do teste apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios, incluindo interesses minoritários, devido a uma valorização de 20% do Kwanza face às restantes moedas.

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez é feita utilizando métricas internas definidas pela gestão do Banco, incluindo a fixação dos limites de exposição.

Este controlo é reforçado com o acompanhamento mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de adequar o perfil de risco do Banco às exigências da sua actividade e assegurar que as suas obrigações, num cenário de crise de liquidez, são cumpridas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades de tesouraria no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados relatórios específicos, para efeitos de controlo e acompanhamento e para o apoio à tomada de decisão em sede de comité ALCO ou em reunião de comissão executiva.

A evolução da situação de liquidez é efectuada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço do Banco. Aos valores apurados é adicionada a posição de liquidez do dia de análise e o montante de activos considerados altamente líquidos existentes na carteira e disponíveis para operações de liquidez, determinando-se assim o gap de liquidez acumulado para vários horizontes temporais. Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco Nacional de Angola (Instrução n.º 06/2016 de 08 de Agosto).

Em 31 de Dezembro de 2016, o gap de liquidez do balanço do Banco apresentava a seguinte estrutura, em termos individuais:

(milhares de Kwanzas)

	2016									Total
	Prazos residuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	72 344 391	0	0	0	0	0	0	0	0	72 344 391
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69 847 033	0	0	0	0	0	0	0	0	69 847 033
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	0	8 332 991	24 841 590	22 774 194	121 765	0	0	0	0	56 070 540
Activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	133 487 048	0	0	20 839	133 507 887
Crédito a clientes	13 793 137	1 758 011	376 922	9 890 693	904 178	11 755 219	19 271 590	106 247 474	0	163 997 223
Outros activos	0	0	0	0	104 671 879	209 343 758	209 343 758	0	35 235 203	558 594 598
Passivos										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	2 073 079	183 042 989	0	47 015 354	0	35 453 940	0	0	0	267 585 362
Recursos de clientes e outros empréstimos	401 920 493	23 022 649	90 819 129	40 539 881	78 393 870	35 144 137	211 568	384 781	0	670 436 508
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	0	71 092 571	0	71 092 571
Outros passivos	0	0	0	0	45 608 653	0	0	0	2 635 240	48 243 893
Gap de liquidez	-248 009 011	-195 974 636	-65 600 617	-54 890 348	-18 304 701	283 987 948	228 403 780	34 770 121	32 620 802	-2 996 661
Gap acumulado de liquidez	-248 009 011	-443 983 647	-509 584 264	-564 474 612	-582 779 313	-298 791 364	-70 387 584	-35 617 463	-2 996 661	-5 993 323

(milhares de Kwanzas)

	2015									Total
	Prazos residuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79 618 280	0	0	0	0	0	0	0	0	79 618 280
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 196 022	0	0	0	0	0	0	0	0	4 196 022
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	0	16 240 003	7 079 328	0	0	0	0	0	0	23 319 330
Activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	104 902 837	0	0	42 383	104 945 219
Crédito a clientes	2 119 899	7 252	19 127	5 979 169	5 901 141	12 332 955	8 938 504	68 663 133	0	103 961 180
Outros activos	0	0	0	0	50 323 779	170 313 761	170 313 761	85 156 880	14 631 982	490 740 163
Passivos										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	146 795 324	0	0	0	0	58 496 376	0	0	0	205 291 700
Recursos de clientes e outros empréstimos	295 800 456	23 640 994	15 558 167	88 886 494	77 681 097	4 145 780	3 312 591	421 335	0	509 446 914
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	0	57 993 020	0	57 993 020
Outros passivos	0	0	0	0	31 118 335	0	0	0	5 533 273	36 651 608
Gap de liquidez	-356 661 578	-7 393 740	-8 459 712	-82 907 325	-52 574 512	224 907 395	175 939 674	95 405 658	9 141 092	-2 603 047
Gap acumulado de liquidez	-356 661 578	-364 055 318	-372 515 030	-455 422 355	-507 996 866	-283 089 471	-107 149 797	-11 744 139	-2 603 047	-5 206 094

E em termos consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	2016									Total
	Prazos residuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	72 344 393	0	0	0	0	0	0	0	0	72 344 393
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69 847 033	0	0	0	0	0	0	0	0	69 847 033
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	0	8 332 991	24 841 590	22 774 194	121 765	0	0	0	0	56 070 540
Activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	133 487 048	0	0	22 286	133 509 334
Crédito a clientes	13 741 892	1 758 011	376 922	9 890 693	904 178	11 755 219	19 271 590	106 247 474	0	163 945 978
Outros activos	0	0	0	0	104 671 879	209 343 758	209 343 758	0	35 490 088	558 849 483
Passivos										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	2 073 079	183 042 989	0	47 015 354	0	35 453 940	0	0	0	267 585 362
Recursos de clientes e outros empréstimos	399 892 814	23 022 649	90 819 129	40 539 881	78 393 870	35 144 137	211 568	384 781	0	668 408 829
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	0	71 092 571	0	71 092 571
Outros passivos	0	0	0	0	45 608 653	0	0	0	2 854 809	48 463 462
Gap de liquidez	-246 032 575	-195 974 636	-65 600 617	-54 890 348	-18 304 701	283 987 948	228 403 780	34 770 121	32 657 565	-983 462
Gap acumulado de liquidez	-246 032 575	-442 007 211	-507 607 828	-562 498 176	-580 802 877	-296 814 928	-68 411 148	-33 641 027	-983 462	-1 966 925

(milhares de Kwanzas)

	2015									Total
	Prazos residuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79 618 282	0	0	0	0	0	0	0	0	79 618 282
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 467 097	0	0	0	0	0	0	0	0	4 467 097
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	0	16 240 003	7 079 328	0	0	0	0	0	0	23 319 330
Activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	104 902 837	0	0	43 830	104 946 666
Crédito a clientes	2 119 899	7 252	19 127	5 979 169	5 901 141	12 332 955	8 938 504	68 663 133	0	103 961 180
Outros activos	0	0	0	0	50 323 779	170 313 761	170 313 761	85 156 880	14 566 504	490 674 685
Passivos										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	146 795 324	0	0	0	0	58 496 376	0	0	0	205 291 700
Recursos de clientes e outros empréstimos	294 531 054	23 640 994	15 558 167	88 886 494	77 681 097	4 145 780	3 312 591	421 335	0	508 177 512
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	0	57 993 020	0	57 993 020
Outros passivos	0	0	0	0	31 118 335	0	0	0	5 642 845	36 761 180
Gap de liquidez	-355 121 099	-7 393 740	-8 459 712	-82 907 325	-52 574 512	224 907 395	175 939 674	95 405 658	8 967 489	-1 236 171
Gap acumulado de liquidez	-355 121 099	-362 514 839	-370 974 551	-453 881 876	-506 456 388	-281 548 992	-105 609 318	-10 203 660	-1 236 171	-2 472 342

De referir que o Banco dispõe do montante de AOA 20.880 milhões respeitante a títulos de Dívida Pública Angolana que poderão ser dados em colateral para efeitos de obtenção de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Rácio de Liquidez calculado em conformidade com o Instrutivo 19/2016 de 30 de Agosto ascende a 56% (2015: 44%) representando uma insuficiência face à exigência constante no referido Instrutivo de AOA 243.267.873 milhares (2015: AOA 230.743.660 milhares). Este instrutivo define como mínimo um rácio de 100% para a exposição em AOA e 150% para a exposição em moeda estrangeira.

O Banco através da operação descrita na nota 35, no que respeita à liquidação do financiamento de curto prazo com o BNA, já obteve melhorias significativas ao nível do seu Rácio de Liquidez, estando previsto que de acordo com a evolução da situação financeira do Banco, esta insuficiência seja suprida.

Risco Imobiliário

O risco imobiliário resulta da exposição em imóveis (quer provenientes de processos de recuperação de crédito, quer propriedades de investimento), bem como de unidades de fundos imobiliários detidos na carteira de títulos.

Estas exposições são acompanhadas regularmente e são realizadas análises de cenários que procuram estimar potenciais impactos de alterações no mercado imobiliário nas carteiras de fundos de investimento imobiliário, imóveis de investimento e de imóveis dados em dação.

A exposição a imóveis e unidades de participação de fundos imobiliários a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresentava os seguintes valores, em termos individuais e consolidados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2016	31.12.2015
Imóveis detidos em dação de crédito	414 534	160 125
Propriedades de Investimento	-	-
Unidades de Participação de Fundos Imobiliários	-	-
	414 534	160 125

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco.

A Direcção de Risco Operacional do Banco exerce a função corporativa de gestão de risco operacional do Banco que é suportada pela existência de Interlocutores em diferentes unidades orgânicas que asseguram a adequada implementação da gestão de risco operacional no Banco.

Relatórios e Gestão de Risco

Gestão do Risco Estratégico

No âmbito da gestão do Risco Estratégico, o Gabinete de Gestão de Riscos segue os seguintes princípios:

- Identificação dos riscos estratégicos a que o Banco está sujeito, avaliando quantitativa e qualitativamente os seus efeitos potencia, de forma a determinar o grau de tolerância ao risco;
- Monitorização de indicadores económicos e a simulação de cenários de *stress tests*;
- Monitorização da eficácia do modelo de gestão de risco de estratégia, garantindo a manutenção da exposição conforme o grau de tolerância estabelecido e identificando oportunidades de melhoria ao nível da resposta às condições de mercado e das premissas utilizadas na tomada de decisão.

Gestão do Risco de Concentração

Em matéria de Risco de Concentração, o Banco adopta os seguintes princípios orientadores na sua actividade de gestão e mitigação:

- Definição e avaliação dos Riscos de Concentração a que o Banco está sujeito, bem como medidas de prevenção e mitigação a adoptar para cada um dos riscos identificados;
- Implementação de procedimentos adequados que permitam avaliar as necessidades de capital interno, considerando os resultados das técnicas de mitigação de risco aplicadas na gestão do nível de concentração das suas carteiras;
- Estabelecimento de limites de exposição apropriados ao risco de concentração, referentes às fontes de funding, aplicações de liquidez, posições fora de balanço, ou outros limites consistentes com a estratégia e perfil de risco global do Banco;
- Definição de procedimentos de acompanhamento regular do cumprimento dos limites definidos e medidas a adoptar em caso de desvio;

- Adequação do grau e tipo de acompanhamento do Risco de Concentração regularmente, reflectindo a actual natureza, escala e grau de diversificação da carteira.

Gestão do Risco Reputacional

No âmbito da gestão do Risco Reputacional, o Gabinete de Gestão de Riscos adopta os seguintes princípios:

- Identificação do risco decorrente da percepção negativa sobre o Banco por parte dos seus stakeholders e avaliação quantitativa e qualitativa do seu efeito potencial;
- Prevenção do risco através da monitorização das relações mantidas com Clientes e das transacções registadas através dos relatórios de actividade produzidos pelas demais Direcções/Gabinetes;
- Criação e implementação de mecanismos de mitigação do impacto de riscos reputacionais;
- Registo e controlo de variáveis caracterizadoras da reputação do Banco, de forma a garantir a manutenção da exposição conforme o nível de tolerância estabelecido e mitigar atempadamente potenciais desvios.

Comité de Risco

O Gabinete de Gestão de Riscos é responsável pela organização do Comité de Risco, onde se propõe a desempenhar as seguintes funções:

- De acordo com a estratégia elaborada pela Comissão Executiva, reflectir a mesma nas Políticas de Gestão de Riscos;
- Analisar os resultados dos indicadores de monitorização para cada tipologia de risco;
- Verificar a actualidade/adequação dos modelos de cálculo dos riscos;
- Inferir quanto à adequação dos fundos próprios, através da realização de exercícios de *Stress Testing* elaborados pelo GGR;
- Acompanhar a exposição a cada tipologia de risco, através dos respectivos indicadores de monitorização;
- Monitorizar a adequação do Sistema de Gestão de Riscos;
- Analisar a evolução da carteira de crédito e do crédito vencido;
- Expor as novas operações de crédito mais significativas, bem como as operações de crédito vencido mais significativas, principalmente as novas;
- Analisar a evolução das provisões/imparidades;
- Analisar as principais operações de reestruturação;
- Aprovar as linhas gerais dos manuais dos riscos e as alterações aos mesmos;
- Submeter um reporte de informação regular à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração sobre o funcionamento dos sistemas de gestão de riscos e recomendações de melhoria aos mesmos e solicitar a tomada de decisão.

Business Intelligence & Análise de Portefólio

O Gabinete de Gestão de Riscos é responsável pelos seguintes mecanismos:

- Criar ferramentas para reporte e análise de risco.

Modelização de Portefólio e Metodologias

No âmbito da modelização de portefólio e metodologias, o Gabinete de Gestão de Riscos adopta as seguintes tarefas:

- Criar modelos para diferentes medidas de risco que permitam realizar testes de stress (começar com modelos simples e onde não existem);
- Criar modelo para calcular Rácio de Solvabilidade.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os fundos próprios do Banco são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o Aviso nº 05/2007 de 12 de Setembro, Instrutivo nº 03/2011 de 08 de Junho, o Aviso nº 2/2015 de 26 de Janeiro e Aviso nº10/2014 de 05 de Dezembro).

As instituições financeiras angolanas devem manter um nível de fundos próprios compatíveis com a natureza e escala das operações devidamente ponderados pelos riscos inerentes às operações, sendo o Rácio de Solvabilidade Regulamentar mínimo de 10%.

Os Fundos Próprios regulamentares compreendem:

1. **Fundos Próprios de Base** – compreendem (i) o Capital Social realizado; (ii) Reserva para registo do valor da actualização monetária do capital social realizado; (iii) resultados transitados de exercícios anteriores; (iv) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital, e (v) resultado líquido do exercício.
2. **Fundos Próprios Complementares** – compreendem (i) acções preferenciais remíveis; (ii) fundos e provisões genéricas; (iii) reservas provenientes da realização dos imóveis de uso próprio; (iv) dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida; e (v) outros valores autorizados pelo Banco Nacional de Angola.
3. **Deduções** – Compreendem: (i) acções da própria instituição objecto de recompra; (ii) acções preferenciais remíveis e com dividendos fixos e cumulativos; (iii) empréstimos concedidos com natureza de capital; (iv) empréstimos concedidos com natureza de capital; valor das participações; (v) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais; (vi) *goodwill* (trespasse); (vii) outros activos incorpóreos líquidos das amortizações; (viii) outros valores, por determinação do Banco Nacional de Angola.

O Aviso 08/2007 de 12 de Setembro estabelece que para efeitos de cálculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar, o excesso verificado no limite de exposição ao risco por cliente deve ser deduzido dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR).

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Banco para 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresenta-se como segue:

		(milhares de Kwanzas)	
		31.12.2016	31.12.2015
Activos ponderados pelo risco			
Com factor 0%		-	-
Com factor 20%		4 168	125 703
Com factor 30%		27 587 226	8 022 819
Com factor 50%		78 303 442	95 571 835
Com factor 60%		222 581 070	170 638 234
Com factor 100%		158 818 747	166 436 354
Com factor 130%		165 767 459	51 123 982
Garantias Recebidas		(3 930 559)	(5 827 218)
Total de Activos Ponderados pelo Risco	A	649 131 553	486 091 709
Risco de câmbio e ouro	B	17 380 034	8 828 970
Total	C = A + B	666 511 587	494 920 678
Fundos Próprios			
Base	D	39 838 416	44 313 444
Complementares	E	71 013 004	57 993 020
	F = D + E	110 851 421	102 306 463
Excesso de Risco de Crédito	G	(12 468 135)	-
Fundos Próprios Regulamentares	H = F + G	98 383 285	102 306 463
Rácio de Solvabilidade	K = I + J	11,96%	17,81%
Nível I	I = (D + G)/ (A+B/10%)	3,33%	7,71%
Nível II	J = E/ (A+B/10%)	8,63%	10,10%

NOTA 34 – IMPACTOS DA TRANSIÇÃO PARA AS IFRS

Principais impactos da transição para as IFRS no Capital Próprio e no Resultado Líquido do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

A entrada em vigor das IFRS, em 1 de Janeiro de 2016, conforme previsto no Aviso n.º 6/16, de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola, tornou necessária a introdução de ajustamentos decorrentes da aplicação dos novos princípios contabilísticos, que determinam alterações aos valores de Balanço, Capital Próprio e dos Resultados Líquidos do exercício de 2015, preparados de acordo com as anteriores normas de contabilidade estabelecidas no Plano de Contas das Instituições Financeiras (“CONTIF”).

Estas são as primeiras demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas do **Banco Económico** preparadas de acordo com as IFRS tendo sido cumprido o disposto na IFRS 1 para a determinação dos ajustamentos de transição, com referência a 1 de Janeiro de 2015. É de referir que os impactos na transição apenas existiram a nível individual, sendo a análise que aqui se apresenta tem esse mesmo pressuposto. A reconciliação do Resultado Líquido e do Capital Próprio de 2015, de acordo como o CONTIF e as IFRS, conforme o definido na IFRS 1.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais na data de transição, o **Banco Económico** decidiu optar por algumas das excepções permitidas na IFRS 1 apresentadas como segue:

(i) Desreconhecimento de activos financeiros

De acordo com a opção da IFRS 1, **Banco Económico** decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento da IAS 39 apenas para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2015. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as normas contabilísticas anteriormente aplicadas, não foram reexpressos no balanço.

(ii) Valorização dos activos fixos tangíveis

O **Banco Económico** decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis, com referência a 1 de Janeiro de 2015, o valor de balanço determinado em conformidade com as políticas contabilísticas anteriormente aplicadas pelo Banco Económico.

Com excepção das situações referidas acima, o **Banco Económico** adoptou retrospectivamente as restantes IFRS.

Uma explicação de como a transição para os IAS/IFRS afectou a posição financeira do Banco é apresentada de seguida.

	1 de Janeiro de 2015				31 de Dezembro de 2015			
	CONTIF	Reclassificações	Ajustamentos de transição	IAS/IFRS	CONTIF	Reclassificações	Ajustamentos de transição	IAS/IFRS
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	61 544 475	-	-	61 544 475	79 618 280	-	-	79 618 280
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3 592 746	-	-	3 592 746	4 196 022	-	-	4 196 022
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	617 255	-	-	617 255	23 319 330	-	-	23 319 330
Activos financeiros disponíveis para venda	84 001 081	42 686	(2 663)	84 041 104	104 904 488	42 383	(1 651)	104 945 220
Crédito a clientes	81 098 168	-	(3 496 607)	77 601 561	108 343 819	-	(4 382 639)	103 961 180
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	160 125	-	-	160 125
Outros activos tangíveis	47 854 468	1 335 444	-	49 189 912	47 390 361	1 047 755	-	48 438 116
Activos intangíveis	2 487 928	(1 138 676)	-	1 349 252	2 419 401	(850 987)	(329 010)	1 239 404
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	798 931	(289 067)	-	509 864	1 367 055	(447 886)	-	919 169
Outros activos	381 927 757	49 613	1 890 540	383 867 910	488 066 319	208 735	2 465 109	490 740 163
Total de Activo	663 922 808	-	(1 608 730)	662 314 079	859 785 200	-	(2 248 191)	857 537 009
Passivo e capital próprio								
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	168 671 287	-	-	168 671 287	205 291 700	-	-	205 291 700
Recursos de clientes e outros empréstimos	374 405 640	-	181 595	374 587 235	509 442 025	-	4 889	509 446 914
Provisões	9 121 878	-	(728 484)	8 393 394	2 182 521	-	(536 309)	1 646 212
Passivos por impostos correntes	2 734 116	-	-	2 734 116	19 823	-	-	19 823
Passivos subordinados	44 084 809	-	-	44 084 809	57 993 020	-	-	57 993 020
Outros passivos	25 482 949	-	-	25 482 949	36 651 608	-	-	36 651 608
Total do Passivo	624 500 679	-	(546 888)	623 953 790	811 580 697	-	(531 420)	811 049 277
Capital Social	72 000 000	-	-	72 000 000	72 000 000	-	-	72 000 000
Prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-
Acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de justo valor	1 293 388	-	-	1 293 388	104 605	-	-	104 605
Outras reservas	21 908 865	-	-	21 908 865	21 908 865	-	-	21 908 865
Reservas de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	(55 780 123)	-	(1 061 841)	(56 841 964)	(55 780 123)	-	(1 061 841)	(56 841 964)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido	-	-	-	-	9 971 156	-	(654 930)	9 316 226
Total do Capital próprio	39 422 130	-	(1 061 841)	38 360 289	48 204 503	-	(1 716 771)	46 487 732
Total do passivo e do capital próprio	663 922 809	-	(1 608 729)	662 314 079	859 785 200	-	(2 248 191)	857 537 009

	31 de Dezembro de 2015			
	CONTIF	Reclassificações	Ajustamentos de transição	IAS/IFRS
Juros e rendimentos similares	41 016 367	-	269 082	41 285 449
Juros e encargos similares	(37 806 632)	-	176 706	(37 629 926)
Margem financeira	3 209 735	-	445 788	3 655 523
Rendimentos de instrumentos de capital				-
Rendimentos de serviços e comissões	3 644 657	-	(151 359)	3 493 298
Encargos com serviços e comissões	(308 704)	-	-	(308 704)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Resultados de investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-
Resultados em outros activos financeiros	-	-	-	-
Resultados cambiais	14 631 592	-	-	14 631 592
Outros resultados de exploração	(179 764)	-	-	(179 764)
Produto da actividade bancária	20 997 516	-	294 429	21 291 945
Custos com pessoal	(6 670 344)	-	(150 542)	(6 820 886)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(6 254 518)	-	(343 741)	(6 598 259)
Depreciações e amortizações do exercício	(2 033 547)	-	14 731	(2 018 816)
Provisões líquidas de anulações	9 522 568	-	-	9 522 568
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(2 268 845)	-	(469 807)	(2 738 652)
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	(3 848 729)	-	-	(3 848 729)
Resultados de Associadas e Empreendimentos Conjuntos	527 055	-	-	527 055
Custos operacionais	(11 026 360)	-	(949 359)	(11 975 718)
Resultados antes de impostos	9 971 156	-	(654 930)	9 316 226
Impostos sobre os resultados				
Correntes	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-
Resultado líquido	9 971 156	-	(654 930)	9 316 226

As diferenças entre o CONTIF e as IAS/IFRS, com impacto nas demonstrações financeiras individuais em 1 de Janeiro, e 31 de Dezembro de 2015 e a reconciliação dos capitais próprios e resultados nas referidas datas, são apresentadas como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31 de Dezembro de 2015		1 de Janeiro de 2015
	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Capitais Próprios
Normas Locais (CONTIF)			
Aplicação da taxa efectiva à carteira de títulos (a)	(1 651)	1 012	(2 663)
Aplicação do diferimento de comissões da carteira de créditos a clientes (b)	(614 231)	(33 831)	(580 400)
Imparidade para o crédito a clientes - crédito directo (c)	(1 303 299)	(277 632)	(1 025 667)
Gastos de organização e expansão (d)	(329 010)	(329 010)	-
Aplicação da taxa efectiva à carteira de depósitos a prazo (e)	(4 889)	176 706	(181 595)
Imparidade para o crédito a clientes - crédito indirecto (c)	536 309	(192 175)	728 484
Imposto diferido do activo associado (f)	-	-	-
Total dos ajustamentos de transição	-1 716 771	-654 930	-1 061 841
Capitais próprios - IAS/IFRS			

(a) Ajustamento resultante dos instrumentos financeiros classificados como detidos até à maturidade, de acordo os critérios estabelecidos pela IAS 39, em que é determinada a taxa efectiva de forma individual para cada um dos títulos constantes da carteira de investimentos. É através da aplicação desta taxa, até à data de desconhecimento do título, que o desconto ou prémio de aquisição é reconhecido em resultados.

A taxa efectiva é a taxa de desconto que, aplicada sobre os recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contabilístico líquido do activo financeiro.

(b) O “Método da taxa de juro efectiva” de um activo ou de um passivo financeiro (ou grupo de activos ou de passivos financeiros) tem como objectivo a imputação de rendimentos ou de gastos com juros durante o período relevante. O cálculo inclui as comissões e outros custos de transacção elegíveis, pagas ou recebidas entre as partes do contracto.

Considerando que ainda não foi possível implementar, a esta data, sistemas informáticos para o cálculo das comissões de crédito de acordo com o método da taxa efectiva, o ajustamento apurado tem por base o diferimento linear das comissões, pelo período de vida remanescente dos créditos em carteira, à data de reporte.

Foi apurado o ajustamento de AOA -479.666 milhares e AOA 33.831 milhares, com referência a 1 de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015, respectivamente. Estes montantes serão reconhecidos em margem financeira, nos próximos exercícios, até à maturidade dos créditos.

(c) De acordo com o IAS 39, a carteira de crédito é mensurada ao custo amortizado e sujeita a testes de imparidade. As perdas de imparidade resultam da diferença entre o valor de balanço dos créditos e o valor dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à sua taxa de juro efectiva, apurada no início do contracto (taxa efectiva apurada individualmente por contracto). O valor dos fluxos de caixa esperados são estimados com base no que será o valor recuperável do crédito, em resultado da análise económica do mesmo.

A política de imparidade do Banco consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo num período posterior revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada.

O aumento de AOA 766.989 milhares resulta na sua totalidade da passagem da metodologia seguida no CONTIF, para a acima apresentada.

(d) De acordo com a IAS 38, um activo intangível para ser reconhecido como tal deve satisfazer dois requisitos:

- ser controlado por uma entidade como resultado de acontecimentos passados; e
- do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros para a entidade.

O Banco desembolsou verbas para as quais não é possível mensurar se as mesmas trarão benefícios económicos futuros, pelo que ao não cumprirem com os requisitos mencionados, são ajustados como despesa do exercício em que ocorrem.

(e) O Banco tinha no seu balanço produtos de poupança com taxa de remuneração crescente, i.e. aumenta a cada período de vigência do produto, sendo que à data de contratação do depósito as taxas de remuneração dos diferentes períodos encontravam-se definidas.

De acordo com a IAS 39 deverá ser determinada a taxa de juro efectiva para cada um dos depósitos em carteira, não devendo o custo ser reconhecido no período com base na taxa nominal. Assim sendo o custo é reconhecido com base na aplicação de uma única taxa ao longo da vigência do produto.

(f) De acordo com o CONTIF os activos por impostos diferidos não eram reconhecidos. De acordo com o critério definido pela IAS 12, os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos para efeitos contabilísticos e os valores utilizados para efeitos fiscais usando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço, e que se esperam que sejam aplicadas na data de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que sejam obtidos lucros tributáveis futuros que permitam absorver as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Dos ajustamentos de transição com referência a 1 de Janeiro de 2015 e a 31 de Dezembro de 2015 não resultam em variações patrimoniais. De acordo com o Código do Imposto Industrial em vigor, as variações patrimoniais negativas não relevam para o apuramento do imposto a pagar, i.e. para efeitos de imposto corrente.

À medida que os ajustamentos de conversão se vão revertendo, p.e. à medida que as comissões associadas ao crédito vão sendo reconhecidas em resultados, também o valor do imposto diferido activo deverá ser revertido por via de resultados do exercício.

NOTA 35 – FACTOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

1. Operação de transmissão de direitos económicos sobre Activos

O Banco Económico resultou da redenominação do Banco Espírito Santo Angola em sequência das medidas de saneamento deliberadas pelo Banco Nacional de Angola a 20 de Outubro de 2014 e da Assembleia Geral ocorrida a 29 de Outubro de 2014.

A 4 de Agosto de 2014, o Banco Nacional de Angola deliberou a adopção de medidas extraordinárias de saneamento por parte do Banco Espírito Santo Angola, que englobaram uma avaliação detalhada da carteira de crédito, sua componente a afectar a prejuízos, identificação dos elementos patrimoniais objecto de alienação e reestruturação e a revogação da Garantia Soberana, emitida em 31 de Dezembro de 2013 pela República de Angola, através de Despacho Presidencial Interno 7/2013, de 31 de Dezembro, no montante de USD 5.7 mil milhões (AOA 556.4 mil milhões), incluindo USD 0.2 mil milhões para outras naturezas de activos. De acordo com o referido Despacho Presidencial, a Garantia Soberana foi emitida considerando que o Banco Espírito Santo de Angola detinha e geria uma carteira de créditos e operações respeitantes a um conjunto de entidades empresariais angolanas, constituídas por micro, pequenas e grandes empresas que correspondem a operações de importância para a implementação dos objectivos constantes no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e com o objectivo de proteger os interesses fundamentais para o equilíbrio do sistema financeiro angolano. Simultaneamente, o Banco Nacional de Angola nomeou dois administradores provisórios para, em conjunto com o Conselho de Administração em funções, assegurar a gestão corrente.

A 20 de Outubro de 2014, o Banco Nacional de Angola divulgou o resultado do relatório sobre a situação patrimonial do Banco, elaborado pelos administradores provisórios nomeados, e o relatório de revisão de finalidade especial apresentado pelo auditor independente expressamente contratado para o efeito, os quais identificaram necessidades de ajustamentos aos fundos próprios do Banco Espírito Santo Angola no montante total de AOA 488.780 milhões, tendo os fundos próprios se tornado negativos em AOA 383.886 milhões.

Ainda a 20 de Outubro de 2014, em resultado dos ajustamentos aos fundos próprios, o Banco Nacional de Angola deliberou a adopção das seguintes medidas de saneamento:

- a) Aumento do capital por conversão de parte do empréstimo interbancário sénior, no montante de AOA 360.768 milhões, seguido de uma redução dos capitais próprios dos accionistas por absorção da totalidade dos prejuízos acumulados. Com esta operação, os actuais accionistas do banco vêm as suas participações no capital social, completamente diluídas.
- b) Aumento de capital no montante de AOA 65.000 milhões, pelos accionistas ou por entidades por si convidadas e aceites pelo Banco Nacional de Angola, a efectuar em numerário, com vista a reconstituir o capital social e assegurar o cumprimento dos rácios prudenciais mínimos.
- c) Conversão do montante de AOA 7.000 milhões do empréstimo interbancário sénior em capital social do Banco, representando uma participação social de 9,9% na Instituição, conversão que fica dependente da autorização a obter por parte do titular do empréstimo interbancário sénior junto das entidades competentes para a subscrição do referido capital social.
- d) Conversão do montante de AOA 41.596 milhões do empréstimo interbancário sénior num empréstimo comum em dólares norte-americanos e a taxas de mercado, reembolsável em 18 meses, com garantia prestada pelo Banco sobre 50% do seu valor, mediante a entrega de um penhor sobre títulos de dívida pública.
- e) Conversão do montante de AOA 41.595 milhões do empréstimo interbancário sénior num empréstimo subordinado em dólares norte-americanos e a taxas de mercado, reembolsável em 10 anos, com a possibilidade de conversão futura em capital social, até ao final do prazo de reembolso, desde que a participação do titular do empréstimo se mantenha abaixo dos 19,99%. Este montante poderá ser acrescido em AOA 7.000 milhões em caso de não conversão em capital do disposto na alínea c), acima.

f) Colocação no mercado de instrumentos subordinados adicionais, no montante de AOA 50.000 milhões, até 31 de Dezembro de 2015, de forma a assegurar a manutenção dos rácios regulamentares.

A 29 de Outubro de 2014, realizou-se uma Assembleia Geral universal e extraordinária, em que os administradores provisórios informaram os accionistas das medidas de saneamento a adoptar tendo convidado os então accionistas a recapitalizar o Banco nas condições apresentadas.

Não tendo os então accionistas manifestado interesse em capitalizar o Banco nas condições referidas, para além da GENI Novas Tecnologias S.A., foram aprovadas as seguintes operações:

1. Aumento de capital em numerário no montante de AOA 65.000 milhões, a ser realizado pelas seguintes entidades e nas proporções já aprovadas pelo Banco Nacional de Angola:

a) A sociedade GENI NOVAS TECNOLOGIAS SA realizar uma entrada de AOA 14.328 milhões, representativa de uma participação de 19.900% do capital social.

b) A sociedade LEKTRON CAPITAL SA realizar uma entrada de AOA 22.304 milhões, representativa de uma participação de 30.978% do capital social.

c) A sociedade SONANGOL EP realizar uma entrada de AOA 11.520 milhões, representativa de uma participação de 16.000% do capital social.

d) A sociedade SONANGOL SA realizar uma entrada de AOA 11.520 milhões, representativa de uma participação de 16.000% do capital social.

e) A sociedade SONANGOL HOLDINGS LIMITADA realizar uma entrada de AOA 5.328 milhões, representativa de uma participação de 7.400% do capital social.

2. Aumento de capital de AOA 7.000 milhões, mediante conversão do empréstimo sénior titulado pelo Novo Banco S.A, correspondente a uma participação de 9.722% do capital social.

Com a realização da referida Assembleia Geral foi dada como finda a intervenção do Banco Nacional de Angola, tendo sido nomeados os novos órgãos sociais e aprovada a redenominação do Banco para Banco Económico.

Em substituição da emissão no mercado de instrumentos subordinados adicionais, no montante de AOA 50.000 milhões, anteriormente aprovados pelo Banco Nacional de Angola, foi concretizada, em 15 de Julho de 2016, uma Operação de transmissão de direitos económicos sobre Activos detidos pelo Banco Económico ao Grupo ENSA Investimentos e Participações E.P., com referência a 31 de Dezembro de 2014, aprovada pelos Decretos Presidenciais 196/15 e 123/16, cujos detalhes são conforme segue:

a) Transmissão de direitos económicos sobre créditos directos, por assinatura e outros valores no montante de AOA 111.886 milhões e USD 1.981 milhões. O Banco detém uma opção de recompra de duas operações de crédito no montante de AOA 10.286 milhões. Foram também transmitidos os direitos económicos sobre créditos abatidos ao activo, no âmbito da Operação de transmissão de direitos económicos sobre, no montante bruto de AOA 88.716 milhares, totalmente provisionados.

b) Venda de 49.191 unidades de participação no Fundo BESA Património, correspondente a 50.2% da totalidade das unidades de participação, no montante de AOA 5.975 milhões.

c) Transmissão de direitos económicos relativos a 50.000 unidades de participação do Fundo BESA Valorização, correspondente a 100% da totalidade das unidades de participação do referido Fundo, no montante de AOA 54.102 milhões.

d) Alienação de diversos bens não de uso próprio e do imobilizado em curso no montante de AOA 4.975 milhões.

Tendo a Operação de transmissão de direitos económicos sobre Activos produzido efeitos a 31 de Dezembro de 2014, o Banco procedeu ao desreconhecimento dos referidos activos nesta data no montante total de AOA 380.743 milhões (AOA 176.939 milhões e USD 1.981 milhões), com excepção dos créditos directos sobre os quais o Banco mantém a opção de recompra no montante de AOA 10.286 milhões, por contrapartida de Outros devedores (ver Nota 22).

Para pagamento do preço de venda dos diversos activos foi acordado o seguinte calendário:

- i. Com a assinatura dos contractos, o pagamento de AOA 47.040 milhões, a realizar mediante a entrega de títulos de dívida pública da República de Angola (ver Nota 16).
- ii. Cinco pagamentos anuais e constantes do remanescente do valor em dívida a partir de 15 de Julho de 2017.

Sobre o valor em dívida vencem-se juros à taxa de 7%.

2 Empréstimo do Novo Banco, S.A.

Com referência ao empréstimo comum, constituído em resultado das medidas de saneamento do Banco Nacional de Angola, no montante de USD 424.860 milhares, encontrava-se previsto o reembolso integral do capital a 30 de Abril de 2016. Em face das restrições cambiais vigentes, o Banco Económico acordou com o Novo Banco S.A. a alteração das condições de reembolso do empréstimo. Em resultado do aditamento contratual, datado de 29 de Abril de 2016, foi liquidado a 30 de Abril de 2016 o montante de USD 94.667.233,65, a 13 de Junho de 2016 o montante de USD 50 milhões e a 30 de Setembro de 2016 o montante de USD 73 milhões. O valor remanescente será liquidado a 15 de Agosto de 2018. No referido aditamento contratual, o Banco Económico reforçou as garantias a favor do Novo Banco S.A. com penhor de primeiro grau, sobre 12.300 obrigações do tesouro da República de Angola, com o valor nominal de USD 10.000 e maturidade a 15 de Agosto de 2018.

3. Operações de transmissão de direitos económicos e de venda de activos ao GRUPO ENSA

Em substituição da emissão no mercado de instrumentos subordinados adicionais, no montante de AOA 50.000 milhões, anteriormente aprovados pelo Banco Nacional de Angola, foi concretizada, em 15 de Julho de 2016, com a GRUPO ENSA - Investimentos e Participações E.P. operações de transmissão dos interesses económicos de uma carteira de créditos, de unidades de participação e de venda de activos detidos pelo Banco Económico, com referência a 31 de Dezembro de 2014, enquadradas pelos Decretos Presidenciais 196/15 e 123/16, cujos detalhes são conforme segue:

- e) Transmissão de direitos económicos sobre créditos directos, por assinatura e outros valores no montante de AOA 111.886 milhões e USD 1.981 milhões. O Banco detém uma opção de recompra de duas operações de crédito no montante de AOA 10.286 milhões. Foram também transmitidos os direitos económicos sobre créditos abatidos ao activo, no montante bruto de AOA 88.716 milhares, totalmente provisionados.
- f) Venda de 49.191 unidades de participação no Fundo BESA Património, correspondente a 50.2% da totalidade das unidades de participação, no montante de AOA 5.975 milhões.
- g) Transmissão de direitos económicos relativos a 50.000 unidades de participação do Fundo BESA Valorização, correspondente a 100% da totalidade das unidades de participação do referido Fundo, no montante de AOA 54.102 milhões.
- h) Alienação de diversos bens não de uso próprio e do imobilizado em curso no montante de AOA 4.975 milhões.

Tendo as referidas operações produzido efeitos jurídicos e económicos retroagidos a 31 de Dezembro de 2014, após aprovação do Banco Nacional de Angola em 31 de Outubro de 2016, o Banco procedeu ao desreconhecimento dos referidos activos nesta data no montante total de AOA 380.743 milhões (AOA 176.939 milhões e USD 1.981 milhões), com excepção dos créditos directos sobre os quais o Banco mantém a opção de recompra no montante de AOA 10.286 milhões, por contrapartida de Outros devedores (ver Nota 22).

Para pagamento do preço das operações sobre os diversos activos foi acordado o seguinte calendário:

iii. Com a assinatura dos contratos, o pagamento de AOA 47.040 milhões, realizado mediante a entrega de títulos de dívida pública da República de Angola (registadas em Créditos Titulados - Nota 16).

iv. Cinco pagamentos anuais e constantes do remanescente do valor em dívida a partir de 15 de Julho de 2017 (com duas parcelas - AOA 25.980 milhões e USD 396 milhões).

Sobre o valor em dívida vencem-se juros à taxa de 7%.

O Acordo de Pagamento celebrado entre as partes prevê que as cinco prestações acima referidas sejam pagas por uma das seguintes formas, a aprovar por intervenção das pessoas colectivas de direito público e/ou os respectivos órgãos de tutela, regulatórias ou outras através dos instrumentos jurídico-económicos adequados para o efeito, nos termos da legislação a todo o tempo vigente:

i. pela entrega de títulos de Obrigações do Tesouro da República de Angola em moeda nacional identificados no Decreto Presidencial nº 196/15, de 8 de Outubro, no Decreto Executivo nº 656/15, de 24 de novembro, do Ministro das Finanças, e no Decreto Presidencial nº 123/16, de 9 de junho, ou diploma relativo ao mesmo objecto que lhe suceda, nos termos previstos na respectiva legislação respeitante a dívida pública e suas formas de transmissão, sem prejuízo do disposto na alínea iii) seguinte, que prevalece;

ii. em dinheiro, sem prejuízo do disposto na alínea iii) seguinte, que prevalece;

iii. a parcela do preço indexada a USD em cada prestação anual deverá ser paga mediante a entrega de títulos de Obrigações do Tesouro da República de Angola indexados ao câmbio AOA/USD à taxa de câmbio pelo Banco Nacional de Angola na data de cada pagamento ou, em alternativa, paga mediante depósito de USD em conta bancária do Banco Económico.

Caso se mostre impossível ao GRUPO ENSA efectuar o pagamento através dos meios acima mencionados, o pagamento poderá ser feito mediante a entrega de obrigações emitidas pela ENSA em montante, número, valor nominal, taxa de juro, modo de pagamento, prazos e condições de reembolso a aprovar pelas autoridades competentes nos termos da legislação aplicável, mas nunca em condições menos vantajosas para o Banco Económico que as estabelecidas neste Acordo e nos contratos das operações.

Infra um quadro resumo da evolução com os saldos relativos às operações nas demonstrações financeiras do Banco:

(milhares de Kwanzas)

Rubricas das demonstrações financeiras	Dez 16	Dez 15	Nota
Demonstração de Resultado	95 434 278	94 020 601	
Margem Financeira	32 108 455	27 580 340	
Outros juros e proveitos similares	33 453 315	28 901 576	4
Outros juros e custos similares	-1 344 860	-1 321 236	4
Resultados Cambiais Associados à Operação de cedência de activos	63 325 823	66 440 261	6
Balanço	538 188 344	452 286 139	
Créditos	58 260 656	10 286 300	
Contratos de crédito com opção de recompra	10 286 300	10 286 300	16
Outros Créditos Titulados	47 974 356	0	16
Capital	47 040 000	0	16
Juros Corridos	934 356	0	16
Outros Valores	523 198 448	473 172 450	
Capital	454 196 127	442 206 787	22
Juros Corridos	69 002 321	30 965 963	22
Outros passivos	-43 270 760	-31 172 611	
Contratos de crédito com opção de recompra	-10 286 300	-10 286 300	27
Liquidações ocorridas nos créditos cedidos	-33 855 581	-19 488 021	27
Juros e outros custos a pagar	-3 124 135	-1 398 290	27
Imposto de Selo suportado pelo Banco de créditos cedidos	3 995 257	0	27

A 20 de Março de 2017, o Banco Económico transmitiu por dação em pagamento ao Banco Nacional de Angola uma carteira de obrigações do tesouro da República de Angola no valor de AOA 14.662 milhões e valores a receber da operação de transmissão e venda de activos ao Grupo ENSA Investimentos e Participações E.P. no montante de AOA 256.963 milhões (49% do total do saldo de "Outros Valores"), para liquidação integral dos financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Angola ao Banco Económico no montante total à data de AOA 271.625 milhões (AOA 230.372 milhões em 31 de Dezembro de 2016 – Nota 23).

A 15 de Julho de 2017, encontrava-se previsto a realização do primeiro pagamento das cinco prestações anuais de capital e juros relativas às operações de transmissão de direitos económicos e de venda de activos, no montante total de AOA 179.360 milhões (AOA 54.360 milhões e USD 749 milhões, sendo AOA 25.980 milhões e USD 396 milhões de capital e AOA 28.380 milhões e USD 352 milhões de juros), dos quais AOA 76.734 milhões devidos ao Banco Nacional de Angola por força da cedência dos direitos a receber por parte do Banco Económico, conforme referido no parágrafo anterior. Conforme referido no Despacho do Sr. Ministro das Finanças datado de 9 de Outubro de 2017, enquanto órgão de tutela da GRUPO ENSA, por forma a ajustar o plano de pagamentos ao ritmo de recuperação dos créditos e outros activos permitido pelo atual contexto económico e minimizar os valores de dívida pública a emitir futuramente para suprir eventual défice, servindo os montantes recuperados até à presente data para pagamento parcial dos juros vencidos, foi autorizada a reformulação do Acordo de Pagamento da dívida como segue:

- a) Realizar um pagamento equivalente a AOA 25.216 milhões, dos quais AOA 388 milhões através de títulos de dívida pública, para liquidação parcial dos juros ao Banco Económico;
- b) Capitalizar o remanescente dos juros não liquidados no montante de USD 201 milhões e AOA 28.380 milhões;
- c) Alterar o plano de pagamentos da operação de transmissão de activos de 5 anos para 24 anos, de acordo com o previsto pelo Estado para emissão de dívida pública para esta natureza de operações, mantendo-se a taxa de juro em 7%. O novo plano prevê pagamentos anuais de capital de USD 90.940 milhares e AOA 6.594.949 milhares acrescidos de juros calculados sobre o capital em dívida.

NOTA 36 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Banco considerou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IAS 19 (Alterada) Planos de Benefícios Definido:

Contribuição dos empregados

O IASB emitiu esta alteração em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem a, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços, exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades ligadas ao serviço, que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo, uma percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

O Banco não teve qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram a, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

IFRS 2 Definição de condição de aquisição (“vesting”)

A alteração clarifica a definição de condição de aquisição (“vesting”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente, a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

O Banco não aplicou nas suas contas de 2015 e 2016 a IFRS 8.

IFRS 13 Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar

no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, se esse desconto for material. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38, no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal-chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal-chave da gestão (KMP), quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como, por exemplo, nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

O Banco não teve qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB, a 25 de Setembro de 2014, introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram a, ou após, 1 de Janeiro de 2016, às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.

IFRS 5 Activos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um activo (ou um grupo em descontinuação) directamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice-versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração de resultados ou na demonstração de rendimento integral.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações – contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de activos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas.

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas, em Dezembro de 2011, pelas alterações à IFRS 7 - compensação de activos e passivos financeiros -, não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto – emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto devem ser determinadas considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos.

Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser

avaliado ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado activo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações “em outras partes do relatório financeiro intercalar”

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

O Banco não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações, dado que não prepara demonstrações financeiras intercalares de acordo com a IAS 34.

IAS 27 Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, a 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram a, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

O Banco não adoptou esta opção nas suas contas separadas (se nas contas individuais aplicarem as IFRS).

Excepção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)

O IASB emitiu, a 18 de Dezembro de 2014, e aplicável aos períodos que se iniciaram a, ou após, 1 de Janeiro de 2016, as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28. Entidades de Investimento: Aplicação da excepção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações não são aplicáveis ao Banco.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB, em 2014, e aplicáveis aos períodos que se iniciaram a, ou após, 1 de Janeiro de 2016, as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida a 12 de Maio);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida a 6 de Maio);
- Alterações à IAS 1: Iniciativa de Divulgações (emitida a 18 de Dezembro). O Banco não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras. O Banco decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adoptada definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro, que começa a, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros.

A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura.

A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio, cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e o juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento, como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em OCI.

Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação, incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo, assim, mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos, cujo contrato base seja um activo financeiro abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”. A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9, na sua generalidade, transpõe as orientações de classificação e mensuração previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais. A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura, que alinha esta de forma mais próxima com a gestão do risco.

Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura, resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39. Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso do risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual

à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses. No caso do risco de crédito ter aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 será aplicável a, ou após, 1 de Janeiro de 2018. Após a preparação, pela primeira vez, de demonstrações financeiras de acordo com as normas IAS/IFRS, a 31 de Dezembro de 2016, o Banco pretende iniciar, nos próximos exercícios, um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma, mas dada a natureza das actividades do Banco, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB emitiu, a 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A sua adopção antecipada é permitida.

Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i. No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii. Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade. O Banco encontra-se a avaliar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Banco

IFRIC 22 Transacções em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida, a 8 de Dezembro de 2016, a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem a, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de activos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do activo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente, é a data em que a entidade reconhece inicialmente o activo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

O Banco encontra-se a avaliar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 16 Locações

O IASB, emitiu, a 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem a, ou após, 1 de Janeiro de 2019.

A sua adopção antecipada é permitida desde que adoptada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou

financeiras (para o locador – o cliente do leasing), tratando todas as locações como financeiras. Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de activos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

Outras alterações foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de Janeiro de 2016, e aplicável aos períodos que se iniciam a, ou após, 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas;
- Em 29 de Janeiro de 2016, e aplicável aos períodos que se iniciam a, ou após 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros, proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas;
- Em 20 de Junho de 2016, e aplicável aos períodos que se iniciam a, ou após, 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transacções com pagamentos baseados em acções;
- Em 8 de Dezembro de 2016, e aplicável aos períodos que se iniciam a, ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB a 8 de Dezembro de 2016, introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem a, ou após, 1 de Julho de 2018, às normas IFRS 1 (eliminação da excepção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor) e com data efectiva a, ou após, 1 de Janeiro de 2017, à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

O Banco encontra-se a avaliar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

8. RELATÓRIO DO AUDITOR

Relatório do Auditor Independente

(valores expressos em milhares de Kwanzas - "mAOA")

Ao Conselho de Administração e Accionistas
do Banco Económico, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Económico, S.A. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.103.824.348 mAOA e um total de capital próprio de 42.439.020 mAOA, incluindo um resultado líquido negativo de 4.329.024 mAOA), as Demonstrações dos Resultados por naturezas, do Rendimento Integral, de Alterações no Capital Próprio e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e as notas do correspondente Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a Opinião com Reservas

6. As rubricas do Balanço "Activos não correntes detidas para venda" e "Outros Activos Tangíveis" incluem imóveis, respectivamente, no montante de 52.625 mAOA e 42.298.891 mAOA cujo processo de legalização ainda se encontra em curso (Notas 17 e 18). Com base na informação disponível não estamos em condições de avaliar o impacto deste assunto nas demonstrações financeiras.





Building a better
working world

7. Na análise colectiva de imparidade para a carteira de crédito, que abrangeu 11,1% da carteira de crédito sem crédito titulado no valor total de 14.887.453 mAOA, dada a ausência de informação histórica interna o Banco recorreu a informação disponibilizada por um consultor externo para o cálculo da Probabilidade de Incumprimento (PD's) e de perda dado o Incumprimento (LGD's) (pressupostos divulgados na Nota 3.3). Não obtivemos informação suficiente para suportar os parâmetros de cálculo utilizados e constatámos que o processo de apuramento das perdas por imparidade teve uma elevada intervenção manual com transformação da informação de base e consequentemente elevado risco operacional associado. Neste contexto, não pudemos concluir quanto à razoabilidade do valor de imparidade colectiva registado no montante de 1.964.045 mAOA.
8. A rubrica "Outros Passivos" em 31 de Dezembro de 2016 inclui um saldo devedor no montante de 3.995.257 mAOA relativo a imposto de selo que o Banco liquidou indevidamente sobre contratos de crédito cujos direitos económicos foram transmitidos à GRUPO ENSA - Investimentos e Participações E.P. ("GRUPO ENSA"). O Banco solicitou à Autoridade Geral Tributária ("AGT") o reembolso do imposto liquidado indevidamente, não tendo ainda obtido resposta. Adicionalmente, não obtivemos evidência documental que a GRUPO ENSA aceitará reembolsar o Banco caso não seja obtido despacho favorável da AGT. Consequentemente, não foi possível concluir sobre a recuperabilidade do saldo devedor acima referido.

Opinião

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 6 a 8 da secção "Bases para Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira do Banco Económico, S.A., em 31 de Dezembro de 2016, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfases

10. Sem modificar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos à atenção para as seguintes situações:
 - a) Conforme referido na Nota 35 do Anexo às Demonstrações Financeiras, o Banco Económico resultou da redenominação do Banco Espírito Santo Angola em sequência das medidas de saneamento deliberadas pelo Banco Nacional de Angola ("BNA") em 2014. Ainda neste âmbito, em 15 de Julho de 2016 foram concretizadas com a GRUPO ENSA operações de transmissão de direitos económicos de uma carteira de créditos e de unidades de participação em fundo de investimento, assim como de venda de outros activos detidos pelo Banco, as quais foram enquadradas no disposto nos Decretos Presidenciais nº 196/15 e nº 123/16 e tiveram efeitos retroagidos a 31 de Dezembro de 2014.

Os saldos relacionados com estas operações encontram-se divulgados no nº 3 da referida Nota 35 e no Balanço representam 53% do total do Activo e 4% do total do Passivo. Ao nível dos Resultados destaca-se que 62% dos juros e proveitos equiparados são relacionados com estas operações, as quais tiveram também um efeito positivo significativo nos resultados cambiais potenciais decorrentes das valorizações das posições.

Salientamos, ainda, que em 20 de Março de 2017, o Banco realizou uma operação de dação em pagamento com o BNA para liquidação integral das operações de redesconto no montante total nesta data de 271.625 milhões de AOA (dos quais 230.372 milhões de AOA transitaram de 2016 - Nota 23), contra entrega de uma carteira de obrigações do tesouro da República de Angola no valor de 14.662 milhões de AOA (Nota 15) e valores a receber da GRUPO ENSA no

 2
Gey

montante de 256.963 milhões de AOA (49% do saldo da rubrica do Activo "Outros Devedores" - Nota 22),

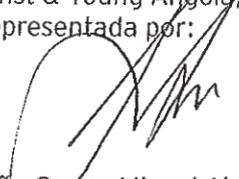
Adicionalmente, conforme referido no Despacho do Sr. Ministro das Finanças datado de 9 de Outubro de 2017, por forma a ajustar o plano de pagamentos ao ritmo de recuperação dos créditos e outros activos permitido pelo atual contexto económico e minimizar os valores de dívida pública a emitir futuramente para suprir eventual défice, foi autorizada a reformulação do Acordo de Pagamento da dívida da Grupo ENSA nas condições também divulgadas na Nota 35.

Assim, para parte do saldo em balanço à data de 31 de Dezembro de 2016 que não foi objecto de dação ao BNA, no montante de 276.522 milhões de AOA (25% do Activo) o prazo de recebimento foi prolongado para prestações anuais até 2041. O regular pagamento destas prestações anuais está dependente do grau de recuperabilidade dos créditos cujos direitos económicos foram transmitidos e do valor de realização dos activos vendidos à GRUPO ENSA ou da eventual emissão de Obrigações do Tesouro da República de Angola, conforme mencionado no Acordo de Pagamento das operações,

11. As demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de continuidade das operações (Nota 2.1. do Anexo às Demonstrações Financeiras) tendo em conta as perspectivas de evolução da actividade do Banco referidas no capítulo 5.14 do Relatório de Gestão.
12. Em cumprimento do disposto no Aviso nº 6/2016, de 16 de Maio, do Banco Nacional de Angola, no exercício de 2016 o Banco adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano de Contas das Instituições Financeiras - CONTIF) para as IFRS, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - "Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro". A data da transição foi reportada a 1 de Janeiro de 2015, pelo que a informação financeira referente àquela data e ao exercício de 2015, anteriormente apresentada de acordo com o CONTIF, foi reexpressa para a IFRS para efeitos de comparabilidade. As divulgações relativas aos efeitos da transição para as IFRS são apresentadas na Nota 34.

Luanda, 18 de Dezembro de 2017

Ernst & Young Angola, Lda.
Representada por:


João Carlos Miguel Alves
Perito Contabilista nº 20120081


Ana Salcedas
Partner

Relatório do Auditor Independente

(valores expressos em milhares de Kwanzas - "mAOA")

Ao Conselho de Administração e Accionistas
do Banco Económico, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Económico, S.A. ("Banco") e suas subsidiárias, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.102.994.400 mAOA e um total de capital próprio de 43.024.819 mAOA, incluindo um resultado líquido negativo de 4.326.888 mAOA), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados por naturezas, do Rendimento Integral, de Alterações no Capital Próprio e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e as notas do correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras consolidadas com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas.
5. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a Opinião com Reservas

6. As rubricas do Balanço "Activos não correntes detidas para venda" e "Outros Activos Tangíveis" incluem imóveis, respectivamente, no montante de 52.625 mAOA e 42.298.891 mAOA cujo processo de legalização ainda se encontra em curso (Notas 17 e 18). Com base na informação disponível não estamos em condições de avaliar o impacto deste assunto nas demonstrações financeiras consolidadas.



Building a better
working world

7. Na análise colectiva de imparidade para a carteira de crédito, que abrangueu 11,1% da carteira de crédito sem crédito titulado no valor total de 14.887.453 mAOA, dada a ausência de informação histórica interna o Banco recorreu a informação disponibilizada por um consultor externo para o cálculo da Probabilidade de Incumprimento (PD's) e de perda dado o Incumprimento (LGD's) (pressupostos divulgados na Nota 3.3). Não obtivemos informação suficiente para suportar os parâmetros de cálculo utilizados e constatámos que o processo de apuramento das perdas por imparidade teve uma elevada intervenção manual com transformação da informação de base e consequentemente elevado risco operacional associado. Neste contexto, não pudemos concluir quanto à razoabilidade do valor de imparidade colectiva registado no montante de 1.964.045 mAOA.
8. A rubrica "Outros Passivos" em 31 de Dezembro de 2016 inclui um saldo devedor no montante de 3.995.257 mAOA relativo a imposto de selo que o Banco liquidou indevidamente sobre contratos de crédito cujos direitos económicos foram transmitidos à GRUPO ENSA - Investimentos e Participações E.P. ("GRUPO ENSA"). O Banco solicitou à Autoridade Geral Tributária ("AGT") o reembolso do imposto liquidado indevidamente, não tendo ainda obtido resposta. Adicionalmente, não obtivemos evidência documental que a GRUPO ENSA aceitará reembolsar o Banco caso não seja obtido despacho favorável da AGT. Consequentemente, não foi possível concluir sobre a recuperabilidade do saldo devedor acima referido.

Opinião

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 6 a 8 da secção "Bases para Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Económico, S.A. e suas subsidiárias, em 31 de Dezembro de 2016, e o seu desempenho financeiro consolidado e fluxos de caixa consolidados relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfases

10. Sem modificar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos à atenção para as seguintes situações:
 - a) Conforme referido na Nota 35 do Anexo às Demonstrações Financeiras, o Banco Económico resultou da redenominação do Banco Espírito Santo Angola em sequência das medidas de saneamento deliberadas pelo Banco Nacional de Angola ("BNA") em 2014. Ainda neste âmbito, em 15 de Julho de 2016 foram concretizadas com a GRUPO ENSA operações de transmissão de direitos económicos de uma carteira de créditos e de unidades de participação em fundo de investimento, assim como de venda de outros activos detidos pelo Banco, as quais foram enquadradas no disposto nos Decretos Presidenciais nº 196/15 e nº 123/16 e tiveram efeitos retroagidos a 31 de Dezembro de 2014.

Os saldos relacionados com estas operações encontram-se divulgados no nº 3 da referida Nota 35 e no Balanço representam 53% do total do Activo e 4% do total do Passivo. Ao nível dos Resultados destaca-se que 62% dos juros e proveitos equiparados são relacionados com estas operações, as quais tiveram também um efeito positivo significativo nos resultados cambiais potenciais decorrentes das valorizações das posições.

Salientamos, ainda, que em 20 de Março de 2017, o Banco realizou uma operação de dação em pagamento com o BNA para liquidação integral das operações de redesconto no montante total nesta data de 271.625 milhões de AOA (dos quais 230.372 milhões de AOA transitaram de 2016 - Nota 23), contra entrega de uma carteira de obrigações do tesouro da República de Angola no valor de 14.662 milhões de AOA (Nota 15) e valores a receber da GRUPO ENSA no

montante de 256.963 milhões de AOA (49% do saldo da rubrica do Activo "Outros Devedores" - Nota 22),

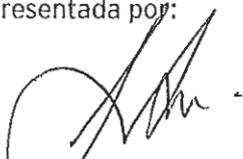
Adicionalmente, conforme referido no Despacho do Sr. Ministro das Finanças datado de 9 de Outubro de 2017, por forma a ajustar o plano de pagamentos ao ritmo de recuperação dos créditos e outros activos permitido pelo atual contexto económico e minimizar os valores de dívida pública a emitir futuramente para suprir eventual défice, foi autorizada a reformulação do Acordo de Pagamento da dívida da Grupo ENSA nas condições também divulgadas na Nota 35.

Assim, para parte do saldo em balanço à data de 31 de Dezembro de 2016 que não foi objecto de dação ao BNA, no montante de 276.522 milhões de AOA (25% do Activo) o prazo de recebimento foi prolongado para prestações anuais até 2041. O regular pagamento destas prestações anuais está dependente do grau de recuperabilidade dos créditos cujos direitos económicos foram transmitidos e do valor de realização dos activos vendidos à GRUPO ENSA ou da eventual emissão de Obrigações do Tesouro da República de Angola, conforme mencionado no Acordo de Pagamento das operações,

11. As demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de continuidade das operações (Nota 2.1. do Anexo às Demonstrações Financeiras) tendo em conta as perspectivas de evolução da actividade do Banco referidas no capítulo 5.14 do Relatório de Gestão.
12. Em cumprimento do disposto no Aviso nº 6/2016, de 16 de Maio, do Banco Nacional de Angola, no exercício de 2016 o Banco adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano de Contas das Instituições Financeiras - CONTIF) para as IFRS, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - "Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro". A data da transição foi reportada a 1 de Janeiro de 2015, pelo que a informação financeira referente àquela data e ao exercício de 2015, anteriormente apresentada de acordo com o CONTIF, foi reexpressa para a IFRS para efeitos de comparabilidade. As divulgações relativas aos efeitos da transição para as IFRS são apresentadas na Nota 34.

Luanda, 18 de Dezembro de 2017

Ernst & Young Angola, Lda.
Representada por:



João Carlos Miguel Alves
Perito Contabilista nº 20120081



Ana Salcedas
Partner

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do

Banco Económico S.A.

1. Nos termos da Lei e dos estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o Parecer sobre o relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Económico S.A. ("Banco") relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
2. Acompanhamos o complexo e por consequência demorado processo de fecho de contas do exercício e obtivemos do Conselho de Administração e do Auditor Independente (Ernst & Young Angola Lda) as informações e os esclarecimentos solicitados necessários à emissão do nosso Parecer.
3. Analisamos com a profundidade que se impõe, o Relatório e Contas do qual destacamos a **Nota 35 – Factos relevantes e Eventos subsequentes** nos seus parágrafos 1 – Operação de transmissão de direitos económicos sobre activos, 2 – Empréstimo Novo Banco e 3 – Operações de transmissão de direitos económicos e de venda de activos ao grupo ENSA cujo conteúdo e compreensão se revelam fundamentais (i) à apreciação das demonstrações financeiras e respectivos anexos do Banco em 31.12.2016 assim como (ii) à apreciação objectiva das condições de continuidade harmoniosa das operações da Instituição.
4. Porque as circunstâncias excepcionais relacionadas com o saneamento financeiro do Banco assim o exigem, analisamos com a maior profundidade possível o conteúdo dos relatórios do Auditor Independente nomeadamente as Ênfases que reproduzem as várias fases da operação de saneamento e as consequências presentes e futuras sobre a estrutura e o equilíbrio financeiro do Banco.
5. Concordamos com o conteúdo dos relatórios do Auditor Independente, relativos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
6. Analisamos o Balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2016, a demonstração de resultados, a demonstração de mutações nos fundos próprios e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício finda naquela data, no que se refere às contas individuais e às consolidadas do Banco.



7. Tomámos conhecimento das políticas contabilísticas e aplicação normativa das mesmas à actividade desenvolvida pelo Banco e suas subsidiárias e entendemos que as mesmas são aquelas geralmente aceites.
8. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de Parecer que a Assembleia Geral
 - (i) Aprove o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, tal como apresentados pelo Conselho de Administração do Banco, e
 - (ii) Aprove a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão preparado pelo Conselho de Administração do Banco
9. Gostaríamos de expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração, e muito especialmente ao Auditor Independente, Ernst & Young Angola Lda, pela disponibilidade pessoal e qualidade das informações transmitidas.

Luanda, 27 de Dezembro de 2017

O Conselho Fiscal

Mazars, Auditores & Consultores, Lda.

Carlos Freitas

Mazars Angola – Auditores e Consultores, Lda

Representada por Dr Carlos Freitas

Presidente

Mário Lourenço

Dr Mário Lourenço

Vogal

Adilson H. de Sá Nogueira

Dr Humberto Sá Nogueira

Vogal

